



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**KELLIVANIA DA SILVA BERNARDO**

**O USO DOS RECURSOS LINGUÍSTICOS DE MODALIDADE EPISTÊMICA E  
EVIDENCIALIDADE NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS REDAÇÕES DE  
NOTA MÁXIMA DO ENEM**

**FORTALEZA**

**2023**

KELLIVANIA DA SILVA BERNARDO

O USO DOS RECURSOS LINGUÍSTICOS DE MODALIDADE EPISTÊMICA E  
EVIDENCIALIDADE NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS REDAÇÕES DE NOTA  
MÁXIMA DO ENEM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Linguística.  
Área de concentração: Linguística.  
Linha de pesquisa: Descrição e Análise Linguística.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Márcia Teixeira Nogueira.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- B444u Bernardo, Kellivania da Silva.  
O uso dos recursos linguísticos de Modalidade epistêmica e Evidencialidade na construção discursiva das redações de nota máxima do ENEM / Kellivania da Silva Bernardo. – 2023.  
219 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2023.  
Orientação: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.
1. Modalidade epistêmica. 2. Evidencialidade. 3. Gramática Discursivo-Funcional. 4. Redação do ENEM. I. Título.

KELLIVANIA DA SILVA BERNARDO

O USO DOS RECURSOS LINGUÍSTICOS DE MODALIDADE EPISTÊMICA E  
EVIDENCIALIDADE NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS REDAÇÕES DE NOTA  
MÁXIMA DO ENEM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Linguística.  
Área de concentração: Linguística.  
Linha de pesquisa: Descrição e Análise Linguística.

Aprovada em: 24/03/2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Teixeira Nogueira (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Izabel Larissa Lucena Silva  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nadja Paulino Pessoa Prata  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

À Maria Silvania, minha querida mãe. (*In  
memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pelas oportunidades, pelas habilidades e capacidades.

À minha querida orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Teixeira, por todos os ensinamentos, pelos incentivos e por toda a atenção e dedicação a esta pesquisa e a mim. Agradeço, principalmente, pelos valiosos acolhimentos em todos os encontros (que não foram poucos) de estudos. Muito obrigada pela formação acadêmica, profissional e humana. Sou, eternamente, grata!

À minha mãe, Maria Silvania, por estimular meus estudos e foco na formação acadêmica, crendo sempre que esse seria o melhor caminho para o melhoramento das nossas vidas.

À minha estimada irmã, Dayane, por ser meu grande apoio emocional nessa caminhada.

Aos meus avós maternos, Raimunda e Paulo, pelo esforço na minha criação.

À minha amável cunhada, Janete Gol, por sempre perguntar sobre o andamento desta pesquisa, embora as respostas, às vezes, fizessem pouco sentido para nós duas.

Às professoras da minha banca, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Nadja Paulino Pessoa Prata e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Izabel Larissa Lucena Silva, pelo tempo dedicado ao aprimoramento desta dissertação, desde a qualificação do projeto até esta defesa. Obrigada por tantas colaborações, sugestões e por toda dedicação!

Ao Grupo de Estudos Funcionalistas (GEF) pelas discussões e orientações que ampliaram meus horizontes para análise.

Aos professores e aos colegas de turmas do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN), pela minha formação acadêmica.

Ao amigo, Matheus Inocência, pelo incentivo à inscrição da seleção do PPGLIN e por me motivar sempre que me sentia incapaz de prosseguir.

À Samya Semião Freitas, por me emprestar diversos materiais de leitura para a seleção do programa.

Aos amigos Adailson, Emiliane, Aline, Lucas, Marcleide e Joel pela força e atenção.

Aos colegas de trabalho da escola EEEP Comendador Miguel Gurgel, pelo apoio.

Ao ex-aluno e ex-monitor de Língua Portuguesa, Kauê Duarte, pelas conversas juvenis que alegravam os finais dos dias pouco ou muito produtivos.

## RESUMO

Esta pesquisa, realizada na linha de Descrição e Análise Linguística, é orientada pela Gramática Discursivo-Funcional (GDF) e tem por objetivo analisar e descrever a manifestação da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade nas redações do ENEM. O *corpus* é composto por 45 redações que obtiveram nota 1000 produzidas nas edições regulares da prova ENEM de 2013 a 2019. A fim de cumprir o objetivo determinado, a pesquisa analisou os seguintes parâmetros: 1) Domínios – Modalidade epistêmica e Evidencialidade; 2) Modalidade epistêmica: Objetiva e Subjetiva; 3) Evidencialidade – subcategorias (tipos de acesso e tipos de fontes); 4) Sentidos e Efeitos; 5) Recursos linguísticos de expressão modal/evidencial; 6) Esquema textual; 7) Adequação e Funcionalidade dos recursos modais/evidenciais. Os resultados obtidos mediante uso do sistema computacional SPSS (*Statistical Package for Social Science*) revelam que as manifestações da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade cumprem suas funções na construção argumentativa das produções analisadas. No caso da Modalidade epistêmica, essas manifestações expressam o comprometimento do autor com a verdade que diz, com o que ele acredita ser real ou possível. Para tanto, o autor constrói seu discurso com uso mais frequente de modais epistêmicos e da orientação subjetiva com alvo no Conteúdo Proposicional. Nas ocorrências de modalização, o sentido de *certeza* é o mais expresso. No caso da Evidencialidade, que diz respeito à fonte das informações, os resultados demonstram que os recursos evidenciais mais recorrentes foram os verbos encaixadores, no uso da Reportatividade com fonte de 3ª pessoa definida, atendendo ao propósito de dar mais credibilidade à informação apresentada no Conteúdo Comunicado. Os recursos modais e evidenciais encontravam-se, majoritariamente, no desenvolvimento das redações, e se qualificam, de fato, como funcionais e adequados ao contexto.

**Palavras-chave:** modalidade epistêmica; evidencialidade; redações do ENEM.

## ABSTRACT

This research, conducted in the area of Linguistic Description and Analysis, is based on Functional Discourse Grammar (FDG) and aims to analyze and describe the manifestation of epistemic modality and evidentiality in ENEM essays. The corpus is composed of 45 essays that scored 1.000 produced in the regular editions of the ENEM test from 2013 to 2019. In order to fulfill the determined objective, the research is analyzed the following parameters: 1) Domains - Epistemic Modality and Evidentiality; 2) Epistemic Modality: Objective and Subjective; 3) Evidentiality - subcategories (types of access and types of sources); 4) Meanings and Effects; 5) Linguistic resources of modal/evidential expression; 6) Textual scheme; 7) Adequacy and Functionality of modal/evidential resources. The results obtained through the use of the SPSS (Statistical Package for Social Science) computer system reveal that the manifestations of Epistemic Modality and Evidentiality fulfill their functions in the argumentative construction on the analyzed productions. In the case of the epistemic modality, these manifestations express the author's commitment to the truth he says, to what he believes to be real or possible. To this end, the author constructs his discourse with more frequent use of epistemic modals and the subjective orientation with the target in the Propositional Content. In occurrences of modalization, the sense of certainty is the most expressed. In the case of Evidentiality, which concerns the exposition of the source of information, the results show that the most recurrent evidential resources were the embedding verbs, in the use of Reportativity with 3rd person defined source, meeting the purpose of giving more credibility to the information presented in the Communicated Content. The modal and evidential resources were mostly found in the development of the essays, and are indeed qualified as functional and appropriate to the context.

**Keywords:** epistemic modality; evidentiality; ENEM essays.

## RESUMEN

Esta investigación, realizada en el área de Descripción y Análisis Lingüístico, se fundamenta teóricamente en la Gramática Discurso-Funcional (GDF) y tiene como objetivo analizar y describir la manifestación de la Modalidad Epistémica y de la Evidencialidad en las redacciones del ENEM. El corpus se compone de 45 redacciones que obtuvieron una calificación de 1,000, producidas en las ediciones regulares del ENEM de 2013 a 2019. Para alcanzar el objetivo establecido, la investigación aborda las siguientes categorías de análisis: 1) Dominios - Modalidad epistémica y Evidencialidad; 2) Modalidad epistémica: Objetiva y Subjetiva; 3) Evidencialidad - subcategorías (tipos de acceso y tipos de fuentes); 4) Sentidos y Efectos; 5) Recursos lingüísticos de la expresión modal/evidencial; 6) Esquema textual; 7) Adecuación y Funcionalidad de los recursos modales/evidenciales. Los resultados obtenidos mediante el uso del sistema informático SPSS (Statistical Package for Social Science) revelan que las manifestaciones de la Modalidad Epistémica y de la Evidencialidad cumplen sus funciones en la construcción argumentativa de las producciones analizadas. En el caso de la Modalidad Epistémica, esas manifestaciones expresan el compromiso del hablante con la verdad de lo que dice, con lo que cree que es real o posible. Por eso, el autor construye su discurso con el uso más recurrente de modales epistémicos, y de la orientación subjetiva, con vistas al Contenido Proposicional. En las ocurrencias de modalización, el sentido de certidumbre es el más expresado. En el caso de la Evidencialidad, en lo que respecta a la fuente de la información, los resultados muestran que los recursos evidenciales más recurrentes fueron los verbos de enlace, en el uso de la Reportatividad, con la fuente de la 3ª persona definida, con el fin de dar más credibilidad a la información expuesta como Contenido Comunicado. Los recursos modales y evidenciales se encontraron mayoritariamente en el desarrollo de las redacciones y se califican, de hecho, como funcionales y adecuados al contexto.

**Palabras clave:** modalidad epistémica; evidencialidad; redacciones de ENEM.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo da prova de Redação do ENEM.....	28
Figura 2 – Interação dos componentes na GDF.....	49
Figura 3 – Modelo de organização da GDF.....	51
Figura 4 – Arquitetura do Componente Contextual proposta por Connolly .....	60

## LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Organização do Nível Interpessoal (NI).....	53
Esquema 2 – Organização do Nível Representacional (NR).....	55
Esquema 3 – Organização do Nível Morfossintático (NM).....	57
Esquema 4 – Organização do Nível Fonológico (NF).....	58

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo entre as temáticas das edições 2014-2017.....	37
Quadro 2 – Evidencialidade na GDF.....	86
Quadro 3 – A Modalidade epistêmica e Evidencialidade nos NI e NR da GDF.....	87
Quadro 4 – Redações nota máxima para composição do <i>corpus</i> .....	95
Quadro 5 – Categorias de análise das redações do ENEM – edições 2013 a 2019...	100
Quadro 6 – Grade (geral) da competência 1 da Redação do ENEM.....	142
Quadro 7 – Grade específica dos desvios da competência 1 da Redação do ENEM.....	143

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Modalidade epistêmica e Evidencialidade nas redações nota máxima do ENEM.....	107
Tabela 2 – Orientação da Modalidade epistêmica nas redações nota máxima do ENEM.....	112
Tabela 3 – Subcategorias evidenciais nas redações nota máxima do ENEM.....	116
Tabela 4 – Tipos de Fonte evidencial nas redações nota máxima do ENEM.....	123
Tabela 5 – Sentidos dos recursos de Modalidade epistêmica nas redações nota máxima do ENEM.....	126
Tabela 6 – Efeitos dos recursos de Evidencialidade nas redações nota máxima do ENEM.....	126
Tabela 7 – Tipos de acesso evidencial e produção de sentidos nas redações nota máxima do ENEM.....	130
Tabela 8 – Recursos linguísticos da Modalidade epistêmica nas redações nota máxima do ENEM.....	132
Tabela 9 – Recursos de linguísticos de Evidencialidade nas redações nota máxima do ENEM.....	134
Tabela 10 – Modalidade epistêmica e Evidencialidade no esquema textual das redações nota máxima do ENEM.....	137
Tabela 11 – Adequação e Funcionalidade dos recursos modais epistêmicos e evidenciais no esquema textual das redações nota máxima do ENEM....	142

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GDF	Gramática Discursivo-Funcional
GF	Gramática Funcional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
NI	Nível Interpessoal
NR	Nível Representacional
NM	Nível Morfossintático
NF	Nível Fonológico
SPSS	Statistical Package for Social Science

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 A REDAÇÃO DO ENEM .....</b>	<b>26</b>
<b>2.1 A prova de Redação do ENEM .....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 O gênero Redação do ENEM.....</b>	<b>31</b>
<b>2.3 Síntese Conclusiva .....</b>	<b>40</b>
<b>3 FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO .....</b>	<b>42</b>
<b>3.1 Pressupostos teóricos funcionalistas .....</b>	<b>42</b>
<b>3.2 A Gramática Discursivo-Funcional (GDF) .....</b>	<b>45</b>
<b>3.2.1 A Arquitetura da GDF .....</b>	<b>49</b>
<b>3.3 Síntese conclusiva .....</b>	<b>64</b>
<b>4 MODALIDADE E EVIDENCIALIDADE .....</b>	<b>67</b>
<b>4.1 Conceitos gerais sobre Modalidade e Evidencialidade .....</b>	<b>69</b>
<b>4.2 A Modalidade epistêmica e a Evidencialidade na GDF .....</b>	<b>77</b>
<b>4.3 Síntese conclusiva .....</b>	<b>89</b>
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>92</b>
<b>5.1 Natureza da pesquisa .....</b>	<b>92</b>
<b>5.2 Caracterização, constituição e delimitação do <i>corpus</i> .....</b>	<b>93</b>
<b>5.3 Procedimentos metodológicos.....</b>	<b>96</b>
<b>5.3.1 Critérios de coleta de dados: identificação de ocorrências .....</b>	<b>97</b>
<b>5.3.2 Parâmetros de análise dos dados: categorias de análise qualitativa .....</b>	<b>98</b>
<b>5.3.3 Análise quantitativa: SPSS .....</b>	<b>103</b>
<b>5.3.4 Interpretação dos resultados .....</b>	<b>104</b>
<b>6 ANÁLISE DA MANIFESTAÇÃO DA MODALIDADE EPISTÊMICA E DA EVIDENCIALIDADE NAS REDAÇÕES NOTA MÁXIMA DO ENEM (2013 - 2019).....</b>	<b>106</b>
<b>6.1 Resultados: análise e discussão.....</b>	<b>106</b>

<i>6.1.1 Domínios: Modalidade epistêmica e Evidencialidade</i> .....	107
<i>6.1.2 Modalidade epistêmica Objetiva e Subjetiva</i> .....	111
<i>6.1.3 Evidencialidade</i> .....	115
<i>6.1.3.1 Tipos de acessos evidenciais</i> .....	115
<i>6.1.3.2 Tipos de fontes evidenciais</i> .....	118
<i>6.1.5 Formas linguísticas de expressão da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade</i> .	131
<i>6.1.6 Modalidade epistêmica e Evidencialidade no esquema textual da redação</i> .....	136
<i>6.1.7 Adequação e Funcionalidade dos recursos modais e evidenciais</i> .....	140
<b>7 CONCLUSÃO</b> .....	148
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	154
<b>ANEXO A - PROPOSTAS DAS REDAÇÕES DO ENEM - 2013 A 2019</b> .....	161
<b>ANEXO B - MATRIZ DE REFERÊNCIA DA REDAÇÃO DO ENEM</b> .....	168
<b>ANEXO C - REDAÇÕES DO ENEM - 2013</b> .....	172
<b>ANEXO D - REDAÇÕES DO ENEM - 2014</b> .....	177
<b>ANEXO E - REDAÇÕES DO ENEM - 2015</b> .....	181
<b>ANEXO F - REDAÇÕES DO ENEM - 2016</b> .....	186
<b>ANEXO G - REDAÇÕES DO ENEM - 2017</b> .....	194
<b>ANEXO H - REDAÇÕES DO ENEM – 2018</b> .....	203
<b>ANEXO I - REDAÇÕES DO ENEM - 2019</b> .....	210
<b>ANEXO J - MODELO DA FICHA DE ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS</b> .....	217

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a sua primeira aplicação, em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) traz, como elemento importante para a avaliação dos alunos, a proposta de uma redação. Nos anos iniciais do projeto, a prova de redação era bem mais simples do que se mostra atualmente, pois a tipologia textual era apenas dissertativa, e não era obrigatória a composição de uma proposta de intervenção para a problemática abordada. Com o passar dos anos, houve várias mudanças no exame como um todo, e a redação passou a ser tão significativa quanto às demais provas na composição da nota final do participante. Hoje, podemos afirmar que a Prova de Redação do ENEM é uma das formas de avaliação textual mais significativas no País.

Por sua estrutura textual, o gênero redação do ENEM exige que o participante disserte e argumente sobre um dado tema de cunho social, cultural, científico ou político, para demonstrar habilidade no uso dos mais variados recursos linguísticos e, além disso, mostrar competência na construção textual da tipologia que servirá de suporte para apresentação de seu posicionamento crítico frente às discussões escolhidas para o desenvolvimento das argumentações. Desse modo, podemos afirmar que tão importante quanto tratar do tema é escolher o modo de apresentação das informações que desenvolverão a temática proposta.

Nessa perspectiva, acreditamos que a maneira de dizer o que deve ser dito seja uma das preocupações com as quais os participantes têm que lidar ao iniciarem suas composições textuais. Considerando tal situação, resolvemos analisar, nas redações do ENEM, a maneira como as informações desses textos são apresentadas aos corretores, os principais destinatários dos textos produzidos por milhões de candidatos às vagas do ensino superior no Brasil. Certamente, a investigação linguística em torno das redações do ENEM poderia ter tomado muitos caminhos, mas optamos por estudar a manifestação da Modalidade epistêmica<sup>1</sup> (julgamento realizado pelo Falante<sup>2</sup> considerando o estatuto da realidade de um Estado-de-coisas ou a atitude do Falante quanto ao teor de verdade de uma proposição) e da Evidencialidade (fonte da informação) nessas composições textuais por dois motivos. Em primeiro lugar, a tipologia dissertativo-argumentativa adotada pelo exame determina que o

---

<sup>1</sup> Com o propósito de destacar os domínios semânticos estudados, resolvemos escrever os termos Modalidade epistêmica e Evidencialidade com inicial maiúscula ao longo de toda a pesquisa, exceto quando transcrevemos trechos de outros autores, nos quais respeitamos a escrita original.

<sup>2</sup> O vocábulo “Falante” faz referência ao participante de uma interação verbal falada ou escrita. Esclarecemos que optamos por escrever todos os termos técnicos da teoria que fundamenta este estudo com inicial maiúscula a fim de destacá-los textualmente. Todavia, ressaltamos que, na transcrição de trechos de outros autores, respeitamos a escrita original apresentada nos estudos desses pesquisadores.

participante defenda um ponto de vista acerca do tema proposto. Tal situação, indiscutivelmente, aciona a necessidade de se construírem argumentos pautados na realidade de fatos e na verdade de informações que circunstanciam a problemática em discussão. Para tanto, acreditamos que os participantes utilizam os recursos de modalização epistêmica como estratégia discursiva tanto para expressar graus de comprometimento com a verdade dos conteúdos quanto para demonstrar seu posicionamento crítico sobre a problemática disposta. Em segundo lugar, a tipologia adotada pelo exame também requer que a defesa do ponto de vista exposto seja consubstanciada por informações, apresentadas como fatos, opiniões ou declarações que tenham respaldo científico, social, político e cultural, o que sugere uso do famoso “argumento de autoridade”. Por esse critério, precisamente, exige-se que o participante utilize recursos que expressam a Evidencialidade em sua produção textual, pois todo embasamento de um texto dissertativo-argumentativo é feito por informações de alguma fonte, seja uma inferência ou uma dedução do autor do texto, seja um conteúdo reportado de alguém.

Dado o universo de textos produzidos em uma só edição do ENEM, sabemos que não é possível analisar todas as redações redigidas no certame, o que nos levou a desenvolver nossa pesquisa apenas nas produções escritas que obtiveram nota 1000 aplicadas nas edições de 2013 a 2019<sup>3</sup>. A delimitação da nossa amostra é justificada pelas seguintes razões. Primeiramente, sabemos que o ENEM se tornou o exame mais significativo do País para ingresso nos cursos superiores de variadas universidades. Em todos os estados da Nação, os candidatos preparam-se para realizá-lo. Isso captou o interesse da pesquisa sobre como os participantes (que obtiveram nota máxima) produziram a redação do ENEM utilizando-se dos recursos linguísticos de Modalidade epistêmica e de Evidencialidade em meio a todos os demais recursos estudados durante a preparação para a prova. A segunda razão foi o fato de estudos recentes sobre Modalidade e Evidencialidade ainda serem pouco discutidos em sala de aula, já que esses recursos não configuram como “assuntos que mais caem no ENEM<sup>4</sup>” e também não estão, explicitamente - no caso do conteúdo voltado para estudo da modalização (processo de uso dos recursos de Modalidade, mediante o qual o Falante expressa seu

---

<sup>3</sup> Essas edições foram divulgadas nas Cartilhas do Participante nos anos 2016, 2017, 2018a, 2019, 2020a. Os links para acesso direto aos downloads de cada edição estão no ANEXO B, após a compilação dos quadros referentes às competências da Matriz de Referência da Redação do ENEM. Caso o leitor opte por buscar informações gerais sobre o ENEM, recomendamos acessar o sítio eletrônico: <https://www.gov.br/inep/pt-br>.

<sup>4</sup> Na internet é muito comum sites com esse tipo de informação. Para ilustrar, destacamos: [https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/enem/top-5-assuntos-que-mais-caem-no-enem-por-disciplina?gclid=cj0kcqjwl92xbhc7arisahl9anwhpatvspgyz0cguea1jo6blmrp9ad21fnitjxz68qqusjnoaeiqgaaiguealw\\_wcb](https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/enem/top-5-assuntos-que-mais-caem-no-enem-por-disciplina?gclid=cj0kcqjwl92xbhc7arisahl9anwhpatvspgyz0cguea1jo6blmrp9ad21fnitjxz68qqusjnoaeiqgaaiguealw_wcb) e <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/enem/saiba-quais-sao-os-temas-que-mais-caem-no-enem.htm>. Acesso em: 13 ago. 2022.

comprometimento com a verdade da informação transmitida, de acordo com Castilho e Castilho (2002)) - fazendo parte do conjunto de critérios exigidos para a escrita de uma boa redação do ENEM conforme orienta a Matriz de Referência para a Redação<sup>5</sup> divulgada na Cartilha do Participante<sup>6</sup>.

Ressaltamos que o conteúdo sobre modalização (que abrange tipos de Modalidade e meios de expressão, ou seja, os modalizadores) é mencionado, explicitamente, na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), contudo, os modalizadores parecem não ser considerados como um dos recursos mais importantes para a construção textual, como, por exemplo, são as conjunções. Temos essa impressão tomando por base nossa prática escolar, observando que, na internet, a maioria dos sites de estudos preparatórios para o ENEM não focalizam o uso de modalizadores como assunto relevante para a escrita da redação. De acordo com a pesquisa de Marques (2021), o estudo sobre modalização e sobre os recursos de Modalidade constam na grade de orientação para o Ensino Básico e devem ser trabalhados nas aulas de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental e fazer parte dos estudos do Ensino Médio desenvolvendo, dessa maneira, habilidades pertencentes a campos distintos de atuação. Porém, na prática escolar, o estudo sobre a modalização ainda não é comum em todas as coleções de livros de Língua Portuguesa se compararmos com assuntos como *Figuras de linguagem*, *Coerência*, *Coesão ou Variação linguística*, por exemplo.

No entanto, sabemos que nem sempre a teoria é colocada em prática devido a uma série de circunstâncias que envolvem a dinâmica escolar nas diferentes regiões do território nacional. Isso nos levou ao seguinte questionamento: considerando-se que, de acordo com Neves (2013), todo enunciado contém modalização, e que a natureza da tipologia exigida na Redação do ENEM favorece o uso de recursos modalizadores e evidenciais, uma vez que esses são voltados para a marcação da fonte de informação e aqueles à manifestação da atitude do enunciador em relação ao que enuncia, como é realizado o uso de recursos de Modalidade e Evidencialidade nos textos? Decerto, a resposta a esse questionamento demandaria a análise de um grupo significativo de recursos, pois só a Modalidade se desenvolve em três eixos principais: *conhecimento*, *conduta e volição*. É, portanto, por questões de tempo e espaço que esta pesquisa restringe-se aos recursos modais de um dos

---

<sup>5</sup> Trata-se de um “quadro” no qual estão disponibilizados os critérios avaliativos de cada competência analisada pela banca de correção do ENEM. No ANEXO B, apresentamos uma compilação dos quadros que formam a referida matriz. Também é possível acessar os referidos quadros pelas Cartilhas do Participante.

<sup>6</sup> A Cartilha do Participante é um documento oficial produzido pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). O documento é disponibilizado para os participantes na página oficial do órgão. Para consulta: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/outros-documentos>. Acesso em: 29 mar. 2023.

eixos para tratar a Modalidade. Assim, reestruturamos nossa questão focalizando o eixo do *conhecimento*, pois, na Redação do ENEM, o participante precisa dissertar e argumentar sobre fatos e opiniões que envolvem a problemática estabelecida no tema; e restringimos a análise às redações de nota máxima divulgadas pelo órgão responsável pela prova em sete edições do certame. Nesse contexto, nossa questão de pesquisa é: *Como a Modalidade epistêmica e a Evidencialidade se manifestam em textos que obtiveram nota máxima na redação do ENEM nas edições de 2013 a 2019?*

Esta pesquisa pretende descrever e analisar a manifestação da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade nas redações nota 1000 do ENEM realizadas entre as edições de 2013 a 2019 esperando contribuir com os estudos voltados para a análise do uso dos recursos linguísticos de Modalidade epistêmica e Evidencialidade na modalidade escrita do português brasileiro contemporâneo. Buscamos fazer a análise e descrição considerando os aspectos relevantes para a construção textual-discursiva, tais como: 1) Domínio - Modalidade epistêmica e Evidencialidade; 2) Modalidade epistêmica: Objetiva e Subjetiva; 3) Evidencialidade – subcategorias (tipos de acessos e tipos de fontes); 4) Sentidos e Efeitos; 5) Recursos linguísticos de expressão modal/evidencial; 6) Esquema textual e, por fim, 7) Adequação e Funcionalidade dos recursos modais/evidenciais usados.

Os textos produzidos no ENEM têm sido objeto de muitos estudos científicos, tais como: Pinheiro (2022), Cavalcante-Filho (2022), Calabria (2020), Sá (2018), Oliveira (2016), dentre outros. Esse contexto revela o grau de significância atingido pelo exame nos últimos anos e demonstra o quanto o cenário de vestibular, no Brasil, foi modificado, uma vez que se tem uma prova aplicada em todo o território nacional cuja relevância não se dá apenas para participantes do concurso, mas extrapola esse contexto ao adentrar no cenário acadêmico de pesquisas e propiciar a todos (participantes, pesquisadores, professores) novos caminhos de aprendizagem. Por certo que tais trabalhos apresentam focos de análise diferentes, no entanto, ao se utilizarem do *corpus* de Redação do ENEM para descrição linguística, essas pesquisas demonstram o quanto esse conjunto de textos pode ser produtivo para o aprimoramento da educação brasileira.

Desde 2009, o ENEM tem sido a “porta de entrada” para o Ensino Superior, pois muitas universidades, tanto públicas (e gratuitas) como particulares, usam o resultado do exame como critério de acesso às suas vagas. Nesse processo avaliativo de extensão nacional, a redação tem recebido destaque e vem ganhando espaço como uma das partes significativas do exame, ao integrar o quadro de provas no eixo de conhecimento das Linguagens e Códigos. Essa dimensão, no entanto, também reflete uma dificuldade comum a muitos

participantes, pois traz à tona muitas inseguranças por parte dos candidatos, principalmente, no que diz respeito às competências de produção escrita, pois ela solicita, ao participante, que disserte e argumente sobre um tema social e finalize o texto propondo uma intervenção plausível para a problemática discutida. Tais ações devem ser realizadas em um texto de até 30 linhas nas quais o participante deve apresentar informações, fatos e opiniões sobre o tema de modo coeso e coerente, obedecendo à modalidade escrita formal da Língua Portuguesa. Obviamente, isso é possível, prova disso é o conjunto de redações analisadas neste estudo; porém, considerando o quantitativo de 95.788 (4,31%) de candidatos que tiveram o texto zerado no ENEM de 2021<sup>7</sup>, torna-se perceptível que concretizar, na escrita, o que a redação ENEM propõe, tem sido uma tarefa complicada para os participantes.

Conforme Negrão, Sher e Viotti (2010), a disciplina de Língua Portuguesa requer que o aluno seja capaz de ler, escrever e produzir textos bem elaborados e com uma composição argumentativa coerente e que obedeça às prescrições da gramática normativa. De acordo com as autoras, é isso o que se busca na disciplina de Língua Portuguesa. Porém, talvez seja esse um dos motivos de os estudantes pensarem que não sabem escrever, pois, muitas vezes, eles associam a produção escrita diretamente às prescrições das gramáticas normativas (regras de concordância, regência, colocação pronominal) e atribuem a esse contexto as dificuldades de expressarem suas opiniões corretamente em seus textos escolares.

Sabemos que expressar uma opinião ou um conhecimento requer atenção ao modo de como isso será feito. A máxima popular “não é o que se diz, mas o como se diz” tem se tornado cada vez mais presente nos textos produzidos pelos brasileiros em seus variados ambientes como, por exemplo, em comentários de “posts” da internet. Dependendo do assunto, é crucial a habilidade de “saber dizer”, pois um conteúdo mal apresentado pode acarretar diferentes interpretações, algumas delas indesejáveis. Para evitar uma situação de confronto, muitas vezes, os Falantes recorrem ao uso de expressões como “provavelmente”, “talvez”, “é possível”, “diz que” e outras tantas que atenuam seu comprometimento em relação ao conteúdo de seu enunciado, mas que permitem que a mensagem seja expressa sem riscos aparentes de confusões futuras.

Essa questão do “saber dizer” no campo das redações sempre foi bem delimitada, pois a clareza na construção dos textos é um dos critérios de avaliação exigidos por muitos vestibulares, dentre eles, o ENEM. Mas a exigência de clareza diz respeito, principalmente, à construção de orações e períodos, como vemos a seguir:

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/03/17/enem-2021-quase-96-mil-inscritos-zeraram-a-redacao-diz-inep.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2022.

Uma estrutura sintática convencional pressupõe a existência de determinados elementos oracionais que se organizam na frase e garantem a fluidez da leitura e a apresentação clara das ideias do participante, organizadas em períodos bem estruturados e completos (BRASIL, 2020, p. 14).

É importante salientar que essa clareza é construída por meio de recursos linguísticos que precisam ser coerentes entre si e adequados ao propósito comunicativo dos interlocutores, ou seja, adequados à interação social exigida por meio da escrita. Porém, nem sempre a construção gramatical bem ordenada, realmente, condiz com o conteúdo que o enunciador quis transmitir no contexto discursivo.

Por compreendermos que o sentido do que se deseja comunicar depende da interação verbal, e não apenas do que se encontra codificado na expressão linguística, e que, muitas vezes, a clareza de uma dada comunicação se encontra relacionada a elementos extratextuais, como o contexto, buscamos no Funcionalismo a base teórica para esta pesquisa. Considerar a interação social como parte do estudo da língua é a base do Funcionalismo linguístico. Essa vertente de estudos desenvolveu variadas possibilidades de análise da língua envolvendo concepções e regras que extrapolam a composição gramatical das frases e se estendem até o contexto discursivo. E, entre os estudos sobre os diferentes domínios funcionais da língua, nos interessam aqueles que dizem respeito à Modalidade epistêmica e à Evidencialidade.

A fundamentação teórica está embasada, prioritariamente, nos estudos funcionalistas da linguagem, uma vez que buscamos, além da descrição de um fenômeno que envolve manifestações gramaticais e lexicais, o entendimento da funcionalidade desses elementos no contexto de uso da língua escrita. Para compor essa base funcionalista para a orientação teórica da pesquisa, utilizamos, principalmente, a teoria da Gramática Discursivo-Funcional (doravante, GDF), que tem servido de suporte teórico para estudos recentes sobre Modalidade e Evidencialidade em diferentes gêneros discursivos. Dentre esses estudos, destacamos: Silva (2013), Oliveira (2017, 2021), Lucena-Silva e Nogueira (2017), Hattner (2018), Lima (2018), Vasconcelos (2021), Vidal (2021).

Compreender a modalização parece ser algo fácil se o conceito for inferido a partir da palavra. Nesse caso, a modalização teria seu conceito ligado a “modo” ou “maneira” como algo é feito ou dito. Essa definição seria a mais comum entre as pessoas que ouvem o termo pela primeira vez. Porém, a delimitação e a definição de tal conceito não é tarefa tão simples. Há muitas divergências quanto ao conceito de modalização, mas é inequívoca a sua importância na Linguística.

Nos estudos descritivos sobre modalização, muitos trabalhos já foram realizados, contudo, há relativamente poucas explicações sobre como a modalização se apresenta e se desenvolve na produção textual, seja escrita ou falada, no contexto educacional de avaliação, e isso têm demonstrado a necessidade de mais pesquisas, razão por que voltamos à questão do “como dizer” discutida anteriormente, uma vez que os estudos de modalização voltam-se para aspectos de produção textual relacionados com as atitudes do autor do texto, mas sem dados sobre a avaliação do leitor desse texto (no caso da Prova de Redação do ENEM, o examinador).

Sabemos que a modalização estende suas contribuições para a construção textual em vários domínios modais, que caracterizam as modalidades epistêmica (eixo do conhecimento), deôntica (eixo da conduta) e volitiva (eixo da volição). Com foco em cada um desses eixos, estudos são realizados, afinal, se todo enunciado é modalizado e, a todo instante, enunciados são efetivados na comunicação, é necessário que esses estudos sejam desenvolvidos pela ciência Linguística e seus resultados cheguem ao ensino da língua. Dentre as pesquisas mais recentes sobre as categorias focalizadas neste trabalho, destacamos: Prata e Nogueira (2017), Prata (2018), Carioca (2018), Adelino e Nascimento (2019), Lopes e Oliveira (2020), Marques (2021), Pinheiro (2022).

Como é sabido, a tipologia textual requerida pelo ENEM é a dissertativo-argumentativa. Nesse tipo de sequência textual, é solicitado ao indivíduo que realize a defesa de um ponto de vista fundamentando-se em informações advindas das diversas áreas do conhecimento humano. Nesse contexto, os recursos modalizadores utilizados para a criação textual, a nosso ver, são tão significativos quanto as informações que serão apresentadas na prova, pois esses recursos além de transmitir a informação de modo adequado, considerando sentidos e efeitos pretendidos pelo autor, ainda são capazes de marcar traços significativos de subjetividade do participante, identificando, dessa forma, a singularidade da redação escrita por ele. Uma vez que é necessário que o autor da redação do ENEM seja capaz de apresentar e embasar os conhecimentos expressos textualmente, acreditamos que a análise das categorias Modalidade epistêmica (voltada para a qualificação dos conhecimentos do falante) e Evidencialidade (voltada para a marcação da fonte das informações) como recursos de construção textual nas redações de nota 1000 se justifica por possibilitar o enfoque sobre dois recursos linguísticos bastante relevantes para a escrita da referida tipologia textual.

Em nossa prática laboral, com textos de preparação para o ENEM, observamos que os autores, muitas vezes, evitam marcar seus posicionamentos nas redações com expressões do tipo: *eu acho que*, *acredito que*, *com certeza*, por exemplo. Acreditamos que o

receio de usar modalizadores em primeira pessoa ocorra por direcionamentos da disciplina de redação sobre priorizar a marcação da impessoalidade. Contudo, isso não significa que o uso de modalização para marcar o posicionamento dos autores seja pouco usual, pois o uso de expressões como: *certamente, é indubitável, torna-se claro, é possível* são recorrentes nas produções. Em contato com as redações que receberam nota 1000, verificamos que essa situação também ocorre. Todavia, o Falante parece compreender mais o valor de seu posicionamento e enfatiza sua posição com uso de expressões modalizadoras e evidenciais, deixando claros seus conhecimentos, posicionamentos e as fontes de informação a que recorre no que se refere à temática tratada. No entanto, pontuamos que, em outras situações, supostamente menos comuns, o autor opta por se distanciar do conteúdo exposto, atenuando seu comprometimento com as informações veiculadas.

Com relação ao estudo da Evidencialidade, alguns autores encaixavam essa categoria semântica no domínio modal, por exemplo, Hengeveld (2004) e Hengeveld e Mackenzie (2008). Com o desenvolvimento de outras pesquisas<sup>8</sup>, tais como Carioca (2009), Vendrame (2010), Silva (2013), Kapp-Barbosa (2017) dentre outras focadas no estudo da Evidencialidade, são apresentadas novas considerações, as quais propõem que esse campo semântico seja distinto da Modalidade. Destacamos as considerações de Silva (2013) sobre o domínio evidencial.

Para Silva (2013), um dos motivos que levam pesquisadores a ainda relacionarem a Evidencialidade com a Modalidade, principalmente, a epistêmica, é a função que a Evidencialidade exerce ao ser utilizada como estratégia que demonstra graus de comprometimento do Falante com a informação por ele repassada. Silva (2013, p. 56) define a Evidencialidade como sendo “(...) um domínio conceptual-funcional que pode manifestar-se nas línguas naturais por meio de itens lexicais, gramaticais ou em processo de gramaticalização”. Ao definir a categoria quanto à funcionalidade, a autora diz que “(...) a evidencialidade indica a fonte da informação, manifestando o modo como essa informação foi adquirida.”

Atualmente, a Evidencialidade é estudada na GDF como categoria linguística independente da Modalidade. Nosso interesse em também analisar a manifestação da Evidencialidade nas redações nota máxima do ENEM surgiu quando observamos que este é um domínio cognitivo-funcional relacionado ao uso de diferentes recursos textuais com repercussão importante quanto aos sentidos e efeitos da modalização epistêmica. Sabemos

---

<sup>8</sup> Optamos por citar estudos brasileiros fundamentados pela teoria da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), uma vez que esse modelo de análise linguística também constitui a fundamentação teórica desta pesquisa.

que, no decorrer dos anos, diversos estudiosos têm-se debruçado sobre o real valor da Evidencialidade nos textos, e esse domínio, em algumas abordagens, já não deve configurar como um dos tipos que constituíam o quadro das modalidades, mas, sim, que deve ser considerado como um domínio à parte dos estudos modais. Destacamos, entre os estudos orientados para a Evidencialidade, Hattnher e Hengeveld (2015), Hengeveld e Fischer (2018), Silva (2013), Fonseca (2013), Kapp-Barboza (2017), Hattnher (2018), Prata (2018), Carioca (2019), Caldas (2021), Vidal (2021).

É preciso destacar que, além dos estudos voltados para os recursos de Modalidade epistêmica e Evidencialidade, já mencionados como partes essenciais ao desenvolvimento desta pesquisa, também utilizamos estudos na área de gêneros textuais, com destaque para os que avaliam a tipificação da Redação do Enem como gênero textual estabelecido, tais como os trabalhos de Oliveira (2016), Sá (2018), Calabria (2020).

Como destacado, o interesse desta pesquisa é estudar o uso de recursos linguísticos da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade nos textos dissertativo-argumentativos que receberam nota 1000 nas provas de redação do ENEM aplicadas nas edições de 2013 a 2019. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar que recursos modalizadores epistêmicos e evidenciais são mais utilizados nas redações de nota máxima do ENEM.
- b) Analisar como se caracterizam os recursos de modalização epistêmica utilizados nas redações avaliadas com nota 1000 do ENEM quanto à orientação (objetiva/subjetiva).
- c) Verificar e descrever qual(is) tipo(s) de acesso a informações (subcategorias evidenciais) são mais usados pelos participantes para fundamentar seus argumentos nas redações.
- d) Descrever como se manifesta a indicação de fonte nas redações de nota 1000 do ENEM, tendo em vista que a indicação da fonte ou modo de acesso a uma informação veiculada (Evidencialidade) indiciam graus de comprometimento do enunciador.
- e) Interpretar os sentidos e efeitos decorrentes dos usos de recursos linguísticos que expressam Modalidade epistêmica e Evidencialidade nas redações.
- f) Descrever como os recursos linguísticos que expressam Modalidade epistêmica e Evidencialidade são utilizados pelos participantes para atingir seus propósitos comunicativos em cada enunciado.

- g) Identificar a frequência de uso dos recursos de Modalidade epistêmica e Evidencialidade na estrutura textual das redações de nota máxima do ENEM (Introdução, Desenvolvimento, Conclusão).
- h) Avaliar os recursos de Modalidade epistêmica e Evidencialidade utilizados nas redações de nota mil (1000) quanto à funcionalidade e adequação de uso.

Como já dissemos, as redações do ENEM têm-se configurado como um valioso *corpus* de estudos para diversos trabalhos acadêmicos. Nosso interesse em descrever e analisar o uso da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade nesses textos surgiu por considerarmos que a sua estrutura dissertativo-argumentativa exige um grau de formalidade da escrita do participante diferente daquele aplicado em textos orais. Pontuamos, porém, que a Modalidade e a Evidencialidade são categorias que ocorrem tanto em enunciados orais quanto escritos, contudo, ressaltamos que, nestes, muitas vezes, o enunciador, instruído pelas prescrições da gramática normativa - exigidas pelos critérios de correção do exame - e impelido pelo “contrato social” de ter maior cuidado com o que será dito, se vê na obrigação de escrever numa variedade formal que, provavelmente, não reflete a comunicação usada em seu cotidiano, mesmo assim, o faz com adequação suficiente para obter a nota máxima.

Considerando que a Modalidade epistêmica é um aspecto da construção argumentativa envolvido com as crenças do produtor textual e com sua atitude em relação à verdade das proposições por ele apresentadas; e que a Evidencialidade é um recurso responsável pela indicação da fonte da informação que é expressa, acreditamos que esses domínios de constituição dos enunciados atuem interligados manifestando-se com adequação e funcionalidade por meio da escrita dos participantes do ENEM.

Este novo estudo sobre Modalidade epistêmica e Evidencialidade em redações que obtiveram nota 1000 na prova do ENEM direciona sua análise para a produção textual avaliada como ideal, ou seja, aquela que pode ser considerada como modelo pelos demais candidatos do exame. Além disso, acreditamos que essa pesquisa é oportuna por analisar e descrever a Modalidade e a Evidencialidade como recursos linguísticos relevantes para a construção textual pelo enunciador, uma vez que esses domínios se mostram essenciais para compor a exposição do enunciador no que concerne às temáticas propostas na redação.

Esta dissertação organiza-se em sete capítulos incluindo esta Introdução. No segundo capítulo, apresentamos a caracterização do gênero Redação do ENEM. No terceiro capítulo, focalizamos a fundamentação teórica na perspectiva do Funcionalismo linguístico e, em particular, da GDF. No quarto capítulo, tratamos do tema Modalidade e Evidencialidade,

com ênfase nos estudos orientados teoricamente pela GDF. No quinto capítulo, explicitamos a metodologia utilizada na pesquisa. No sexto capítulo, apresentamos os resultados da análise e uma discussão sobre eles. E, por fim, o sétimo capítulo traz as conclusões do estudo.

## **2 A REDAÇÃO DO ENEM**

Este capítulo é composto por um breve histórico do ENEM a fim de contextualizar a relevância do exame dentro do âmbito das políticas públicas educacionais voltadas para o Ensino Médio. No decorrer da explanação, mostramos um modelo da Prova de Redação (prova com os textos motivadores) e, destacamos, de modo geral, os critérios avaliativos das competências delimitadas para nortear a correção dos textos. Em seguida, apresentamos alguns estudos que caracterizam e definem o gênero Redação do ENEM como gênero textual socialmente posto. Por fim, expomos a síntese conclusiva do capítulo.

### **2.1 A prova de Redação do ENEM**

O ENEM constitui uma das políticas públicas, voltadas para a educação, mais significativas no território brasileiro. Criado ainda no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, durante a vigência do então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza e, tendo por base as legislações nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) - e nº 10.172/ 2001 - Plano Nacional da Educação (PNE), o exame foi efetivado, inicialmente, como apenas mais uma avaliação geral sobre o Ensino Médio, a qual tinha por objetivo avaliar as competências e habilidades adquiridas ao longo dos anos finais da educação básica.

A primeira aplicação do ENEM ocorreu em 1998, e dela participaram mais de 115 mil dos 157.221 estudantes brasileiros inscritos. O desempenho dos participantes, naquela época, todos egressos do Ensino Médio tanto público (e gratuito) quanto privado, era mensurado nas provas objetivas (compostas por competências<sup>9</sup> básicas) e na prova de redação. A partir de 2005, o ENEM possibilitou aos alunos a utilização das notas obtidas no certame para concorrerem a bolsas de estudos ofertadas pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), sendo essa ação, uma das políticas públicas educacionais aplicadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) sob a responsabilidade do então ministro Fernando Haddad durante o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva como Presidente do País.

Com o passar dos anos, o ENEM ganhou mais notoriedade e foi reformulado em 2009, passando a ser utilizado como forma de seleção unificada para ingresso em universidades públicas federais (principalmente), e outras estaduais e até particulares que

---

<sup>9</sup> As competências consideradas básicas: I. Domínio de linguagens (DL); II. Compreensão de fenômenos (CF); III. Enfrentar situações-problemas (SP); IV. Construção de Argumentações (CA) e V. Elaboração de propostas.

aderiram à proposta do programa educacional SISU (Sistema Integrado de Seleção Unificada). Atualmente, o processo avaliativo do ENEM<sup>10</sup> ainda é realizado mediante verificação de conhecimento em cinco eixos cognitivos (competências) comuns às quatro áreas do conhecimento<sup>11</sup> e 120 habilidades<sup>12</sup> (30 em cada uma das áreas) na prova objetiva (1ª parte) e a Prova de Redação (2ª parte) na qual é exigida a escrita de um texto em prosa na tipologia dissertativo-argumentativa. A prova é aberta ao público em geral, independentemente de o candidato estar ou não cursando o Ensino Médio, mas é restrita a possibilidade de uso da nota para aqueles que são concludentes do 3º ano, ou seja, participantes que estejam no 1º ou 2º ano do Ensino Médio não podem acessar as vagas das universidades mediante a prova do ENEM.

Dentre as avaliações do certame, a redação tem recebido bastante destaque, pois, embora a tipologia seja a mesma há mais de uma década, as regras para a sua produção são claras e amplamente divulgadas por meios diversos de informação, desde os oficiais divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Anísio Teixeira (doravante, INEP), responsável pela construção e aplicação da prova, até os meios virtuais de canais com foco no estudo para o ENEM. Para orientar os participantes com relação à escrita do texto dissertativo-argumentativo requerido na prova de redação do ENEM, o INEP divulga, a cada ano, um documento oficial<sup>13</sup> - Cartilha do Participante - contendo uma Matriz de Referência que norteia a correção dos textos; também apresenta redações<sup>14</sup>, da edição anterior, que obtiveram nota 1000 com o propósito de demonstrar a aplicação dos critérios de correção no texto escrito por um participante real do certame. Esses documentos funcionam como orientação para os candidatos à realização da prova, para os que desejam, em algum momento, participar do concurso, para os professores de Língua Portuguesa e Redação, de

---

<sup>10</sup> Há uma proposta do MEC para a reformulação do ENEM a fim de que o exame acompanhe as novas diretrizes aplicadas pelo Novo Ensino Médio. Segundo o órgão, o objetivo da mudança é permitir a democratização das oportunidades de acesso ao ensino superior. Disponível em: <https://www.politize.com.br/novo-enem/>. Acesso em: 04 dez. 2022.

<sup>11</sup> São elas: Linguagens e Códigos e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias e Ciências da Natureza e suas tecnologias.

<sup>12</sup> As habilidades estão disponíveis em: [https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz\\_referencia.pdf](https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf). Acesso em: 31 ago. 2022.

<sup>13</sup> Até o ano de 2013, o nome do documento era “Guia do Participante” o qual foi substituído pela Cartilha do Participante no ano de 2016 e teve publicações até o ano de 2020. Buscamos, no site, a cartilha de 2021 com as redações de 2020, mas não encontramos. Nesse contexto, resolvemos analisar as redações divulgadas até 2019. Ressaltamos que optamos por analisar apenas as redações divulgadas nas cartilhas.

<sup>14</sup> Em cada edição do documento são apresentados textos que foram realizados na edição anterior. Por exemplo: “Guia do Participante 2013” traz os exemplares textuais de 2012. “Cartilha do Participante 2018” contém os textos produzidos na edição de 2017.

modo geral, pois as cartilhas podem servir como “material didático” fortalecendo os estudos das pessoas envolvidas com a resolução da prova a cada ano.

A Prova de Redação do ENEM, atualmente, é exposta após as questões objetivas referentes à área de Linguagens e Códigos de suas tecnologias. Eis um modelo contido na edição de 2019:

Figura 1 - Modelo da prova de Redação do ENEM

**enem2019**

**INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO**

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópias dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
  1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
  2. fugir ao tema ou que não atenda ao tipo dissertativo-argumentativo.
  3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.
  4. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

**TEXTOS MOTIVADORES**

**TEXTO I**  
No dia da primeira exibição pública de cinema — 28 de dezembro de 1895, em Paris —, um homem de teatro que trabalhava com mágicas, Georges Méliès, foi falar com Lumière, um dos inventores do cinema; queria adquirir um aparelho, e Lumière desencorajou-o, disse-lhe que o “Cinematógrafo” não tinha o menor futuro como espetáculo, era um instrumento científico para reproduzir o movimento e só poderia servir para pesquisas. Mesmo que o público, no início, se divertisse com ele, seria uma novidade de vida breve, logo cansaria. Lumière enganou-se. Como essa estranha máquina de austeros cientistas virou uma máquina de contar estórias para enormes plateias, de geração em geração, durante já quase um século?

BERNARDET, Jean-Claude. O que é Cinema. In: BERNARDET, Jean-Claude; ROSSI, Cláudio. O que é Jornalismo, O que é Editora, O que é Cinema. São Paulo: Brasiliense, 1993.

**TEXTO II**  
Edgar Morin define o cinema como uma máquina que registra a existência e a restitui como tal, porém levando em consideração o indivíduo, ou seja, o cinema seria um meio de transportar para a tela o universo pessoal, solicitando a participação do espectador.

GUTFREIND, C. F. O filme e a representação do real. E-Compós, v. 6, 11, 2006 (adaptado).

**TEXTO III**  
**DA TELONA PARA AS TELINHAS**  
CRESCER O PERCENTUAL DE BRASILEIROS QUE FREQUENTAM SALAS DE CINEMA E O AUMENTO POR FILMES TEM O SEU REFLEXO NO CONSUMO DE TV EMPRESAS

PROJEÇÃO PARA 2020: AUMENTO NA PENETRAÇÃO DO CINEMA EMPRESAS: 47% ANTES DE 2019

88% dos telespectadores assistem a filmes na TV, regularmente	17% da população frequenta o cinema, no total
19% dos telespectadores de filmes na TV vão ao cinema	95% dos que foram ao cinema assistem a filmes na TV

Disponível em: [www.melcoementosagem.com](http://www.melcoementosagem.com). Acesso em: 12 jun. 2019 (adaptado).

Disponível em: <https://cinemaperiodico.inec.gov.br>. Acesso em: 13 jun. 2019 (@argumento).

**PROPOSTA DE REDAÇÃO**  
A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

LC - 1ª dia | Caderno 1 - AZUL - Página 20

Fonte: Site Prepara ENEM (2022)<sup>15</sup>.

Como é possível observar, a proposta é muito bem destacada em uma página solo, destinada apenas à contextualização, por assim dizer, para a produção textual. No topo da página, encontram-se as “instruções para a redação”. Trata-se de um conjunto de avisos que alertam o participante sobre como fazer o seu texto e o que acontecerá se ele incorrer em algumas das restrições especificadas para a prova. Em seguida, comumente, quatro textos motivadores são apresentados ao participante e, por fim, o texto com a temática, em destaque,

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.preparaenem.com/enem/redacao-do-enem.htm>. Acesso em: 29 de ago. de 2022.

a tipologia, os critérios para a produção, tais como: registro na norma culta, apresentação de uma proposta interventiva, seleção e organização de ideias que embasem o ponto de vista a ser defendido, são expostos.

A Redação do ENEM constitui-se de um texto dissertativo-argumentativo que tem por mote um tema que contempla a ordem social envolvendo seus mais diversos assuntos, tais como política, religião, cultura, ciência, educação dentre outros. Para o desenvolvimento da escrita, o exame orienta que o participante apresente informações, fatos e opiniões para a defesa de um ponto de vista construído a partir da temática proposta. Além disso, é necessário que o participante também articule uma proposta de intervenção acerca da(s) problemática(s) inserida(s) na discussão textual. Por ser uma avaliação realizada em larga escala e abranger todas as regiões do País, a Prova de Redação ENEM possui uma Matriz de Referência que norteia tanto participantes como professores e avaliadores, em geral, no que se refere às competências examinadas na produção. O texto oficial destaca os seguintes critérios:

**Competência 1:** Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.

**Competência 2:** Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

**Competência 3:** Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

**Competência 4:** Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

**Competência 5:** Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos (BRASIL, 2020, p.8, grifos nossos).

Cada uma dessas competências apresenta seis<sup>16</sup> níveis de avaliação que mensuram as habilidades de escrita dos participantes. Pela estrutura avaliativa que a prova apresenta, uma nota (quantitativa) se faz necessária e, na maioria das vezes, é ela o foco dos participantes. Sendo assim, a Redação ENEM define o total de 40 pontos para cada nível de avaliação, perfazendo a nota completa de 200 pontos em cada uma das competências. Desse modo, ao todo, a Redação ENEM equivale a 1000 pontos no exame.

Conforme a Matriz de Referência da Redação do ENEM, podemos dizer que os critérios que envolvem o uso de recursos modais epistêmicos estão, principalmente, contemplados nas competências 1 e 3. E, no que se refere à Evidencialidade, a competência 2 corrobora a relevância que a indicação da fonte tem sobre as informações repassadas.

---

<sup>16</sup> Com exceção da competência 2, pois não há nível 0.

A competência 1 perfila critérios para avaliar os desvios<sup>17</sup> na redação. Dentre esses critérios, consideramos que os recursos modais epistêmicos são contemplados nas escolhas de registro, principalmente, porque o participante busca fugir da possibilidade de apresentar traços de informalidade e/ ou oralidade em suas produções e, também, no critério de escolha vocabular, uma vez que o participante intenciona dizer algo que realmente permita ao leitor refletir sobre a verdade disposta na argumentação.

A competência 3 explora a capacidade que o participante tem de “selecionar, organizar, interpretar fatos, informações e argumentos...” a fim de defender o ponto de vista por ele expresso como essencial para a resolução da problemática visualizada no tema. Nos textos analisados, o uso de modais epistêmicos, tais como: *certamente, é possível, indubitavelmente*, dentre outros, pelos participantes tem o propósito de marcar seu conhecimento e posicionamento sobre fatos, informações e argumentos que ele seleciona e enuncia no texto, como estratégia que lhes parece eficaz para o convencimento do leitor.

No que diz respeito ao uso de recursos evidenciais, a competência 2 exige que o participante aplique “conceitos das várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema”. Tal determinação direciona o participante a apresentar as fontes das informações dispostas. Em nossa atividade laboral, percebemos que, muitas vezes, a fim de cumprir os critérios de escrita da competência 2, alguns alunos até memorizam frases ditas por celebridades e/ou escritores famosos. Isso significa, a nosso ver, que o uso de mecanismos que expressam a Evidencialidade já são entendidos pelos participantes como uma das partes essenciais para a produção de uma boa redação no ENEM.

Realizada a apresentação de como se constitui a Prova de Redação do ENEM, e quais são as competências que estão, a nosso ver, envolvidas com o uso de recursos linguísticos de Modalidade epistêmica e Evidencialidade, passemos às considerações sobre a caracterização da Redação ENEM enquanto gênero textual. Neste estudo, tomamos por base Oliveira (2016), que define a redação do ENEM como sendo um gênero textual socialmente composto em nosso País; Sá (2018), que corrobora com a definição dada por Oliveira e, acrescenta a necessidade de consideração do contexto sócio-histórico em que o gênero está inserido; Calabria (2020), que categoriza o gênero dissociando a produção escrita no dia da prova real ENEM e a produção realizada em outros ambientes de estudos, isto é, a redação

---

<sup>17</sup> São considerados como desvios de convenções da escrita: acentuação, ortografia, hífen, maiúsculas e minúsculas, separação silábica (translineação); desvios gramaticais: regência, concordância, pontuação, paralelismo sintático, emprego de pronomes, crase; desvios de escolha de escrita: informalidade, marcas de oralidade; desvios de escolha vocabular: escolhas lexicais imprecisas. Disponível em: <https://tutormundi.com/manual/tutores/como-corriger-competencia-1/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

preparatória para o exame. Nesta seção, apresentamos, também, considerações de Connolly (2007) sobre o contexto, a fim de ilustrarmos a relevância desse componente na produção das redações.

## 2.2 O gênero Redação do ENEM

A questão de gênero textual tem sido bastante discutida em trabalhos linguísticos que focalizam a perspectiva textual. Como não é nosso interesse discorrer sobre essas questões teóricas, mas sim destacar o gênero redação do ENEM, resolvemos apresentar a definição de Marcuschi (2002) referente a gêneros textuais, a fim de introduzirmos o assunto numa visão mais ampla sobre o que se entende por gênero textual:

Os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia (sic). São entidades sócio-discursivas (sic) e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa (MARCUSCHI, 2002, p. 19).

Essa explanação nos permite vislumbrar a amplitude dos gêneros textuais com relação ao universo de possibilidades comunicativas nas quais eles são aplicáveis e utilizados já que se constituem como elementos indispensáveis para a situação comunicativa. Para o autor, fundamentado em Miller (1984), “os gêneros são um *‘artefato cultural’* importante como parte integrante da estrutura comunicativa da sociedade” (MARCUSCHI, 2008, p. 149).

Nesse contexto, ressaltamos a importância da Redação do ENEM como “entidade sócio-discursiva” e, por isso, um gênero textual, tendo por base a caracterização do gênero realizada por Oliveira (2016). Para a autora, a Redação do ENEM apresenta características internas e externas que o identificam enquanto gênero textual. Em sua explanação, em primeiro momento, a pesquisadora se dedica a elencar e descrever os aspectos externos que caracterizam a produção. Para tanto, ela adota a concepção de gênero defendida por Miller (2009) reconhecendo-o enquanto “*ação social*”. As características externas são explicitadas da seguinte forma: i) condições de produção - esse aspecto ressalta a situação em que o gênero é elaborado, ou seja, em um curto período de tempo (5h30min) considerando-se que há, também, um conjunto de 90 questões objetivas que constituem a primeira parte da prova, as quais precisam ser resolvidas; ii) condições de circulação - refere-se aos interlocutores que terão acesso à prova, tanto os corretores (inicialmente, os alvos aos quais a redação é destinada) como demais meios de divulgação (principalmente virtuais) dos textos “modelo”; iii) condições de recepção - trata da elaboração do texto conforme as delimitações

especificadas pelo modelo textual e pela grade de correção, configurando-se como um “padrão” ou “modelo” a ser exibido socialmente.

Ao caracterizar o gênero redação do ENEM conforme aspectos internos, Oliveira (2016) relaciona os seguintes parâmetros:

*i) elementos da enunciação: conteúdo temático, construção composicional e estilo*

- O primeiro elemento, o conteúdo temático, é ressaltado pela autora como um “índice de valor social” que atua em uma “situação histórica concreta”. Oliveira (2016) destaca, ainda, que a temática, mesmo sendo compartilhada com todos os participantes, pois é única, permite ao participante construir um enunciado “com sentido único, individual e não reiterável”. (OLIVEIRA, 2016, p. 114). Esse aspecto, como podemos verificar nas redações<sup>18</sup>, com certeza, é bem utilizado no exame e individualiza cada produção. O segundo aspecto, construção composicional, associa a estrutura da redação ENEM à estrutura da redação dissertativa escolar. Nesse ponto, a pesquisadora inclui o elemento argumentativo e a necessidade de elaboração de uma proposta interventiva que respeite os Direitos Humanos vigentes o qual, a nosso ver, é o que mais representa a Redação do ENEM enquanto gênero. Por fim, o estilo é responsável por definir a “interação dialógica entre duas ou mais pessoas” (OLIVEIRA, 2016, p. 114). De acordo com a pesquisadora, o estilo na redação se concretiza mediante uso de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais constituindo a norma escrita formal da língua portuguesa.

*ii) papel dos interlocutores; finalidade da enunciação e esfera de circulação* - na

redação, o papel dos interlocutores é bem definido. De um lado, encontra-se o participante, nas palavras de Oliveira (2016), o produtor textual, que intenciona fazer uma boa redação para que o corretor (interlocutor) avalie a produção como satisfatória. Ao tratar da finalidade de enunciação, a pesquisadora ressalta a determinação expressa pela própria prova que é a de que o participante deve construir um texto expondo um posicionamento crítico sobre a temática estabelecida na edição. Quanto à esfera de circulação, Oliveira (2016) encaixa a Redação do ENEM no âmbito da redação-exame, já que a prova, claramente, tem caráter avaliativo e, por isso, configura-se como um tipo de exame de competências e habilidades.

*iii) estrutura composicional: o plano de texto e a sequência argumentativa* - o

primeiro corresponde à estrutura fixa que a redação já apresenta, no aspecto dissertativo, seguida da elaboração da proposta de intervenção, especificamente solicitada nesse gênero. Já o segundo, pode se apresentar de duas maneiras: ora compondo um esquema textual

---

<sup>18</sup> As redações analisadas estão dispostas a partir do Anexo C desta dissertação.

justificativo cuja estratégia de argumentação é pautada em conhecimentos do próprio participante; ora compondo uma estratégia negociada por meio de um esquema textual dialógico ou contra-argumentativo cuja argumentação se constrói na interação do participante com um contra-argumentador real ou potencial.

*iv) concepção retórica: os tipos de acordo e as técnicas de argumentação* - segundo Oliveira (2016), a Redação do Enem apresenta a estrutura retórica deliberativa (ou política), uma vez que o objetivo da proposta de intervenção é “aconselhar” ou “desaconselhar” como intuito de resolver a situação-problema discutida no texto. Dois tipos de acordo são destacados pela pesquisadora: “tipo de acordo relativo ao real, que comporta fatos, verdades e presunções e o tipo de acordo relativo ao preferível com valores, hierarquias e lugares” (OLIVEIRA, 2016, p. 128). Com relação às técnicas de argumentação, são destacados três agrupamentos: “argumentos quase-lógicos; argumentos baseados na estrutura real e argumentos que fundam a estrutura do real” (OLIVEIRA, 2016, p. 128).

Aos aspectos externos caracterizados por Oliveira (2016) na Redação do ENEM, Sá (2018) propõe o acréscimo de mais um: o contexto amplo da Redação do ENEM. Em Oliveira (2016), o contexto é expresso como relevante para a produção da prova, porém, nesse caso, a pesquisadora leva em conta a situação em que a prova acontece, pois é ressaltado o tempo para resolução do exame (condições de produção), os corretores que avaliarão o texto e a mídia que poderá divulgá-lo caso a nota 1000 seja aplicada (condições de circulação) e os critérios avaliativos propostos pela grade do exame (condições de recepção). Sá (2018) apoia a caracterização desses aspectos e acredita que é preciso atrelar a eles o contexto sócio-histórico o qual é refletido na confecção do gênero.

Para a autora, o contexto sócio-histórico tem o papel de condicionar a estruturação do texto que será escrito no momento da prova. Como já dito, a Redação do ENEM propõe uma temática voltada para o âmbito social, político, científico ou cultural; por esse motivo, é plausível entender a influência que todos esses cenários sociais exercem sobre a produção escrita do participante. Por nosso turno, exemplificamos tal situação com a temática proposta em 2018: “*A manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados da internet*”. Nessa proposta, a temática aborda o contexto de uso dos aparelhos eletrônicos e suas tecnologias de multimídias que são capazes de traçar um perfil do usuário com base em algumas escolhas que ele faça (ou tenha feito) durante o uso da internet. O sistema algorítmico usado nas plataformas virtuais acessadas, após alguns movimentos dos usuários, torna-se capaz de fazer um ‘esquema’ das preferências e buscas do indivíduo e, a partir disso, direciona o usuário para endereços virtuais que veiculem as informações que, potencialmente,

podem ser do interesse dele. Esse contexto virtual é vivenciado não somente no Brasil, mas em todos os lugares do mundo nos quais a internet atua. De acordo com o IBGE<sup>19</sup>, em 90% dos domicílios brasileiros, as pessoas têm algum tipo de acesso à internet. Isso significa que os brasileiros estão expostos ao controle de dados e muitos nem sabem que isso é possível. Nesse contexto, o tema chama a atenção dos participantes e da sociedade em geral para a questão de os indivíduos estarem sendo manipulados em suas escolhas, embora a navegação nas plataformas transpareça que a escolha ainda pertença, unicamente, ao usuário. Um exemplo disso é a plataforma de *streaming* Netflix que apresenta listas específicas para o usuário conforme as escolhas que ele identificou como preferenciais ao adquirir inscrição como cliente da empresa e, também, conforme as escolhas realizadas pela maioria dos assinantes do serviço. A lista “Em alta” faz o usuário criar interesse pelo que “todo mundo” acessou nas últimas horas. A questão é que quem precisa usar a internet, seja para entretenimento, estudos ou trabalho, inevitavelmente, fica exposto a alguma forma de controle de dados.

Considerando o que foi dito, a nosso ver, a proposta de Sá (2018) é significativa para a caracterização do gênero Redação do ENEM, pois é fato que o exame busca, por meio das competências, estimular os participantes a movimentar os mais variados tipos de conhecimentos por eles adquiridos. A pesquisadora (SÁ, 2018, p. 119) acredita que “... discutir o contexto sócio-histórico da redação do Enem<sup>20</sup> é se debruçar sobre o mundo referido pelo candidato.” Nós concordamos com essa declaração, afinal, toda interação social envolve o meio sócio-histórico que a contextualiza. E esse contexto se encontra referido na redação.

A relevância do contexto para a realização satisfatória de um evento comunicativo também é defendida por Maia-Pires (2019, p. 69) “... a produção e o entendimento de enunciados não ocorrem em um vazio, ou seja, os enunciados são produzidos em contextos comunicativos.”. Para a autora, o propósito dos enunciados é transmitir intenções comunicativas, as quais ocorrem em contextos específicos de interação social e, por esse motivo, devem ser analisadas dentro de seus contextos.

Sá (2018) reforça a importância de ser considerado o contexto amplo da Redação do ENEM, ressaltando o fato de que o participante deve citar acontecimentos externos ao texto e utilizar-se de conhecimentos compartilhados para construir a sua estratégia

---

<sup>19</sup> Esse conteúdo está disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2021#:~:text=Em%202021%2C%20entre%20os%20183,a%20rede%20p%C3%BAblica%20de%20ensino.> Acesso em: 05 dez. 2022.

<sup>20</sup> Termo escrito conforme o texto original da autora.

comunicativa e, desse modo, embasar adequadamente a argumentação. Tal situação é referida nas competências 2 e 3 que especificam:

**Competência 2<sup>21</sup>:** Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

**Competência 3:** Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista. (BRASIL, 2020, p.8).

Na orientação, observamos que “... aplicar conceitos de várias áreas do conhecimento...” significa requerer que o participante se utilize de outras informações além das que estão veiculadas nos textos motivadores. Podemos entender também que “ Selecionar, relacionar, organizar... informações, fatos e opiniões...” desencadeiam processos que envolvem o meio no qual o participante ou está inserido ou tem uma noção de como a situação funciona em determinado ambiente. Para reforçar a relevância do contexto na produção da Redação do ENEM, não podemos esquecer de mencionar a contextualização da temática mediante a disponibilização dos textos motivadores<sup>22</sup>, os quais, às vezes, propiciam o primeiro contato direto do participante com o assunto apresentado na proposta de redação.

Calabria (2020) aborda, em sua pesquisa, a questão da construção de autoria na argumentação realizada no gênero textual Redação do ENEM. O autor, assim como Sá (2018), destaca a posição relevante que o contexto assume na composição do gênero Redação do ENEM. Para o pesquisador, é imprescindível a detenção de conhecimento sócio-histórico pelo aluno<sup>23</sup>, uma vez que, ao ser exposto à necessidade de criar uma redação, por exemplo, do ENEM, ele deve ser capaz de argumentar e se posicionar criticamente colocando-se como sujeito de uma realidade social.

Ainda envolvendo a Redação do ENEM no contexto social do aluno, Calabria ressalta o seguinte:

Entendemos que o texto produzido em ocasião do Enem não se presta a esse papel de ser um grande transformador social, visto apresentar contexto de produção e recepção bastante específico e reduzido à esfera avaliativa, mas a prática de escrita, a construção da autoria, apropriação sobre os temas de relevância social, as mobilizações cognitivas de selecionar, relacionar, hierarquizar as informações em defesa de um ponto de vista, são tarefas que nascem também nesse contexto e extrapolam o mundo da escola, do Exame e podem causar, a posteriori, impactos

---

<sup>21</sup> Grifos nossos.

<sup>22</sup> É relevante destacar que esses textos não devem ser copiados (parcial ou integralmente) nas redações, isso leva à penalização. A função deles, na prova, é contextualizar a temática para que o participante tenha melhor condição para criar ideias e desenvolver argumentos em seu texto.

<sup>23</sup> Utilizamos a palavra “aluno” em vez do vocábulo “participante” - que estamos usando durante todo o trabalho - para respeitar a definição de sujeito dada pelo referido autor.

maiores na sociedade, afinal, é esse o papel da escola – um preparo para a vida (CALABRIA, 2020, p. 80).

A Redação do ENEM, como podemos observar, é considerada gênero textual pelos autores devido à identificação, nos textos, de vários critérios caracterizadores de gêneros textuais que circulam na sociedade. A esses autores acrescentamos Calabria (2020) que, assim como as pesquisadoras citadas, reconhece a Redação do ENEM enquanto gênero textual pertencente ao gênero escolar. Porém, defende que o texto realizado conforme as especificações do ENEM só deve ser considerado o gênero textual Redação do ENEM quando a escrita é realizada no ambiente original de aplicação da prova. Fora desse contexto, as redações escritas conforme os critérios delimitados para a prova ENEM são produções que seguem o modelo de Redação do ENEM. Para o autor, os dois textos guardam semelhança entre si, porém são concretizados em contextos diferentes.

Ao observarmos essa diferenciação entre os contextos de produção dos textos, um, no ambiente escolar, e o outro no ambiente da Prova de Redação do ENEM, percebemos que, realmente, são atividades de escrita pertencentes a contextos diferenciados, uma vez que, na escola, o aluno está desenvolvendo suas habilidades de produção textual e, por esse motivo, provavelmente, tem consciência de que os erros poderão ser justificados ao professor, além disso, outras oportunidades de escrita para o melhoramento da nota acontecerão com periodicidade seja semanal, quinzenal ou mensal. Já na Prova de Redação do ENEM, o participante não tem a possibilidade de justificar erros nem terá acesso a outras oportunidades de realização do exame fora do período destinado para a prova, a qual só ocorre uma vez por ano. Essas situações nos levam a concordar com a diferenciação apresentada por Calabria (2020).

Nesse contexto, percebemos que o gênero Redação do ENEM exige uma postura diferente em relação à abordagem da temática, pois o participante precisa observar muito bem para qual direção a apresentação das informações, fatos e opiniões está seguindo, a fim de evitar dizer o que não é de sua intenção dizer e, também, evitar penalização por situações que levam à nota zero na prova total<sup>24</sup> ou em uma das competências como, por exemplo, na

---

<sup>24</sup> Entre 2013 e 2016, os editais da Redação do ENEM estabeleciam que o desrespeito aos Direitos Humanos seria um dos critérios de anulação da prova. De acordo com o INEP, seria considerado “desrespeito ao Direitos Humanos” as seguintes ações: “... defesa de tortura, mutilação, execução sumária e qualquer forma de ‘justiça com as próprias mãos’, a incitação a qualquer tipo de violência motivada por questões de raça, etnia, gênero, credo, condição física, origem geográfica ou socioeconômica e a explicitação de qualquer forma de discurso de ódio voltado a grupos sociais específicos.” (texto adaptado). Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2017-10/regra-sobre-direitos-humanos-na-redacao-esta-no-enem-desde-2013-veja> . Acesso em: 10 abr. 2023.

competência 5<sup>25</sup>, a qual penaliza o participante caso, em seu discurso, ele venha a apresentar enunciados que desrespeitem premissas defendidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>26</sup>. A nosso ver, essas penalizações são mais recorrentes quando a temática aborda contextos que discutem questões que envolvem alguma forma “violência”. No quadro a seguir apresentamos um recorte de quatro edições para fazer um comparativo entre os números.

Quadro 1 - Comparativo entre temáticas das edições 2014-2017

ANO	TEMA	NOTAS ZERO	PERCENTAGEM
2014	Publicidade infantil em questão no Brasil.	955 (de 248.471 textos) <sup>27</sup>	0,38%
2015	A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira.	10.000 (de 53.032 textos) <sup>28</sup>	18,85%
2016	Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil.	4.798 (de 291.806 textos)	1,6%
2017	Desafios para a formação educacional dos surdos no Brasil.	205 (de 4.416,173 textos)	4,6% <sup>29</sup>

Fonte: Elaborado pela autora.

<sup>25</sup> Em 2017, uma ação judicial movida pela Escola Sem Partido conseguiu que o critério “desrespeito aos Direitos Humanos” fosse desconsiderado para a anulação da Prova de Redação do ENEM. No entanto, o INEP incluiu o referido critério como parte dos elementos que devem ser considerados para atribuição de nota dentro de uma das competências avaliadas, no caso, a competência 5. No site G1, um trecho do edital explicita que “... A proposta de intervenção é uma das cinco competências exigidas dos alunos, e cada uma delas vale 200 pontos. Ao desrespeitar os direitos humanos ao dissertar sobre o problema proposto, o candidato vai tirar **ZERO** apenas neste item e poderá, no máximo, tirar nota 800 na redação.” Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2017/noticia/no-enem-2016-so-008-das-redacoes-foram-anuladas-por-desrespeito-aos-direitos-humanos.ghtml> . Acesso em: 10 abr. 2023. (grifo nosso).

<sup>26</sup> Artigos disponíveis em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> . Acesso em: 10 abr. 2023.

<sup>27</sup> Informações disponíveis em: <https://veja.abril.com.br/educacao/enem-2015-mais-de-53-mil-candidatos-tiraram-zero-na-redacao/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

<sup>28</sup> As informações apresentam a quantidade aproximada, uma vez que os sites pesquisados variaram as quantidades expressas. As informações dispostas no quadro estão disponíveis em: [http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/40331-redacoes-que-desrespeitem-os-direitos-humanos-tem-nota-zero#:~:text=Cerca%20de%2010%20mil%20reda%C3%A7%C3%B5es,que%20violavam%20os%20direitos%20humanos](http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/40331-redacoes-que-desrespeitem-os-direitos-humanos-tem-nota-zero#:~:text=Cerca%20de%2010%20mil%20reda%C3%A7%C3%B5es,que%20violavam%20os%20direitos%20humanos.). Ressaltamos que a porcentagem (ENEM 2015) também é aproximada e foi realizada com base nas informações dispostas no referido site.

<sup>29</sup> Informamos que, com exceção do ENEM 2015, calculamos as porcentagens considerando apenas o total de textos escritos que receberam nota zero. Esses totais estão especificados na 3ª coluna deste mesmo quadro. Textos em branco, embora sejam contabilizados pelo exame com nota zero, não foram considerados nos cálculos.

Em 2015, a temática abordada pelo ENEM tratava da violência contra a mulher na sociedade brasileira. Como podemos observar, esse tema teve maior quantidade de redações cujas notas foram zeradas por “desrespeito aos Direitos Humanos”<sup>30</sup> em comparação com os temas de 2014 ou 2016. Embora o tema de 2016 também apresente um direcionamento para discussão sobre a problemática da “violência”, no caso desencadeada pela “intolerância”, verificamos que ainda há um distanciamento de notas zero entre as duas temáticas. Acreditamos que o contexto externo à prova, nesse caso, principalmente - o familiar, tenha contribuído para que muitos participantes tenham ferido o critério - desrespeito aos Direitos Humanos.

Tal situação nos faz lembrar as considerações de Connolly (2007) sobre a influência que o contexto pode exercer sobre o discurso. Segundo o autor, determinadas formas de apresentar um assunto podem ser válidas ou não dependendo do contexto no qual o discurso está sendo desenvolvido. Na temática que aborda a violência contra a mulher, acreditamos que a recorrência dos casos noticiados na mídia molda um contexto de insatisfação com o trabalho da justiça e de sensação de impunidade que pode ter levado muitos participantes a expor posições extremas a fim de solucionar a problemática.

Para ilustrar o que pode ser aceitável conforme o contexto de interação verbal, Connolly usa o seguinte exemplo: “... uma frase como ‘O esquilo repreendeu o coelho’ seria aceitável no contexto de um conto de fadas, mas não em contexto de artigo científico.”<sup>31</sup> (CONNOLLY, 2007, p. 18). No caso das temáticas de 2015 e 2016, se há menção à “violência” que é exercida sobre alguns membros da sociedade, não é de se estranhar que alguns participantes expusessem posições condizentes com seus próprios “sentidos de justiça”, as quais, pelo contexto sociocultural vivenciado em muitas comunidades brasileiras, direciona a perspectiva de “fazer justiça” ao cometimento de alguma forma de “violência”. Porém, o contexto “sociocultural restrito - ‘co-texto’” (CONNOLLY, 2007, 2014) de produção da Redação do ENEM inviabiliza a possibilidade de externar posicionamentos contrários à Declaração dos Direitos Humanos e, por isso, o participante deve considerar novos contextos para desenvolver sua argumentação e defender seus pontos de vista.

---

<sup>30</sup> Eis algumas frases que foram avaliadas pela banca do ENEM como contrárias aos “Direitos Humanos”: ENEM 2015: “... (deve) ser massacrados na cadeia.”; “... as mulheres fazerem justiça com as próprias mãos.” ENEM 2016: “... que a cada agressão cometida o agressor recebesse na mesma proporção, tanto agressão física como mental...”; “... o governo deveria punir e banir essas outras “crenças”, que não sejam referentes a Bíblia.” Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2017/noticia/enem-veja-frases-contras-os-direitos-humanos-que-ja-levaram-a-nota-zero-na-redacao.ghtml> . Acesso em: 11 abr. 2023. Ressaltamos que os textos foram transcritos conforme estão no referido site.

<sup>31</sup> No original: For example, a sentence like ‘The squirrel scolded the rabbit’ would be acceptable in the context of a fairy story but not in the context of a scientific paper. (CONNOLLY, 2007, p. 18).

Voltando ao exemplo dado pelo autor, se a frase fosse escrita no gênero Redação do ENEM, poderia ficar fora de contexto, possivelmente, levando o participante a receber nota zero por uma das justificativas: 1) Não atendimento à tipologia dissertativo-argumentativa (caso o participante escrevesse um contexto integral de fábula ou de contos de fadas, por exemplo) ou 2) Parte desconectada do tema (caso o participante escrevesse a frase sem qualquer vinculação com a temática desenvolvida nas linhas de texto válidas). Embora a frase estivesse corretamente apresentada conforme a gramática normativa, ainda assim, o contexto “sociocultural restrito” de produção da prova é específico em delimitar padrões estruturais como, por exemplo, uma tipologia, a qual é sabidamente dissertativo-argumentativa; um número mínimo de linhas escritas - 08, uma abordagem temática da qual não se deve fugir. O que queremos dizer com essa ilustração é que o contexto desempenha papel relevante não somente na discussão textual, como se fosse uma espécie de “cenário”, mas, também, na produção da estrutura do gênero, isto é, o contexto situacional<sup>32</sup> que abrange os contextos físico e sociocultural.

Para finalizarmos a questão da caracterização do gênero Redação do ENEM, Calabria diz que a redação do ENEM é “gênero textual escrito e institucionalizado, dada a sua natureza: a) singular; b) avaliativa; c) pontual; d) regular e; e) limitada” (CALABRIA, 2020, p. 165). É singular, pois apresenta uma formatação que une a dissertação escolar e a proposta de intervenção. É avaliativa, porque está inserida em uma avaliação e obedece a critérios que se concretizam por meio de uma nota. É pontual, porque sua realização ocorre uma vez por ano, em um dado momento e em um contexto específico. É regular, pois a prova de redação faz parte do ENEM desde a primeira aplicação do exame. E, por fim, é de natureza limitada, porque obedece a critérios que limitam a escrita como: estruturais (a tipologia predominante precisa ser dissertativo-argumentativa); temáticos (cada edição propõe um único tema); de representação (a redação deve conter entre 8 e 30 linhas escritas para que a representação argumentativa seja considerada válida para a correção em todas as competências).

Com base nessa caracterização proposta pelos pesquisadores, assumimos, também, a Redação do ENEM como gênero textual socialmente composto. Ressaltamos a relevância da prova no âmbito educacional do País enquanto parte da política pública de acesso ao meio universitário mais abrangente da história brasileira e destacamos a

---

<sup>32</sup> Connolly (2007) apresenta distinções de contextos: linguístico, situacional, físico, sociocultural, restrito, amplo, mental e extramental. O contexto situacional que destacamos, segundo o autor, pode ser dividido em físico - aborda aspectos relacionados a tempo e espaço; e sociocultural - inclui normatizações de pensamentos e comportamentos. A nosso ver, o contexto situacional é tão relevante na produção da Redação do ENEM quanto o contexto linguístico, afinal, o participante escreve sobre aquilo que ele acredita saber. No capítulo 3, tratamos das distinções apresentadas por Connolly (2007) revisadas em Connolly (2014).

singularidade desse recurso avaliativo, pois, a nosso ver, a escrita da Redação ENEM estimula o participante a refletir sobre o contexto em que está inserido, a externar seu ponto de vista, a articular argumentos para ser compreendido da melhor forma possível e, por fim, a redação concede voz ao participante quando exige que ele construa uma intervenção plausível para aplicar na resolução da situação-problema por ele identificada.

Por todos os parâmetros que o exame determina, acreditamos que é, na comunicação, ou seja, dizer exatamente o que precisa ser dito sobre a discussão da temática, que a Redação do ENEM lança seu principal desafio, pois ela exige que o participante se expresse, mas que respeite tanto a escrita formal, ou seja, atente para o uso linguístico, gramaticalmente, adequado (uma tarefa que já não é tão fácil) quanto para a questão de respeitar os “Direitos Humanos” ao explicitar suas opiniões, isto é, o participante pode apresentar a própria opinião, porém não pode expressá-la de qualquer maneira. É nesse âmbito que a modalização dos enunciados, muitas vezes, acontece, já que o Falante precisa marcar sua posição sobre as problemáticas que ele acredita serem significativas na discussão. Essa modalização é realizada pelo Falante por meio de recursos linguísticos diversos abrangendo as categorias modais em geral. E, para fundamentar ou mesmo reforçar a informação transmitida no texto, o participante, comumente, usa marcas evidenciais na intenção de demonstrar que seu conhecimento, sua posição não se constitui por um “achismo” qualquer.

Em nossa pesquisa, pretendemos saber como a Modalidade epistêmica se manifesta nos textos analisados sendo usada como um recurso de modalização do enunciado responsável por expressar *certeza*, *possibilidade*, *dúvida* do participante acerca da temática desenvolvida. Além disso, pretendemos, também, saber como a Evidencialidade se manifesta nas redações propiciando ao participante a fundamentação adequada para a defesa de seus pontos de vista.

### **2.3 Síntese Conclusiva**

Apresentamos, neste capítulo, uma síntese da história do ENEM com o objetivo de contextualizar a importância do exame dentro do cenário educacional brasileiro. O certame é uma das políticas públicas educacionais mais conhecidas no País, sendo considerado o principal meio de acesso às vagas das instituições acadêmicas.

No capítulo, destacamos a relevância que a Prova de Redação tem com relação aos demais componentes da avaliação geral. Cada vez mais, os participantes buscam

conhecimentos sobre a melhor maneira de construção da tipologia dissertativo-argumentativo requerida pela prova e, com o propósito de auxiliá-los, durante os anos de 2016 a 2020, o INEP divulgou o material didático “Cartilha do Participante”.

Esse documento traz informações sobre os critérios de correção da Prova de Redação e, além disso, disponibiliza exemplos de redações que obtiveram nota 1000 da banca corretora. Por isso, o material tornou-se um aliado tanto dos professores quanto dos participantes, pois apresenta conteúdo de qualidade que direciona o foco de estudos dos concorrentes às vagas universitárias.

Ressaltamos estudos teóricos que caracterizam a Redação do ENEM como gênero textual consolidado nas práticas escolares de comunicação escrita. Salientamos, ainda, a relevância do contexto para a produção do gênero Redação do ENEM.

### 3 FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

Neste capítulo, apresentamos os principais pressupostos elencados pelas teorias funcionalistas voltadas para a análise linguística. Realizamos uma breve explanação sobre a Gramática Funcional proposta por Dik (1997) e, em seguida, expomos a teoria e a arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional elaborada por Hengeveld e Mackenzie (2008). Finalizamos este capítulo com a síntese conclusiva.

#### 3.1 Pressupostos teóricos funcionalistas

A vertente de estudos funcionalistas se desenvolve em abordagens que se diferenciam no modo de análise da língua, mas que convergem com relação ao ponto de partida das análises: a língua deve ser investigada como competência comunicativa<sup>33</sup>. Todavia, isso não significa que as pesquisas funcionalistas deixem de observar a relevância da descrição da estrutura linguística. Para Castilho (2012), as abordagens funcionais da linguagem buscam esclarecer as relações entre forma e função, tendo como foco analítico, principalmente, aquelas funções que, de algum modo, exercem influência na composição gramatical da língua, a forma.

Conforme Pezatti (2004), o paradigma funcional tem origens tão antigas quanto as teorias do paradigma formal. A autora esclarece que, já em Whitney (1897), havia a ideia de que a linguagem funcionava por meio de determinadas instrumentalidades que possibilitavam ao homem a representação, consciente e intencional, de seus pensamentos. Tal perspectiva demonstra que a linguagem não se faz apenas no instante da codificação, mas que é construída considerando que a “expressão na linguagem deve estar a serviço da comunicação” (PEZATTI, 2004, p. 166).

Furtado da Cunha (2008, p. 157) usa o seguinte exemplo para demonstrar como a abordagem funcionalista é capaz de descrever a língua conforme o uso que se faz dela:

- a) Você é desonesto.
- b) Desonesto é você.

No exemplo, é possível verificar o uso dos mesmos vocábulos em a) e b). Também é perceptível que as duas frases são declarativas. No entanto, a ordem de

---

<sup>33</sup> De acordo com Neves (2021), “competência comunicativa é a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória” (NEVES, 2021, p. 28).

composição das frases demonstra que a frase a) não tem o mesmo sentido da frase b) nem se aplica da mesma maneira. De acordo com a autora, a frase b) não seria proferida sem que a frase a) ocorresse antes, pois a segunda sentença é uma devolutiva, sendo, então, necessária para a sua produção a declaração anterior. Nessa abordagem, fica claro que uma explicação da linguagem apenas considerando a organização interna das frases não é suficiente para dar conta de descrever o comportamento linguístico, como ele se faz nas interações verbais. Nesse sentido, a autora destaca que a busca dos estudos funcionalistas é motivada pela necessidade de serem explicadas as regularidades da língua observando as condições de interação discursiva envolvidas no uso.

Nichols (1984) destaca a principal diferença da gramática funcional em relação às gramáticas estrutural e formal. De acordo com a autora, a gramática funcional se diferencia das outras vertentes porque não objetiva ‘modelar’ a análise da língua, mas, sim, explicar os eventos comunicativos realizados durante a situação comunicativa em que ocorrem<sup>34</sup>. A autora ainda enfatiza que “a essência do Funcionalismo é o postulado de que a linguagem atende a fins comunicativos” (NICHOLS, 1984, p. 101-102)<sup>35</sup>.

Dik (1997) conceptualiza que a linguagem deve ser vista como um instrumento de interação verbal que serve aos propósitos comunicativos do usuário da língua natural. O autor, em consonância com a perspectiva funcional de estudos da língua, delimita dois tipos de regras do sistema: “i) as regras que regem a constituição das expressões linguísticas [...] e ii) as regras que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são usadas” (DIK, 1997, p. 03)<sup>36</sup> pelo usuário da língua natural.

Por ser o Funcionalismo linguístico um paradigma amplo de observação e descrição, muitos postulados e princípios envolvem as teorias funcionais. O mais significativo desses princípios direciona a análise funcional para o caminho de produção do objeto: a interação social, ou seja, interessa ao Funcionalismo que a linguagem seja observada e analisada em uso. Isso significa que as explicações sobre os usos das expressões linguísticas precisam levar em consideração motivações extralinguísticas as quais não estão previstas no sistema de decodificação modelado nos limites da oração.

Givón (1995, p. 9) lista algumas premissas funcionalistas:

---

<sup>34</sup> No original: “Functional grammar, then, differs from formal and structural grammar in that it purports not to model but to explain; and the explanation is grounded in the communicative situation” (NICHOLS, 1984, p. 97).

<sup>35</sup> No original: “The essence of functionalism, then, is that language meets communicative ends” (NICHOLS, 1984, p. 101-102).

<sup>36</sup> No original: “i) the rules which govern the constitution of linguistic expressions (semantic, syntactic, morphological, and phonological rules); ii) the rules which govern the patterns of verbal interaction in which these linguistic expressions are used (pragmatic rules)” (DIK, 1997, p. 03).

- a linguagem é uma atividade sociocultural;
- as estruturas não arbitrárias, motivadas, icônicas;
- o significado é dependente do contexto e não atômico;
- a estrutura é maleável e não rígida<sup>37</sup>.

Essas premissas permitem afirmar que, no paradigma funcional, a língua não será analisada apenas considerando as relações das palavras dentro da oração. Essa concepção de análise, para os funcionalistas, deixa à margem da descrição um grupo de componentes linguísticos cuja função pode incidir no modo como a gramática é organizada e apresentada nas sentenças, modificando, por sua vez, a representação linguística no momento de interação social, como foi possível verificar no exemplo dado por Furtado da Cunha (2008).

Para Neves (2013), explicar a língua em funcionamento significa, dentre outras situações, “rejeitar uma modelização que ignora zonas de imprecisão e/ou oscilação”. São essas ocorrências “as verdadeiras testemunhas” de uma instabilidade que, embora paradoxal, provoca o equilíbrio que caracteriza a vivacidade da língua.

Neves (2013, p. 16), também retomada em Neves (2021, p. 30), ancorada em linguistas do paradigma funcional, cita lições básicas que direcionam propostas gramaticais numa perspectiva funcional de estudos da linguagem:

- a gramática organiza, em alguns conjuntos, opções de uso, e o falante procede às suas escolhas fazendo seleções simultâneas. (Halliday, 1973b, 1994, 2004);
- na gramática estão integrados os componentes sintático, semântico e pragmático (Dik, 1978, 1980, 1989a, 1997a, 1997b; Givón, 1984; Hengeveld, 2005);
- as formas da língua são meios para um fim, não um fim em si mesmas. (Halliday, 1985, 2004);
- a gramática resolve-se no equilíbrio entre forças internas e forças externas ao sistema (Du Bois, 1985);
- a gramática é susceptível às pressões do uso (Du Bois, 1993a);
- a língua (e a gramática) não pode ser descrita nem explicita como um sistema autônomo (Givón, 1995).

Ainda de acordo com Neves (2021), estas são as principais assunções funcionalistas:

- a) A forma dos enunciados não é entendida independentemente de suas funções: a teoria da gramática deve integrar o estudo da forma, do significado e do uso, de tal modo que não apenas os traços linguísticos formais, mas também os semânticos e os pragmáticos, sejam abrigados numa perspectiva teórica mais geral [...]
- b) As regularidades das línguas podem ser explicadas em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas as usam [...]
- c) A língua é internamente estruturada como um organismo dentro do qual subsistemas se hierarquizam.
- d) As formas da língua são meios para atingimento dos fins, não são, em si, os fins (NEVES, 2021, p. 29-30).

---

<sup>37</sup> No original: “- language is a social-cultural activity; - structure is non-arbitrary, motived, iconic; - meaning is context-dependent and non-atomic; - structure is malleable, not rigid” (GIVON, 1995, p. 09).

Em resumo, podemos afirmar que interessam à análise funcionalista orientada por uma gramática funcional três aspectos de observação: o uso (em relação ao sistema), o significado (em relação à forma) e o social (em relação ao indivíduo) (NEVES, 2021).

Como afirmamos, mesmo compartilhando esses pressupostos gerais, são muitos os enfoques para a análise funcionalista da língua em uso na interação social, por exemplo, podemos citar, conforme Neves (2021), o modelo da Costa Oeste<sup>38</sup>; o modelo da Holanda<sup>39</sup> e o modelo de Halliday<sup>40</sup>. Por esse motivo, detalhamos, nesta dissertação, apenas a Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), que é o suporte teórico para esta pesquisa sobre a manifestação da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade nas redações de nota máxima do Enem.

### 3.2 A Gramática Discursivo-Funcional (GDF)

O modelo de análise e explicação linguística denominado de Gramática Funcional (GF) foi idealizado pelo linguista holandês Simon C. Dik. De acordo com Mackenzie (2016), atualmente, esse modelo funcionalista não é mais ativamente aplicado, porém é inegável sua contribuição como base teórica para inúmeras pesquisas desenvolvidas na perspectiva funcional até os dias atuais. Além disso, esse modelo teórico antecede e embasa, em seus pressupostos teóricos gerais, a Gramática Discursivo-Funcional, vista como uma expansão da Gramática Funcional.

Conforme Mackenzie (2016), a obra Gramática Funcional (1978), em sua primeira edição, entrelaçava várias influências de outras teorias linguísticas, incluindo algumas gerativistas, e as apresentava coerentemente organizadas em uma nova teoria. Na obra, a sintaxe não é o centro da análise linguística, mas também não é completamente deixada à margem. Com o desenrolar das pesquisas linguísticas, a proposta da gramática foi continuamente desenvolvida, sendo apresentada uma versão mais completa em *The Theory of Functional Grammar* (1997). Nesse trabalho, a proposta da gramática apresenta novas considerações de análise, dentre elas, uma se destacou: a análise envolvendo o discurso.

---

<sup>38</sup> De acordo com Neves, são representantes desse modelo: “Talmy Givón, Sandra Thompson, Paul Hopper, Wallace Chafe e John Du Bois.” (NEVES, 2021, p.135).

<sup>39</sup> São representantes dessa linha funcionalista: Simon Dik; Kees Hengeveld e Lachlan Mackenzie.

<sup>40</sup> O principal representante é Michael A.K. Halliday.

Seguem algumas considerações sobre os princípios de uma gramática com abordagem funcional, bem como a concepção de Dik sobre um modelo de gramática que considere o usuário de uma língua natural.

Conforme Mackenzie (2016), outras teorias gramaticais foram publicadas com o título de Gramática Funcional. Embora essas obras tenham apresentado perspectivas diferentes sobre as análises funcionais, um ponto comum aos modelos é, obviamente, a ideia de que a análise linguística deve envolver os processos implicados no uso da linguagem, ou seja, a interação social deve compor os elementos de verificação.

De acordo com Dik (1978), uma teoria da gramática não deveria limitar-se somente a expor regras linguísticas com base si mesmas e, em vez disso, uma teoria de gramática funcional deve explicar as regras mediante a funcionalidade que elas apresentam em relação aos modos de uso e aos propósitos desses mesmos usos.

Por certo que, para fazer uma análise observando essas considerações, a nova teoria de estudos precisava ser direcionada por outros princípios, os quais deveriam abrigar elementos além dos linguísticos. Dik (1997) propõe três princípios que devem ser considerados para a adequação explanatória de natureza descritiva em uma teoria funcional, são eles: adequação pragmática, adequação psicológica, adequação tipológica.

A *adequação pragmática* decorre do fato de a Gramática Funcional considerar a interação verbal como objeto de análise. Desse modo, para o criador da GF, o modelo de análise linguística deve refletir um modelo de Usuário de Língua Natural (ULN).

A *adequação psicológica* diz respeito à compatibilidade existente entre descrição gramatical e hipóteses psicológicas. Nesse ponto, considera-se o processamento linguístico que relaciona princípios e estratégias responsáveis por determinar os usos das expressões linguísticas. Essas expressões estão divididas em modelos de produção - maneiras mediante as quais os usuários da língua produzem suas expressões linguísticas; e modelos de compreensão - modos como o ouvinte recebe e processa as expressões linguísticas.

A *adequação tipológica* é o princípio que determina que a gramática precisa ser capaz de descrever línguas tipologicamente diferentes. Considerando que as línguas se desenvolvem em sistemas diversos com especificações próprias a cada um, uma gramática funcional deve conter critérios de explicação que abordem semelhanças e diferenças entre sistemas.

O paradigma funcional tem por base de estudos a interação social. Assim, a Gramática Funcional entende que o uso comunicativo da língua é concebido mediante o uso

de um conjunto de capacidades humanas. Esse conjunto de capacidades perfila a construção de um Modelo de Usuário de Língua Natural (M-ULN)<sup>41</sup>.

Dik (1997) trata das capacidades do usuário de língua natural (ULN) que devem ser consideradas em um modelo de gramática funcional. A primeira, a *capacidade linguística*, diz respeito à competência que o usuário tem de produzir e interpretar expressões linguísticas complexas em variadas situações de comunicação verbal. A *capacidade epistêmica* é usada pelo usuário quando ele é capaz de construir, manter e explorar, de diversas formas, uma base de conhecimentos que podem ser recuperados para interpretar expressões linguísticas. Ao usar os conhecimentos adquiridos, o usuário é capaz de derivar outros conhecimentos advindos de processos racionais, lógicos e probabilísticos, desse modo o usuário usa sua *capacidade lógica*. A *capacidade perceptual* advém da derivação de conhecimentos a partir da percepção do ambiente em que está inserido. E, por fim, a *capacidade social* diz respeito ao modo como o usuário consegue se expressar adequadamente em uma situação comunicativa.

Neves (2021) expressa que a Gramática Funcional elaborada por Dik é “decididamente, uma teoria de componentes integrados, uma teoria funcional da sintaxe e da sentença”. A autora ressalta a amplitude da teoria ao envolver esses dois aspectos a mais um componente de análise, o pragmático, constituindo-se como uma teoria ampla da interação verbal.

Como é sabido, a interação social mediante uso da linguagem é foco para os estudos do paradigma funcionalista. Essa interação social, mediada pela linguagem, dá-se de modo cooperativo e estruturado conforme esclarece Dik (1997). A interação verbal configura-se como uma atividade estruturada porque é regida por regras, normas e convenções do sistema linguístico. E é vista como uma atividade cooperativa porque exige que ao menos dois participantes interajam entre si por meio de expressões linguísticas (DIK, 1997)<sup>42</sup>.

A GF propiciou às abordagens funcionalistas novos enfoques teóricos e metodológicos para o estudo da linguagem verbal. Sob a égide dessa teoria, muitas pesquisas foram desenvolvidas em várias partes do mundo.

O modelo da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) é sucessor da Gramática Funcional (doravante GF), apresentando uma expansão do objeto de análise da teoria

---

<sup>41</sup> A sigla está na ordem de escrita do português brasileiro porque foi considerada a tradução apresentada em Pezatti (2004).

<sup>42</sup> No original: “Verbal interaction, i.e. social interaction by means of language, is a form of structured cooperative activity. It is structured (rather than random) activity in the sense that it is governed by rules, norms, and conventions. It is a cooperative activity in the obvious sense that it needs at least two participants to achieve its goals. Within verbal interaction, the participants avail themselves of instruments which, in a general sense of the term, we shall call linguistic expressions” (DIK, 1997, p. 03)

predecessora. A nova teoria representa uma abordagem que considera relevante a natureza da comunicação linguística para as explicações sobre uso da linguagem no discurso.

Ao publicar a última versão da GF, Dik (1997) apresentou uma teoria que relacionava gramática e discurso. Esse novo projeto foi elaborado com a ajuda de um de seus principais discípulos, Kees Hengeveld, que, após o falecimento de Dik, modificou o modelo proposto pela GF, reorganizando critérios de análises e encaixando outros segmentos de observação linguística. A partir daquele momento, agregava-se ao modelo anterior uma concepção de análise gramatical que consideraria fenômenos linguísticos maiores do que a oração ou a frase e, também, caso fosse necessário, poderiam ser verificadas expressões linguísticas menores que ela, mas que fossem capazes de formar um enunciado completo e independente dentro da interação comunicativa. Desse modo, surgia a GDF.

Pezatti (2011) destaca que, embora a GDF apresente em sua denominação a palavra “discurso”, é preciso saber que a teoria não propõe uma “gramática do discurso”, mas que apresenta um modelo estrutural de análise da língua capaz de explicar o porquê de ser a língua um mecanismo de comunicação verbal adequadamente usado pelo falante no discurso. Esse modelo de análise gramatical, por determinar critérios de verificação que sejam capazes de explicar fenômenos linguísticos em diversas línguas, apresenta uma base formal de análise bastante sólida e, por isso, pode parecer mais formal do que funcional.

Para esclarecer tal ponto, Mackenzie (2022) encaixa a teoria da GDF no meio do caminho entre as teorias radicalmente formais e as radicalmente funcionais. Para o autor, é preciso que as operações de Formulação e Codificação sejam observadas em seus componentes de análise. Por exemplo: o aspecto funcional deve ser observado na operação de Formulação mediante análise de funções gramaticais como topicalidade, modalidade e evidencialidade. Já o aspecto estrutural, alvo de críticas por seu significativo perfil formal, deve ser observado na operação de Codificação através de estruturas gramaticais como a oração, o sintagma e a palavra. Mackenzie (2022) ainda destaca que os componentes *Conceitual, Contextual e de Saída*<sup>43</sup> não são gramaticais. Dessa forma, a GDF, mesmo apresentando tendências formais por voltar-se apenas para formulações que têm consequências para a codificação em uma determinada língua (oração, sintagma, palavra, afixo), é caracterizada como sendo um modelo de estudos de abordagem funcional, pois descreve a língua em uso efetivo no discurso. Essa perspectiva de descrição da língua em uso

---

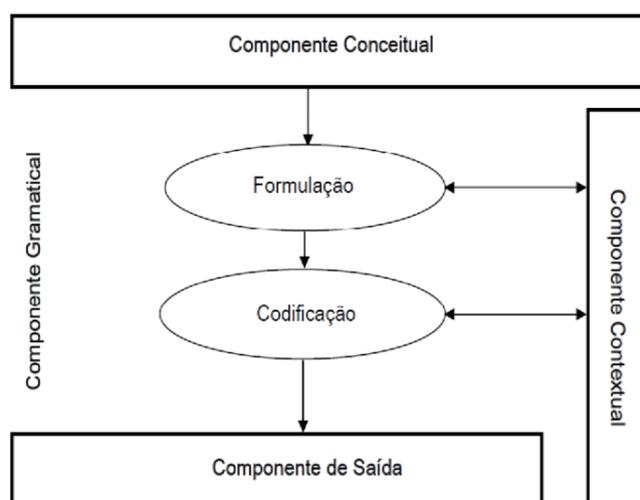
<sup>43</sup> Esses componentes serão descritos no decorrer da seção.

extrapola os critérios de análise linguística preconizados pelos estudos formalistas, ainda que, em algum ponto, uma análise mais formalizada seja, indiscutivelmente, necessária.

### 3.2.1 A Arquitetura da GDF

O modelo proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008) apresenta uma estrutura de análise que envolve quatro grandes componentes: *o Conceitual*, *o Contextual*, *o Gramatical* e *o de Saída*. Cada componente possui suas especificidades para a descrição linguística. Porém, é no Componente Gramatical, já na arquitetura desenhada pelos teóricos, que ocorrem dois processos primordiais: as operações de Formulação e Codificação, as quais são responsáveis por interligar os quatro componentes necessários à descrição linguística. A figura 2 ilustra a organização do modelo em linhas gerais.

Figura 2<sup>44</sup> - Interação dos componentes na GDF



Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 44).

Cada componente desenvolve um processo específico para a análise linguística. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 44-45) tem-se a seguinte descrição:

i) *Componente Conceitual* - é onde se inicia o desenvolvimento da intenção comunicativa e das conceptualizações associadas a eventos extralinguísticos. É determinado pelos autores como pré-linguístico, em outras palavras, é a força motriz que gerencia o Componente Gramatical.

<sup>44</sup> Esta figura e a Figura 3 encontram-se no texto *Gramática Discursivo-Funcional* de Hengeveld e Mackenzie (2012), traduzido por Dall'Aglio-Hattner.

ii) *Componente Contextual* - abriga a informação que relaciona as descrições do conteúdo da forma que constroem o discurso precedente e explicita o contexto real de interação verbal entre os participantes da comunicação.

iii) *Componente Gramatical* - é o meio em que são efetivadas as operações de Formulação e Codificação. A primeira operação ocorre dentro dos Níveis Interpessoal e Representacional e faz referência às regras que determinam o que se devem considerar por representações semânticas e pragmáticas subjacentes validadas em uma língua. A segunda ocorre nos Níveis Morfossintático e Fonológico e diz respeito “a regras que convertem essas representações semânticas e pragmáticas em representações fonológicas e morfossintáticas.” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 44).

iv) *Componente de Saída* - possibilita a produção das expressões acústicas ou escritas após o recebimento de informações cedidas pelo componente gramatical.

Com essa organização, a GDF apresenta um modelo de estudo da linguagem que tem similaridade com o processo de comunicação natural dos falantes. Esse modelo é denominado pelos autores da teoria como “top down”, pois faz com que a análise e a descrição linguística sejam consideradas desde a intenção do Falante<sup>45</sup> e se desenvolva até a articulação acústica ou escrita expressa no fim do propósito comunicativo. Essa configuração assemelha-se ao processo de produção linguística do falante. Os autores afirmam o seguinte:

Estudos psicolinguísticos (por exemplo, Levelt, 1989) mostram claramente que a produção da linguagem é um processo de cima para baixo, que começa com as intenções e termina com a articulação da expressão linguística real (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.2, tradução nossa)<sup>46</sup>.

Conforme Hengeveld e Mackenzie (2012), a GDF, mesmo apresentando uma estrutura de verificação linguística que reflete o processo de produção comunicativa do falante, não deve ser considerada um modelo de comunicação do falante, mas sim, como uma “(...) teoria sobre a gramática que tenta refletir as evidências psicolinguísticas em sua arquitetura básica” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 45), sendo, de acordo com Pezatti (2011), uma teoria que atende à adequação psicológica para nortear uma explicação funcional da linguagem.

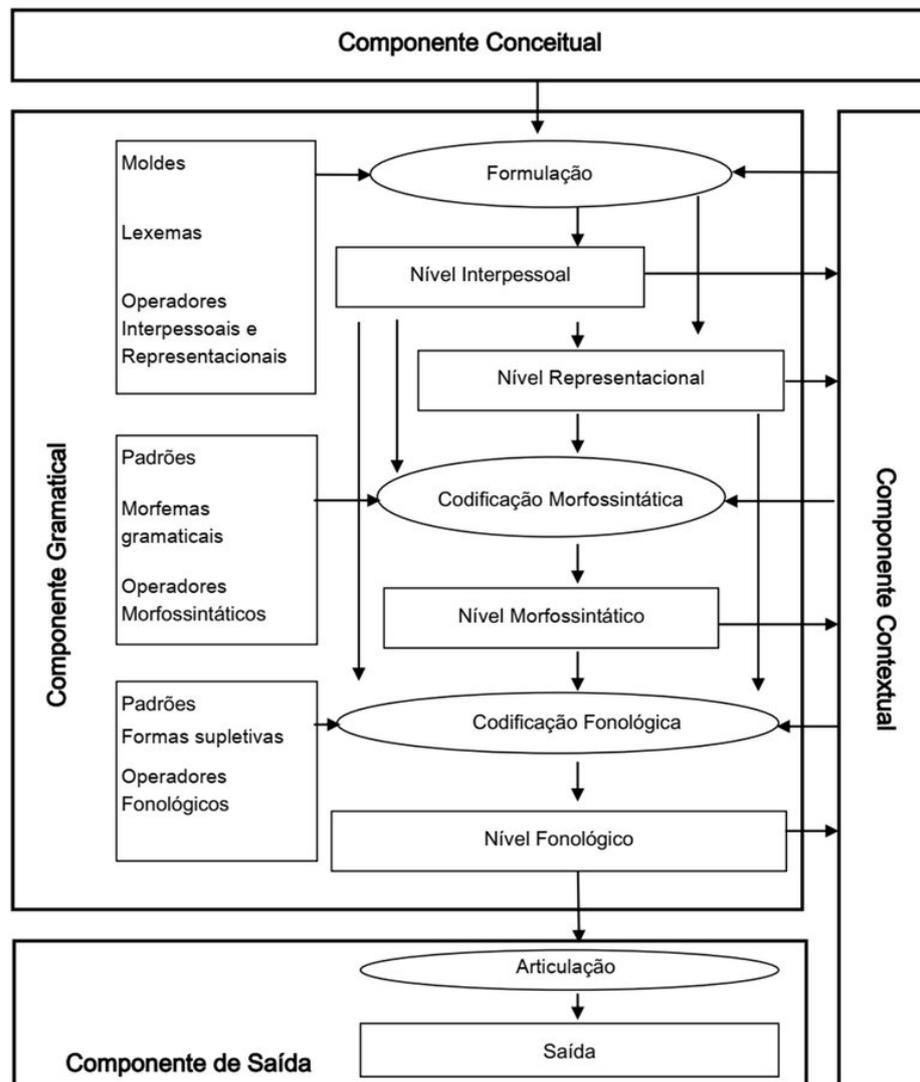
---

<sup>45</sup> A teoria da Gramática Discursivo-Funcional utiliza os termos técnicos - Falante e Ouvinte - para identificar os participantes da interação verbal. Essa identificação é utilizada tanto para análise de enunciados, originalmente, falados como para escritos.

<sup>46</sup> No original: “Psycholinguistic studies (e.g. Levelt 1989) clearly show that language production is a top-down process, which starts with intentions and ends with the articulation of the actual linguistic expression” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 02).

A arquitetura geral do Componente Gramatical da GDF está dividida em níveis e camadas. Cada nível possui organização própria sendo subdividido em camadas que são hierarquicamente compostas.

Figura 3 - Modelo de organização da GDF



Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 46).

Na figura 3, estão destacados no topo, nos lados - os componentes; nas elipses, as operações; nos quadrados, os primitivos usados nas operações; e nos retângulos, estão os níveis de representação.

Como dissemos, os componentes da GDF estão organizados com vistas a assemelhar o modelo de gramática com o processamento linguístico do falante. O Componente Conceitual diz respeito ao fenômeno pré-linguístico, pois ele abriga a intenção

comunicativa do Falante e as representações mentais que estão envolvidas com ela. Logo após, a operação de Formulação, já no Componente Gramatical, encarrega-se de traduzir essas representações conceituais em informações semânticas e pragmáticas atuantes, respectivamente, nos Níveis Interpessoal e Representacional. As informações relacionadas nos Níveis Interpessoal e Representacional são traduzidas em outras estruturas, as morfossintáticas, mediante a operação de Codificação morfossintática. Esse processo ocorre dentro do Nível Morfossintático. No Nível Fonológico, os demais níveis são traduzidos por meio de estruturas fonológicas.

No Componente Gramatical, a GDF assume sua aparência mais formalizada, levando a abordagem funcional a uma abordagem mais lógica de análise. Ao envolver os componentes, as operações e os níveis, o modelo da GDF organiza os domínios da Pragmática, da Semântica, da Morfossintaxe e da Fonologia. Esses domínios articulam-se entre si configurando um processo hierárquico de organização da gramática no qual “... a Pragmática governa a Semântica, a Pragmática e a Semântica governam a Morfossintaxe, e a Pragmática, a Semântica e a Morfossintaxe governam a Fonologia” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 47)<sup>47</sup>.

Hengeveld e Mackenzie (2012) esclarecem o motivo de a GDF ser um modelo de análise linguística confiável para a análise e descrição tipológica da linguagem:

A GDF é uma teoria capaz de fornecer um quadro para a enunciação e a comparação dos universais da linguagem (tanto absolutos como estatísticos) e de oferecer um modelo coerente para o tipo de descrição linguística que supre as investigações tipológicas. Com suas estruturas em camadas de formulação e de codificação, que definem um espaço no qual a atividade linguística é compelida a operar, a GDF permite comparações mais confiáveis entre sistemas linguísticos (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 49).

Na organização do modelo, quatro níveis são propostos: Nível Interpessoal (NI), Nível Representacional (NR), Nível Morfossintático (NM) e Nível Fonológico (NF). A estrutura geral descrita em camadas nos níveis é a seguinte:

- $(\pi v_1: [\text{núcleo } (v_1)\Phi]: [\sigma (v_1)\Phi])$

Na notação,  $v_1$  representa a camada da variável em análise. Essa camada é restringida por um núcleo que toma a variável como seu argumento, e pode ser ainda mais restringida por um modificador ( $\sigma$ ) que toma a variável como seu argumento. Um operador ( $\pi$ ) pode especificar uma camada e esta pode conter uma função( $\Phi$ ). Os colchetes restringem

---

<sup>47</sup> Tradução de Dall’Aglia-Hattner (2012). No original: “... Pragmatics governs Semantics, Pragmatics and Semantics govern Morphosyntax, and Pragmatics, Semantics and Morphosyntax govern Phonology.” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13).

relações equipolentes, ou seja, configurações não hierarquizadas. Os níveis são de natureza essencialmente linguística. Desse modo, somente o que é gramatical nas línguas é relevante para a descrição nesse estágio de análise.

O Nível Interpessoal (NI) reúne todas as distinções de Formulação que sejam referentes à interação verbal. Essas distinções podem ocorrer em duas camadas: superior, na qual estão abrigadas as noções retóricas de estruturação do discurso; e a inferior, na qual estão abrigados elementos pragmáticos que dizem respeito a como o falante molda sua mensagem levando em conta sua própria expectativa em relação aos conhecimentos e sentimentos do ouvinte. Hengeveld e Mackenzie propõem a seguinte estrutura hierarquizada:  $M_1$ .

#### Esquema 1 - Organização do Nível Interpessoal (NI)

$(\pi M_1: [$	Movimento <sup>2</sup>
$(\pi A_1: [$	Ato Discursivo
$(\pi F_1: ILL (F_1): \Sigma (F_1))$	Ilocução
$(\pi P_1: \dots (P_1): \Sigma (P_1))_S$	Falante
$(\pi P_2: \dots (P_2): \Sigma (P_2))_A$	Ouvinte
$(\pi C_1: [$	Conteúdo Comunicado
$(\pi T_1: [\dots] (T_1): \Sigma (T_1))_\Phi$	Subato de atribuição
$(\pi R_1: [\dots] (R_1): \Sigma (R_1))_\Phi$	Subato de referência
$] (C_1): \Sigma (C_1))_\Phi$	Conteúdo Comunicado
$] (A_1): \Sigma (A_1))_\Phi$	Ato Discursivo
$] (M_1): \Sigma (M_1))$	Movimento

Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 51)

O esquema 1 apresenta as camadas de organização do NI: ( $M_1$ ) Move representa a maior unidade de interação que deve ser focalizada na análise gramatical. Essa unidade pode ser composta por um ou mais de um Ato Discursivo (A), o qual é formado a partir de uma ou mais Ilocuções (F). Na produção dos atos discursivos, é prevista a interação entre os Participantes (P), porém podem ocorrer situações em que apenas o Falante ( $P_1$ ) produza frases. Nesse contexto, o Ato Discursivo mostrará, minimamente, a Ilocução (F) e o Falante (P). De acordo com os autores da GDF, esses Atos Discursivos podem ser especificados de três maneiras<sup>48</sup>:

- 1) Expressivos: usados para expressar, diretamente, sentimentos do falante - *Droga!* ( $A_1: [(F_1: /droga/_{Int} (F_1)) (P_1)_S] (A_1)$ )
- 2) Interativos: constituídos de material lexical invariável frequentemente ritualizado - *Parabéns!* ( $A_1: [(F_1: /parabens/_{Int} (F_1)) (P_1)_S (P_1)_A] (A_1)$ )

<sup>48</sup> Exemplos disponíveis em Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 52). Texto traduzido por Dall'Aglio-Hattner.

3) Ilocutivos: compostos por um conteúdo comunicado e uma ilocução (lexical ou abstrata) - *Prometo que estarei lá amanhã.* (A<sub>I</sub>: [F<sub>I</sub>: /promet-/<sub>v</sub> (F<sub>I</sub>)] (P<sub>I</sub>)<sub>S</sub> (P<sub>I</sub>)<sub>A</sub> (C<sub>I</sub>] (A<sub>I</sub>)).

Na interação, comumente, dois participantes (P<sub>1</sub>) e (P<sub>2</sub>) trocam os turnos de fala como Falante e Ouvinte. Os dois podem ser representados por funções, por exemplo:

- (1) Japonês  
 Iroiro-to            *suwan*    san    ni        shitsumon    shimasu.  
 vária-DAT        Swan     Sra    REC    pergunta    fazer  
 “*Eu gostaria de lhe fazer várias perguntas, Sra. Swan.*” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 53).

O Conteúdo Comunicado (C) contém tudo o que o Falante deseja comunicar ao Ouvinte. O Conteúdo Comunicado apresenta operadores e modificadores distintos. (R) e (T) são, respectivamente, os Subatos Referencial e Atributivo que constituem o Conteúdo Comunicado. Esses Subatos correspondem, respectivamente, às ações de evocar um referente discursivo e evocar uma Propriedade. Os autores ressaltam que, em algumas línguas, o Subato é marcado explicitamente, por exemplo:

- (2) Samoan  
 ‘Ua    o    tamaiti    i    Apia.  
 PRF   go   children   LD   Apia  
 “*The children have gone to Apia.*”  
 “As crianças foram para Apia.”<sup>49</sup>  
 (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 107).

Em princípio, de acordo com os autores, o núcleo de (T) é vazio (a propriedade sendo indicada no NR). No entanto, alguns vocábulos podem atuar como modificadores do Subato, por exemplo<sup>50</sup>: *alegadamente, felizmente, realmente.*

- (3) an allegedly defamatory article.  
 “*Um artigo alegadamente difamatório.*”  
 (4) a fortunately slim publication.  
 “*Uma publicação felizmente magra.*”  
 (5) a really nice example.  
 “*Um exemplo realmente bom.*”

<sup>49</sup> Tradução nossa.

<sup>50</sup> Exemplos disponíveis em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 111). Traduções nossas.

O núcleo do Subato (R) pode ser: i) um Subato Atributivo, por exemplo - o chapéu; ii) um nome próprio, como - Maria; ou iii) um núcleo abstrato - pode ser realizado como um pronome ou um afixo. Os vocábulos que podem servir como modificadores do Subato Referencial podem ser adjetivos, por exemplo<sup>51</sup>: *pobre, velho ou pequeno*.

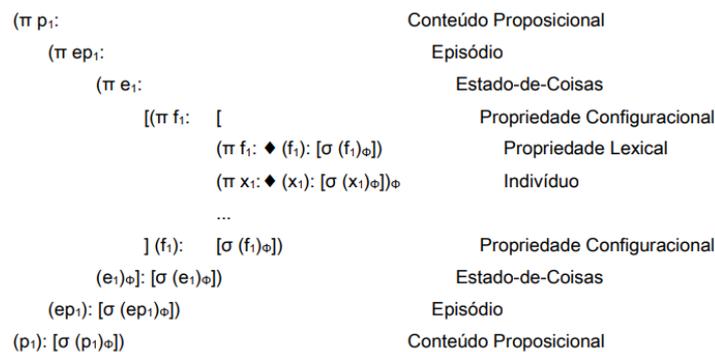
(6) No one was paying attention to the poor me.  
 “Ninguém estava dando atenção ao pobre eu.”

(7) I feel sorry for old Bill.  
 “Tenho pena do velho Bill.”

(8) Don't forget to send a letter to the little old me.  
 “Não esqueça de enviar uma carta para o meu velho eu.”

O Nível Representacional (NR) diz respeito à semântica que é acionada quando as unidades linguísticas representam mundos. Este nível também pode ser entendido como sendo responsável por designar unidades linguísticas. As camadas de análise deste nível são constituídas por categorias semânticas que apresentam sua hierarquização conforme as especificidades de cada língua. O esquema 2 ilustra a organização do nível:

Esquema 2 - Organização do Nível Representacional (NR)



Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 55)

O Conteúdo Proposicional (p) representa os construtos mentais referentes a conhecimentos, crenças e desejos. Ele pode ser dividido em dois tipos: factual - corresponde a conhecimentos e crenças relacionados ao mundo real; não factual - corresponde a desejos e/ou expectativas em relação ao mundo imaginário. Episódio (ep) trata-se de um conjunto de Estados-de-coisas tematicamente coerentes, pois mostra uma unidade de continuidade de

<sup>51</sup> Exemplos disponíveis em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 121). Traduções nossas.

tempo (t), localização (l), e indivíduos (x). O Estado-de-coisas (e) são eventos e estados que podem ser localizados no tempo e serem validados em seu estatuto de realidade. A Propriedade Configuracional (f) contém unidades semânticas que se combinam e não apresentam relação de hierarquia entre si. De acordo com os autores do modelo, “as Propriedades configuracionais constituem o inventário dos moldes de predicação relevantes para a língua” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 57). As seguintes frase exemplificam as camadas citadas:

(9) Jenny believed that/ hoped that/ went home because her mother would visit her.

*“Jenny acreditava que/esperava que/foi para casa porque talvez sua mãe fosse visitá-la.”*<sup>52</sup> (Conteúdo Proposicional)

(10) Coming out, stopping to check the mailbox, taking a look at the drive way and pausing to adjust his hat, he walked to his car.

*“Ao sair, parando para verificar a caixa de correio, dando uma olhada para a calçada e parando para ajustar o seu chapéu, ele caminhou até seu carro.”*<sup>53</sup>(Episódio)

(11) Yesterday Sheila went out before dinner.

*“Ontem Sheila saiu antes do jantar.”*<sup>54</sup> (Estado-de-coisas)

(12) The heavy rainfall caused a lot of damage.

*“A chuva forte causou muitos danos.”*<sup>55</sup> (Propriedade Configuracional)

Os autores da GDF destacam uma diferenciação importante entre o Conteúdo Comunicado (C) - (NI) e o Conteúdo Proposicional (p) - (NR). O primeiro nem sempre é de natureza proposicional. Ele compõe o conteúdo das mensagens expressas no Ato Discursivo. Já o Conteúdo Proposicional (p) pode ser caracterizado conforme a qualificação das atitudes proposicionais do falante, como, por exemplo, na expressão de certeza, dúvida ou descrença. Pode ainda ser caracterizado mediante a qualificação da origem dos conhecimentos, por exemplo: o conhecimento partilhado, as inferências, dentre outros. Outra diferença pertinente é a de que o Conteúdo Comunicado é sempre atribuído ao Falante, enquanto os Conteúdos Proposicionais podem ser atribuídos a outros indivíduos.

O Nível Morfossintático (NM) focaliza a análise das unidades linguísticas observando seus aspectos estruturais. Esse nível é responsável pela codificação das distinções

<sup>52</sup> Exemplo retirado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 144). Tradução nossa.

<sup>53</sup> Exemplo disponível em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 158). Tradução nossa.

<sup>54</sup> Exemplo disponível em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 171). Tradução nossa.

<sup>55</sup> Exemplo disponível em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 181). Tradução nossa.

Interpessoais e Representacionais. No NM, segundo os autores, muito do que é expresso é funcionalmente motivado.

### Esquema 3 - Organização do Nível Morfossintático (NM)

(Le:	Expressão Linguística
(Cl:	Oração
(Xp:	Sintagma
(Xw:	Palavra
(Xs)	Raiz
(Aff)	Afixo
(Xw <sub>i</sub> )	Palavra
(Xp <sub>i</sub> )	Frase
(Cl <sub>i</sub> )	Oração
(Le <sub>i</sub> )	Expressão Linguística

Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 59).

A Expressão Linguística (Le) é qualquer conjunto de unidades morfossintáticas, mesmo que seja formada apenas por uma unidade linguística. A Oração (Cl) é um agrupamento de sintagmas, independentemente da quantidade. Caracteriza-se por apresentar um padrão de organização dos sintagmas e por expressões morfológicas de conexão. O Sintagma (Xp) apresenta como núcleo um item lexical que chega até o NM passando pelos níveis Interpessoal e Representacional. A Palavra (Xw) apresenta constituição complexa, pois pode ser composta por Raiz (Xs) e Afixo (Aff). Além disso, com aumento da complexidade, a palavra pode envolver e encaixar sintagmas e orações, ou seja, camadas superiores do modelo.

O Nível Fonológico (NF) codifica os aspectos que não foram abrangidos pelo NM. Ele fornece o *input* recebido dos outros três níveis e direciona para o componente de Saída. Esse nível é “digital”, pois não reflete a “melodia” da frase entonacional, seu propósito é fornecer um número de indicações em cada camada as quais serão convertidas pelo componente de saída que transforma em um resultado que flui suavemente. A seguir, o esquema 4 desenha a estrutura do NF.

## Esquema 4 - Organização do Nível Fonológico (NF)

( $\pi$ U <sub>i</sub> : [	Enunciado
( $\pi$ IP <sub>i</sub> : [	Frase Entonacional
( $\pi$ PP <sub>i</sub> : [	Frase Fonológica
( $\pi$ PW <sub>i</sub> : [	Palavra Fonológica
( $\pi$ F <sub>i</sub> : [	Pé
( $\pi$ S <sub>i</sub> ) <sup>n</sup>	Sílaba
] (F <sub>i</sub> )	Pé
] (PW <sub>i</sub> )	Palavra Fonológica
] (PP <sub>i</sub> )	Frase Fonológica
] (IP <sub>i</sub> )	Frase Entonacional
] (U <sub>i</sub> )	Enunciado

Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 63).

O Enunciado (U) constitui a maior unidade do NF. Um Enunciado pode expor diferença de altura, o que contribui para demarcá-lo como autônomo em relação à Frase Entonacional. Por sua vez, a Frase Entonacional (IP) é caracterizada por um núcleo tonal que compõe uma ou mais sílabas, sendo essencial no momento de interpretação da frase entonacional. Uma frase entonacional segue uma indicação rítmica a qual, normalmente, separa uma frase entonacional de outra. A Frase Fonológica (PP) deve ser considerada dependendo da língua. Em línguas acentuais, por exemplo, o inglês, uma das sílabas possui acentuação mais significativamente marcada. Em línguas tonais, por exemplo, o sueco, as frases fonológicas apresentam um domínio de sândi tonal. A Palavra Fonológica (PW) é uma parte da estrutura fonológica que mostra uma característica específica que pode estar relacionada a três composições: número de segmentos, recursos prosódicos, domínio das regras fonológicas. Essas palavras são divididas em Sílabas (S) as quais, a depender da língua, agrupar-se-ão em Pés (F). Nas línguas acentuais, essas categorias têm o acento indicado por um operador ‘s’.

Ao observarmos a descrição dos componentes, dos níveis e das camadas que constituem o modelo da GDF, percebemos que os autores, Hengeveld e Mackenzie, preocuparam-se em apresentar uma gramática de cunho funcional, que prevê a análise da língua em uso, e ocuparam-se, também, em revestir a proposta do rigor formal comumente exigido quando o estudo realizado estritamente envolve aspectos gramaticais da língua. Em nossa pesquisa sobre a manifestação dos recursos que expressam a Modalidade epistêmica e a Evidencialidade nas redações que obtiveram nota 1000 no ENEM abordamos, particularmente, os níveis Interpessoal (Pragmático) e Representacional (Semântico), da operação de Formulação, e o nível Morfosintático, de Codificação, com suas respectivas camadas, que serão oportunamente retomadas no capítulo seguinte.

### 3.2.1.1 A relevância do Componente Contextual na análise das redações do ENEM

Na arquitetura geral da GDF (2008), está prevista uma relação interativa dos Componentes Conceitual, Contextual e de Saída com o Componente gramatical, central na teoria. Para o estudo do gênero textual Redação do ENEM, consideramos que além do Componente Gramatical, o Componente Contextual também deve fazer parte da análise, uma vez que esse componente é responsável por abrigar as descrições do conteúdo que formam o discurso precedente do contexto de interação entre os Falantes. Considerando que a Redação do ENEM, como defendem Sá (2018) e Calabria (2020), está relacionada a um contexto sócio-histórico de produção, a análise de categorias que envolvem o Componente Contextual corrobora a caracterização do contexto como pertinente ao gênero Redação do ENEM.

O contexto comunicativo já é discutido na GDF (2008) pelos autores Hengeveld e Mackenzie. Na obra, os autores pontuam que a intenção do Falante não ocorre em um “vazio”, mas, sim, provém de um contexto multifacetado de comunicação<sup>56</sup>. Os autores destacam dois tipos de informações no Componente Contextual: informação imediata - recebida do Componente Gramatical e diz respeito a um enunciado em particular; e informação de longo prazo - acionada durante a interação entre os Falantes, sendo relevante para a distinção necessária na língua em uso. Para ilustrar o Componente Contextual, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 10) usam o seguinte exemplo do espanhol:

- (13)        ¡Qué pálido-a        est-ás!  
               what pale-F.SG COP-IND.PRS.2.SG.FAM  
               ‘How pale you look!’  
               (*Como você está pálida!*)<sup>57</sup>

No exemplo (13), vemos que o uso da forma linguística no feminino “pálida” indica que o enunciado é direcionado a uma pessoa que se identifica como mulher. Dessa forma, é possível afirmar que o exemplo apresentado pelos autores considera o fator de gênero como um dos aspectos semânticos que podem influenciar na escolha linguística do Falante. Outra perspectiva contextual que podemos considerar, pelo enunciado, é a de que a interação verbal parece ocorrer em um contexto de “informalidade” de uso da língua, já que a construção frasal nos leva a inferir que há alguma “familiaridade” entre a pessoa que diz a frase e o

<sup>56</sup> No original: The intention developed by the speaker does not arise in a vacuum, but in a multifaceted communicative context. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.9).

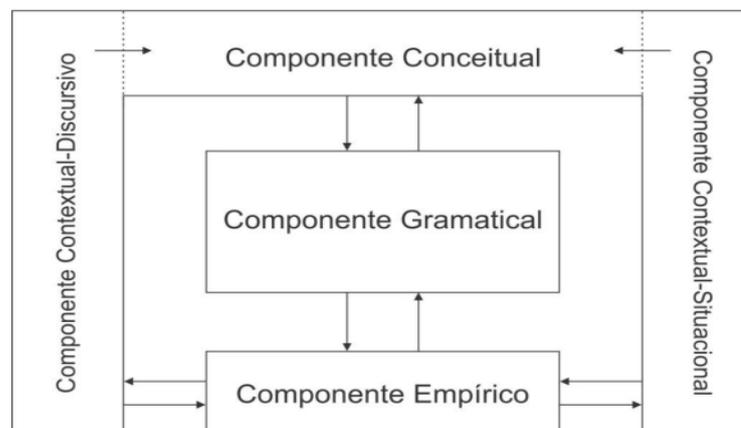
<sup>57</sup> Tradução nossa.

interlocutor a quem ela se dirige. Assim, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), podemos dizer que a GDF admite que fatores como gênero, registro, estilo, dentre outros podem impactar nas escolhas linguísticas realizadas pelo Falante no instante de interação verbal.

Connolly (2014) resume as características básicas que devem ser consideradas para o estudo do contexto na GDF, a saber: i) o contexto está relacionado às propriedades relevantes do âmbito de interação onde se encontram os Falantes; ii) o contexto não é objetivo, mas, sim, faz parte de uma construção subjetiva; iii) o contexto é estruturado em uma hierarquia fundamental. A partir dessa caracterização, o autor faz a seguinte divisão: 1) *contexto discursivo* - apresenta natureza multimodal própria do discurso, pode ser linguístico ou não linguístico; 2) *contexto situacional* - refere-se ao ambiente de interação dos falantes, pode ser físico ou sociocultural. Connolly (2014) ainda delimita outras duas formas de contextos: *mental* - existe no interior da mente dos Falantes, e *extramental* - abrange o universo externo ao Falante.

Connolly (2014) considera o Componente Contextual um supercomponente. Nesse viés, o autor nos apresenta a seguinte arquitetura a fim de destacar a relevância do Componente Contextual no modelo da GDF (2008).

Figura 4 - Arquitetura do Componente Contextual proposta por Connolly



Fonte: Connolly (2014, p. 233)

Como podemos perceber pelos direcionamentos das setas, na arquitetura proposta por Connolly (2014), os componentes também interagem entre si, sendo o Componente Gramatical posição central na interação, assim como ocorre no modelo da GDF (2008).

Em Hengeveld e Mackenzie (2014), o Componente Contextual deve interagir com os demais, funcionando, principalmente, como um “auxiliar” para que o Componente Gramatical funcione satisfatoriamente. Para os autores, os componentes interagem de formas diferentes

com as duas operações fundamentais ocorridas no Componente Gramatical, as operações de Formulação - responsável pela produção de informações de caráter pragmático e semântico válidas na língua e, Codificação - responsável pela representação dessas informações por meio dos níveis Morfossintático e Fonológico.

Hengeveld e Mackenzie (2014) consideram que o contexto pode impactar de modos diferentes dependendo da língua, já que elas são sensíveis, em suas formas, às influências dele. Os autores admitem que há uma relação estreita entre os componentes Gramatical e Contextual, e reconhecem que o componente Gramatical não é capaz de dar conta de tudo que o Componente Contextual envolve, porém, Hengeveld e Mackenzie (2014) pontuam que a interação entre esses componentes e o Gramatical deve ser obrigatória, sendo realizada com base em princípios.

Hengeveld e Mackenzie (2014) salientam que as diferentes organizações socioculturais são responsáveis por produzir diferentes informações contextuais, as quais são expressas nas gramáticas individuais de cada ser. Isso faz com que o Componente Contextual não seja idêntico nas línguas. Por causa dessas diferenciações contextuais, a GDF exclui a análise de categorias que envolvem aspectos como gênero, projeto comunicativo geral etc., dentro do Componente Contextual, uma vez que não se tem uma sistemática influência deles na gramática.

É relevante ressaltarmos que os autores não desconsideram a significância do contexto para a interação verbal, como mostramos, no exemplo (13), os autores destacam o contexto como um dos elementos importantes para a análise gramatical. Para eles, no entanto, o contexto deve ser observado em um modelo mais amplo de análise. Hengeveld e Mackenzie (2014) dividem o Componente Contextual em quatro Estratos, sendo que cada um deles corresponde a um dos níveis do Componente Gramatical (NI, NR, NM, NF). Cada Estrato dá conta de um ou dois tipos de informação que pode ser discursiva ou situacional. A informação discursiva está disponível nos quatro Estratos, enquanto a informação situacional está disponível nos NI e NR, sendo relevante para a operação de Formulação e, nesse caso, significativa para a análise do contexto já que permite que seja realizada uma seleção específica para o evento de fala.

Para finalizarmos as considerações de Hengeveld e Mackenzie (2014) sobre o contexto, apresentamos as três dimensões especificadas pelos autores a fim de marcar o que as informações situacionais podem abranger no Componente Contextual: i) indicação dos participantes no evento de fala; ii) os aspectos do local no qual ocorre o evento de fala; iii) indicação do tempo do evento de fala. A primeira distinção inclui todos os aspectos que são

importantes para a interação entre os Falantes como a indicação gramatical que distingue o sexo dos falantes, o relacionamento social como distinções honoríficas, a presença de múltiplos comunicadores (relevante para a formação de hortativos em certas linguas)<sup>58</sup>. A segunda distinção inclui marcas linguísticas, culturalmente especiais, como uso de dêiticos<sup>59</sup>. Por fim, a terceira distinção demonstra que há uma consciência de mudança no Componente Contextual devido à passagem do tempo durante o evento de fala. Essa distinção é importante para o estabelecimento de tempo absoluto em relação ao tempo relativo e, além disso, é essencial para aplicação, nas camadas do Episódio e do Estado-de-coisas, de operadores e modificadores no NR.

Voltando às considerações de Connolly (2014), destacamos o contexto situacional como mais relevante para a análise do contexto no gênero Redação do ENEM. Segundo o autor, o contexto situacional pode ser dividido em físico - faz referência a entidades animadas e inanimadas, ao tempo e à localização; e sociocultural - relacionado aos participantes do discurso, à ocasião do discurso, ao propósito do discurso. A nosso ver, o contexto situacional abrange as caracterizações que também identificam a Redação do ENEM enquanto gênero.

Na Redação do ENEM, o contexto situacional físico pode ser visualizado por meio de menções dos participantes a entidades inanimadas como a Constituição Federal, por exemplo. A questão do tempo pode ser observada tanto na proposta temática - que sempre aborda um assunto social como problemática recente e a discussão - para aquele período sócio-histórico<sup>60</sup>, como na própria delimitação de tempo para a resolução da prova, o qual, por ser proposto em horas, limita a criação de vários “rascunhos” pelo participante. Já, no que diz respeito à questão da localização, sabe-se que os textos precisam tratar da realidade vivenciada em terras brasileiras. Nas edições analisadas neste estudo, apenas a temática de 2018, “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”, não

---

<sup>58</sup> No original: “... In many languages, the sex of the speakers is important for grammatical distinctions, but not in all; in others the social relationship between them is important, determining the tu/vous distinction in many European languages or the honorific distinctions in languages such as Javanese, Japanese and Korean, but again not in all. It will also be important to indicate the presence of multiple communicators, which is for example relevant for the formation of hortatives in certain languages.” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2014, p. 206).

<sup>59</sup> Os autores exemplificam essas marcações na língua Tidore (falada em uma ilha vulcânica). Lá são distintos por dêiticos quatro marcos “mar”, “terra”, “alto” e “baixo” que são parâmetros para expressões de movimento na ilha. Tal situação requer que a localização de Falante seja sempre considerada no contexto.

<sup>60</sup> Ressaltamos que, na questão da abordagem temática, não há impedimento, conforme os critérios de avaliação da Matriz de Referência da Redação do ENEM, que inviabilize a comparação entre anos, épocas ou períodos históricos na construção argumentativa dos textos.

especifica que a discussão textual deve refletir sobre a problemática no espaço geográfico brasileiro<sup>61</sup>.

O contexto situacional sociocultural também pode ser observado conforme a caracterização do gênero Redação do ENEM. Podemos destacar a presença textual do participante que produz a redação, afinal, ele deve expor um ponto de vista e usar seus conhecimentos para defendê-lo diante da banca corretora. Ao tentar defender seu ponto de vista, o participante usa não só conhecimentos acadêmicos ou sociais amplos, mas também, expressa crenças próprias advindas de seus ambientes particulares de interação a fim de convencer o leitor, nesse caso - a banca, de que seus argumentos são verdadeiros e dotados de credibilidade.

O gênero Redação do ENEM exige, na competência 1, que o texto obedeça à norma culta padrão. Essa delimitação, por sua vez, já caracteriza o contexto situacional sociocultural no aspecto relativo à ocasião em que ocorre o evento de fala, pois o participante precisa cumprir um dos requisitos para obtenção de nota na prova, o qual é obedecer à formalidade da escrita exigida na tipologia dissertativo-argumentativa, única tipologia totalmente<sup>62</sup> aceita na correção do exame. Além disso, o participante precisa resguardar a seriedade da prova de redação do ENEM, evitando fazer “brincadeiras”, “zombarias” ou mostrar desrespeito com a banca ou demais indivíduos implicados por ele na escrita do texto.

Por fim, o contexto situacional destaca a relevância do propósito do discurso. No caso do gênero textual Redação do ENEM, o propósito do discurso é discutir, argumentar e propor uma solução (exequível) para uma determinada problemática expressa na temática da prova. Podemos observar, nas redações analisadas, que os participantes têm consciência de que precisam cumprir com os critérios da prova e, ao fazer isso, eles conseguem: 1) atingir o propósito do discurso; 2) do gênero; e 3) da prova, ou seja, nas redações analisadas, a nota 1000.

Considerados, então, os estudos de Hengeveld e Mackenzie (2008), Connolly (2014) e Hengeveld e Mackenzie (2014), resolvemos analisar sob a perspectiva do Componente contextual, as categorias: Esquema textual - que observa a frequência de uso da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade nas partes estruturais da tipologia dissertativo-argumentativa

---

<sup>61</sup> Ressaltamos também que não há impedimento, pelos critérios de avaliação da Matriz de Referência da Redação do ENEM, que inviabilize qualquer comparação entre o contexto social vivenciado no Brasil com o de outros países.

<sup>62</sup> Salientamos que o participante pode usar outras tipologias textuais em sua redação, mas precisa ficar atento para que essas tipologias não sejam mais constantes, na redação como um todo, do que a tipologia dissertativo-argumentativa. Por exemplo, se o participante faz 28 linhas, no total, e destas 17 são de tipologia narrativa, ele será penalizado na competência 2.

(introdução, desenvolvimento e conclusão); e Adequação e Funcionalidade - que analisa se os recursos que expressam Modalidade epistêmica e Evidencialidade estão, verdadeiramente, adequados em relação a contexto, tendo em vista as prescrições e restrições da Prova de Redação, tal como foi aqui apresentado.

### 3.3 Síntese conclusiva

Neste capítulo, registramos os pressupostos funcionalistas que direcionam as pesquisas sobre a linguagem com foco na interação social. Com base no que foi exposto, notamos a imensa contribuição que a vertente de estudos funcionalistas tem propiciado ao campo dos estudos linguísticos como um todo. Ao entender que a língua apresenta padrões de construção das sentenças que vinculam elementos que estão fora do uso estritamente gramatical, o Funcionalismo amplifica o quadro das teorias sobre a linguagem.

As premissas elencadas por Givón (1995), os princípios expressos por Halliday (1985, 1994, 2004), Du Bois (1993), Hengeveld (2005) citados em Neves (2013, 2021) são norteadores básicos para o entendimento sobre a fundamentação da qual emergem as abordagens funcionais sobre a língua. Em geral, o que todos esses autores afirmam é que a língua não deve ser analisada como sendo objeto autônomo, rigidamente, construído com estruturas sintaticamente previsíveis e funções estáticas.

Destacamos, também, neste capítulo, a teoria funcional que é suporte para a análise e descrição da presente pesquisa: a Gramática Discursivo-Funcional (GDF). Na GDF, o foco da exposição foi o modelo da teoria, criteriosamente arquitetado para assemelhar-se ao processamento linguístico realizado pelo Falante no momento de produção dos atos discursivos.

A teoria da GDF centraliza, em seus estudos, o Componente Gramatical em meio a uma estrutura global de interação que envolve outros três elementos: o Componente Conceitual, o Componente Contextual e o Componente de Saída. Esses elementos interagem como o componente central, ou seja, o Componente Gramatical, influenciando as operações de Formulação e Codificação.

Na organização da estrutura, quatro níveis são destacados: Interpessoal (NI); Representacional (NR); Morfossintático (NM) e Fonológico (NF). Cada um apresenta estruturação particular, mas obedecem a uma organização hierarquicamente configurada em camadas. No NI, as camadas são: Movimento (M); Ato Discursivo (A); Ilocução (F); Falante (P<sub>1</sub>); Ouvinte (P<sub>2</sub>); Conteúdo Comunicado (C); Subato de Atribuição (T); Subato de

Referência (R). No NR, as camadas são: Conteúdo Proposicional (p); Episódio (ep); Estado-de-coisas (e); Propriedade Configuracional (f); Indivíduo (x). No NM, temos as camadas: Expressão Linguística (Le); Oração (Cl); Sintagma (Xp); Palavra (Xw); Raiz (Xs); Afixo (Aff). No (NF) as camadas são: Enunciado (U); Frase Entonacional (IP); Frase Fonológica (PP); Palavra Fonológica (PW); Pé (F); Sílabas (S).

Destacamos, ainda, as considerações de Connolly (2014) acerca da relevância do Componente Contextual na análise de GDF. Para o autor, o contexto faz parte de um supercomponente que é responsável por abrigar descrições das formas e dos conteúdos que propiciam a construção do discurso precedente, sendo, também, responsável por explicitar o contexto real de interação comunicativa dos Falantes.

Connolly (2014) apresenta uma proposta de estudo do supercomponente contextual embasado no modelo da GDF (2008). O autor divide o Componente Contextual em: contexto discursivo (que abrange informações linguísticas e não linguísticas) e contexto situacional (que abrange aspectos físicos e socioculturais). Além dessa divisão, é realizada outra distinção entre contexto mental - faz relação às informações contidas na mente do Falante, e o contexto extramental - faz relação ao universo externo ao Falante.

Hengeveld e Mackenzie (2014) apresentam, por sua vez, considerações sobre a importância de análise do contexto comunicativo. Para os autores, o contexto contribui, em algumas línguas mais, em outras, menos, para a análise gramatical. Porém, não deve ser considerado como foco da análise, mas, sim, como um elemento de complementação da análise realizada. Conforme os autores, o Componente Contextual deve interagir com os demais, Componente Conceitual e de Saída, para que o Componente Gramatical receba as informações necessárias para um correto funcionamento.

Por não funcionar de modo sistemático e idêntico em todas as línguas, para Hengeveld e Mackenzie (2014), o Componente Contextual deve ter restrições de categorias de análise na GDF, por exemplo, restrição de gênero textual, projeto comunicativo, ambiente institucional, dentre outros. Contudo, os autores apresentam uma proposta na qual o Componente Contextual deve ser considerado em um modelo amplo de análise da mente humana. Dessa forma, a proposta de Hengeveld e Mackenzie se materializa a partir da divisão do Componente Contextual em quatro Estratos, os quais seriam aplicados aos níveis NI e NR do Componente Gramatical.

Fechando essa síntese, avaliamos que os autores referenciados nesta seção esclarecem muito bem que a língua não deve ser analisada como um objeto cujo propósito é a expressão em si e por si, mas, sim, que ela deve ser considerada como uma ferramenta de

interação social capaz de envolver recursos de expressividade que extrapolam limites pré-moldados linguisticamente.

#### 4 MODALIDADE E EVIDENCIALIDADE

Sabemos que a raça humana, prioritariamente, comunica-se por meios de sinais e símbolos que contém significados diversos. Alguns desses recursos de comunicação apresentam significados cuja motivação de ser não explicita qualquer relação com outro elemento circunstante daquela realidade, como, por exemplo, o substantivo *mar*. Outros, porém, originam-se de elementos nomeados anteriormente, como, por exemplo, o substantivo *maré*. Enfim, chamamos a atenção neste momento para o fato de que a necessidade de comunicação humana exige que os meios utilizados para tal ação sejam variados, no entanto, por acatar um processo lógico de agilidade nessa comunicação e por limitações naturais de memória, esses recursos não podem ser infinitos nem permitirem uma infinidade de construções frasais, pois, se assim fosse, a competência comunicativa dos humanos poderia ser prejudicada.

Ainda que os recursos de interação social não possam ocorrer de variadas maneiras, tendo como premissa apenas a vontade de uso do Falante, algumas vezes, formas já gramaticalizadas e com significados socialmente solidificados, recebem novas conotações e passam a comunicar mensagens além das que são tidas como “verdadeiras”. Nesse momento, uma descrição da língua fundamentada apenas na ordenação dos vocábulos dentro da sentença se mostra insuficiente para dar conta de analisar o processo linguístico realizado. É nesse contexto que a abordagem funcionalista da língua apresenta sua relevância.

A perspectiva funcional entende que a competência comunicativa deve ser considerada parte do processo de descrição da língua, pois ela demonstra a capacidade que os indivíduos têm de usar as expressões linguísticas adequadamente considerando o contexto de interação social no qual estão inseridos. Eles são capazes, de acordo com Neves (2021), de codificar, decodificar e interpretar satisfatoriamente as informações que circundam seu contexto comunicativo.

A capacidade de lidar com a língua em diferentes contextos de interação verbal tem propiciado aos estudos linguísticos diversas formas de apreciação dos recursos comunicativos, dentre elas, a relevância do *modo* para a composição e interpretação das frases tem recebido destaque. Conforme Castilho e Castilho (2002), dois componentes são reconhecidos pela gramática tradicional: o componente proposicional, composto por sujeito + predicado (*dictum*), e o componente modal, que expressa a qualificação proposicional de um

conteúdo em consonância com o julgamento do falante<sup>63</sup> (*modus*). Tal julgamento realizado pelo Falante pode ser expresso de duas maneiras: 1) apresentação do conteúdo proposicional<sup>64</sup> numa forma assertiva, que pode ser de afirmação ou negação, interrogativa ou imperativa; 2) defesa de posição do falante em relação ao valor de verdade expresso no conteúdo proposicional.

De acordo com Castilho e Castilho (2002), podemos entender por Modalidade a estratégia mediante a qual é realizada “(...) uma qualificação do conteúdo da forma de P, de acordo com o julgamento do falante (...)” (CASTILHO; CASTILHO, 2002, p. 201). Quando há marcação do envolvimento do Falante com teor de verdade do conteúdo expresso, tem-se a modalização. Dessa forma, podemos entender que a modalização é o processo de modalizar o enunciado; e a Modalidade são as categorias linguísticas que abrigam as formas com função modalizadora.

De acordo com Nagamura (2016, p. 34), a GDF (2008) não apresenta uma definição exata para a Modalidade, embora fique explícito, na teoria, que “... a modalidade é expressa por meio de operadores e modificadores no Nível Representacional”. Na obra, os autores Hengeveld e Mackenzie propõem uma classificação segundo o escopo semântico. Nesse contexto, a Modalidade é identificada por sua orientação que pode ser *para o participante, para o evento ou para a proposição*.

Além da Modalidade, a Evidencialidade também é estudada na vertente funcional como uma das importantes categorias de expressão da língua. Esse recurso também está envolvido com o Falante e diz respeito à fonte do conhecimento expressa por ele no instante de produção comunicativa. Essa indicação da origem de um conhecimento constitui parte essencial para a composição do discurso, pois permite ao enunciador manifestar suas intenções ora se colocando como fonte responsável pelo conteúdo dito ora se eximindo das responsabilidades que podem desencadear consequências indesejáveis para ele em algum momento.

Como vimos, as duas categorias destacadas para análise são construídas por meio do discurso e, por isso, é a partir dele que focalizaremos nosso estudo. Neste capítulo tratamos dos temas Modalidade e Evidencialidade, com atenção especial ao tratamento desses temas pela GDF, nossa base teórica, pois, com sua estrutura assemelhada ao processo de produção comunicativa do Falante, a GDF é capaz de envolver conceitos, contexto, gramática e expressão para a análise descritiva dos usos da língua, configurando-se como uma estrutura de

---

<sup>63</sup> O vocábulo está grafado conforme o texto original do referido autor.

<sup>64</sup> O vocábulo está grafado conforme o texto original do referido autor.

descrição linguística capaz de vincular forma e função entendendo a importância de ambas para a interação verbal.

#### **4.1 Conceitos gerais sobre Modalidade e Evidencialidade**

A interação verbal abre espaço para diferentes estudos acerca dos processos e recursos que sua realização envolve. Encontramos, nesta seara, um campo para a verificação, análise e descrição do uso da Modalidade e da Evidencialidade. Com o propósito de evitarmos tratar ora da Modalidade, ora da Evidencialidade e, com isso, correr o risco de confundirmos o entendimento do leitor, resolvemos iniciar pelos conceitos gerais relacionados à Modalidade (que, para alguns autores, inclui a Evidencialidade) e, depois, trataremos dos conceitos específicos da Evidencialidade.

Ao abordar a Modalidade, duas noções associadas às modalidades aristotélicas mostram-se essenciais para a observação, são elas: noção de “possibilidade” e de “necessidade”. Isso se dá porque há um enlace que abarca a expressão da modalidade à ideia de verdade ou falsidade. Porém, é preciso destacar que essa perspectiva é voltada para a dimensão das modalidades aristotélicas as quais compõem o quadro de estudos da Lógica. As modalidades que nos propomos estudar são as do campo linguístico. Nesse caso, Neves (2013), amparada em Kiefer (1987), distingue os dois polos de estudos da seguinte forma: as modalidades aristotélicas implicam as noções de ‘necessidade’ e ‘possibilidade’, enquanto as modalidades linguísticas operam com as qualificações que perfilam um conjunto de noções que envolvem elementos além dos definidos nas modalidades aristotélicas.

Na Linguística, a definição de Modalidade diz respeito ao julgamento do Falante sobre o teor de verdade expresso em uma proposição. Para ficar mais claro, a Modalidade é uma qualificação do enunciado realizada a partir daquilo que o Falante julga ser verdadeiro conforme seus conhecimentos, concepções e pressuposições acerca da realidade que vivencia.

Para esse campo de estudos, vários pesquisadores já fizeram contribuições, dentre os quais, destacamos Lyons (1977), Palmer (1986), Hengeveld (1988, 2004).

Em Lyons (1977), a Modalidade é dividida em três domínios de verificação: alético, epistêmico e deôntico. O primeiro domínio, a Modalidade alética, refere-se à verdade de uma proposição e está inserido no âmbito de estudos da Lógica, afastando-se do campo de interesse da Linguística. O segundo, a Modalidade epistêmica, refere-se à expressão dos conhecimentos e das crenças do Falante. O terceiro, a Modalidade deôntica, diz respeito à conduta realizada por agentes moralmente responsáveis. Esses dois constituem campo de

pesquisas da Linguística, pois, por meio deles, o Falante é capaz de explicitar suas intenções com objetivo de interagir socialmente com o Ouvinte.

Palmer (1986) considera que a Modalidade representa a gramaticalização das atitudes e opiniões do Falante. Nesse sentido, o autor propõe três tipos de Modalidade: epistêmica, deôntica e dinâmica. A primeira estaria vinculada às noções de possibilidade e necessidade e indicaria os seguintes aspectos: i) o grau de comprometimento do Falante; ii) evidências (que justificariam a fonte da mensagem); iii) julgamentos; iv) declarações (expressão de conhecimentos, crenças, opiniões e conclusões). A Modalidade deôntica instaura-se no âmbito da conduta, expressando a relação do falante com as regras sociais e convenções morais que determinam obrigação, permissão e proibição. Por sua vez, a Modalidade dinâmica refere-se à habilidade ou desejo do indivíduo a qual não se relaciona, propriamente, com uma opinião ou atitude do Falante. Essas definições demonstram que o autor optou por considerar a Modalidade como um recurso de expressão da subjetividade do Falante.

Hengeveld (1988) explicita que a categoria semântica, normalmente, intitulada como Modalidade não parece representar um único e coerente grupo semântico<sup>65</sup>. Nesse sentido, o autor distingue três tipos de modalidades: inerente, objetiva e epistemológica. A Modalidade inerente refere-se a todos os meios linguísticos através dos quais Falante pode caracterizar a relação entre participante no Estado-de-coisas em que está inserido e a potencial atualização desse Estado-de-coisas<sup>66</sup>. A Modalidade objetiva diz respeito a todos aqueles meios linguísticos através dos quais o Falante pode avaliar a atualidade do Estado-de-coisas em termos de seu conhecimento possível<sup>67</sup>. A Modalidade epistemológica envolve todos aqueles meios linguísticos através dos quais o Falante pode expressar seu compromisso com a verdade da proposição<sup>68</sup>.

Hengeveld (1988) subdivide as modalidades em Objetiva e Epistemológica. Na Objetiva, ele encaixa os domínios *epistêmico* e *deôntico*. A Modalidade será epistêmica objetiva quando o Falante, de acordo com os próprios conhecimentos, considera que um Estado-de-coisas é possível. E a Modalidade será dita objetiva deôntica quando o Falante,

---

<sup>65</sup> No original: “The different semantic distinctions generally subsumed under the heading modality do not seem to represent a single and coherent semantic category” (HENGEVELD, 1987, p. 283).

<sup>66</sup> No original: “All those linguistic means through which S can characterize the relation between a participant in a SOA and the potential actualization” (HENGEVELD, 1987, p. 283).

<sup>67</sup> No original: “[...] all those linguistic means through which S can evaluate the actuality of a SOA in terms of his knowledge of possible SOA” (HENGEVELD, 1987, p. 283).

<sup>68</sup> No original: “all those linguistic means through which S can express his commitment with regard to the truth of a proposition” (HENGEVELD, 1987, p. 283).

fundamentado em regras sociais e convenções morais, considera que o Estado-de-coisas deva ser obrigatório ou proibido. No que concerne à Modalidade Epistemológica, ele também propõe duas subdivisões: *subjetiva e evidencial*<sup>69</sup>. Nesse nível, a relação do Falante com o conteúdo da proposição está implicada com a expressão da fonte da informação. A Modalidade dita Subjetiva ocorre quando o Falante se confirma como fonte da informação repassada. Essa subcategoria dá origem a mais uma divisão: *epistêmica*, na qual são expressas as perspectivas de *certeza, probabilidade e possibilidade* das proposições realizadas pelo Falante; e a *bulomaica*, que se refere a externalização dos desejos do Falante. A modalidade definida como evidencial acontece por meio de três situações: *inferencial* - quando o Falante não assume a responsabilidade como fonte da informação e repassa o conteúdo como sendo adquirido por inferência; *citativa* - quando o falante cita uma outra fonte como responsável pelo conteúdo da informação e *experiencial* - quando a informação foi experienciada por uma fonte sem definição pontual.

Como dissemos, as teorias sobre Modalidade têm subsidiado a orientação de muitas pesquisas. Em cada uma delas, uma nova delimitação agrega às definições anteriores mecanismos pelos quais a análise dos fenômenos linguísticos de expressão da Modalidade poderá ser apreciada, avaliada, aceita ou rejeitada. Ainda na esteira das categorizações da Modalidade, voltamos a Hengeveld que, ao desenvolver seus estudos tipológicos no campo modal, redefiniu a divisão concebida em 1988.

Hengeveld (2004) acrescenta dois critérios para a classificação da categoria modalidade: i) o alvo de avaliação - que diz respeito à parte do enunciado que é modalizada pelo Falante, podendo ocorrer das seguintes formas: a) *modalidade orientada-para-o-participante*: concerne à relação entre um participante em um evento e a realização potencial desse evento; b) *modalidade orientada-para-o-evento*: refere-se ao acesso objetivo do estatuto de realidade do evento; c) *modalidade orientada-para-a-proposição*: diz respeito à especificação do grau de comprometimento do Falante com a proposição expressa por ele. ii) o domínio da avaliação - que se refere à perspectiva a partir da qual a avaliação do enunciado é efetivada. Os tipos de domínio definidos pelo autor são: *facultativo, deontico, volitivo, epistêmico e evidencial*. De acordo com a definição do autor, temos que<sup>70</sup>: *a Modalidade*

<sup>69</sup> Ressaltamos que os estudos sobre evidencialidade receberam novos enfoques com o passar dos anos. Em Hengeveld (2004) e Hengeveld e Mackenzie (2008), a evidencialidade constituía um dos cinco domínios modais. Em Hengeveld e Hattner (2015), a modalidade evidencial foi redefinida para posição de categoria linguística distinta da modalidade. Explicitaremos essa transição quando abordarmos a categoria da Evidencialidade.

<sup>70</sup> No original: “(a) Facultative modality is concerned with intrinsic or acquired capacities. (b) Deontic modality is concerned with what is (legally, socially, morally) permissible. (c) Volitive modality is concerned with what is

*facultativa* relaciona-se com as capacidades intrínsecas ou adquiridas, como, por exemplo, em “John sabe nadar”; a *Modalidade deôntica* refere-se ao que é legal, social e moralmente permitido, como, em “John tem que nadar”; a *Modalidade volitiva* é associada ao que é desejável, como, por exemplo, em “John prefere não nadar”; a *Modalidade epistêmica* concerne ao que se sabe sobre o mundo real, como em “John pode estar nadando”; a *Modalidade evidencial* está relacionada com a fonte da informação expressa na sentença, como em “John vai nadar”<sup>71</sup>.

Segundo Neves (2013), as subcategorizações permitem vislumbrar a amplitude que os estudos sobre a Modalidade têm dentro do campo de análise linguística. Para finalizarmos essa parte do texto, consideramos relevante destacar as palavras de Neves (2013) ao abordar a relevância do tema modalidade na Linguística. Para a autora, definir Modalidade é um exercício complexo porque o conceito deve envolver, além do significado das expressões modalizadas, a delimitação das noções inscritas no domínio conceptual implicado. Mesmo não apresentando uma definição concreta sobre a Modalidade, Neves (2013) afirma a importância dessa categoria como fundamental para a construção dos enunciados:

[...] se a modalidade é, essencialmente, um conjunto de relações entre locutor, o enunciado e a realidade objetiva, é cabível propor que não existam enunciados não modalizados. Do ponto de vista comunicativo-pragmático, na verdade, a modalidade pode ser considerada uma categoria automática, já que não se concebe que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos da verdade do fato expresso, bem como que deixe de imprimir nele certo grau de certeza sobre essa marca (NEVES, 2013, p. 152).

Tanto quanto os estudos sobre a Modalidade, os estudos sobre a Evidencialidade têm se mostrado relevantes no campo de pesquisas funcionalistas sobre a língua. Em algumas teorias, a Evidencialidade ainda é tratada dentro das subtipificações da Modalidade, sendo considerada como um dos domínios modais. Em outras, é tratada como um domínio conceitual distinto da Modalidade e hierarquicamente superior a ela. A partir deste ponto, iniciamos uma breve exposição da Evidencialidade, destacando os seguintes autores: Hengeveld (1988, 2004), Nuyts (1992, 1993), Dall’Aglia-Hattner (1996), De Haan (1999), Aikhenvald (2006), Carioca (2009).

---

desirable. (d) Epistemic modality is concerned with what is known about the actual world. (e) Evidential modality is concerned with the source of the information contained in a sentence”. (HENGEVELD, 2004, p. 06).

<sup>71</sup> Todos os exemplos citados foram retirados do original: “John is able to swim” (Ability: Facultative); “John has to swim” (Obligation: Deontic); “John would rather not swim” (Wanting: Volitive); “John may be swimming” (Possibility: Epistemic); “John will be swimming” (Inference: Evidential)” (HENGEVELD, 2004, p. 06).

A Evidencialidade é classificada em Hengeveld (1988) como um subtipo da Modalidade epistemológica. De acordo com o autor, a subcategoria evidencial seria usada na interação quando o Falante optasse por se distanciar da fonte da informação, repassando a outros a responsabilidade sobre a origem do conteúdo expresso. Nessa abordagem, o autor propõe três modos pelos quais a evidência poderia ser observada: i) *inferencial* - o conteúdo apresentado surgiria de inferências; ii) *citativa* - o conteúdo seria retomado a partir de uma outra fonte; e iii) *experencial* - o conteúdo teria sido experienciado de uma outra fonte.

A questão do componente evidencial na linguagem também foi discutida por Nuyts (1992) ainda sob designação de domínio modal e a relação existente entre a Evidencialidade e a Modalidade epistêmica. Em sua explicitação, o autor separa esses domínios mostrando que ambos integrariam camadas diferentes dentro do enunciado. Para Nuyts (1992), a Evidencialidade estaria em nível superior ao da Modalidade epistêmica e, não seria, como classificado por Hengeveld (1988), apenas um subtipo da Modalidade epistemológica.

Para Nuyts (1993) a Evidencialidade é tão relevante quanto a Modalidade epistêmica, pois os julgamentos modais só são possíveis mediante uma evidência. Desse modo, a Evidencialidade seria uma forma de qualificação que afetaria a Modalidade, uma vez que, sem evidência, não é possível avaliar um Estado-de-coisas. O autor então apresenta duas novas concepções para os estudos evidenciais: subjetiva e intersubjetiva. Na primeira, o Falante se revela como fonte da informação. Nesse caso, ele assume, pessoalmente, a responsabilidade sobre o conteúdo que está repassando, sugerindo que apenas ele teve acesso à evidência. Na segunda, a fonte da informação é uma comunidade da qual os interlocutores podem ou não fazer parte. Nessa situação, o Falante sugere que a evidência veiculada foi acessada por vários membros daquela sociedade e que, por esse motivo, todos podem chegar a um só desfecho. Essa Evidencialidade, ao ser escolhida pelo Falante, revela que ele intenciona compartilhar a responsabilidade sobre a evidência que fundamenta a informação.

Dall'Aglio-Hattner (1996)<sup>72</sup>, ao considerar as classificações sobre os domínios modal e evidencial realizadas e defendidas por Hengeveld (1988) e Nuyts (1993), avalia que são dois domínios diferenciados em suas funções, mas que não são excludentes entre si. Ou seja, podemos inferir, pela declaração da autora, que existe uma correlação entre as naturezas desses domínios, embora diferentes em ambos, que permite a existência dos dois simultaneamente conforme a escolha do Falante, após avaliar a necessidade ou não de

---

<sup>72</sup> Na próxima seção, atualizamos a discussão sobre tais categorias conforme os estudos mais recentes da autora.

envolver, na interação verbal, os dois modos de qualificação. Dall’Aglío-Hattner esclarece essa correlação da seguinte forma:

A avaliação epistêmica é feita com base no conjunto de conhecimentos e crenças que o falante possui. Ocorre, porém, que esse conjunto de informações (**as evidências**) pode ou não ser explicitado pelo falante, segundo as suas intenções comunicativas (DALL’AGLIO-HATTNER, 1996, p.157, grifo nosso).

No referido estudo, Dall’Aglío-Hattner (1996) aponta a relevância dos evidenciais para a construção da frase e, conseqüentemente, para o processo de credibilidade que o Falante deseja ou não obter no instante de comunicação. A autora esclarece que, quando o Falante opta por indicar a fonte da informação que ele está transmitindo, ele possibilita que o ouvinte seja capaz de avaliar por si mesmo a confiabilidade daquela informação. Nesse ponto, Dall’Aglío-Hattner (1996) destaca três tipos de evidenciais: relatos de terceiros, percepção visual ou auditiva e inferência ou suposição do Falante<sup>73</sup>. Outra forma de Evidencialidade ressaltada no estudo é - “o conhecimento compartilhado” - que ocorre quando o Falante prefere não especificar a fonte da informação por considerar que o conteúdo transmitido já circula na sociedade como um domínio comum. Nesse sentido, o estudo dos evidenciais, como podemos verificar, já demonstra que a expressão da Evidencialidade tem particularidades que envolvem tanto o contexto interacional comunicativo no qual o Falante está inserido como as escolhas pessoais do próprio Falante permitindo que a avaliação da verdade de uma informação seja realizada a partir das sugestões de fontes cuja credibilidade provém de diferentes contextos.

A relação existente entre a Modalidade epistêmica e a Evidencialidade também é foco de estudos em De Haan (1999). O autor, inicialmente, expõe cada componente de acordo com a definição mais comum dadas a elas: “a Evidencialidade trata da fonte da informação para o enunciado do Falante, enquanto a Modalidade epistêmica se relaciona com o grau de comprometimento do Falante com o seu enunciado”<sup>74</sup> (DE HAAN, 1999, p.1) <sup>75</sup>. O pesquisador ressalta que os recursos evidenciais não estão presentes em todas as línguas, e que, justamente por não haver, em algumas línguas, uma compreensão clara sobre a expressão da Evidencialidade, muitas vezes, esse domínio pode não ser percebido. Por isso, para o autor,

---

<sup>73</sup> Esses tipos evidenciais foram desenvolvidos e discutidos em outros trabalhos da autora. Por isso, a descrição sobre eles está mais adiante na seção: 3.2 A modalidade epistêmica e a Evidencialidade na GDF.

<sup>74</sup> Tradução nossa.

<sup>75</sup> No original: “Evidentiality deals with the source of information for the speaker’s utterance while epistemic modality concerns itself with the degree of commitment on the part of the speaker for his or her utterance” (DE HAAN, 1999, p.1).

é desejável que a Evidencialidade seja interpretada de forma coerente. Em seus estudos, é ressaltado que se faz necessário definir a Evidencialidade e a Modalidade epistêmica nos campos semânticos e sintáticos. Esses domínios são expressos por recursos linguísticos diferenciados. De Haan (1999) expõe que tanto a Modalidade quanto a Evidencialidade lidam com as evidências, porém elas diferem na maneira com o que é feito com a evidência.

De acordo com o autor (1999, p. 4),

a Modalidade epistêmica avalia a evidência e, com base nessa avaliação, atribui uma medida de confiabilidade para o enunciado do Falante. Um recurso modal epistêmico pode ser usado para qualificar esse enunciado quanto ao grau de confiabilidade. Um evidencial será usado para confirmar a evidência presente no enunciado do Falante, mas recusará a interpretação da evidência por meio de um caminho qualquer<sup>76</sup>. (DE HAAN, 1999, p. 4)

Para Aikenvald (2006), a Evidencialidade é uma categoria gramatical cujo propósito é expressar a fonte do conhecimento veiculado na interação social, a qual pode ser acessada por diversos meios, tais como inferências, experiências - visuais, auditivas, olfativas etc. Embora a autora concorde com a definição de Evidencialidade dada por autores como Palmer (1986) e Hengeveld (1988), por exemplo, ela não concorda nem com a proposta de que a Evidencialidade seja parte de um dos domínios modais, no caso - epistêmico, nem com a ideia de que a Evidencialidade seja mais um dos domínios modais já estabelecidos: *epistêmico, deôntico, facultativo ou volitivo*. Desse modo, a autora separa a Evidencialidade do campo das modalidades definindo que “A evidencialidade é uma categoria gramatical verbal por si só, e não tem qualquer relação direta com a verdade, com a validade de uma declaração ou com a responsabilidade do falante” (AIKHENVALD, 2006, p. 320).

Essa definição coloca a Evidencialidade em um ambiente de ocorrência próprio, no qual ela não precisa, necessariamente, exercer a função de validar o conhecimento de alguma forma, ou de creditar ao Falante qualquer nível de responsabilidade pelo enunciado transmitido por ele.

É relevante destacar ainda que, segundo os estudos da autora, muitas línguas apresentam formas de marcação da Evidencialidade por meios diversos e, se esses meios não forem expressos, a falta deles tornará as sentenças agramaticais. Isso assinala a importância da

---

<sup>76</sup> No original: “Epistemic modality evaluates evidence and on the basis of this evaluation assigns a confidence measure to the speaker’s utterance. This utterance can be high, diminished, or low. An epistemic modal will be used to reflect this degree of confidence. An evidential asserts that there is evidence for the speaker’s utterance but refuses to interpret the evidence in any way” (DE HAAN, 1999, p. 4).

Evidencialidade em determinados sistemas linguísticos. Para ilustrar, Aikhenvald (2006) apresenta as seguintes construções<sup>77</sup> da língua Tariana.

Se alguém viu José jogar futebol, (14) seria apropriado dizer:

(14) Juse irida di- manika- ka  
José futebol 3pes.masc.sing- jogar- PASS.REC.VISL1  
'José jogou futebol (nós vimos)'

Se alguém acabasse de ouvir o barulho de um jogo de futebol, mas não pudesse ver o que estava acontecendo, o que se diz é (15):

(15) Juse irida di- manika- mahka  
José futebol 3pes.masc.sing- jogar- PASS.REC. NÃO VISUAL  
'José jogou futebol (nós ouvimos)'

Hengeveld (2004) classifica a Evidencialidade como um domínio modal. Nesta nova divisão, a Modalidade evidencial é orientada para a proposição e faz referência à fonte da informação que o Falante vincula na interação verbal. O autor retoma a divisão realizada por Willet (1988) que distingue duas formas de Modalidade evidencial: sensorial e não-sensorial. A primeira sugere que o Falante adquiriu a informação por meio da percepção. A segunda indica que o Falante adquiriu a informação por meios diversos. Dentro dessa divisão, Hengeveld (2004) subdivide a modalidade evidencial não-sensorial em reportativa e inferencial. A evidencial reportativa<sup>78</sup> indica que o Falante marca que a informação foi obtida de uma terceira pessoa definida ou indefinida (boatos). A Evidencialidade inferencial é expressa pelo Falante mediante o uso de marcas linguísticas que permitem explicitar que a informação repassada foi obtida por meio de inferências.

Para concluirmos esta seção, apresentamos as considerações de Carioca (20019). A autora entende que Modalidade e Evidencialidade atuam em campos semânticos conceitualmente distintos, pois enquanto a primeira faz referência à atitude do Falante em relação ao que ele enuncia, a segunda faz referência à indicação da fonte da informação transmitida pelo Falante. Com base em Nuyts (2001), Carioca assume que “ a evidencialidade é categoria superior à modalidade, porque tudo o que se diz deriva de uma fonte, que pode ser o próprio falante ou não.” (CARIOCA, 2009, p. 63).

<sup>77</sup> Os exemplos (1) e (2) foram retirados de Aikhenvald (2006, p. 320)

<sup>78</sup> Hengeveld e Fisher (2018) estabelecem uma nova subdivisão na categoria: a citativa. No decorrer desta seção, apresentamos a nova categoria e a exemplificamos conforme os estudos mais recentes.

## 4.2 A Modalidade epistêmica e a Evidencialidade na GDF

As análises apresentadas neste estudo têm suporte teórico na GDF, em sua obra de referência (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), e os estudos posteriores sobre os temas Modalidade e Evidencialidade. Como expusemos, no capítulo anterior, a GDF é uma teoria de análise gramatical da língua que toma o ato discursivo, e não a oração, como unidade de análise; sendo esse ato analisado quanto às operações de Formulação - aspectos pragmáticos (NI) e semânticos (NR); e Codificação - aspectos morfossintáticos (NM) e fonológicos (NF).

A Modalidade epistêmica é abordada na GDF como componente do NR e é expressa por meio de modificadores ( $\pi$ ) e operadores ( $\sigma$ ) desde a camada mais elevada desse nível, o Conteúdo Proposicional (p). Neste estrato, são representadas as construções mentais que não têm existência no tempo ou no espaço, mas que existem na mente do Falante.

Segundo a GDF, os modalizadores podem ser qualificadores das atitudes proposicionais exprimindo as noções de certeza, dúvida, descrença, por exemplo, e; também, podem qualificar a fonte do conhecimento expresso como sendo conhecimento comum partilhado, uma evidência sensorial ou inferência. As atitudes proposicionais revelam o grau de comprometimento do Falante com o conteúdo expresso e com a fonte usada para efetivar o enunciado. São exemplos de modalizadores epistêmicos: *Provavelmente/ evidentemente/ esperançosamente/ sem dúvida Sheila está doente*<sup>79</sup>. Os operadores categoriais do Conteúdo Proposicional também podem ser relacionados aos graus de conhecimento que o Falante expressa. Essa modalidade é classificada como epistêmica subjetiva e pode ser subdividida em três tipos: doxástica, dubitativa e hipotética. A primeira permite ao Falante indicar que acredita que o Conteúdo Proposicional que está apresentando é verdadeiro<sup>80</sup>. Esse tipo de Modalidade raramente é expresso pela gramática, no entanto, os autores oferecem o seguinte exemplo da língua Hidatsa, amparados em Matthews (1965):

- (16) Wíó      i      hírawe ki      ksa      c.<sup>81</sup>  
       woman 3.sg sleep INGR ITER DOX  
       ‘The woman fell asleep again and again.’  
       (A mulher adormeceu de novo e de novo)

<sup>79</sup> No original: Probably/ evidently/ hopefully/ undoubtedly Sheila is ill. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 151). Tradução nossa.

<sup>80</sup> No original: a doxastic modality permits the speaker to indicate that he believes that the propositional content he is presenting is true. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 153). Tradução nossa.

<sup>81</sup> Os exemplos encontram-se em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 153-154).

A Modalidade dubitativa é frequentemente marcada quando o Falante tem alguma dúvida acerca da verdade contida na informação que ele está expressando. Os autores exemplificam essa Modalidade conforme Smeets (1989) no estudo da língua Mapuche:

- (17) Amu-y chi.  
 go-DECL.3 DUB  
 ‘Maybe he went away.’  
 (*Talvez ele tenha ido embora*)

A terceira, Modalidade hipotética, apresenta o Conteúdo Proposicional como se fosse uma hipótese. Por exemplo:

- (18)  
 a. If he comes, (I’ll leave)  
 (*Se ele vier, (eu vou sair)*)  
 b. If he came, (I would leave)  
 (*Se ele viesse, (eu iria embora)*)

A Modalidade epistêmica também pode atuar como operador ( $\sigma$ ) na camada do Estado-de-coisas (e). Neste estrato, a modalidade é orientada-para-o-evento e descreve a existência de possibilidades que são expressas pelo Falante sem que ele assuma responsabilidade pelo julgamento contido na informação. Por exemplo:

- (19) “Certainly he may have forgotten<sup>82</sup>.”  
 (*Com certeza, ele deve ter esquecido*).

Como dito, os autores da GDF diferenciam a Modalidade epistêmica em dois tipos: Objetiva e Subjetiva. Quando o Falante expressa a possibilidade de existência de um Estado-de-coisas, a modalidade usada é chamada de Objetiva e será orientada-para-o-evento. Quando o Falante faz uma avaliação e expressa a certeza em relação a um Conteúdo Proposicional, a modalidade é chamada de Subjetiva, sendo orientada-para-a-proposição.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 175, tradução nossa), “a Modalidade epistêmica orientada-para-o-evento caracteriza os Estados-de-Coisas (e) em

---

<sup>82</sup> Os exemplos encontram-se em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 174-175). Tradução nossa.

termos da (im)possibilidade de sua ocorrência diante do que se sabe sobre o mundo”<sup>83</sup>. Os autores ressaltam que essa modalidade pode ser restrita à oposição *realis* versus *irrealis*.

A oposição entre os domínios *realis* e *irrealis*, segundo os autores da GDF, algumas vezes, pode ser incompreendida ou mesmo obscurecida pelo fato de o domínio *realis* ser expresso por tempos que indicam certeza, tais como passado (perfeito) e presente; enquanto que o domínio *irrealis* pode apresentar uma gama diversificada de aplicações modais, as quais se opõem à categoria de tempo passado e presente, mas não pode se limitar, propriamente, à categoria de tempo futuro porque inclui expressões de probabilidade. Segue mais um exemplo<sup>84</sup> apresentado pelos autores.

(20) Yurun-gu    nidjal-aga.  
           rain-ERG    rain-IRR  
           ‘It may rain.’ or ‘It will rain.’  
           (*Pode chover.*) ou (*Vai chover.*)

No exemplo, podemos observar que as duas orações expressam ações no futuro. A primeira “Pode chover” parece apresentar um contexto mais voltado para a possibilidade e, dessa forma, temos uma atmosfera de im(possibilidade) ou, até mesmo, “incerteza”. Nesse caso, temos a expressão no domínio *irrealis*. Na oração “Vai chover”, notamos que há, indiscutivelmente, um julgamento de *certeza*. Nesse caso, configura-se o domínio *realis*.

Como vimos, a Modalidade epistêmica, segundo a GDF, manifesta-se por recursos linguísticos diversificados para expressar conhecimentos, crenças, opiniões do Falante acerca da verdade contida em uma proposição (subjativa, orientada-para-a-proposição), e, também, para expressar graus de possibilidade de um estado de coisas (objetiva, orientada-para-o-evento). Esses recursos são utilizados de acordo com o grau de comprometimento do Falante com o conteúdo que ele enuncia e, por isso, muitos estudos vinculam Modalidade epistêmica e Evidencialidade em um mesmo âmbito de atuação, o campo modal. Essa associação ainda pode ser verificada em Hengeveld e Mackenzie (2008) quando os autores nos apresentam a GDF.

Na obra de 2008 da GDF, a Evidencialidade é classificada como um dos domínios modais. Ela pode se manifestar no NI e NR. Em cada nível, a Evidencialidade é analisada por um tipo específico conforme a seguinte classificação: *Reportatividade* (NI) e *Evidencialidade*

<sup>83</sup> No original: “Epistemic event-oriented modality characterizes states-of-affairs in terms of the (im)possibility of their occurrence in view of what is known about the world” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 175).

<sup>84</sup> Exemplo disponível em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 175). Tradução nossa.

*propriamente dita* (NR). O primeiro indica que o Falante está transmitindo uma informação repassada de outra fonte. Esse tipo evidencial pode se manifestar por modificadores ( $\pi$ ) e por operadores ( $\sigma$ ). Por exemplo<sup>85</sup>, os autores apresentam o *status* reportado do Conteúdo Comunicado (C) - (NI) na língua Shipibo, amparado pelos estudos de (Faust 1973):

- (21) Cai - ronqui reocoocainyantanke.  
 going-REP he.turned.over  
 ‘Reportedly, while he was going (in the boat), he turned over’.  
 (Alegadamente, enquanto ele estava indo (no barco) ele virou.)

Nessa forma de expressão da Evidencialidade, os autores destacam que é natural a associação da Reportatividade com a terceira pessoa, afinal, como podemos verificar, não há manifestação do Falante quanto à responsabilidade sobre a informação transmitida.

No NI, a Reportatividade pode ser expressa por modificadores ( $\pi$ ) e se manifesta no Conteúdo Proposicional. Os autores ilustram essa reportatividade por meio da língua Sliammon, estudada por Watanabe (2003)<sup>86</sup>:

- (22) k’wa=t’aPt’ $\Theta$ -m qy’=ta  
 REP=bled-DET die=VIS.EVID  
 ‘He bled and he died.’ (*Ele sangrou e morreu.*)

A *Evidencialidade propriamente dita* é encontrada no NR. Ela diz respeito a como o Falante chegou ao conhecimento que ele está expressando. Essa Evidencialidade, de acordo com os autores, é expressa pelos seguintes meios de acesso: evidência sensorial, conhecimento existente, conhecimento geral acumulado na comunidade.

Na teoria da GDF (2008), a Evidencialidade apresenta a seguinte subclassificação: *Reportatividade* - remete a fonte da informação a outro Falante; *Inferência* - indica que o Falante utiliza seus próprios conhecimentos para inferir a informação; *Percepção do evento* - ocorre quando o Falante usa recursos provindos do contexto em que está inserido para fundamentar suas evidências; e *Genericidade* - indica que a informação transmitida faz parte de um conhecimento compartilhado socialmente. Vale ressaltar que, em Hengeveld e Mackenzie (2008), a Evidencialidade ainda não é vista como uma categoria à parte como propunha Nuyts (1993), mas é tida como um domínio modal específico e importante para os estudos modais como um todo.

<sup>85</sup> Exemplo disponível em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 104). Tradução nossa.

<sup>86</sup> Exemplo disponível em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 156). Tradução nossa.

Dall’Aglío-Hattner (2012) apresenta estudos sobre a Evidencialidade nas línguas indígenas do Brasil focalizando as subcategorias relacionadas na GDF. A contribuição deste trabalho para a GDF é significativa ao ponto de ser implementada uma nova concepção dentre os estudos modais. A autora demonstra que a Evidencialidade pode ser descrita de forma sistemática, ou seja, que ela pode ser observada em estudos tipológicos assim como a Modalidade. Para a autora, “ (...) a evidencialidade pode ser descrita sistematicamente em termos de um conjunto de hierarquias implicacionais que pode ser formulado em uma abordagem estratificada da evidencialidade (...)” (DALL’AGLIO-HATTNER, 2012, p. 68).

No estudo, de acordo com Dall’Aglío-Hattner (2012), a GDF é a base de análise gramatical escolhida por obedecer a uma arquitetura hierárquica sólida e adequada à classificação dos termos evidenciais em camadas de atuação. Desde a GDF (2008), quatro subcategorias da Evidencialidade já eram descritas: *Reportatividade* (alvo no Conteúdo Comunicado (C) - no NI), *Inferência* (alvo no Conteúdo Proposicional (p) - no NR) e *Percepção do evento* (alvo no Estado-de-coisas (e) - no NR), e *Genericidade* (alvo no Conteúdo Proposicional (p) - no NR); a elas, a autora agrega um novo subtipo evidencial, a *Dedução* (é alocada no Episódio (ep) - no NR).

Hengeveld e Hattner (2015) elevam a Evidencialidade ao patamar de categoria. Em síntese, neste trabalho, os autores designam as seguintes subcategorias evidenciais: *Reportatividade*, *Inferência*, *Dedução* e *Percepção do evento*. A *Reportatividade* indica que a fonte da informação transmitida pelo Falante provém de outra fonte (pode ser um outro Falante ou instituição, por exemplo). Ela opera na camada do Conteúdo Comunicado (C) dentro do NI. A *Inferência* indica que a informação expressa pelo Falante é fundamentada em conhecimentos pré-existentes em seu próprio domínio cognitivo. É preciso ressaltar que essa inferência não é produzida por meio de percepção do ambiente em si, a ativação desse fenômeno se dá a partir do universo do Falante. A *Dedução* é expressa por meio de termos que permitem que o Falante transmita uma informação deduzida com base em evidências perceptuais. Ela opera na camada do Episódio (ep) e sua realização exige que sejam relacionados, no mínimo, dois Estados-de-Coisas (e). A *Percepção do evento* ocorre quando o Falante usa expressões evidenciais para testemunhar se ele presenciou ou não, (in) diretamente, um evento descrito em seu enunciado.

Para demonstrar esses subtipos, seguem exemplos desses evidenciais<sup>87</sup> em algumas línguas<sup>88</sup>:

---

<sup>87</sup> Exemplos disponíveis em Hengeveld e Hattner (2015, p. 484-489).



Os estudos sobre Evidencialidade apontam para a fonte da informação transmitida pelo Falante. Essa definição já é um consenso, podemos dizer, entre os linguistas que lidam com essa categoria. Porém, a forma como essa fonte é especificada no discurso ainda constitui fator de diferença de algumas classificações. Segundo Aikhenvald (2006, p. 321) “As línguas com evidenciais se enquadram em vários subtipos, dependendo de quantas fontes da informação adquirem marcações gramaticais distintas”. A autora ilustra a sua explicitação destacando que sistemas pequenos podem marcar na Evidencialidade uma informação como ‘firsthand’ (de “primeira mão”) ou ‘nonfirsthand’ (de “segunda mão”). A primeira se refere a informações adquiridas pelos órgãos do sentido, normalmente. Já a segunda veicula informações adquiridas por outras fontes de conhecimento. A pesquisadora exemplifica esses evidenciais<sup>89</sup>:

(30)  
 Wero kisa- me- no, ka- me- hiri- ka  
 nome descer- BACK- PASS.IM.NFHAND.masc ir- BACK PASS.REC.FHAND.masc- DECL.masc  
 ‘Wero desceu da sua rede (que eu não vi) e saiu (o que eu vi)’

No exemplo, a autora ressalta que a Evidencialidade de “primeira mão” marca algo que o Falante pode ver. A evidencial que não é de “primeira mão” marca justamente o oposto, ou seja, aquilo que o Falante não pode ver. A autora também esclarece que a evidência que não é de “primeira mão” pode ocorrer por meio de inferências e boatos. No exemplo utilizado para demonstrar essa aplicação evidencial, a autora destaca o mecanismo da inferência em Abkaz, uma língua caucasiana do Noroeste:

(31)  
 jə- q'a- n d'əwa- zəren  
 ele/ela.neutro- ser/estar- PAST ela/e+chorar- NFHAND  
 ‘(quando ela veio para a luz, para o fogo, seus olhos estavam muito vermelhos)  
 Aparentemente, ela estava chorando (inferência do falante)’

Podemos perceber que é realizada uma inferência sobre qual razão poderia ter causado os ‘olhos vermelhos’. Tal inferência é expressa por “Aparentemente, ela estava chorando”. Na frase, é possível notar que quem explicita a situação faz uma avaliação fundamentada no fato de os olhos da mulher estarem vermelhos.

<sup>89</sup> Exemplos (30), (31) e (32) disponíveis em Aikhenvald (2006, p. 322).

Aikhenvald (2006) destaca que os evidenciais também podem ocorrer por modo relatado. Segundo a pesquisadora, esse tipo de evidencial é difundido por todo o mundo e refere-se a informações que são transmitidas pela narração de outras pessoas. Por exemplo:

(32)

Ta	olevat	arsti-	teaduskonna	lopeta-	nud
Ele	ser.REL	doutor-	faculdade.GEN.SING	terminar-	PASS.PART

**'Dizem que ele completou seus estudos de medicina (mas eu não atestaria isso).'**

Esse tipo de evidencial não marca o autor como o produtor inicial da informação. No exemplo, inclusive, o recurso evidencial distancia o falante da informação e permite até que ele se declare, realmente, por fora da informação veiculada.

Em seu estudo, a autora chama a atenção para o fato de que, a depender dos sistemas, a Evidencialidade pode ser analisada por meio da observação de vários termos. Os exemplos citados são analisados pela autora como sistemas evidenciais de dois termos. Porém, na pesquisa, ela identifica sistemas com três e quatro termos. Não nos detemos na explicação de todos, pois resolvemos nos dedicar a compreender melhor a Evidencialidade relatada. Segundo a pesquisadora, “o evidencial relatado é semanticamente uniforme em sistemas de todos os tipos. Seu significado principal é marcar que a informação vem do relato de outra pessoa” (AIKHENVALD, 2006, p. 6).

Como sabemos, na língua falada, principalmente, é comum usarmos verbos na 3ª pessoa do plural para marcar que a informação dita não é de nossa responsabilidade, nem foi criada por nós. Por exemplo: “*Dizem que a gente se habitua a tudo, que é só questão de vontade, ou melhor: de força de vontade*” (NEVES, 2013, p. 165). Ao usarmos essas marcas evidenciais, envolvemos, em nosso discurso, outras pessoas. De acordo com Aikhenvald (2006), a Evidencialidade relatada pode ser usada como uma citação, dessa forma, o Falante deixa claro, no enunciado, a fonte da informação; ou pode ser usada como introdução de uma citação direta, ou seja, é realizada a referência sobre a fonte da informação.

Assim como Aikhenvald (2006), Hengeveld e Fischer (2018) também lançam um olhar mais analítico sobre a Evidencialidade que indica outra pessoa como a fonte da informação transmitida. Em estudo sobre a língua A'ingae, os autores subdividem a Evidencialidade reportativa, já reconhecida como uma subcategoria evidencial na GDF por Hengeveld e Hattner (2015), em reportativa e citativa. Temos, a partir desse estudo, uma nova subdivisão: Reportatividade - que ocorre quando um falante utiliza as próprias palavras

para expressar um conteúdo produzido por outro falante; e citação - que ocorre quando um falante transmite uma informação da forma exata que ela foi produzida pelo enunciador-fonte. De acordo com Miranda (2020), a diferenciação, na língua portuguesa, pode ser exemplificada quando usamos os discursos direto e indireto. O primeiro exemplifica a Citação e, o segundo, a Reportatividade como, respectivamente, nos exemplos a seguir<sup>90</sup>.

(33) “A discussão não é sobre a indenização em si, mas, sim, os juros que corrigem essa conta”, afirma Sérgio Malta, presidente do conselho de energia elétrica da Firjan. (FSP – Colunas).

(34) Dizem os entendidos que derrotas ensinam mais que vitórias. (FSP – Colunas)

A autora esclarece que, na GDF, nossa teoria de base, essa diferenciação entre os casos que expressam fonte da informação de outro Falante pode ser observada nas camadas. Assim, conforme Hengeveld e Fischer (2018, p. 349, tradução nossa), “a Evidencialidade reportativa opera na camada do Conteúdo Comunicado (a informação que está sendo repassada), enquanto a Evidencialidade citativa ocorre na camada do Ato Discursivo”<sup>91</sup>.

Para sintetizar as informações sobre a subclassificação da evidencialidade na GDF, propomos o quadro-síntese:

---

<sup>90</sup> Os exemplos (33) e (34) encontram-se em Miranda (2020, p. 1526)

<sup>91</sup> No original: “Reportative evidentiality operates at the layer of the Communicated Content (the information that is being passed on), quotative evidentiality at the layer of the Discourse Act (the earlier contribution to discourse that is being quoted)” (HENGEVELD; FISCHER, 2018, p. 349).

Quadro 2 - Evidencialidade na GDF

Subcategoria	Identificada pela GDF	Nível / Camada	Definição	Exemplo
Reportativa	Hengeveld; Mackenzie (2008); Hengeveld; Hattnher (2015)	NI / Conteúdo Comunicado (C)	Indica que a informação transmitida foi originalmente produzida por um outro falante.	<i>Cientistas dizem estar mais perto da cura do resfriado.</i> (FSP - Equilíbrio e Saúde) (MIRANDA, 2020, p. 1515)
Inferência	Hengeveld; Mackenzie (2008); Hengeveld; Hattnher (2015)	NR/ Conteúdo Proposicional (p)	Indica que o falante inferiu uma informação fundamentado em conhecimentos arquivados em sua mente.	<i>Amava a família e perdeu filhos quando eram ainda crianças. Morreu de causas desconhecidas, mas deduzo que foi de tuberculose. Havia uma epidemia de tísica na época em Londres e muitos padeceram.</i> (CB:Jour:News). (SILVA, 2020, p. 355)
Percepção do evento	Hengeveld; Mackenzie (2008); Hengeveld; Hattnher (2015)	NR/ Estado-de-Coisas (e)	Indica se o falante foi ou não testemunha direta do evento que originou a informação transmitida por ele.	<i>Não estava frio, mas um pouco de vento trazia a brisa do mar. Senti o cheiro entrar nas minhas narinas.</i> (internet) (HATTNHER, 2018, p. 102)
Dedução	Hengeveld; Hattnher (2015)	NR/ Episódio (ep)	Indica que o falante deduziu uma informação com base em evidência perceptível no contexto discursivo.	<i>Estive olhando as fotos da Camila e percebi que ela varia os filtros de acordo com a cor da foto.</i> (internet) (HATTNHER, 2018, p. 102)
Citativa	Hengeveld; Fischer (2018)	NI/ Ato Discursivo (A)	Indica que o falante reproduziu a informação integralmente, respeitando a forma que ela foi originalmente produzida.	<i>"Alguns estudos mostram que no início alguns pacientes experimentaram um aumento dos níveis de colesterol, e que vem uma queda nos meses seguintes", afirma Campos.</i> (FSP - Equilíbrio e Saúde) (MIRANDA, 2020, p. 1517)

Fonte: Elaboração nossa. Baseado em Prata e Vidal (2022).

Como vimos, a Evidencialidade Citativa, distinta da Evidencialidade reportativa, foi incorporada à GDF recentemente. No entanto, desde 1988, Hengeveld já havia realizado essa subdivisão evidencial quando propôs que as evidências poderiam ser inferenciais, citativas ou experienciais. Tal situação demonstra que a classificação tanto dos estudos modais quanto dos evidenciais pode ser dinâmica, uma vez que essas categorizações são

realizadas considerando a funcionalidade dos recursos linguísticos que possibilitam a expressão do Falante.

A partir das informações explicitadas no decorrer desta seção, podemos afirmar que as categorias da Modalidade e da Evidencialidade apresentam conceituações e possibilidades de manifestação, segundo tratamento orientado pela GDF, bem diferenciadas do que fora proposto nos estudos iniciais sobre esses recursos discursivos. Atualmente, a GDF propõe que a Modalidade epistêmica e a Evidencialidade são categorias diferenciadas e cada uma tem atuação particular especificada nos níveis e camadas que compõem a teoria geral. Para complementar nossa apresentação das subcategorias da Evidencialidade, ilustramos como podemos identificar uma e outra subcategoria. Para situar o leitor de como se dá a organização no todo, propomos o seguinte quadro sobre a Modalidade epistêmica e a Evidencialidade na GDF.

Quadro 3 - A Modalidade epistêmica e Evidencialidade nos NI e NR da GDF

<b>Nível Interpessoal</b>	<b>Ato Discursivo (A)</b>	<b>Ilocução (F)</b>	<b>Conteúdo Comunicado (C)</b>
<i>Modalidade epistêmica</i>		básica	
<i>Evidencialidade</i>	Citação		Reportatividade
<b>Nível Representacional</b>	<b>Conteúdo Proposicional (p)</b>	<b>Episódio (ep)</b>	<b>Estado-de-coisas (e)</b>
<i>Modalidade epistêmica</i>	Subjetiva	Objetiva	
<i>Evidencialidade</i>	Inferência	Dedução	Percepção do evento

Fonte: Elaboração nossa. Baseado em Hengeveld e Hattner (2015); Hengeveld e Fischer (2018).

No estudo apresentado, Hengeveld e Hattner (2015) preocuparam-se em distinguir as subcategorias Inferência e Dedução. Essa distinção, a nosso ver, é relevante pois, segundo o dicionário Houaiss (2010), os vocábulos primitivos de *inferência* e *dedução*, ou seja, *inferir* e *deduzir* significam: *concluir pelo raciocínio, a partir de fatos, indícios*. Nesse caso, observamos que ambas as palavras podem corresponder a um mesmo significado dicionarizado. Porém, na esteira das categorias evidenciais, os autores definiram que a inferência ocorre somente nos casos em que o Falante chega a uma dada conclusão fundamentado em seu estoque de conhecimento pré-existente. Quando o Falante se utiliza de percepções evidenciadas a partir de outros eventos que não fazem parte somente do seu conjunto de conhecimentos prévios, então, ocorre a dedução. Assim especificadas e definidas,

podemos dizer que a Inferência opera a partir do conhecimento arquivado pelo Falante e a Dedução se realiza por meio dos eventos percebidos por ele. Por exemplo<sup>92</sup>:

(35) Inferência:  
I infer that he had been cooking.  
(*Eu deduzo que ele estava cozinhando.*)

(36) Dedução:  
\*I smell that he had been cooking.  
(\**Sinto cheiro de que ele estava cozinhando.*)

Pelos exemplos, podemos observar que a Inferência não está diretamente associada a uma evidência física do evento. Na frase exemplificada, o Falante pode inferir que alguém estava cozinhando porque sabe das práticas diárias ou dos costumes da outra pessoa sobre quem ele falava. Isso pode ter subsidiado a inferência realizada. Já a Dedução, pode acontecer mediante uma série de eventos situacionais. No caso, quando o Falante disse que deduzia que alguém estava cozinhando, podemos dizer que essa dedução pode ter sido ocasionada por um cheiro no ambiente, ou panelas e colheres sujas no local, ou a mesa com restos/sobras de ingredientes usados ou pelo fogão sujo, talvez. Para os autores, uma das diferenças entre as duas subcategorizações pode ser observada por meio da marcação de tempo absoluto. Nesse caso, segundo eles, “a diferença entre Inferência por um lado e Dedução por outro é que modificações de tempo absoluto são permitidas dentro do escopo do primeiro tipo, mas não permitido no âmbito deste último” (HENGEVELD; HATTNHER, 2015, p. 491, tradução nossa)<sup>93</sup>. Isso significa que na Dedução, a marcação de tempo deve acompanhar os eventos do Estado-de-coisas.

Finalizando essa breve revisão teórica, concluímos que tanto a Modalidade quanto a Evidencialidade são categorias usuais no processo comunicativo, pois é comum o Falante veicular informações nas interações sociais de seu cotidiano, assim como também é normal que, para credibilizar essas informações, o Falante se utilize de recursos de marcação da evidência que comprovem a confiabilidade do que está sendo dito. O uso desses recursos é recorrente tanto na fala quanto na escrita. Nesta, destacamos os textos de tipologia dissertativo-argumentativa como a redação do ENEM. Pretendemos, neste estudo, verificar

<sup>92</sup> Exemplos disponíveis em Hengeveld e Hattnher (2015, p. 491).

<sup>93</sup> No original: “A difference between inference on the one hand and deduction on the other is that absolute tense modifications are allowed within the scope of the former but disallowed within the scope of the later” (HENGEVELD; HATTNHER, 2015, p. 491).

como a presença da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade, por meio de diferentes recursos linguísticos, contribuem para a construção textual das redações que obtiveram nota máxima no ENEM.

### 4.3 Síntese conclusiva

Neste capítulo, apresentamos um panorama dos estudos que se preocuparam em definir e categorizar a Modalidade e a Evidencialidade. Para tanto, destacamos Lyons (1977), um dos primeiros a focalizar a necessidade de separação entre os campos da Lógica e da Linguística no que diz respeito a esses recursos de comunicação. O autor aponta duas categorias como essenciais no estudo da Modalidade: epistêmica e deôntica. A primeira refere-se ao eixo do conhecimento, e a segunda, ao eixo conduta. Palmer (1986) divide os modais em: epistêmico, deôntico e dinâmico. Nessa classificação, a Evidencialidade é alocada dentro do campo epistêmico, sendo considerada um dos mecanismos utilizados pelo Falante para validar a verdade das informações repassadas por ele. Hengeveld (1988) também faz uma tripartição dos estudos modais e os divide em: inerente, objetiva e epistemológica. Nessa classificação, a Modalidade epistêmica é encaixada em duas categorias - objetiva e epistemológica. A Evidencialidade, por sua vez, é encaixada na subdivisão da Modalidade epistemológica e, assim como em Palmer (1986), é vista como parte da Modalidade epistêmica.

Em Hengeveld e Mackenzie (2008), temos outras definições no campo modal. Os autores retomam os parâmetros de alvo e domínio de Hengeveld (2004). O alvo refere-se ao direcionamento da qualificação modal: *modalidade orientada-para-o-falante*, *modalidade orientada-para-o-evento* e *modalidade orientada-para-a-proposição*. O domínio corresponde aos eixos de atuação: *epistêmico* - conhecimento; *deôntico* - conduta social; *facultativo* - capacidades; *volitivo* - desejo e, por fim, mas não menos importante, *evidencial* - fonte da informação.

Na GDF (2008), a Modalidade epistêmica atua no NR em duas camadas: no Conteúdo Proposicional - modalidade epistêmica subjetiva (*orientada-para-a-proposição*) e, no Estado-de-coisas - modalidade epistêmica objetiva (*orientada-para-o-evento*). No Conteúdo Proposicional, os qualificadores epistêmicos podem expressar as noções de certeza, dúvida, descrença. Já a Evidencialidade é classificada como um dos domínios modais e se manifesta no NI e no NR. Em cada nível, a Evidencialidade é analisada conforme a seguinte classificação: *Reportatividade* (NI) e *Evidencialidade propriamente dita* (NR). O primeiro

indica que o Falante está transmitindo uma informação repassada de outra fonte. O segundo diz respeito a como o Falante chegou ao conhecimento que ele transmitiu. Ela se desdobra em mais uma classificação: evidência sensorial, conhecimento existente, conhecimento geral acumulado na comunidade.

No decorrer das pesquisas sobre os recursos modais, os autores Hengeveld e Hattner (2015) propuseram uma nova classificação para a Evidencialidade com base em estudos realizados em línguas indígenas nativas no Brasil. A partir desse estudo, a Evidencialidade torna-se categoria gramatical ao lado da Modalidade e recebe mais uma subcategoria, a *Dedução*. Assim, na GDF (2015), temos uma nova tipologia dos evidenciais: Reportatividade, Inferência, Percepção do evento e Dedução. Essas subcategorias evidenciais são analisadas nos seguintes níveis e camadas: No NI, a *Reportatividade* atua no Conteúdo Comunicado (C). No NR, a Evidencialidade atua em três camadas: *Inferência* no Conteúdo Proposicional (p); *Dedução* no Episódio (ep) e *Percepção do evento* no Estado-de-Coisas (e).

Em Hengeveld e Fischer (2018), é proposta uma nova subcategoria para a Evidencialidade - a citação. Nesse estudo, os autores lançam um novo olhar para a Evidencialidade reportativa, já reconhecida pela GDF. Ao analisar a língua A'ingae, os pesquisadores observaram que havia marcas específicas para relatar a fonte da informação. Uma das marcas, quando usada, demonstrava que o Falante transmitia, com as suas próprias palavras, uma informação cuja fonte era outro Falante. A outra marca, ao ser usada no enunciado, demonstrava que o Falante estava transmitindo a informação tal qual ela fora transmitida pelo enunciador-fonte, ou seja, o Falante não modificava a informação conforme os seus conhecimentos ou entendimento. A primeira forma de marcação evidencial foi denominada de Reportatividade e, a segunda, de Citativa. A fim de fazer um panorama sobre os estudos evidenciais que até a presente data são reconhecidos pela GDF, esquematizamos um quadro-síntese. Nosso objetivo foi organizar, rapidamente, as subcategorias evidenciais que compõem a nova versão da GDF.

Como vimos, a Modalidade epistêmica e a Evidencialidade são domínios semânticos bem complexos para a classificação dos seus modos de aplicabilidade nos enunciados. No entanto, podemos afirmar que as definições desses domínios já estão bem solidificadas para cada uma, já que, em todas as pesquisas citadas, a Modalidade epistêmica é vista como responsável por expressar conhecimento e crenças do Falante e a Evidencialidade refere-se à indicação da fonte da informação.

Em nosso estudo, assumimos esses postulados e analisamos a Modalidade epistêmica e a Evidencialidade em produções de nota 1000 das Redações do ENEM, esperando também contribuir para os estudos dessas categorias.

## 5 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentamos a metodologia adotada para a investigação da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade nos textos que obtiveram nota 1000 na Redação do ENEM das edições de 2013 a 2019<sup>94</sup>. Primeiramente, caracterizamos a natureza dessa pesquisa. Em seguida, descrevemos as etapas de constituição e delimitação do *corpus*. Finalmente, apresentamos os procedimentos metodológicos das análises qualitativa e quantitativa bem como os parâmetros considerados com base na GDF.

### 5.1 Natureza da pesquisa

Ludwig (2012) diz que a relevância da pesquisa, na atualidade, está em possibilitar o avanço do conhecimento científico considerando-o como imprescindível para a evolução da humanidade. Para o autor, "a pesquisa é uma atividade racional e sistemática que visa dar respostas a determinados problemas próprios de qualquer área do conhecimento humano" (LUDWIG, 2012, p. 41).

É importante ressaltar que, como "atividade racional e sistemática", a pesquisa envolve o pensamento científico respeitando suas características específicas. Ludwig (2012) destaca os seguintes elementos: formulação de um problema (traduzido por meio de um questionamento); proposição da hipótese e aplicação do método e das técnicas adequadas para a resolução do problema implicado. Considerando tais características, destacamos as duas primeiras e, desse modo, pontuamos que a questão central que nos motiva é: *Como a Modalidade epistêmica e a Evidencialidade se manifestam em textos que obtiveram nota máxima na Prova de Redação do Enem (edições de 2013 a 2019)?* Nossa hipótese é a de que o participante utiliza os recursos que expressam Modalidade epistêmica a fim de manifestar, predominantemente, uma avaliação com sentido de *certeza* e orientação *objetiva* com relação ao conhecimento da problemática envolvida no tema proposto e, para fundamentar essa avaliação, o participante usa recursos de Evidencialidade, frequentemente, os de natureza reportativa, uma vez que a maioria das informações expressas são, até mesmo por exigência de uma das competências do exame, relacionadas a outras fontes diferentes do próprio autor.

---

<sup>94</sup> As redações analisadas foram aplicadas nessas edições do certame. Todavia, os documentos (Cartilha do Participante), nos quais os textos estão disponíveis, foram publicados nas edições de (2016, 2017, 2018a, 2019, 2020a). Na Cartilha do Participante (2016), foram divulgados os textos correspondentes aos anos de 2013, 2014 e 2015.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa pode ser exploratória, descritiva ou explicativa. Uma vez que o nosso objetivo central é descrever e analisar o uso de recursos que expressam a Modalidade epistêmica e a Evidencialidade na produção de textos avaliados com a nota mil na Prova de Redação do ENEM, nosso estudo encaixa-se no âmbito da pesquisa descritiva, a qual, por meio de observação, registro e análise, busca “descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

Quanto à natureza da metodologia utilizada para a abordagem, Severino (2016) apresenta quatro possibilidades: pesquisa bibliográfica, pesquisa experimental, pesquisa de campo e pesquisa documental. É esta última a natureza da pesquisa em foco e, por isso, a definiremos de acordo com os teóricos aqui citados.

Para Ludwig, a análise documental pode ser conceituada como um “recurso que permite identificar informações em documentos a partir de questões ou hipóteses anteriormente estabelecidas” (LUDWIG, 2012, p. 63). Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa documental é uma forma de observação que se baseia em materiais que ainda não receberam algum tipo de análise ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos de um dado estudo. Para Severino (2016), a pesquisa documental tem como fonte de observação documentos diversificados, desde os impressos, tais como jornais, documentos legais e fotos, até os audiovisuais, tais como filmes e gravações.

Nossa pesquisa consiste na análise de redações divulgadas por meio do documento oficial Cartilha do Participante<sup>95</sup> que é anualmente publicada pelo INEP. Por se tratar de observação e análise de fenômenos linguísticos contidos em objetos textuais cujo meio de acesso são documentos de cunho oficial, nossa pesquisa tem, portanto, natureza documental.

## **5.2 Caracterização, constituição e delimitação do *corpus***

Nosso estudo se caracteriza pela abordagem *qualitativa-quantitativa*. De acordo com Siebra, um dos pontos que diferenciam esses métodos de pesquisa é o fato de que o primeiro (qualitativo) “busca explicar ocorrências” enquanto que o segundo (quantitativo) se ocupa em “mensurar as ocorrências” (SIEBRA, 2000, p. 31).

---

<sup>95</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 31 ago. 2022.

Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa quantitativa tem por premissa a postulação de que tudo pode ser quantificável, ou seja, é possível expressar por via numérica, com o uso de técnicas de estatística, opiniões e informações. Desse modo, a pesquisa quantitativa confere à análise o rigor na precisão dos resultados e, com isso, segundo os autores, essa forma de abordagem científica evita “contradições no processo de análise e interpretação” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70). Nosso estudo é quantitativo ao delimitarmos como um de nossos objetivos específicos identificar a frequência de uso dos modalizadores epistêmicos e evidenciais nas redações selecionadas para análise, por exemplo.

Com relação à abordagem qualitativa, Siebra (2000) expõe que a pesquisa qualitativa tem um viés subjetivo de análise dos fenômenos devido ao seu propósito de “buscar compreender, interpretar, explicar algum fenômeno [...]”. Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa tem por elementos básicos a interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados, por isso, esse método não exige técnicas voltadas para a apreciação numérica. Considerando essas definições, justificamos, também, o caráter qualitativo da nossa pesquisa, pois interpretamos cada uso linguístico em seu contexto, tendo em vista, por exemplo, os efeitos de sentidos expressos por meio da manifestação da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade nas redações que obtiveram nota máxima.

Acreditamos que a união das duas formas de abordagem seja benéfica ao estudo que desenvolvemos por dois motivos: primeiro, por conferir precisão à análise mediante verificação dos dados obtidos com uso de cálculos específicos de frequência e, segundo, por buscar, com base nesses resultados, compreender e explicar os sentidos e efeitos que o uso da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade manifestam no gênero textual Redação do ENEM. Além disso, acreditamos que as abordagens quantitativo-qualitativas não se constituem enquanto métodos excludentes, pois, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), esses dois tipos metodológicos de pesquisa interligam-se e complementam-se.

Para a constituição do *corpus*, optamos por utilizar textos que estivessem envolvidos em um contexto real de produção, uma vez que nossa pesquisa é de cunho funcionalista, para a qual, a competência comunicativa do Falante é o elemento chave para a análise da interação verbal. Também consideramos relevante constituir nosso objeto de estudo com produções escritas que fossem de fácil acesso aos leitores em geral. Desse modo, optamos por analisar redações produzidas nas edições de 2013 a 2019 da Prova de Redação do ENEM que foram avaliadas com nota 1000 de acordo com os critérios estabelecidos na Matriz de Referência da Redação do Enem. Esses textos foram divulgados pelo INEP nas

Cartilhas do Participante. O conjunto das amostras contabiliza um total de 45 textos de produção única de cada participante.

Com o intuito de ilustrar a composição do *corpus*, organizamos o quadro a seguir com base nas informações contidas em Cavalcante Filho (2022, p. 114-115)<sup>96</sup>. Porém, antes de prosseguir com a leitura do quadro, é preciso esclarecer as informações dispostas na coluna “Identificação das amostras”. Para identificar as redações, o autor optou por não transcrever o nome dos participantes e elaborou o seguinte código: ENEM + ano de aplicação da prova + iniciais que compunham o nome e os sobrenomes dos participantes. Por nosso turno, resolvemos acrescentar, neste trabalho, um número ao final de cada identificação. Nosso objetivo é facilitar ainda mais o acesso a uma redação específica, caso seja preciso para o leitor.

Quadro 4 - Redações nota máxima do ENEM para composição do *corpus* (continua)

Cartilha do participante - edição	Ano de aplicação do tema	Tema	Redações	Identificação das amostras
2016 <sup>97</sup>	2013	Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil.	5	ENEM2013CAD(1) ENEM2013PFMS(2) ENEM2013PHCSM(3) ENEM2013SCLM(4) ENEM2013VFAC(5)
	2014	Publicidade infantil em questão no Brasil.	4	ENEM2014LHSM(1) ENEM2014GAC(2) ENEM2014TC(3) ENEM2014DMG(4)
	2015	A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira.	5	ENEM2015LSC(1) ENEM2015ACMC(2) ENEM2015JCAP(3) ENEM2015ACSR(4) ENEM2015LDR(5)
2017	2016	Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil.	8	ENEM2016VOL(1) ENEM2016JBE(2) ENEM2016GTST(3) ENEM2016TSV(4) ENEM2016JVVP(5) ENEM2016DMA(6) ENEM2016IRSC(7) ENEM2016NCVM(8)

<sup>96</sup> Registramos nosso agradecimento pela cessão de informações para a constituição do *corpus* a Cavalcante Filho (2022), por meio de sua tese de Doutorado “**A estrutura retórica de redações nota máxima no ENEM: uma análise funcionalista**”. A pesquisa está disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/65113>. Acesso em: 31 ago. 2022.

<sup>97</sup> A Cartilha do Participante da edição de 2016, excepcionalmente, trouxe os exemplares textuais de nota 1000 pertencentes às edições de 2013, 2014 e 2015. Ressaltamos que não sabemos o motivo de tal ação.

Quadro 4 - Redações nota máxima do ENEM para composição do *corpus* (conclusão)

2018	2017	Desafios para a formação educacional dos surdos no Brasil.	9	ENEM2017MCM(1) ENEM2017UGH(2) ENEM2017ACN(3) ENEM2017LMM(4) ENEM2017JPFB(5) ENEM2017EJDJS(6) ENEM2017YLR(7) ENEM2017BAS(8) ENEM2017MJBC(9)
2019	2018	Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.	7	ENEM2018CMP(1) ENEM2018MMWC(2) ENEM2018LSLL(3) ENEM2018JPC(4) ENEM2018NCPS(5) ENEM2018PASM(6) ENEM2018FCSTD(7)
2020	2019	Democratização do acesso ao cinema no Brasil.	7	ENEM2019GMCN(1) ENEM2019MALB(2) ENEM2019STL(3) ENEM2019GM(4) ENEM2019GLT(5) ENEM2019AFS(6) ENEM2019IOC(7)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Cavalcante Filho<sup>98</sup> (2022, p. 114-115).

Como dissemos, ao todo são sete temáticas, a partir das quais os participantes desenvolveram textos dissertativos-argumentativos em defesa de seus pontos de vista com base em informações disponibilizadas pelas das diversas áreas do conhecimento humano.

### 5.3 Procedimentos metodológicos

Finalizadas as explicitações sobre os mecanismos utilizados para a definição do objeto de estudo, prosseguimos com a descrição dos procedimentos metodológicos: 1) realizamos leituras dos textos teóricos para fundamentar a especificação das categorias ou parâmetros de análise; 2) lemos as redações e identificamos os trechos que continham alguma manifestação linguística de Modalidade epistêmica e da Evidencialidade; 3) criamos as fichas de ocorrências<sup>99</sup> dos recursos modais e evidenciais identificados; 4) analisamos qualitativamente os recursos identificados como expressão da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade nos textos de acordo com as categorias de análise estabelecidas; 5) realizamos a análise quantitativa da frequência de uso dos recursos das expressões de

<sup>98</sup> No estudo do pesquisador, as informações estão disponíveis em dois quadros (24 e 25).

<sup>99</sup> No ANEXO J, disponibilizamos o modelo da ficha de análise.

Modalidade epistêmica e Evidencialidade; 6) interpretamos os resultados quantitativos e sistematizamos nossas conclusões.

Finalizada a descrição dos procedimentos metodológicos, damos a conhecer os critérios de coleta de dados, isto é, as condições de identificação e exclusão de ocorrências de manifestação da Modalidade e da Evidencialidade nas redações que constituem o *corpus*.

### 5.3.1 Critérios de coleta de dados: identificação de ocorrências

O *corpus* da pesquisa é constituído por 45 redações que foram avaliadas com nota máxima de acordo com os critérios de correção assumidos pelo ENEM em cada edição. Ressaltamos que não foi realizada a seleção de redações, pois optamos por trabalhar com todos os textos publicados nas Cartilhas do Participante (BRASIL, 2016, 2017, 2018a, 2019, 2020a). Na leitura inicial, identificamos, nessas amostras textuais, enunciados (pertencentes a quaisquer das partes da redação) que continham marcas de expressão de Modalidade epistêmica ou Evidencialidade. Mesmo com esse recorte de identificação, desenvolvemos a análise considerando tais enunciados em seus contextos, uma vez que nossa pesquisa envolve, integradamente, aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos, e é orientada pelo Funcionalismo linguístico com suporte teórico da GDF.

Por se tratar de uma análise de base funcionalista, as ocorrências dos fenômenos modais epistêmicos e evidenciais estão destacadas dentro do enunciado em que a ‘marca’ - modal ou evidencial - está expressa. Para ilustração, apresentamos os seguintes exemplos de enunciados com marcas modais e evidenciais fornecidos por Neves (2013)<sup>100</sup>:

a) Modalidade epistêmica:

*Provavelmente a imaginação me iludiu.* (NEVES, 2013, p. 169)

*É indiscutivelmente possível que a história se repita.* (NEVES, 2013, p. 172)

b) Evidencialidade:

*Práticas desta ordem, em que o pentágono e CIA estariam envolvidos, não seriam, segundo a revista Time (30 de agosto de 1993, pp. 28-29), grandes novidades.* (REA) (NEVES, 2013, p. 165)

*Pelo que disse seu tio, parece que você não se sente feliz aí, meu filho.* (JT) (NEVES, 2013, p. 165)

---

<sup>100</sup> Os grifos contidos nos enunciados são da autora.

A identificação inicial das ocorrências teve por critério a seleção dos enunciados por meio do uso de recursos linguísticos, tais como verbos auxiliares – modais ou predicados, encaixadores de cognição, opinião e elocução; adjetivos comuns e em posição predicativa; advérbios e expressões adverbiais; e substantivos. Após a identificação dos enunciados com a presença desses recursos de manifestação da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade, construímos fichas de análises das ocorrências para posterior aplicação dos parâmetros de análise que depreendem os aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos relevantes em cada contexto.

### **5.3.2 Parâmetros de análise dos dados: categorias de análise qualitativa**

Para a definição dos parâmetros de análise das ocorrências de recursos de Modalidade epistêmica e Evidencialidade nas amostras textuais, retornamos às seguintes questões de pesquisa:

- 1) *Quanto ao domínio, as redações analisadas apresentam maior incidência de marcas modais epistêmicas ou de marcas evidenciais?*
- 2) *Quanto à orientação, objetiva ou subjetiva, como se caracterizam os recursos de Modalidade epistêmica utilizados nas redações avaliadas com nota 1000 do Enem?*
- 3) *Quanto ao tipo de acesso, qual das subcategorias evidenciais é mais utilizada nas redações?*
- 4) *Quanto à manifestação da fonte, considerando-se que tal indicação tem efeitos sobre a Modalização epistêmica, indicando graus de comprometimento do enunciador, qual tipo de fonte (Autor, 3ª pessoa definida, 3ª pessoa indefinida ou Domínio comum) é mais utilizado para marcar a Evidencialidade nas redações?*
- 5) *Quanto aos sentidos e efeitos produzidos pelo uso de recursos que expressam Modalidade epistêmica e Evidencialidade, que tipo de sentido (no caso da Modalidade epistêmica) e de efeito (no caso da Evidencialidade) é mais frequente quando o falante apresenta as informações na estrutura textual?*
- 6) *Quanto às formas linguísticas, quais recursos de expressão de Modalidade epistêmica e Evidencialidade foram mais usados nas redações?*
- 7) *Quanto à frequência de uso dos recursos que expressam a Modalidade epistêmica e a Evidencialidade, em que parte específica da estrutura textual das*

*redações (Introdução, Desenvolvimento, Conclusão/ Proposta de intervenção),  
eles são mais recorrentes?*

*8) Quanto à adequação e funcionalidade do registro linguístico no enunciado os recursos de Modalidade epistêmica e Evidencialidade, de fato, não apresentam inadequações com relação à escolha da marca modal/evidencial e a função que deve ser desempenhada pelo recurso linguístico no contexto textual?*

Para formular hipóteses que respondam a essas questões, nos fundamentamos no arcabouço teórico da GDF (2008) e consideramos, além dos pressupostos de Hengeveld e Mackenzie (2008), os estudos incorporados à teoria original, realizados por Hengeveld e Hattner (2015) e Hengeveld e Fischer (2018).

Quadro 5 - Categorias de análise das redações do ENEM - edições 2013 a 2019

<b>Categorias</b>	<b>Foco</b>	<b>Objetivo</b>
<b>Domínio</b>	Modalidade epistêmica	<i>Identificar que recursos modalizadores epistêmicos e evidenciais são mais utilizados nas redações.</i>
	Evidencialidade	
<b>Orientação</b> Modalidade epistêmica	Objetiva	<i>Analisar como se caracterizam os recursos de modalização epistêmica nas redações.</i>
	Subjetiva	
<b>Evidencialidade</b> (subcategorias/ tipos de acesso)	Citação	<i>Verificar qual(is) tipo(s) de acesso (subcategorias evidenciais) são mais usados pelos participantes para fundamentar seus argumentos nas redações.</i>
	Reportatividade	
	Inferência	
	Dedução	
	Percepção do Evento	
<b>Evidencialidade</b> (tipos de fonte)	Autor	<i>Descrever como se manifesta a indicação da fonte de uma informação, tendo em vista que essa ação indicia graus de comprometimento do participante com o conteúdo expresso.</i>
	3ª p. definida	
	3ª p. indefinida	
	Domínio comum	
<b>Sentidos</b> (Modalidade epistêmica)  <b>Efeitos</b> (Evidencialidade)	Certeza	<i>Interpretar os sentidos e efeitos decorrentes dos usos de recursos linguísticos que expressam Modalidade epistêmica e Evidencialidade nas redações.</i>
	Possibilidade	
	Probabilidade	
	Dúvida	
	Alto comprometimento	
	Médio comprometimento	
	Baixo comprometimento	
<b>Formas linguísticas</b>	Adjetivos	<i>Descrever como os recursos linguísticos que expressam Modalidade epistêmica e Evidencialidade são utilizados pelos participantes para atingir seus propósitos comunicativos em cada enunciado.</i>
	Adjetivos em posição predicativa	
	Advérbio	
	Locução adverbial	
	Modificador do substantivo	
	Verbo modal	
	Verbo encaixador	
	Preposição	
	Locução prepositiva	
<b>Esquema textual</b>	Introdução	<i>Identificar a frequência de uso dos recursos de Modalidade epistêmica e Evidencialidade na estrutura textual das redações.</i>
	Desenvolvimento	
	Conclusão	
<b>Adequação e Funcionalidade</b>	Totalmente adequado	<i>Avaliar os recursos de Modalidade epistêmica e Evidencialidade utilizados nas redações quanto à adequação e funcionalidade de uso.</i>
	Parcialmente adequado	
	Inadequado	

Fonte: Elaboração nossa.

Para ilustrar a análise das categorias, apresentamos os seguintes exemplos retirados do próprio *corpus* desta pesquisa.

a) Domínio semântico:

Modalidade epistêmica: “... Somado a isso, tendo em vista a capacidade dos algoritmos de selecionar o que vai ou não ser lido, estes **podem** ser usados para moldar interesses pessoais dos leitores.” (ENEM2018NCPS(5))

Evidencialidade: “**De acordo com** o mapa da violência de 2012, o número de mortes por essa causa aumentou em 230% no período de 1980 a 2010.” (ENEM2015ACMC(6))

b) Orientação da Modalidade Epistêmica:

Subjetiva: “Na ótica aristotélica, a mulher é concebida como a encarnação de um homem ruim. Este fato **talvez** justifique o alto índice de violência contra o espírito feminino em voga no Brasil ...” (ENEM2015LDR(4))

Objetiva: “... o medo do preconceito, que **pode** ser praticado mesmo pelos educadores, ...” (ENEM2017MCM(1))

c) Evidencialidade (subcategorias):

Reportatividade: “... **Para** o filósofo, sem a cultura e a sabedoria, nada separa a espécie humana do restante dos animais.” (ENEM2019AFS(6))

Citação: “... é fundamental o papel da escola de pregar a tolerância já que, **segundo Immanuel Kant**, “o homem é aquilo que a educação faz dele.” (ENEM2016JVVP(5)).

Inferência: “Atualmente, **constata-se**<sup>101</sup> que grande parcela da população brasileira herdou essa forma de pensar e de agir, tratando pessoas que acreditam em outras religiões de maneira desrespeitosa...” (ENEM2016GTST(3))

Dedução: “... quando conteúdos previamente selecionados, descontextualizados ou alterados são a maior parte das informações acessíveis ao público, este passa a reproduzir os comportamentos esperados pelos órgãos manipuladores e influenciam as pessoas ao seu redor por apresentar tais fatos como verdades, o que gera um estado de desinformação. Nesse viés, **percebe-se** que a seleção informacional como um meio alienante antecede a internet...” (ENEM2018JPC(4))

Percepção do evento<sup>102</sup>: “Estava passando pela ponte e **vi a mulher rolando no barranco e caindo de cabeça.**” (HATTNER, 2018, p. 104)

<sup>101</sup> Normalmente, a Inferência apresenta marcas evidenciais expressas por verbos conjugados na 1ª pessoa do singular. Contudo, nas redações analisadas, não encontramos essas formas de marcação evidencial. Tal fato, todavia, não elimina a possibilidade de que o participante apresente uma Evidencialidade de natureza inferencial em seu discurso. Na seção 6.1.3.1 esclarecemos o motivo de considerarmos a marca destacada como exemplo de Inferência.

<sup>102</sup> Informamos que nas leituras para identificação geral de marcas modais/evidenciais não encontramos enunciados com marca evidencial de Percepção do evento. Por esse motivo, apresentamos um exemplo retirado de Hattner (2018) apenas para ilustrar a categoria.

## d) Evidencialidade (tipos de fonte):

Autor: “... **Percebe-se**<sup>103</sup>, destarte, que a publicidade infantil, para ser regulamentada e controlada, necessita de uma ação conjunta entre o Estado, o setor publicitário e os cidadãos.” (ENEM2014DMG(4))

3ª p. definida: “[A lei] **determina** que, se comprovada a ingestão de álcool através do teste do “bafômetro” ou exame de sangue, o motorista poderia perder sua habilitação.” (ENEM2013CAD(3))

Domínio comum: “... **sabe-se** que boa parte da população que vive em áreas rurais ou suburbanas sofre com a falta de acessibilidade a tal meio<sup>104</sup> de diversão.” (ENEM2019GLT(5))

## e) Sentidos (Modalidade epistêmica - certeza):

“... **fica claro** que a Lei Seca ajuda tanto na regulamentação do trânsito, quanto na formação moral do cidadão brasileiro.” (ENEM2013PFMS(2))

Efeitos (Evidencialidade - baixo comprometimento):

“**Segundo** a atual Constituição Federal, o Brasil é um país de Estado laico, ou seja, a sociedade possui o direito de exercer qualquer religião, crença ou culto.” (ENEM2016GTST(3))

## f) Formas Linguísticas:

Modalidade epistêmica (adjetivo em posição predicativa): “... **É possível**, portanto, promover o desenvolvimento moral da sociedade...” (ENEM2013VFAC(5))

Evidencialidade (verbo encaixador): “O filósofo italiano Norberto Bobbio **afirma** que a dignidade humana é uma qualidade intrínseca ao homem, ...” (ENEM2017ACN(3))

g) Esquema textual<sup>105</sup>: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.

“**Segundo** [os sociólogos] da chamada “Geração de 30”, muito importantes para o desenvolvimento da antropologia no país, o Brasil é formado por uma fricção interétnica. Isto é, desde os tempos da colonização, diferentes culturas

<sup>103</sup> Na seção 6.1.3.1 esclarecemos o motivo de considerarmos a marca destacada como exemplo de fonte do tipo “autor”.

<sup>104</sup> Na redação, o autor refere-se ao cinema.

<sup>105</sup> Informamos que, no esquema textual, analisamos as partes que compõem a tipologia dissertativo-argumentativa (introdução, desenvolvimento e conclusão), as quais são denominadas por Cavalcante Filho (2022) de Unidades Retóricas de Composição (URC). O excerto apresentado é parte de uma URC de desenvolvimento. Na seção 6.1.6 do capítulo de análise, tratamos sobre essas partes conforme as considerações do referido autor.

*compartilham o mesmo território. Contudo, tal interação não ocorre de forma harmônica, uma vez que a persistência do pensamento eurocêntrico do século XVI, que considera os costumes de outros povos como inferiores, gera a intolerância religiosa dos dias atuais. **Inquestionavelmente**, o preconceito quanto às culturas minoritárias ainda é muito marcante no país, o que é responsável por quadros de violência e por conflitos sociais.”* (ENEM2016IRSC(7))<sup>106</sup>

h) Adequação e Funcionalidade:

Modalidade epistêmica (parcialmente adequado): “*Apesar de **achamos** que a mentalidade do povo melhora com o passar do tempo...*” (ENEM2015ACSR(4))

Evidencialidade (totalmente adequado): “*... o filósofo iluminista Voltárie já **afirmava**: “Preconceito é opinião sem conhecimento.”* (ENEM2017LMM(4))

### 5.3.3 Análise quantitativa: SPSS

A análise quantitativa deste estudo se deu por meio do programa computacional *Statistical Package for Social Science* (SPSS). Tal recurso tem sido utilizado por muitos estudiosos no campo de pesquisa da Modalidade e da Evidencialidade, tais como Lucena-Silva e Nogueira (2017); Oliveira (2017, 2021); Lima (2018); Vidal (2021); Prata e Vidal (2022). O programa traduz-se como uma ferramenta computacional capaz de viabilizar a elaboração de gráficos e tabelas, o cruzamento de variáveis, a realização do teste *qui-quadrado*<sup>107</sup> cujo objetivo é verificar se há relação entre as categorias de análise.

---

<sup>106</sup> Para evitarmos a exemplificação de dois excertos (um para a Modalidade epistêmica e outro para a Evidencialidade) resolvemos apresentar um trecho com recursos linguísticos que expressam os dois domínios. A legenda para identificação é a seguinte: marca modal epistêmica: **negrito**; marca evidencial - **negrito e sublinhado**; fonte evidencial: **colchetes**.

<sup>107</sup> Esse teste é utilizado para estudar as dependências entre duas variáveis através de uma tabela de contingência. Na análise da frequência, o teste permite ao pesquisador verificar a diferença entre a frequência absoluta observada e a frequência absoluta esperada. O cálculo considera apenas variáveis nominais e ordinais; As observações precisam ser independentes; o teste não aceita resultados cujas frequências sejam inferiores a 1 ou se até 20% das frequências forem inferiores a 5. Disponível em: <https://www.somatematica.com.br/estat/ap24.php>. Acesso em: 05 dez. 2022.

### 5.3.4 Interpretação dos resultados

Severino (2016), ao explicitar componentes essenciais para o desenvolvimento adequado de uma metodologia do trabalho científico, ressalta o que significa a palavra *interpretar*:

Interpretar, em sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade das ideias expostas, é cotejá-las com outras enfim, é dialogar com o autor (SEVERINO, 2016, p. 63).

Como vemos, interpretar articula muitos aspectos os quais desafiam o leitor a se envolver com o objeto de estudo de tal forma que ele seja capaz de, por meio das palavras lidas, dialogar com o autor daquele conhecimento.

Como dissemos, este estudo tem uma abordagem quantitativo-qualitativa para que possamos tanto garantir a precisão própria dos resultados de frequência das variáveis, quanto interpretar o que revelam esses registros estatísticos em relação às questões e hipóteses de pesquisa formuladas.

No próximo capítulo, expomos, ilustramos e interpretamos os resultados obtidos na análise dos aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos identificados no uso de recursos da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade nas redações nota máxima do Enem.

## 5.4 Síntese conclusiva

Neste capítulo, apresentamos o caminho metodológico adotado para a análise como se manifestam a Modalidade epistêmica e a Evidencialidade nas redações de nota máxima do ENEM nas edições de 2013 a 2019. Primeiramente, descrevemos a natureza documental da pesquisa, uma vez que nosso *corpus* é constituído por redações nota 1000 publicadas nos documentos oficiais do INEP, por meio das Cartilhas do Participante. Segundo, fizemos a caracterização da pesquisa quanto à abordagem de foco qualitativo-quantitativa e expusemos um quadro com a identificação das redações analisadas. Em seguida, descrevemos os processos metodológicos e expusemos os critérios de coleta de dados das marcas epistêmicas e evidenciais nos enunciados das redações. Ao explicitarmos os parâmetros de análise das categorias, apresentamos as questões de pesquisa e desenhamos um quadro, no qual especificamos as categorias de análise e expomos os objetivos que direcionam o estudo de cada aspecto destacado. A fim de ilustrar nossas categorias de análise, exemplificamos cada

uma delas com trechos retirados do *corpus*. Por fim, o capítulo traz uma breve explicação sobre o programa computacional SPSS (*Statistical Package for Social Science*) usado para realização da análise quantitativa desta pesquisa.

## 6 ANÁLISE DA MANIFESTAÇÃO DA MODALIDADE EPISTÊMICA E DA EVIDENCIALIDADE NAS REDAÇÕES NOTA MÁXIMA DO ENEM (2013 - 2019)

Apresentamos, neste capítulo, a análise quantitativa-qualitativa dos dados referentes ao uso da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade nas redações do ENEM. Nosso objetivo geral, ao realizar esta pesquisa, é descrever e analisar a manifestação da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade nas redações de nota 1000 do exame aplicadas nas edições de 2013 a 2019. Para tanto, a questão que nos guia é: *Como a Modalidade epistêmica e a Evidencialidade se manifestam em textos que obtiveram nota máxima na Redação do ENEM nas edições de 2013 a 2019?*

### 6.1 Resultados: análise e discussão

Na análise do nosso *corpus*, consideramos um total de 45 redações publicadas nas Cartilhas do Participante das edições de 2016, 2017, 2018a, 2019 e 2020a<sup>108</sup>. Cabe informar ao leitor que o conjunto de textos analisados é constituído por 7 (sete) temas (únicos em cada edição) aplicados desde o certame de 2013 até 2019, nos quais os participantes expressaram suas opiniões, conhecimentos e crenças para defender um ponto de vista próprio, obrigatoriamente, relacionado à temática discutida na edição. Durante a leitura das produções, notamos que as escolhas dos recursos linguísticos tanto modais quanto evidenciais revelam que os autores<sup>109</sup> das redações objetivam que seus pontos de vista sobre a temática sejam compreendidos como verdadeiros e que seus argumentos sejam validados como conhecimentos e crenças aceitáveis no contexto do discurso desenvolvido.

O total de enunciados que foram, inicialmente, identificados para a análise das marcas modais e evidenciais foi de 255<sup>110</sup>. Após verificação dos recursos linguísticos que

---

<sup>108</sup> É válido lembrar ao leitor que não sabemos o motivo que justifica a publicação dos textos nota 1.000 correspondentes aos anos de 2013, 2014 e 2015 apenas na Cartilha do Participante (2016). A partir da referida edição, as demais publicações apresentam as redações do ano anterior. Por exemplo: Enem de 2016, na publicação de 2017; de 2017, na de 2018; de 2018, na de 2019 e de 2019, na de 2019. As cartilhas divulgam apenas as redações produzidas no ENEM regular.

<sup>109</sup> Resolvemos, neste capítulo, considerar, também, o vocábulo “autor (es)” como mais uma denominação para “participantes”, afinal, os textos são originais e de autoria validada pelo certame. Desse modo, usaremos tanto um quanto outro vocábulo para fazer referência ao produtor do texto.

<sup>110</sup> Nesse total contabilizamos todas as marcas modais que pareciam expressar Modalidade epistêmica. No entanto, após aprofundamento da análise, verificamos que, principalmente, no uso do verbo “poder” (devido a sua polissemia), a modalização expressa não era somente de domínio epistêmico, mas sim, de outros domínios. Tal situação nos levou a refinar a identificação dos modais e, por isso, houve diminuição no número de ocorrências.

foram realmente utilizados como manifestações das categorias em estudo- Modalidade epistêmica e Evidencialidade, consideramos como dados da pesquisa apenas 188 ocorrências<sup>111</sup>. A seguir, iniciamos a análise das categorias.

### **6.1.1 Domínios: Modalidade epistêmica e Evidencialidade**

Para observarmos a manifestação da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade<sup>112</sup> nas redações, a primeira categoria de análise que propomos diz respeito ao uso de recursos pertencentes a esses dois domínios. Como dissemos, o participante se ocupa em expressar seus conhecimentos e, além disso, marcar sua crença diante da pauta textual escolhida para a discussão da temática. Isso é perceptível nas produções ao verificarmos que tanto a Modalidade epistêmica quanto a Evidencialidade foram marcadas em todos os exemplares analisados. Considerando a aplicação de tais domínios, essa categoria de análise nos permite responder à seguinte questão: *Quanto ao domínio, as redações analisadas apresentam maior incidência de marcas modais epistêmicas ou de marcas evidenciais?*

Como explicitamos na Metodologia, para a análise das frequências, utilizamos o pacote computacional SPSS. Após inserção dos dados, a ferramenta nos apresentou o seguinte resultado:

Tabela 1 - Modalidade epistêmica e Evidencialidade nas redações nota máxima do ENEM

DOMÍNIOS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Evidencialidade	140	74,5 %
Modalidade epistêmica	48	25,5 %
Total	188	100 %

Fonte: Elaborado pela autora com uso da ferramenta SPSS.

<sup>111</sup> Explicitamos que se deve entender por ocorrência: enunciado com destaque para o recurso modal ou evidencial. Ressaltamos que os recursos modais e evidenciais considerados válidos estão dispostos no quadro 03 - Categorias de análise das redações do ENEM - 2013 a 2019, na seção 5.2, p. 94.

<sup>112</sup> Informamos que as análises realizadas tiveram o apoio fundamental de vários participantes do Grupo de Estudos Funcionalistas (GEF) da UFC, aos quais agradecemos. O grupo foi criado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, em 2001, sob a liderança da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Teixeira Nogueira. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0318583055932695>. É composto por professores pesquisadores e por estudantes (mestrado e doutorado) tanto da UFC quanto de outras universidades das regiões Nordeste e Norte do Brasil cujos interesses de pesquisas estão voltados para analisar a língua em uso. Para tanto, as teorias funcionalistas, em suas diferentes abordagens, compõem o arcabouço dos estudos linguísticos desenvolvidos pelo grupo sob a égide do Funcionalismo. Disponível em: <http://www.gef.ufc.br/index.php/2015-04-06-18-09-58/apresentacao>. Acesso em: 07 dez. 2022.

Como podemos observar na Tabela 1, a Modalidade epistêmica foi utilizada, pelos participantes/autores, em menor quantidade quando comparada ao uso de recursos evidenciais. Embora, a Modalidade epistêmica tenha ocorrido em todas as redações, consideramos que a quantidade de marcas modais é pouco expressiva, já que estamos tratando de recursos argumentativos que são voltados para a expressão de conhecimentos e crenças do participante que, presumivelmente, procura demonstrar seu comprometimento com a verdade do que é dito. Uma vez que o texto requerido pelo gênero Redação do ENEM exige uma apresentação dos conhecimentos dos participantes, nossa hipótese era a de que, devido à tipologia textual exigida, o uso de recursos da Modalidade epistêmica tivesse uma frequência maior que a verificada. Mesmo que, em nossa suposição, a Evidencialidade se configurasse como o domínio funcional mais proeminente, uma vez que atende a um dos critérios exigidos pelo certame, especificamente, pela competência 2 - uso de repertório sociocultural produtivo -, acreditávamos que a diferença no número de ocorrências entre os domínios seria menor. Ressaltamos que não esperávamos encontrar marcas de Modalidade epistêmica em cada parágrafo, mas acreditávamos que os usos de marcas epistêmicas fossem mais recorrentes, uma vez que o participante está defendendo um ponto de vista com o objetivo de convencer o leitor de uma verdade que, inicialmente, é defendida apenas pelo produtor textual.

Nossa explicação para as ocorrências das marcas modais epistêmicas serem menos recorrentes do que as de Evidencialidade é a de que, embora o participante busque defender seu ponto de vista, ele tem consciência de que não deve impor suas convicções ao leitor, uma vez que a própria tipologia textual exige o desenvolvimento de uma argumentação. Ciente disso, o participante mostra habilidade ao utilizar os modais epistêmicos, principalmente, os voltados para o sentido de *possibilidade*, em sua construção discursiva, sabendo que ela será mais credibilizada quanto mais a articulação dos sentidos pretendidos seja capaz de convencer o leitor de que o ponto de vista defendido é correto. Para tanto, o autor dialoga com o leitor tanto expressando suas certezas, com embasamento de outras fontes de conhecimento, como apontando possibilidades mediante as quais o leitor possa refletir sobre o que o autor dispõe na discussão e, com isso, seja capaz de chegar a uma conclusão semelhante ou igual à do autor.

Notamos que, muitas vezes, com o intuito de persuadir o leitor e deixar claro seu posicionamento sobre a discussão realizada, o participante opta por expressar as informações

construindo uma posição discursiva que direcione o leitor a refletir sobre o que foi dito e, por fim, chegar à mesma conclusão do autor. Vejamos os exemplos<sup>113</sup>:

(1)<sup>114</sup> [...] *Em decorrência disso, a implantação e a propaganda da Lei Seca, ao estimularem o motorista a não beber antes de dirigir, **podem** também levá-lo a pesar as consequências de seus atos: desrespeitar a lei, nessa situação, **pode** custar a vida de outrem.* (ENEM2013SCLM(2)).

(2) [...] *A par disso, **é indubitável** que a localização dos cinemas em áreas mais nobres e o alto valor dos ingressos configuram uma tentativa de excluir e silenciar os grupos periféricos, tal **como discute** [Nick Couldry]* (ENEM2019IOC(7)).

No exemplo (1), o participante destaca que a existência da Lei Seca e o trabalho de conscientização promovido a partir dela são meios que podem contribuir para a diminuição dos acidentes. Podemos observar que o uso dos modais epistêmicos “podem” e “pode” sugere que o participante intenciona explicitar para o leitor que há uma possibilidade de que a lei mencionada tenha resultados positivos nas ações dos condutores.

A análise dos recursos modais nos permite observar que, nos dois trechos, a intenção comunicativa é direcionar o leitor para aceitação do ponto de vista do autor. Porém, no exemplo (2), com o uso do adjetivo em posição predicativa “*é indubitável*”, vemos que o participante é mais enfático ao determinar o sentido de *certeza* para atingir seu alvo comunicativo. Para consolidar sua posição, o autor, também, recorre ao uso da Evidencialidade, nesse caso, a reportativa (“*como discute Nick Couldry*”). Ao usar essa estratégia, o autor sela a sua opinião fundamentando seu ponto de vista em um aparato social que, provavelmente, não será questionado.

Ainda interpretando o menor uso de modais epistêmicos em relação ao uso de recursos evidenciais, acreditamos que uma das explicações esteja ligada aos sentidos dos recursos lexicais e sua aplicação na tipologia dissertativo-argumentativa. Como o próprio nome da tipologia expõe, é necessário que se proponha uma argumentação. Tecnicamente, não se pode construir uma argumentação cujos sentidos sejam direcionados apenas para a *certeza* única e indiscutível em relação a uma dada situação. Se assim fosse, não teríamos uma

---

<sup>113</sup> A numeração dos exemplos, neste capítulo, não seguirá a numeração iniciada na Fundamentação Teórica. Optamos por fazer uma nova sequência por se tratar de exemplos do *corpus*.

<sup>114</sup> Nos exemplos de Modalidade epistêmica, os recursos modais são destacados em **negrito**. Nos de Evidencialidade, os recursos que expressam as subcategorias são marcados em **negrito e sublinhado** e os que indicam a fonte da informação são destacados entre **colchetes**.

argumentação, mas a exposição de fatos. Por outro lado, uma argumentação permeada de recursos linguísticos cujo sentido de *dúvida* se sobressaia não pode ser credibilizada ao ponto de fundamentar a defesa de um ponto de vista. Desse modo, o sentido epistêmico que mais se ajusta à tipologia, a nosso ver, é o de *possibilidade*, pois, embora o participante deva defender um ponto de vista em sua produção, para fazê-lo, adequadamente, é preciso que ele envolva o leitor em um contexto de interação verbal no qual os conhecimentos de ambos, autor e leitor, sejam reconhecidos e valorizados como relevantes e verdadeiros na projeção de fatos futuros. Por isso, entendemos que o uso de recursos que expressam *possibilidade* de ocorrência de um evento parece ser mais adequado, já que o objetivo do autor é convencer o leitor sobre a verdade contida em um determinado argumento ou posicionamento.

No que se refere ao domínio da Evidencialidade, constatamos, na maioria dos exemplares, mais de duas ocorrências de marcas evidenciais contidas em um único parágrafo. Como podemos observar, a manifestação da Evidencialidade mostrou-se mais frequente do que a manifestação da Modalidade epistêmica, o que confirma a nossa hipótese. Supomos que essa situação seja resultado da observação pelo participante à grade oficial de correção dos textos, pois um dos critérios de correção o orienta a veicular conhecimentos das diferentes áreas de aprendizagem humana para embasar as informações expressas no corpo textual. No “cumprimento” dessa orientação, o participante apresenta a fonte de onde provém a informação por ele utilizada na produção escrita. Outra situação que pode explicar a alta frequência da Evidencialidade nos textos é a necessidade de credibilizar a informação transmitida como argumento, afinal, toda informação provém de algum lugar ou de alguém e, a depender da credibilidade da fonte da informação, pode aumentar ou diminuir a adesão do leitor a esse argumento. Para exemplificar, a seguir, mostramos dois parágrafos que apresentam mais de duas marcas evidenciais:

(3) *Em função da implantação da Lei Seca, **segundo** [pesquisas da UFRJ], os números de acidentes fatais no trânsito relacionados ao alcoolismo caíram drasticamente desde o começo de 2013. Devido a essa evidência **a tese** de [Thomas Hobbes] - “ a intervenção estatal é necessária, como forma de proteger os cidadãos de maneira eficaz” - é corroborada. Nesse caso, por meio da Lei Seca, através do exame do bafômetro e da aplicação de multas a motoristas alcoolizados, a intervenção protegeu a população de maneira vital: salvou milhares de vidas (ENEM2013SCLM(2)).*

(4) *Em segundo lugar, é oportuno comentar que o cenário do cinema supracitado remete ao que defende o arcabouço jurídico do país. Isso porque o artigo 215 da Constituição Federal é claro em caracterizar*

*os bens culturais como um direito de todos, concebidos com absoluta prioridade por parte do Estado. Contudo, é desanimador notar que tal diretriz não dá sinais de plena execução e, para provar isso, basta analisar as várias [pesquisas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPAHN)] que **demonstram** a lamentável distribuição irregular das práticas artísticas - dentre elas, o cinema -, uma vez que estão restritas a poucos municípios brasileiros. **Vê-se**, então, o perigo da norma apresentada findar em desuso, sob pena de confirmar o que **propunha** [Dante Alighieri], em “A Divina Comédia”: “As leis existem, mas quem as aplica?”. Esse cenário, certamente, configura-se como desagregador e não pode ser negligenciado (ENEM2019GMCN(1)).*

Notamos, nos parágrafos apresentados em (3) e (4), como as marcas evidenciais de indicação das fontes das informações são muito usadas nas redações. Como dissemos, acreditamos que essa atitude do participante se deva à necessidade de atender a um dos critérios avaliativos propostos pela competência 2 da grade de correção, qual seja, apresentar conhecimentos das várias áreas do conhecimento humano para fundamentar as informações transmitidas no texto. Comumente, tanto nas escolas como nos cursos presenciais ou virtuais de preparação para o ENEM, denominamos a referência a essas fontes de “argumentos de autoridade”<sup>115</sup>.

### **6.1.2 Modalidade epistêmica Objetiva e Subjetiva**

De acordo com Hengeveld (2011), a Modalidade epistêmica pode ser Objetiva ou Subjetiva. O autor explicita que a Modalidade epistêmica objetiva volta-se para a caracterização do Episódio, avaliando a ocorrência em termos de (im)possibilidade considerando-se aquilo que se sabe sobre o mundo. Ainda de acordo com o autor, a Modalidade epistêmica subjetiva expressa o comprometimento do Falante com o valor de verdade da informação transmitida por ele. Nesse caso, podemos entender que a Modalidade epistêmica objetiva ocorre quando as marcas modais são usadas para qualificar um Episódio conforme o conhecimento que se tem sobre o mundo real. E que a Modalidade epistêmica

---

<sup>115</sup> Consideramos pertinente sugerir ao leitor mais informações sobre o assunto. Para tanto, indicamos a leitura do material de orientação para escrita de textos elaborado e divulgado pela política educacional *Olimpíada de Língua Portuguesa*. Essa olimpíada é realizada todo ano em nível nacional. Os materiais de uso didático são de excelente qualidade e fazem uso dos mais variados gêneros textuais. No que se refere ao uso de argumento de autoridade, o gênero trabalhado é o artigo de opinião. Nos livros de leitura voltados para esse gênero são apresentadas algumas exemplificações sobre tipos de argumentos e suas aplicações como argumentos de autoridade. Acreditamos que vale a pena conferir os materiais que estão disponíveis em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/concurso>. As informações relativas ao uso de argumentos de autoridade estão disponíveis em: [https://www.escrevendoofuturo.org.br/caderno\\_virtual/etapa/tipos-de-argumento/](https://www.escrevendoofuturo.org.br/caderno_virtual/etapa/tipos-de-argumento/). Acesso em: 07 dez. 2022.

subjetiva ocorre quando as marcas modais explicitam as crenças do Falante embasadas no conhecimento que ele próprio detém, articula e veicula. Esse tipo de modalidade opera no Conteúdo Proposicional.

Realizamos a análise dos dados, para respondermos a seguinte questão: *Quanto à orientação, objetiva ou subjetiva, como se caracterizam os recursos de Modalidade epistêmica utilizados nas redações avaliadas com nota 1000 do Enem?* Nossa suposição é de que os recursos modalizadores epistêmicos utilizados têm, predominantemente, a orientação objetiva, voltada para o Episódio, tendo em vista que os autores utilizam fatos sequenciados como argumentos para sustentação de seus pontos de vista. A tabela 2 nos apresenta os resultados da análise da categoria “orientação” voltada para a análise da Modalidade epistêmica.

Tabela 2 - Orientação da Modalidade epistêmica nas redações nota máxima do ENEM

Orientação	Frequência	Percentual (%)
Subjetiva	25	52,1%
Objetiva	23	47,9%
Total	48	100%

Fonte: Elaborada pela autora com uso da ferramenta para cálculos estatísticos SPSS.

Como é possível verificar nos dados, o uso de recursos modalizadores epistêmicos de orientação subjetiva voltada para a camada do Conteúdo Proposicional foi um pouco mais frequente em comparação com o uso da modalidade objetiva. Esse resultado nos surpreendeu, pois acreditávamos que, por se tratar de uma tipologia textual na qual a subjetividade do autor pode ir de encontro à premissa de impessoalidade<sup>116</sup>, comum nesse tipo de produção escrita, os participantes optariam por qualificar seus posicionamentos priorizando o uso de recursos que imprimissem distanciamento do autor do texto. Salientamos, ainda, que a sequência dissertativo-argumentativa tem caráter objetivo, mas exige a defesa do ponto de vista do autor, o que nos parece contraditório à proposição de impessoalidade, embora saibamos que uma perspectiva não anula a existência da outra. Isso foi verificado nas redações. É relevante lembrar que o autor de um texto nota 1000, provavelmente, deve ter feito muitos treinos de

<sup>116</sup> De acordo com o site InfoEnem, há uma preocupação por parte dos alunos sobre a aplicação de impessoalidade e subjetividade em textos dissertativos argumentativos. De acordo com o texto publicado no site, os participantes do ENEM devem escrever um texto impessoal e objetivo, mas que seja perceptível o uso implícito de subjetividade do autor na argumentação em defesa de seu ponto de vista. Texto completo está disponível em: <https://infoenem.com.br/redacao-do-enem-impessoalidade-e-subjetividade/>. Acesso em: 07 dez. 2022.

escrita do estilo de Redação do ENEM. Nesse contexto, nos parece razoável supor que tal participante sabe como utilizar os recursos linguísticos para expressar tanto a sua posição (subjativa) quanto a impessoalidade requerida pelo padrão da tipologia. Na análise, recursos como: *é indubitável, nota-se, certamente, torna-se evidente* foram bastante comuns, nos levando a avaliar que o participante tem bastante consciência de quais recursos lexicais podem e devem ser selecionados para a produção tanto de efeitos de objetividade (impessoalidade) como de subjetividade em seus textos.

A camada do Conteúdo Proposicional, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), refere-se a um construto mental realizado pelo Falante e que tem origem em seus conhecimentos prévios. Essa definição, a nosso ver, justifica a maior frequência da Modalidade epistêmica subjativa, uma vez que para defender um ponto de vista, o autor textual precisa expressar o que ele considera como *verdadeiro/ real/ aceitável/ aplicável/ (im)possível* com relação ao tema discutido. Para tanto, acreditamos que a mobilização dos conhecimentos prévios do participante (advindos ou não de uma outra fonte) configura-se como uma das ferramentas básicas usadas para solidificar a sua construção argumentativa.

A seguir, apresentamos dois exemplos de Modalidade epistêmica subjativa orientada para a camada do Conteúdo Proposicional.

(5) ***É inegável*** a eficiência da Lei Seca em todas as suas propostas, formando uma geração mais consciente e protegendo os cidadãos brasileiros (ENEM2013PHCM(1)).

(6) No período inicial de implantação da lei, a população se surpreendeu com a quantidade e seriedade das fiscalizações. ***Certamente***, o brasileiro acreditou que continuaria impune ao colocar em risco a sua vida e dos que o cercam (ENEM2013CAD(3)).

Nos exemplos (5) e (6), observamos que os modalizadores são utilizados para mostrar ao leitor impessoalidade, já que os recursos linguísticos escolhidos pelo participante, de imediato, não o identificam como fonte do que é dito. No entanto, é possível observar a subjetividade impressa nos recursos modais, pois há um julgamento, nitidamente, expresso pelos modalizadores. Esses julgamentos, tanto em (5) quanto em (6), incidem sobre construtos mentais como avaliações do autor conforme seus conhecimentos. Afirmamos isso porque, nos textos dos quais esses trechos foram retirados, não há exposição de elementos comprobatórios suficientes que justifiquem as declarações dos autores. Em (5), o autor afirma que a Lei Seca tem eficiência “em todas as suas propostas”, mas, como sabemos, de modo algum, o participante teria como avaliar todas as propostas da lei e explicitá-las em até 30

linhas da Redação ENEM. Tal ato nos permite considerar que a declaração realizada é própria da visão de mundo do autor. O participante ainda declara que a lei está formando e protegendo os cidadãos, fato que, na realidade, não é comprovado no texto, pois não há sinalização de pesquisas que avaliem a conscientização, nem dados que apontem a diminuição de acidentes no trânsito devido à aplicação real da Lei Seca. Ao avaliarmos essa situação, não nos restam dúvidas de que a informação modalizada é oriunda de um constructo mental do autor.

Ressaltamos que, em geral, adjetivos em posição predicativa são recursos que expressam modalidade epistêmica objetiva, pois esse adjetivo é usado para qualificar um Estado-de-coisas na escala de *possibilidade*. Nesse caso, o adjetivo “inegável” remete à negação de uma proposição, isto é, diz respeito à negação da verdade de um Conteúdo Proposicional (e não à realidade de um Estado-de-coisas), o que caracteriza esse tipo de modalidade como subjetiva.

No exemplo (6), o advérbio modal “certamente” é usado para uma avaliação do participante cujo embasamento, provavelmente, se deu pelo fato de que, antes da Lei Seca, no trânsito brasileiro, era comum a ocorrência de acidentes por causa de condutores que ingeriam quantidades de álcool além da permitida pela lei anterior. No enunciado (6), observamos que o julgamento do autor é feito ao avaliar não só a postura dos condutores, mas também o que eles, possivelmente, “acreditavam”. Ao afirmar que “o brasileiro *acreditou que continuaria impune...*”, o autor deixa claro que se trata de constructo mental seu, embasado no conhecimento que ele tem sobre o brasileiro, suas crenças e atitudes.

A seguir, apresentamos, também, um exemplo para ilustrar a Modalidade epistêmica objetiva nas redações analisadas:

(7) *Entretanto, nenhuma melhoria **seria possível** sem a realização de um amplo programa de conscientização.* (ENEM2013PHCSM(1))

Em (7), o participante qualifica seu julgamento a partir da avaliação da (im) possibilidade de ocorrência do Estado-de-coisas “sem a realização de um amplo programa de conscientização”. No texto<sup>117</sup>, tanto antes como depois do excerto destacado, o participante se ocupa em apresentar informações que corroborem com sua posição frente ao assunto. Nesse contexto, vemos que a avaliação de possibilidade de ocorrência do evento não está

---

<sup>117</sup> Todas as redações analisadas estão disponíveis a partir do ANEXO C.

fundamentada apenas nas crenças do participante, mas sim, em informações reais que ele detém sobre o assunto.

### **6.1.3 Evidencialidade**

Vimos que, de acordo com Hengeveld e Hattner (2015), as subcategorias evidenciais são voltadas para camadas específicas. Nesse caso, temos: *Reportatividade* - camada do Conteúdo Comunicado; *Inferência* - camada do Conteúdo Proposicional; *Percepção do evento* - camada do Estado-de-Coisas e *Dedução* - camada do Episódio. E Hengeveld e Fischer (2018) propõem a subcategoria *Citação* - camada do Ato Discursivo. Vejamos, a seguir, a análise dos dados quanto à orientação da Evidencialidade para essas camadas, o que interpretamos como tipos de acessos a uma informação.

#### **6.1.3.1 Tipos de acessos evidenciais**

Na análise dos tipos de acessos evidenciais (subcategorias da Evidencialidade), buscamos responder a seguinte questão de pesquisa: *Quanto ao tipo de acesso, qual das subcategorias evidenciais é mais utilizada nas redações?* Julgamos que a resposta para essa pergunta não seria surpreendente tendo em vista as características exigidas na Prova de Redação do ENEM. Nesse contexto, supomos, então, a Reportatividade como tipo evidencial mais frequente nas redações analisadas. Sabemos que, para atender à tipologia e ao gênero textual da prova, os participantes precisam veicular conhecimentos diversos e fundamentá-los, da melhor forma possível, com fontes evidenciais que corroborem as informações expressas. Tais fontes, de acordo com a Matriz de Referência da Redação do ENEM<sup>118</sup> (competência 2), devem envolver conhecimentos das mais diversas áreas de aprendizagem humana. Uma vez que o próprio exame requer o registro de fontes diversas que respaldem as informações apresentadas, o que está relacionado com a marcação de Evidencialidade, os participantes, comumente, cumprem essa exigência e, na maioria das vezes, deixam claro que a fonte de uma informação não são eles mesmos.

Nossos dados confirmam a predominância da Reportatividade como subcategoria evidencial mais usada nas redações do ENEM que obtiveram nota 1000. De acordo com

---

<sup>118</sup> Disponível nos anexos.

Hengeveld e Hattner (2015), essa subcategoria está inserida no (NI) e atua na camada do Conteúdo Comunicado. A tabela 3 exhibe os resultados.

Tabela 3 - Subcategorias evidenciais nas redações nota máxima do ENEM

Subcategorias	Frequência	Percentual (%)
Reportatividade	99	70,7%
Inferência	22	15,7%
Citação	15	10,7%
Dedução	4	2,9%
Total	140	100%

Fonte: Elaborada pela autora com uso da ferramenta para cálculos estatísticos SPSS.

No total, identificamos 140 usos de marcas evidenciais nos enunciados analisados. Os resultados mostram a frequência de uso de evidenciais reportativos superior à frequência obtida pela junção das demais subcategorias. Como dissemos, esse era o resultado esperado. Acreditamos que algumas situações concorrem para que a Reportatividade seja o tipo de acesso evidencial avaliado pelo participante como mais adequado. Nesse viés, pontuamos três motivações: 1) o participante pode usar informações expressas por inúmeras fontes; 2) não há necessidade de transcrever integralmente os textos fontes<sup>119</sup>; 3) o uso de evidenciais reportativos permite ao participante mostrar habilidade na aplicação de estratégias discursivas como uso de exemplificação e comparação. Para ilustrar, apresentamos os exemplos a seguir:

(8) *As [estatísticas] **explicitam** a queda brusca na ocorrência de óbitos decorrentes de acidentes de trânsito depois da entrada da Lei Seca em vigor (ENEM2013PHCSM(1)).*

(9) ***De acordo com** [o sociólogo Émile Durkheim], é na infância que os indivíduos passam pelo processo de socialização [...]* (ENEM2014DMG(4)).

(10) *[...] Os dizeres de [Beauvoir] **revelam** como a associação da figura feminina a determinados papéis não é condicionada por características biológicas, mas por pré-determinações. Seguindo essa linha de pensamento, é usual, por exemplo, que mulheres que exerçam profissões tradicionalmente associadas a homens, como a de*

<sup>119</sup> É importante informar ao leitor que os textos fontes de que estamos tratando são textos produzidos por outras fontes de informação que não estão disponíveis nem no caderno de provas objetivas (nesse caso, cadernos de questões das Ciências Humanas e de Linguagens e Códigos) nem na Prova da Redação (na qual constam os textos motivadores). Vale ressaltar, ainda, que a transcrição integral ou parcial dos textos motivadores implica penalização ao participante conforme os critérios avaliativos definidos na competência 2.

*motorista, sofram preconceito no ambiente de trabalho e sejam violentadas psicologicamente (ENEM2015LSC(1)).*

No exemplo (8), o participante indica “as estatísticas” como fonte da informação que apresenta. Em nenhum momento da produção, ele diz quem é o responsável pela aplicação da pesquisa que traz o resultado estatístico referido por ele. No entanto, isso não impede que seja percebida a Evidencialidade reportativa, afinal, a informação transmitida vem de uma fonte, nitidamente, diferente do autor e, socialmente, respeitada (estatísticas). Em (9), o participante indica a fonte da informação apresentada, (Émile Durkheim), mas não transcreve a frase dita por ele. Em vez disso, o participante utiliza a Reportatividade para fazer a paráfrase do Conteúdo Comunicado atribuído ao sociólogo. No exemplo (10), o participante usa a Reportatividade para apresentar a fonte da informação transmitida e, além disso, ainda usa a ideia contida na frase da fonte evidencial para exemplificar para o leitor o que significa, na prática, o que foi dito pela filósofa.

Uma estratégia que consideramos relevante destacar, com relação ao uso da Reportatividade, é a de enfatizar a relevância social da fonte da informação. Interpretamos essa atitude como sendo uma estratégia para demonstrar maior domínio sobre a informação que é repassada, além de “blindar” a credibilidade das palavras ditas pelo autor, as quais são resultado do entendimento que ele construiu a partir da fonte referida. A seguir, no exemplo (11), podemos notar que o autor considerou importante explicitar quem foi Helen Keller e porque ela seria uma “voz” de autoridade a ser considerada na discussão da temática.

(11) [...] *Além disso, a ignorância social frente à conjuntura bilíngue do país é uma barreira para a capacitação pedagógica do surdo. [Helen Keller] - primeira mulher surdo-cega a se formar e tornar-se escritora - **definia** a tolerância como o maior presente de uma boa educação (ENEM2017BAS(8)).*

Observamos, no exemplo (11), que a informação “*primeira mulher surdo-cega a se formar e tornar-se escritora*” ratifica a relevância da fonte da informação reportada e concede ao argumento maior credibilidade.

Pontuamos que esse ‘realce’ dado à fonte de informação ocorreu, inclusive, em fontes bastante conhecidas. Para ilustrar esse fato, eis seguem os exemplos (12) e (13).

(12) *[Karl Marx], filósofo e sociólogo alemão, **baseou** seu pensamento na extinção gradual das classes sociais e das diferenças presentes na sociedade moderna (ENEM2015LDR(5)).*

(13) A [Constituição Federal de 1988] - norma de maior hierarquia no sistema jurídico brasileiro - assegura a todos a liberdade de crença (ENEM2016VOL(1)).

Em (12), a fonte “Karl Marx”, como sabemos, é amplamente mencionada em aulas de disciplinas como História, Filosofia e Sociologia. Considerando que o público-alvo a quem se destina a redação do ENEM, provavelmente, conhece o histórico do intelectual apresentado, não haveria necessidade de explicar quem foi Karl Marx. Porém, o participante parece realçar a fonte com o objetivo de deixar claro para o leitor que ele (autor) sabe quais são as características que atribuem à fonte, que ele está utilizando, o respaldo necessário para sustentar seu argumento. Em (13), o realce conferido à fonte parece demonstrar que o autor deseja expressar para o leitor que a lei referida, realmente, é a mais importante e, por isso, não deve ou pode ser contestada. Embora essas informações de “reforço” sobre quem é a fonte da informação pareçam, para nós - leitores maduros, algo que possa ser considerado irrelevante na construção textual ou “óbvias” demais, provavelmente, para o autor, a ação de expressar essas informações seja considerada uma maneira eficaz de demonstrar conhecimento sobre o que está dizendo.

#### 6.1.3.2 Tipos de fontes evidenciais

Na análise dos tipos de fonte evidenciais usados nas redações, procuramos respostas à seguinte questão: *Quanto à manifestação da fonte da informação, considerando-se que tal indicação tem efeitos sobre a modalização epistêmica, indicando graus de comprometimento do participante, qual tipo de fonte (Autor, 3ª pessoa definida, 3ª pessoa indefinida ou Domínio comum) é mais utilizada para marcar a Evidencialidade nas redações de nota máxima do ENEM?*

Antes de apresentarmos os resultados obtidos, esclarecemos que reconhecemos o autor por fonte quando o enunciado, como um todo, mostrar que estamos diante de uma “inferência” que o participante fez após realizar suas ponderações sobre o assunto discutido. Lucena (2008) denomina esse tipo de fonte como “sujeito enunciator” e diz que ela ocorre quando o Falante “deseja qualificar uma informação como sendo uma experiência, inferência ou crença sua.” (LUCENA, 2008, p. 75). De acordo com a autora, esse tipo de fonte pode ser observado por meio do uso do pronome em 1ª pessoa (singular ou plural) ou pela desinência verbal. Eis um exemplo:

(14) “**Eu pensei** que tivesse entrado numa Assembleia, mas hoje eu acho que entrei no céu, é tanto santo aqui que eu vou procurar conversar de outra maneira.” (D10R-94-159) (LUCENA, 2008, p.75).

No exemplo (14), podemos observar o destaque que a autora marcou nas duas expressões evidenciais da fonte “sujeito enunciador”. Tanto o pronome de primeira pessoa do singular “eu” quanto a desinência verbal “ei”, do verbo “pensar” indicam que o Falante se coloca como responsável pela informação transmitida. Em nossa pesquisa, não identificamos, nos dados, nenhuma fonte evidencial marcada conforme a caracterização apresentada por Lucena (2008), no entanto, considerando que a autora definiu que a fonte “sujeito enunciador” acontece, também, quando o Falante expressa uma “inferência” dele sobre um determinado assunto, resolvemos identificar como sendo fonte “*autor*” quando o participante optar por expressar ponderações e conclusões baseadas em inferências, as quais estão fundamentadas em conhecimentos de mundo que ele detém sobre a temática em discussão no texto. Dessa forma, salientamos que recursos linguísticos, tais como verbos de cognição ou percepção em terceira pessoa seguidos do pronome **-se**: percebe-se, nota-se, vê-se<sup>120</sup>, dentre outros, nos quais podemos identificar que a informação repassada provém de uma “inferência” realizada pelo participante, foram classificados, nesta pesquisa, como sendo do tipo de fonte *autor*.

A fonte é tida como uma *3ª pessoa definida* quando o sujeito<sup>121</sup> de um verbo de elocução, crença ou opinião estiver, claramente, marcado como um indivíduo, uma instituição ou um documento, como, por exemplo, em “*Maria* disse que levaria os documentos para a reunião.”; e é classificada como *3ª pessoa indefinida*<sup>122</sup> quando o verbo não permitir qualquer identificação do referente do sujeito oracional (relativo à fonte da informação), como em, por exemplo: “Disseram que você se casou”, nem permitir que possamos suspeitar, por algum

---

<sup>120</sup> Reconhecemos que o uso da partícula **-se**, pode, também, indicar impessoalidade (voz impessoal). Contudo, como dissemos, verificamos, na análise, se há expressão de informação inferida para, então, identificar a fonte como sendo “autor”.

<sup>121</sup> O sujeito pode ser representado por uma instituição pública ou privada (escolas, igrejas, ongs, hospitais, casas de apoio, etc), um órgão governamental (Ministérios, Secretarias, Tribunais, Câmaras, etc), a mídia (canais virtuais, canais de TV, rádio), a Constituição, as leis em geral, pesquisas em geral, estudos científicos, livros, humanos socialmente reconhecidos (sociólogos, filósofos, matemáticos, historiadores, escritores, pesquisadores, ambientalistas, celebridades de entretenimento, etc), grupo de humanos (povo, sociedade, nação, família).

<sup>122</sup> Assumimos que essa classificação apresentou muita dificuldade, pois, embora tenham sido recorrentes uso de verbos na 3ª pessoa do singular seguidos da partícula (-se), ainda assim, o contexto do enunciado nos fazia tender para uma avaliação em que o participante estaria implícito na fonte veiculando ora informações já compartilhadas com o leitor, o que determinamos como fonte de ‘domínio comum’ ora veiculando entendimentos inferidos a partir do contexto discutido, o que determinados como fonte ‘autor’. Ressaltamos que, nas redações analisadas, não identificamos ocorrências de verbo na 3ª pessoa do plural sem identificação expressa da fonte.

indício, de que esta seja, na verdade, a opinião do autor no contexto, como em “Diz-se que a separação do casal já era esperada pelos familiares”.

Por fim, a fonte evidencial é classificada como sendo de *Domínio comum* quando, pela informação transmitida e pelo contexto apresentado, seja perceptível que a informação dada já é compartilhada por todos ou por grande parte dos cidadãos, não sendo, portanto, fruto de uma inferência do autor. No caso da fonte de Domínio comum, a informação repassada já é tão reconhecida que é pouco provável que seja questionada, como, por exemplo em “É sabido que muitos brasileiros dependeram do auxílio emergencial durante a pandemia de Covid-19.”

Ressaltamos que a gramática da língua portuguesa permite que o uso do verbo na 3ª pessoa + partícula *se*, da tradicionalmente chamada voz passiva sintética ou pronominal, e voz Impessoal, na Linguística, pode ser analisado tanto como fonte indefinida, como em “Fala-se muito sobre o aumento da taxa de juros no Brasil” e, também, como fonte de Domínio comum, por exemplo em “Sabe-se que as instituições educacionais públicas precisam de mais investimentos por parte dos governos”. Lembramos ao leitor que, em nossa pesquisa, resolvemos considerar que a forma verbal na 3ª pessoa + partícula *se* também pode indicar a fonte da informação como sendo o “autor”. Nossa justificativa para essa resolução é a de que, muitas vezes, o autor faz inferências pessoais conforme seu conhecimento de mundo e, ao explicitá-las, acredita que está dizendo algo que todos já sabem ou são capazes de perceber, quando, na verdade, a informação repassada é resultado de um constructo mental próprio dele. Ou seja, em seu discurso, o participante apresenta a informação como se ela pertencesse ao Domínio comum, como se já fizesse parte do ambiente coletivo geral dos interlocutores envolvidos na interação, quando, realmente, transmite inferências fundamentadas apenas em conhecimentos que aquele autor, particularmente, detém. Ilustramos, a seguir, cada um dos tipos de fontes tratados:

(15) [...] *Com a chegada das caravelas portuguesas, as quais trouxeram os padres jesuítas, os índios perderam a sua liberdade de crença e foram obrigados, de maneira violenta, a se converter ao catolicismo, religião a qual era predominante na Europa. Além disso, os africanos escravizados que aqui se encontravam também foram impedidos de praticar seus cultos, sendo punidos de forma desumana caso desrespeitassem essa imposição. Atualmente, constata-se que grande parcela da população brasileira herdou essa forma de pensar e de agir, tratando pessoas que acreditam em outras religiões de maneira desrespeitosa e, muitas vezes, violenta, levando instituições públicas e privadas à busca de soluções para reverter isso (ENEM2016GTST(3)).*

O exemplo (15) mostra a fonte que consideramos como sendo o “autor”. Podemos notar que o participante repassa uma informação que ele considera verdadeira de acordo com os conhecimentos históricos que detém. Ao dar continuidade à sua argumentação, ele infere que, após todo contexto que foi exposto, o leitor compartilhe do mesmo raciocínio que o autor considera inevitável compartilhar. Embora não tenhamos o uso de desinências verbais de 1ª pessoa, as quais são marcas inequívocas da fonte classificada como sendo - o autor, consideramos que o uso da partícula *-se*, quando transmitir uma informação que não seja reconhecida como algo inquestionável, mas que seja, pelo contexto, identificado que estamos diante de uma inferência realizada com base nos conhecimentos acumulados pelo autor por meio de suas vivências de mundo, classificamos essa marca como indicação da fonte “autor”.

Para justificar a análise do recurso em destaque, no exemplo (15), como sendo uma marca evidencial de Inferência que tem, como fonte o “autor”, esclarecemos que não há, na redação, indícios estatísticos que possam ratificar a informação de *“que grande parcela da população brasileira herdou essa forma de pensar e de agir, tratando pessoas que acreditam em outras religiões de maneira desrespeitosa e, muitas vezes, violenta, levando instituições públicas e privadas à busca de soluções para reverter isso.”* Por isso, a nosso ver, o autor “constatou” o referido conteúdo baseado em conhecimentos próprios, acumulados durante sua vivência social e escolar. Podemos observar que o participante constrói um argumento histórico para embasar o Conteúdo Proposicional. Ao continuar a proposição, ele divide a responsabilidade sobre a fonte da informação como se aquilo que foi expresso, realmente, pertencesse ao domínio público e, portanto, fosse uma informação pouco questionável, ou mesmo, indiscutível. Porém, é possível o questionamento sobre a verdade exposta pelo participante. Por exemplo: “Quais formas de pensar foram herdadas”? “As pessoas que herdaram atitudes “intolerantes” são todas praticantes do catolicismo, já que essa foi a religião apresentada textualmente? É verdade que instituições públicas e privadas estão mesmo envolvidas na busca por soluções contra a intolerância religiosa? Enfim, consideramos que o autor não repassa informações que são do conhecimento de todos, mas, sim, que são seu constructo mental.

Os exemplos (16) e (17) ilustram o tipo de fonte que consideramos como uma 3ª pessoa definida. Resolvemos apresentar dois exemplos: um com *Reportatividade* e outro com *Citação*.

(16) *Em função da implantação da Lei seca, **segundo** [pesquisas da UFRJ], os números de acidentes fatais no trânsito relacionados ao alcoolismo caíram drasticamente desde o começo de 2013. [...]* (ENEM2013SCLM(2)).

(17) *[A filósofa Simone de Beauvoir] **corrobora** isso ao **afirmar** que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”* (ENEM2015LSC(1)).

Ao analisarmos as marcas evidenciais, no exemplo (16), - a preposição “segundo” e, no exemplo (17), - as formas verbais “corrobora” e “afirmar”, verificamos que esses recursos fazem uma indicação direta da fonte da informação. O autor do texto deixa claro para o leitor quais são os agentes que realizaram essas ações.

No que se refere a usos de marcas que evidenciem a fonte de 3ª pessoa indefinida, a análise não identificou qualquer ocorrência. Nossa explicação para esse resultado é a de que os participantes sabem a importância de expressar a fonte da informação para que eles obtenham uma pontuação mais alta na competência 2, responsável pela avaliação do repertório sociocultural demonstrado na argumentação. Além disso, a própria sequência textual exigida na prova de redação impele o participante a “dar voz” a um sujeito textualmente identificável. Embora não tenhamos encontrado nenhuma ocorrência de fonte de 3ª pessoa indefinida nas redações, optamos por exemplificá-la para o leitor desta pesquisa, usando um enunciado apresentado por Neves (2013).

(18) “**Dizem** que a gente se habitua a tudo, que é só questão de vontade, ou melhor: de força de vontade” (A) (NEVES, 2013, p. 165).

No exemplo (18), podemos notar que a marca evidencial deixa indefinido quem realiza a ação de dizer. Apenas sabemos que a ação deve ter um agente que seja capaz de *dizer* algo. Como não há contexto anterior ao enunciado explicitado, então, não temos como apontar, de fato, quem realiza a ação expressa pelo verbo.

Por fim, para tratarmos da análise da fonte identificada como Domínio comum, destacamos o seguinte excerto:

(19) ***É sabido** que, no período da infância, o ser humano ainda não desenvolveu claramente seu senso crítico, e assim é facilmente influenciado por personagens de desenhos animados, filmes, gibis, ou simplesmente pela combinação de sons e cores de que a publicidade dispõe.* (ENEM2014GAC(2)).

O exemplo (19) traz uma marca evidencial que poderia nos confundir com relação a pensarmos que a fonte devesse ser classificada como sendo o autor. Porém, observamos que

o enunciado completo não expressa uma “inferência” à qual o participante tenha chegado após considerações realizadas por ele, mas, sim, o enunciado expressa uma informação que o autor julga ser conhecida, provavelmente, por toda e qualquer pessoa capaz de discernir sobre as capacidades de uma criança, ou seja, trata-se de uma informação de Domínio comum e, justamente, por isso, não se faz necessário firmar a fonte oficial do conteúdo.

Após as explicitações dos tipos de fonte, esperamos ter esclarecido nosso entendimento sobre essa categoria de análise. Considerando que a Reportatividade foi o tipo de acesso mais frequente nas redações, supomos que as marcas evidenciais que se referem à fonte de 3ª pessoa definida (fonte evidencial mais recorrente quando a informação é reportada) também sejam mais frequentes nos textos. A tabela 4 nos permite visualizar os usos das fontes especificadas.

Tabela 4 - Tipos de Fonte evidencial nas redações nota máxima do ENEM

Fonte	Frequência	Percentual (%)
3ª p. definida	111	79,3%
Autor	26	18,6%
Domínio comum	3	2,1%
Total	140	100%

Fonte: Elaborada pela autora com uso da ferramenta para cálculos estatísticos SPSS.

Os dados obtidos revelam que a fonte mais usada nas redações do ENEM analisadas é a 3ª pessoa definida, conforme supomos. Nossa explicação é a de que isso se deva ao fato de que os critérios de correção da Matriz de Referência da Redação do ENEM exigem que o participante sustente sua argumentação por meio de embasamento nas várias áreas de conhecimento humano e, devido a isso, os participantes, comumente, indicam que a informação apresentada provém de uma fonte socialmente reconhecida e se utilizam da referência a indivíduos com autoridade nas áreas do conhecimento em que se insere a temática proposta pela Prova de redação. Essa estratégia garante que o participante cumpra os critérios para obter a pontuação mais alta da competência 2. A seguir apresentamos alguns exemplos das fontes evidenciais de 3ª pessoa definida.

(20) [O filósofo italiano Norberto Bobbio] ***afirma*** que a dignidade humana é uma qualidade intrínseca ao homem, capaz de lhe dar direito ao respeito e à consideração por parte do Estado.  
(ENEM2017ACN(3))

(21) ... a [ONU] **promulgou** a [Declaração Universal dos Direitos Humanos], a qual **assegura**, em plano internacional, a igualdade e a dignidade da pessoa humana. (ENEM2017EJDJS(6))

Podemos observar, nos exemplos (20) e (21), o uso de fontes de 3ª pessoa definida. Como explicitamos anteriormente, o uso de repertório sociocultural é exigido em uma das competências da prova, a competência 2. Esse critério avaliativo estimula os participantes a utilizarem informações e opiniões que foram transmitidas, socialmente, por outras fontes, as quais são fundamentais para credibilizar a argumentação textual apresentada. Assim, a fim de cumprir o critério avaliativo, os participantes, muitas vezes, além de fazer referência à fonte, ainda destacam quais suas posições sociais, como visto nos exemplos (8), (11) e (12). Outro modo que avaliamos como importante “auxiliar” na marcação da fonte de 3ª pessoa definida, foi a indicação dos “meios” ou “locais” nos quais as informações podem ser acessadas pelos leitores. Por exemplo<sup>123</sup>, apresentamos os seguintes trechos:

(22) ... *é necessário que a sociedade não seja uma reprodução da casa colonial, **como disserta** [Gilberto Freyre] em “Casa-Grande e Senzala”...* (ENEM2016VOL(1))

(23) ... *Há o livro “Rápido e devagar: duas formas de pensar”, do especialista comportamental [Daniel Kahneman], no qual esse **expõe** e **comprova** - por meio de décadas de experimentos socioculturais - a incisiva influência dos meios de comunicação no julgamento humano.* (ENEM2018CMP(1))

(24) *Para entender essa lógica, pode-se mencionar o renomado [historiador holandês Johan Huizinga], o qual, no livro “Homo Ludens”, **ratifica** a constante busca humana pelo prazer lúdico, pois ele promove um proveitoso bem-estar.* (ENEM2019GMCN(4))

Nos exemplos (22), (23) e (24) as fontes (3ª pessoa definida) são, claramente, especificadas nos trechos. Além delas, os autores também apresentaram os locais em que estão as informações reportadas nos enunciados. Avaliamos que esse tipo de marcação revela

---

<sup>123</sup> Os autores destacaram os termos com uso de aspas. Resolvemos considerar a referida marcação.

que o participante parece ter algum “receio” sobre a validação do conteúdo exposto e, conseqüentemente, atribuição “justa” de nota para sua fundamentação. Por esse motivo, ele utiliza a estratégia de referenciar, de modo mais exato possível, onde a informação está disposta a fim de, incontestavelmente, validar o “argumento de autoridade” apresentado. Com esse tipo de estratégia, pontuamos que o uso de 3ª pessoa definida fica ainda mais evidenciado nas redações de nota máxima analisadas.

#### *6.1.4 Sentidos e efeitos: Modalidade epistêmica e Evidencialidade*

Essa categoria de análise diz respeito aos sentidos e efeitos produzidos pelo uso de recursos linguísticos de manifestação da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade. Isso, para nossa pesquisa, significa que o autor da redação procura marcar sua atitude em relação ao que está dizendo ao escolher o recurso apropriado para expressar graus de *certeza* e *comprometimento* com o que é dito. Interpretamos essas ocorrências identificando, nelas, sentidos como os de *certeza*, *dúvida*, *probabilidade*, *possibilidade* - considerando o domínio dos modais epistêmicos. E, considerando a Evidencialidade, nossa análise observou, primeiramente, o tipo de fonte e depois os efeitos de sentidos (*alto comprometimento*, *médio comprometimento* e *baixo comprometimento*) decorrentes dos usos dos recursos linguísticos no que se refere à atitude do participante em relação ao que foi apresentado por ele nos enunciados produzidos. A pergunta que norteou nossa análise foi: *Quanto aos sentidos e efeitos produzidos pelo uso de recursos que expressam Modalidade epistêmica e Evidencialidade, que tipo de sentido e efeito é mais frequente quando o falante apresenta as informações na estrutura textual?*

Ao analisarmos essa questão, tínhamos as seguintes hipóteses: quanto à Modalidade epistêmica, o sentido mais recorrente é o de *certeza*, já que o autor precisa defender um ponto de vista; quanto à Evidencialidade, o efeito mais recorrente é o de *baixo comprometimento*, uma vez que o participante opta por reportar uma informação que provém de uma fonte socialmente legitimada para obter credibilidade e, também, cumprir com um dos critérios avaliativos da competência 2, que é o de apresentar repertório sociocultural produtivo a fim de fundamentar as informações dispostas durante a argumentação.

Apresentamos a seguir, as tabelas 5 e 6 com os resultados dessas análises.

Tabela 5 - Sentidos dos recursos de Modalidade epistêmica nas redações nota máxima do ENEM

Sentidos	Frequência	Percentual (%)
Certeza	26	54,1%
Possibilidade	19	39,6%
Dúvida	3	6,3%
Total	48	100%

Fonte: Elaborada pela autora com uso da ferramenta para cálculos estatísticos SPSS.

Tabela 6 - Efeitos dos recursos de Evidencialidade nas redações nota máxima do ENEM

Efeitos	Frequência	Percentual (%)
Baixo comprometimento	76	54,3%
Médio comprometimento	56	40,0%
Alto comprometimento	8	5,7%
Total	140	100%

Fonte: Elaborada pela autora com uso da ferramenta para cálculos estatísticos SPSS.

Com relação à Modalidade epistêmica, como podemos verificar na tabela 5, o uso dos recursos com sentido de *certeza* foi mais recorrente. Esse resultado confirma a nossa hipótese de que o autor da redação utiliza mais recursos modais epistêmicos para expressar *certeza* em sua argumentação com o objetivo de provocar no leitor maior adesão aos argumentos usados na defesa de seu ponto de vista. Vejamos dois exemplos:

(25) *No período inicial de implementação da lei, a população se surpreendeu com a quantidade e seriedade das fiscalizações. **Certamente**, o brasileiro acreditou que continuaria impune ao colocar em risco a sua vida e a dos que o cercam. Com a percepção de que seus atos teriam sérias consequências, veio uma notável mudança de postura da população, que passou a deixar seus carros em casa, utilizando outros meios de transporte ou até mesmo não consumindo bebidas alcoólicas [...] (ENEM2013CAD(3)).*

(26) *De modo análogo, a certeza da impunidade faz com que crimes de ódio continuem acontecendo. Consoante aos ideais liberais de John Locke, as leis brasileiras caracterizam-se pelo respeito às liberdades individuais, o que é, **sem dúvidas**, uma grande conquista dos brasileiros (ENEM2016IRSC(7)).*

No exemplo (25), o uso do advérbio “certamente” permite ao participante marcar sua posição no que se refere à própria avaliação acerca das atitudes das pessoas. O contexto em que essa modalidade foi utilizada é o da discussão sobre a Lei Seca. Pelo uso desse

advérbio, podemos observar que o autor fundamenta sua informação com base em conhecimentos próprios sobre o comportamento de brasileiros que costumavam infringir a lei de uso do álcool antes de dirigir. O sentido de *certeza*, fortemente marcado pelo autor, nos permite inferir que até mesmo ele não acreditava que alguma mudança aconteceria no cenário do trânsito brasileiro. Em (26), ao expressar uma ideia de *certeza*, com uso da locução adverbial “sem dúvidas”, o participante compartilha com o leitor uma opinião ainda mais subjetiva, pois essa avaliação modal epistêmica é, basicamente, o resultado de um processo mental realizado por ele. No exemplo (25), para fazermos um contraponto entre as expressões de *certeza*, percebemos que o participante, ao asseverar positivamente seu discurso, embasou sua argumentação em um contexto socialmente compartilhado, o qual, provavelmente, foi percebido por toda a população adulta e/ou não habilitada da época. Já no exemplo (26), não há informações contextuais suficientes para que o leitor aceite a verdade do que o autor assevera.

A análise nos mostrou um resultado que consideramos interessante destacar. O pouco uso de modais epistêmicos com sentido de *dúvida* captou nossa atenção. Embora saibamos que a expressão de dúvida, em um discurso que busca o convencimento, não seja uma estratégia muito utilizada, ainda acreditávamos que vocábulos como: *supostamente*, *aparentemente*, *porventura*, *por acaso* seriam utilizados com alguma frequência, uma vez que esses recursos são capazes de veicular hipóteses ou amenizar posições do autor que viessem a configurar algum extremismo de opinião. Os dados apresentaram apenas 4 usos desses modais epistêmicos, sendo que um mesmo recurso<sup>124</sup> foi repetido no enunciado apresentando uma ideia de alternância. A seguir, apresentamos essa ocorrência.

(27) [...] *Apesar dos avanços científicos e de suas respostas lógicas para fatos da realidade, as crenças em divindades perpassaram a história e continuam muito presentes nas sociedades, talvez por suprirem a necessidade humana de reconforto, talvez por levarem à transcendência espiritual* (ENEM2016JBE(2)).

Na ocorrência (27), observamos que o uso do modalizador exprime um quadro de dúvida do participante. Contudo, essa dúvida está alinhada entre dois processos, nos quais o participante parece focalizar sua avaliação. Com o uso desses recursos, o participante não se compromete com o que está sendo dito, porém também não se exime de realizar uma avaliação que considera possível e aceitável.

---

<sup>124</sup> Esse modal não foi contabilizado duas vezes, já que estava na mesma frase produzindo apenas uma ideia: alternância. Por isso, na tabela 6, há apenas 3 ocorrências de modais epistêmicos de *dúvida*.

No que se refere à questão dos efeitos obtidos com o uso da Evidencialidade, os resultados ratificam nossa suposição de que, nas redações nota máxima, o efeito de *baixo comprometimento* é mais frequente em relação aos demais efeitos. Nossa suposição teve embasamento no fato de termos mais uso de recursos de expressão da Reportatividade e da 3ª pessoa definida como fonte prevalecendo nas ocorrências. Nesse contexto, considerando a classificação proposta por Carioca (2019), o efeito de *baixo comprometimento* é mais aplicado quando a Evidencialidade reportativa é mais usada<sup>125</sup>. Para ilustrar, apresentamos os exemplos a seguir:

(28) ***Como afirmou*** [Sérgio Buarque], em sua obra “Raízes do Brasil”, os brasileiros estão acostumados a tratar o Estado como um pai, deixando todas as questões político-sociais em suas mãos (ENEM2014DMG(4)).

(29) ***Segundo*** a atual [Constituição Federal], o Brasil é um país de Estado laico, ou seja, a sociedade possui o direito de exercer qualquer religião, crença ou culto (ENEM2016GTST(3)).

Tanto em (28) quanto em (29), temos uso de reportatividade com 3ª pessoa definida. Em ambas as ocorrências percebemos que o participante busca credibilizar as informações reportadas com referência a uma fonte de terceira pessoa. Porém, podemos verificar que, em (29), o participante se compromete mais com o que é expresso ao explicar o que diz a Lei. Em (28), o participante parece se comprometer menos, pois, além de destacar quem é o autor original da informação, ainda destaca onde a informação pode ser acessada pelo leitor. Tal ação nos parece ser uma estratégia para esclarecer que o autor não está interpretando o contexto de forma pessoal e, se o leitor preferir, pode verificar por si mesmo.

Convém informar o que consideramos como *médio comprometimento*, já que esse tipo de situação ocorreu com uma frequência consideravelmente alta dentro do total de análise. Assim, entendemos como efeito com *médio comprometimento* aquele em que o autor insere sua posição no texto mais a compartilha como se fosse uma posição generalizada entre todos. Por exemplo:

---

<sup>125</sup> A questão do *baixo comprometimento* refere-se ao fato de o autor assumir ou não a responsabilidade sobre a informação que transmite. Ressaltamos que, em muitos contextos expostos nas redações, observamos que os participantes utilizam outros recursos linguísticos para expressar adesão aos conteúdos reportados de outras fontes. Por isso, salientamos que recursos que evidenciam *baixo comprometimento* não significam, necessariamente, pouca adesão ou discordância do participante em relação à informação transmitida através de uma fonte de acesso reportativo.

(29) *Também é válido ressaltar que o aumento na eleição de políticos conservadores e que assumem uma postura radical na defesa de suas ideologias dificulta a diminuição da intolerância religiosa no Brasil. a ausência de representantes das minorias religiosas impede a implantação de políticas afirmativas e que garantam, de fato, a potencialização da tolerância e da igualdade na manifestação das diversas crenças. Como, segundo [Marilena Chauí], a democracia é baseada na igualdade, liberdade e participação, percebe-se que a não participação de toda a sociedade na política, aliada à frágil liberdade religiosa, dificultam a existência de um regime democrático pleno no Brasil. (ENEM2016NCVM(8))*

Em (29), podemos identificar o uso de duas marcas evidenciais “segundo”, que em nossa perspectiva de análise, expressa o efeito de *baixo comprometimento* e, “percebe-se”, que analisamos como efeito de *médio comprometimento*. É sobre essa marca que tratamos agora. Notamos que o autor se compreende como parte do núcleo social que é capaz de perceber algo. Porém, ao observarmos o que o participante acredita que seja, facilmente, perceptível, que é o fato de que “a não participação de toda a sociedade na política, aliada à frágil liberdade religiosa, dificultam a existência de um regime democrático pleno no Brasil”, notamos que a informação expressa, na realidade, não faz parte do Domínio comum, ou seja, não transmite uma informação acessível a todos, mas, sim, nos faz conhecer uma qualificação da realidade advinda de “inferências” realizadas pelo participante com base em seus conhecimentos. Por isso, acreditamos que o uso do recurso evidencial demonstra *médio comprometimento*, uma vez que o autor expõe uma informação proveniente de seu constructo mental e dispõe dessa informação como se ela pertencesse, de fato, a uma coletividade social. Ao usar a subcategoria Inferência, acreditamos que o participante assume um maior comprometimento com o que está sendo repassado, pois ele coloca não só a sua informação à prova, mas, também, toda uma base de compreensão acerca da realidade sobre a qual tenta fazer uma discussão no texto. A seguir, apresentamos mais um exemplo que consideramos apresentar *médio comprometimento*:

(30) *Sob esse viés, pode-se apontar as poucas verbas direcionadas à construção e à manutenção de cinemas, especialmente nas pequenas cidades brasileiras, como uma das causas do problema em questão. Acerca disso, sabe-se que boa parte da população que vive em áreas rurais ou suburbanas sofre com a falta de acessibilidade a tal meio de diversão. (ENEM2019GLT(5))*

Na ocorrência (30), observamos que o autor se compreende como parte da sociedade civil que é capaz de visualizar a realidade discutida na redação. Avaliamos que ele

usou o tipo de fonte de Domínio comum porque, afinal, acreditamos que a informação “boa parte da população que vive em áreas rurais ou suburbanas sofre com a falta de acessibilidade a tal meio de diversão” seja reconhecida como verdadeira por grande parte da sociedade (tanto rural como cidadina) e, por isso, seja indiscutível. No exemplo (30), consideramos que o efeito do recurso evidencial seja de *médio comprometimento*, já que o participante também se inclui como fonte da informação ao usar a partícula *-se*, nesse caso, associada ao verbo “saber”, o que pode ser interpretado, no contexto, como “todo mundo sabe disso” ou “qualquer pessoa é capaz de visualizar essa situação.”

Ao realizarmos o cruzamento dos dados referentes às categorias tipos de acesso evidencial e efeitos de sentido, obtivemos os resultados que se encontram na tabela 7:

Tabela 7 - Tipos de acesso evidencial e produção de sentidos nas redações nota máxima do ENEM (N)

Subcategoria	Efeitos			Total
	Alto comprometimento	Médio comprometimento	Baixo comprometimento	
Reportatividade	1	35	63	99
Inferência	7	10	5	22
Citação	0	8	7	15
Dedução	0	3	1	4
Total	8	56	76	140

Fonte: Elaborada pela autora com uso da ferramenta para cálculos estatísticos SPSS.

Pela tabela 7, podemos observar que o *médio comprometimento* também se aplica aos recursos que conduzem à Reportatividade. Embora tal perspectiva pareça contraditória, já que dissemos que, ao credibilizar sua informação com o auxílio de uma fonte socialmente confiável, o autor busca não se comprometer com o que está sendo repassado, avaliamos que, em muitos enunciados, o autor se mostra bastante comprometido com a informação. Supomos que essa atitude se deva ao fato de que o gênero Redação do ENEM é de tipologia dissertativo-argumentativa e, por isso, acreditamos que o participante se sinta compelido a expor seu posicionamento sobre o que está sendo dito, mesmo que ele utilize uma fonte para credibilizar a informação. Para atingir esse objetivo, o participante usa recursos mediante os quais seja perceptível a visão de seu posicionamento. Segue exemplo:

(31) ***Para*** o [filósofo francês Voltaire], a lei essencial para a prática da igualdade é a tolerância. Porém, nas escolas, onde as diferenças aparecem, essa característica não se concretiza. Nesse ambiente, a surdez se torna motivo para discriminação e para o bullying,

*contrariando o objetivo da educação de elevar e emancipar o indivíduo, **como defende** o [sociólogo Paulo Freire], idealizador da educação brasileira (ENEM2017JPF(5)).*

No exemplo (31) verificamos que o autor refere-se a duas fontes de 3ª pessoa definida reportando-se às ideias de ambas. Nas duas manifestações de Evidencialidade de natureza reportada, o autor expressa seu posicionamento. Em primeiro momento, baseado em seu conhecimento de mundo, o autor diz que a prática da tolerância não é concretizada nas escolas. Nessa perspectiva, avaliamos que o autor apresenta médio comprometimento com o que é dito, uma vez que ele usa a Reportatividade para fazer o contraponto com a realidade que ele parece conhecer. No segundo momento, o autor deixa clara sua posição sobre a “inoperância” da escola com relação a atingir o seu objetivo educacional. Nessa circunstância, avaliamos que o autor apresenta médio comprometimento ao usar, provavelmente, de sua própria vivência para dizer o que disse e, assim, poder mostrar ao leitor que as máximas ditas pelos intelectuais citados, na verdade, não são aplicadas em alguns contextos reais de socialização humana.

#### **6.1.5 Formas linguísticas de expressão da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade**

A categoria de análise que apresentamos a partir desse ponto focaliza o uso dos recursos linguísticos (classes de palavras) mediante os quais os participantes expressam valores da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade nos enunciados. Para essa categoria de análise, formulamos a seguinte questão de pesquisa: *Quanto às formas linguísticas, quais recursos que expressam Modalidade epistêmica e Evidencialidade foram mais usados nas redações?*

Nossa hipótese era a de que os verbos modais são os recursos linguísticos mais usados nas redações para marcar a Modalidade epistêmica, uma vez que esses recursos são capazes tanto de asseverar como de atenuar o comprometimento do participante com relação à verdade expressa no texto. Com relação à Evidencialidade, supomos que os recursos linguísticos mais utilizados são os verbos encaixadores, já que esses recursos são bastante usados para ligar a fonte evidencial (Sujeito) à informação (Objeto direto).

Como fizemos nas categorias anteriores, nas quais analisamos Modalidade e Evidencialidade juntas, iniciamos nossas explicações pela análise da Modalidade epistêmica e logo em seguida, apresentamos os resultados referentes à Evidencialidade. A tabela 8 mostra os obtidos quanto ao uso de recursos linguísticos na manifestação da Modalidade epistêmica.

Tabela 8 – Recursos linguísticos de Modalidade epistêmica nas redações nota máxima do ENEM

Recursos	Frequência	Percentual (%)
Adj. em posição predicativa	18	37,5%
Advérbio	12	25,0%
Verbo modal	9	18,8%
Locução adverbial	7	14,6%
Verbo encaixador	2	4,1%
Total	48	100%

Fonte: Elaborada pela autora com uso da ferramenta para cálculos estatísticos SPSS.

Como é possível visualizar pelos dados da tabela 8, nossa hipótese não se confirmou. Conforme nossas leituras iniciais dos textos, acreditávamos que o uso de verbos como “poder” e “dever” seria bastante frequente para expressar Modalidade epistêmica nas redações. Pinheiro (2022) analisa o uso desses modais epistêmicos em redações do ENEM e comprova a relevância desses recursos na marcação da Modalidade epistêmica na argumentação construída nos textos. De modo geral, também confirmamos que o verbo modal “poder” foi bastante relevante e frequente nas redações, porém não exclusivamente com domínio semântico epistêmico. Como já ilustramos anteriormente, esse modal apresenta forte polissemia, e isso nos fez supor que tal recurso, sendo bastante empregado nos textos, seria também muito frequente com o sentido modal epistêmico, situação que não ocorreu nos enunciados selecionados.

Os adjetivos em posição predicativa nos surpreenderam com relação à frequência apresentada. Esses recursos foram bastante utilizados e marcaram tanto os sentidos de *certeza* quanto de *possibilidade*.

(32) [...] *Torna-se clara, por dedução analítica, a potencial relação negativa entre a manipulação digital por dados e a autonomia psicológica e racional da população* (ENEM2018PASM(6)).

(33) [...] *Ademais, é preciso que o poder Legislativo crie um projeto de lei para aumentar a punição de agressores, que seja possível diminuir a reincidência* (ENEM2015ACM(2)).

No exemplo (32), notamos que o recurso linguístico usado para marcar a Modalidade epistêmica expressa sentido de *certeza* e revela comprometimento do participante com o conhecimento que ele acredita ser verdadeiro e comprovável pelo leitor mediante o argumento utilizado e a verificação da informação no contexto real de vivência de ambos. No exemplo (33), o recurso linguístico marca Modalidade epistêmica voltada para o sentido de

*possibilidade*. Nesse enunciado, o participante revela um conhecimento que ele acredita ser verdadeiro em relação à problemática discutida, mas, como vimos pelo uso do modalizador, o participante não assevera seu comprometimento, podendo se eximir da responsabilidade sobre o conteúdo dito.

Outro resultado que consideramos relevante comentar foi o uso de advérbios e locuções adverbiais para a marcação de *certeza* nos enunciados modalizados. Sabemos que a tipologia requerida pela prova de redação do ENEM exige um posicionamento do autor com relação à temática apresentada, por isso, acreditávamos que muitos advérbios com sentido de *certeza*, seriam mais usados. No entanto, não apostamos que as locuções adverbiais também seriam tão comuns, pois julgamos que elas parecem trazer maior familiaridade com o discurso falado e, desse modo, talvez, o uso desses elementos fosse evitado nas redações. A seguir, apresentamos dois exemplos:

(34) *De modo análogo, a certeza da impunidade faz com que crimes de ódio continuem acontecendo. Consoante aos ideais liberais de John Locke, as leis brasileiras caracterizam-se pelo respeito às liberdades individuais, o que é, sem dúvidas, uma grande conquista dos brasileiros (ENEM2016IRSC(7)).*

(35) [...] *Ademais, a escola deve preparar surdos e ouvintes para uma convivência harmoniosa, com a introdução de aulas de LIBRAS na grade curricular, a fim de uniformizar o corpo social e, também, cumprir com a máxima de Nelson Mandela que constitui a educação como o segredo para transformar o mundo. Poder-se-á, assim, visar a uma educação, de fato, inclusiva no Brasil (ENEM2017BAS(8)).*

As expressões em destaque em ambos os exemplos apresentam sentido de *certeza* quanto ao julgamento do autor sobre o que é dito em relação à situação discutida. Como dissemos, essas expressões nos parecem ser mais comuns no discurso falado<sup>126</sup>, o que não invalida ou impossibilita seus usos na escrita, já que são vocábulos pertencentes à língua portuguesa e pertencem ao arcabouço de palavras que também podem ser utilizadas no padrão culto da língua portuguesa escrita.

No que se refere aos recursos linguísticos que expressam Evidencialidade, tínhamos a hipótese de que o uso de verbos encaixadores seria mais frequente, pois

---

<sup>126</sup> Acreditamos que essas palavras são mais usadas no discurso falado, pois o falante intenciona ser o mais claro possível a fim de interagir de maneira mais objetiva nas mais variadas situações de comunicação. Não estamos declarando que essa intenção não seja a mesma na prova escrita, mas sabemos que sendo o público, ao qual se destina o grupo de provas para a correção, formado por professores habilitados no ensino da língua portuguesa, cremos que palavras como “indubitavelmente” em (33) e “verdadeiramente” em (34) fossem escolhas vocabulares mais condizentes com o registro numa atividade escrita como a redação do ENEM.

acreditávamos que a recorrência da subcategoria Reportatividade propiciaria a escolha desses verbos. Observamos, na tabela 10, que os verbos encaixadores<sup>127</sup> são os meios linguísticos mais usados nos textos produzidos participantes. Na análise dos demais recursos, verificamos o uso de preposições e locuções prepositivas como o segundo mais frequente.

Tabela 9 – Recursos linguísticos de Evidencialidade nas redações nota máxima do ENEM

Recursos	Frequência	Percentual (%)
Verbo encaixador	86	61,4%
Preposição	26	18,6%
Locução prepositiva	12	8,6%
Modificador do substantivo	8	5,7%
Adjetivo	5	3,6%
Locução adverbial	2	1,4%
Adj. em posição predicativa	1	,7%
Total	140	100%

Fonte: Elaborada pela autora com uso da ferramenta para cálculos estatísticos SPSS.

Como supomos, os verbos encaixadores foram mais frequentes entre os recursos linguísticos de manifestação da Evidencialidade identificados nas redações. Podemos afirmar que esse resultado se mostra coerente com os resultados apresentados na frequência de usos da Reportatividade, subcategoria evidencial mais utilizada pelos participantes da Redação ENEM. Nas redações, verbos como *dizer*, *dissertar*, *declarar*, *afirmar* dentre outros, foram bastante comuns quando o participante optava por fazer referência à fonte de terceira pessoa principalmente, do subtipo de acesso reportativo. Eis alguns exemplos:

(36) “... *entre [homens e mulheres] entrevistados, mais da metade **afirmou** que mulheres que vestem roupas curtas merecem ser abusadas sexualmente.*” (ENEM2015ACSR(4)).

(37) “*Em seus postulados, [Bourdieu] **discute** a influência das referências sócio espaciais nos costumes do indivíduo, **concluindo** que o desenvolvimento de valores que incluam certas culturas é imprescindível à manutenção dos costumes referentes a elas.*” (ENEM2019MALB(2)).

Os exemplos (36) e (37) ilustram o uso de recursos linguísticos evidenciais do tipo “verbo encaixador”. Conforme supomos, esses recursos foram as escolhas mais frequentes quando os participantes optaram por apresentar informações de natureza reportada.

<sup>127</sup> Consideramos como (ve) verbos que expressam cognição, crença e elocução.

Outro recurso muito frequente associado ao uso da subcategoria Reportatividade foi a preposição. Ao contrário dos verbos encaixadores, que tinham apenas a função de informar algo, as preposições assumem, algumas vezes, também a função de operador argumentativo<sup>128</sup>.

(38) *Ademais, cabe às escolas e às famílias educarem as crianças para que, desde cedo, aprendam que têm o direito de seguir suas escolhas, mas que devem ser tolerantes e respeitar as crenças do outro, afinal, **como disse** [Nelson Mandela], “a educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”.* (ENEM2016ETSV(4)).

No exemplo (38), observamos que há o emprego de preposição e verbo encaixador para fazer referência reportativa à fonte da informação. A preposição usada funciona como operador argumentativo que indica a exposição de uma exemplificação e, além disso, apresenta uma fonte de 3ª pessoa definida, a qual ratifica a credibilidade do “argumento de autoridade” por meio de uma Evidencialidade citativa. O exemplo (37), disposto a seguir, traz mais uma aplicação do “como” enquanto preposição.

(39) *Não é, no entanto, responsabilidade única do Estado a atual situação da publicidade infantil brasileira. **Como afirmou** [Sérgio Buarque], em sua obra “Raízes do Brasil”, os brasileiros estão acostumados a tratar o Estado como um pai, deixando todas as questões político-sociais em suas mãos* (ENEM2014DMG(4)).

Nesse exemplo, classificamos a palavra ‘como’ como sendo uma preposição ‘acidental’<sup>129</sup>. Pela estrutura dissertativa do enunciado, podemos observar que o autor usa o recurso para inserir a fonte reportativa da informação e, além disso, para usar a evidência como uma exemplificação que venha a preencher de sentido a frase inicial do enunciado, mediante a qual identificamos um posicionamento do autor com relação a um ponto de discussão específico, qual seja, o de que o Estado não deve ser o único responsável pela publicidade infantil no Brasil.

<sup>128</sup> Consideramos relevante informar que esses recursos (operadores argumentativos) são avaliados na competência 4 da Redação do ENEM, responsável pela avaliação dos elementos coesivos usados para organização e encadeamento das informações textuais.

<sup>129</sup> São vocábulos que não são originalmente classificados como preposições pela gramática normativa, mas que podem exercer a função realizada por uma preposição original. Exemplos de vocábulos que podem ser usados como preposição acidental: segundo, durante, como, fora, dentre outros. Disponível em: [https://www.portugues.com.br/gramatica/preposicoes.html#:~:text=da%20publicidade%20%3B\)-,Preposi%C3%A7%C3%B5es%20acidentais,segundo%2C%20visto%2C%20entre%20outras.](https://www.portugues.com.br/gramatica/preposicoes.html#:~:text=da%20publicidade%20%3B)-,Preposi%C3%A7%C3%B5es%20acidentais,segundo%2C%20visto%2C%20entre%20outras.) Acesso em: 16 jan. 2023.

Como explicitamos na análise das subcategorias, a Reportatividade é o tipo de Evidencialidade mais usado pelos autores. Acreditamos que seja por esse motivo que também temos uma maior recorrência do uso de verbos encaixadores, pois eles expõem as ações do dizer realizadas pelas fontes e, também, cremos que a Reportatividade justifica o uso de expressões prepositivas do tipo exemplificado em (38) e (39), essas formas linguísticas já sinalizam para o leitor que o participante irá apoiar sua argumentação em fontes que sejam capazes de credibilizar seu discurso.

#### ***6.1.6 Modalidade epistêmica e Evidencialidade no esquema textual da redação***

No que se refere à frequência dos usos dos recursos modais epistêmicos e evidenciais na estrutura textual, buscamos resposta à seguinte questão de pesquisa: *Quanto à frequência de uso dos recursos que expressam a Modalidade epistêmica e a Evidencialidade, em que parte específica da estrutura textual das redações (Introdução, Desenvolvimento, Conclusão), eles são mais recorrentes?*

Essa questão surgiu para a pesquisa após considerarmos que cada parte da estrutura textual tem sua função específica. Supomos que, devido a essa diferença funcional, seja plausível considerar que deve haver diferença, também, no uso dos recursos linguísticos para que a função de cada parte textual seja cumprida. Nossa hipótese é a de que o uso de recursos modais epistêmicos e evidenciais são mais frequentes no desenvolvimento das redações, pois é nessa parte da estrutura que os autores apresentam seus argumentos para defender o ponto de vista colocado como tese do texto. Estamos cientes de que o desenvolvimento é a maior seção da estrutura textual, sendo composta, na maioria das vezes, por mais de um parágrafo, o que dá ao participante espaço para modalizar seu texto da maneira mais adequada possível. Todavia, para evitarmos que a indicação de maior frequência desses recursos seja somente decorrente do maior volume textual da parte relacionada aos parágrafos do desenvolvimento, consideramos a proporcionalidade entre volume textual de cada uma das partes que compõem o esquema textual e o número de ocorrências nelas identificadas.

Antes de verificarmos os resultados, apresentamos uma breve explanação das considerações de Cavalcante Filho (2022) acerca da função de cada parte do esquema textual nas redações de nota máxima do ENEM. Para o autor, cada porção textual exerce uma função específica a qual deve ser observada e trabalhada pelo participante para que seu texto atinja seu objetivo. Segundo o autor, na introdução, o participante, na maioria das vezes, delinea o

assunto que será discutido textualmente e apresenta a tese que defenderá nas linhas de redação. Já no desenvolvimento, é possível identificar agrupamentos de argumentos, a partir dos quais o participante desenvolve a tese por ele defendida. O autor chama a atenção para a complexidade dessa porção textual, pois ela reúne uma quantidade maior de parágrafos (2 ou 3) e associa ou dissocia ideias discutidas como essenciais na reflexão sobre a temática. A nosso ver, isso ratifica nossa suposição de que a frequência de uso de recursos linguísticos modais epistêmicos e evidenciais é maior no desenvolvimento, uma vez que os participantes já reconhecem que essa parte da estrutura textual é o espaço mais apropriado para explorar as informações sobre a temática. Por fim, o autor apresenta a função da conclusão, a qual, por determinação dos critérios de avaliação do próprio ENEM, deve apresentar uma solução para a problemática discutida.

Após as considerações apresentadas, passamos aos resultados referentes à análise de frequência de uso de modais epistêmicos e evidenciais no esquema textual das redações de nota máxima do ENEM. Para a construção da tabela 10, consideramos a proporcionalidade entre a quantidade de palavras<sup>130</sup> usadas em cada parte da estrutura textual e o número de ocorrências das marcas modais/evidenciais.

Tabela 10 - Modalidade epistêmica e Evidencialidade no esquema textual das redações nota máxima do ENEM

Categorias	Esquema textual											
	Introdução			Desenvolvimento			Conclusão			Total		
	Ocor. / Pal.	Perc.		Ocor. / Pal.	Perc.		Ocor. / Pal.	Perc.		Ocor. / Pal.	Perc.	
Modal. epistêmica	3	3.998	0,07%	30	9.498	0,31%	15	5.498	0,27%	48	18.994	0,25%
Evidencialidade	31	3.998	0,77%	98	9.498	1,03%	10	5.498	0,18%	139	18.994	0,73%
Total	34	3.998	0,85%	128	9.498	1,34%	25	5.498	0,45%	187	18.994	0,98%

Fonte: Elaborada pela autora com uso da ferramenta para cálculos estatísticos SPSS.

O resultado dos dados analisados confirma nossa suposição de que os recursos linguísticos de Modalidade epistêmica e Evidencialidade são mais frequentes no desenvolvimento textual. Vejamos exemplos de recursos modais epistêmicos e evidenciais utilizados em parágrafos de desenvolvimento das redações:

(40) *Em segundo lugar, é oportuno comentar que o cenário supracitado remete ao que defende o arcabouço jurídico do país. Isso porque [o artigo 215 da Constituição Federal] é claro em*

<sup>130</sup> Resultados da somatória de palavras das 45 redações.

*caracterizar os bens culturais como um direito de todos, concebidos com absoluta prioridade por parte do Estado. Contudo, é desanimador notar que tal diretriz não dá sinais de plena execução e, para isso, basta analisar as várias [pesquisas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)] que **demonstram** a lamentável distribuição irregular das práticas artísticas - dentre elas, o cinema -, uma vez que estão restritas a poucos municípios brasileiros. Vê-se, então, o perigo da norma apresentada findar em desuso, sob pena de confirmar o que **propunha** [Dante Alighieri], em “A Divina Comédia”: “As leis existem, mas quem as aplica?”. Esse cenário, **certamente**, configura-se como desagregador e não pode ser negligenciado (ENEM2019GMCN(1)).*

No exemplo (40), observamos o uso do modal epistêmico com sentido de *certeza*. Esse modal foi usado no desenvolvimento de um dos esquemas textuais com o propósito comunicativo de asseverar uma posição do autor com relação ao que ele julga ser real e possível conforme o contexto sociocultural discutido. Podemos observar, no exemplo (38), que o contexto expresso, no decorrer do parágrafo no qual o modal “certamente” é usado, não deixa dúvidas de que a questão do acesso às formas de arte, incluindo o cinema, no Brasil, só existe de forma equitativa nas linhas da Lei.

O exemplo (40), também, traz uma Evidencialidade de Citação que, na verdade, é utilizada pelo autor para fortificar o uso de um argumento de natureza reportativa. No texto, o autor esclarece que há leis no País para assegurar o direito à fruição da cultura pelos brasileiros, em específico, o autor reporta o que está dito no artigo 215 da Constituição Federal. Nesse contexto, interpretamos que o uso de mais de uma subcategoria evidencial demonstra a habilidade do participante com o uso de recursos evidenciais, já que ele foi capaz de “traçar um elo” entre conteúdos que, normalmente, não compõem uma linha de raciocínio diretamente. Mas, como o foco do participante é apresentar seu ponto de vista, é possível notar, pelo uso do modal “certamente” que o autor compreende que é preciso “firmar” seu posicionamento. Ao “ligar” o que é determinado por lei (conteúdo do ambiente jurídico) ao que está disposto em “A Divina comédia” (conteúdo de ficção literária), o autor garante a apresentação de uma argumentação sólida em fontes suficientemente respaldadas para garantir o pleno entendimento do seu ponto de vista, nesse contexto, avaliamos que, ao demonstrar segurança na argumentação feita, o autor parece não ter dúvidas de que o uso de um modal que expressasse certeza seria o mais adequado para marcar seu julgamento a partir da realidade dita no texto.

(41) ***É sabido*** que, no período da infância, o ser humano ainda não desenvolveu claramente seu senso crítico, e assim é facilmente influenciado por personagens de desenhos animados, filmes, gibis, ou simplesmente pela combinação de sons e cores de que a publicidade dispõe. Os adolescentes também são alvo, numa fase em que o consumo **pode** ser sinônimo de autoafirmação. Ciente deste fato, a mídia cria os mais diversos produtos fazendo uso desses atributos, como brindes em lanches, produtos de higiene com imagens de personagens e até mesmo utilizando atores e modelos mirins nos comerciais.(ENEM2014GAC(2))

Em (41), o participante utiliza uma marca evidencial de fonte do tipo Domínio comum e de natureza reportativa “é sabido” para expressar uma informação reconhecida como verdadeira tanto no contexto da redação, que discute a ação da publicidade infantil no Brasil, como no contexto de vivência geral dos participantes, pois é indiscutível que, no mundo real, as crianças são alvos mais fáceis para manipulação. Em seguida, o participante modaliza sua percepção sobre como os adolescentes, também, são afetados pela ação da publicidade infantil. Essa porção textual é, apropriadamente, finalizada pelo participante ao apresentar o modo como a mídia age para fazer que a publicidade seja atrativa para o público-alvo. Essa parte textual foi exposta no 1º parágrafo do desenvolvimento e tem sua continuação no 2º parágrafo, desse mesmo desenvolvimento, produção uma relação de LISTA<sup>131</sup>, a qual ocorre quando o autor opta por apresentar argumentos, que de alguma maneira são interligados, de forma separada.

A frequência de marcas de Evidencialidade nos esquemas textuais, principalmente, no desenvolvimento das redações, é surpreendente. Em muitas redações, alguns parágrafos apresentam estratégias evidenciais encadeadas umas às outras, deixando transparecer que o participante está apostando que essa estratégia de construção textual irá garantir, com certeza, a maior pontuação relativa à competência que avalia esse critério. Percebemos, também, que o uso dos evidenciais é mais dinâmico que o uso da Modalidade epistêmica, pois o participante, a fim de credibilizar seus argumentos, diversifica mais classes gramaticais<sup>132</sup>.

(42) ***Para*** o [filósofo francês Voltarie], a lei essencial para a prática da igualdade é a tolerância. Porém, nas escolas, onde as diferenças

<sup>131</sup> Ver Cavalcante Filho (2022). **A estrutura retórica de redações nota máxima do ENEM: uma análise funcionalista.**

<sup>132</sup> Identificamos, na análise dos recursos evidenciais, o uso frequente de três classes gramaticais que não foram constatadas nas frequências da Modalidade epistêmica, a saber: preposição, locução prepositiva e modificador do substantivo. Ver tabelas 8 e 9.

*aparecem, essa característica não se concretiza. Nesse ambiente, a surdez se torna motivo para discriminação e para o bullying, contrariando o objetivo da educação de elevar e emancipado indivíduo, **como defende** o [sociólogo Paulo Freire], idealizador da educação brasileira [...] (ENEM2017JPF(5)).*

Em (42), o participante utiliza três marcas evidenciais para credibilizar suas informações reportadas. Além disso, ele “qualifica” suas fontes de informação, explicitando a posição social delas no contexto das áreas do conhecimento. Por ser o desenvolvimento a maior parte textual do esquema, ele permite também, além da explicitação dos argumentos, a possibilidade de explicitação sobre quem é a fonte da informação. Como dissemos anteriormente, parece ser relevante para o autor explicitar e especificar a fonte evidencial em seus textos.

Ao analisarmos a manifestação da Evidencialidade nos textos, notamos que os participantes têm consciência da relevância do uso de fontes socialmente legitimadas, nas porções referentes à introdução e ao desenvolvimento. Considerando-se a função de cada parte textual, não foi surpresa, em nossa pesquisa, a baixa recorrência de recursos linguísticos de Evidencialidade na conclusão. Acreditamos que, nesse caso, o contexto de produção textual próprio do gênero Redação do ENEM possa ser considerado um dos responsáveis pela menor expressão de evidenciais na conclusão textual, uma vez que essa parte da estrutura, comumente, é destinada à apresentação da proposta de intervenção, a qual, conforme os critérios avaliativos, deve ser estruturada relacionando cinco elementos<sup>133</sup> essenciais para a resolução da problemática. Acreditamos que os participantes já têm uma noção de que a construção da proposta de interventiva deve preencher a maior parte das linhas destinadas à conclusão, por isso, o uso de recursos evidenciais é direcionado para embasar o ponto de vista do autor, na introdução, e para credibilizar a linha de raciocínio argumentativo escolhida por ele (no desenvolvimento). A unidade textual final do gênero Redação do ENEM, para o participante, significa que é o momento de posicionar-se, relembrar o ponto de vista expresso e concluir o texto com uma solução adequada ao contexto que propiciou o desdobramento dos argumentos apresentados.

### **6.1.7 Adequação e Funcionalidade dos recursos modais e evidenciais**

---

<sup>133</sup> Os elementos são: agente, ação, modo/meio, finalidade e detalhamento. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/redacao/proposta-intervencao-enem.htm#:~:text=A%20proposta%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20C3%A9,%20efeito%20finalidade%20e%20detalhamento>. Acesso em: 18 de mar. 2023.

Esta categoria de análise diz respeito à adequação e funcionalidade do uso dos recursos modais epistêmicos nas redações nota máxima do ENEM. Queremos saber: *Quanto à adequação ao registro linguístico (escrita formal) e à funcionalidade desempenhada no contexto do enunciado, os recursos de Modalidade epistêmica e Evidencialidade, de fato, não apresentam inadequações com relação à escolha da marca modal/evidencial?*

Nossa hipótese é a de que, com relação à adequação e funcionalidade dos recursos modais epistêmicos e evidenciais, são identificadas raras inadequações no que se refere ao registro linguístico usado pelo participante para modalizar suas informações no corpo textual das redações. Para esclarecermos o que consideramos como uso adequado e funcional dos modais epistêmicos e evidenciais nas redações, apresentamos os critérios que nortearam a análise: a) sentidos e efeitos - consideramos adequado e funcional o uso de recursos modais e evidenciais que marcam, de acordo com o contexto, o que o recurso linguístico escolhido expressa. Desse modo, avaliamos como inadequado e disfuncional o uso de um recurso modal ou evidencial que marca *dúvida* ou *incerteza*, no contexto, quando deveria marcar os sentidos e efeitos de *certeza*, *comprometimento*; b) registro - neste critério, consideramos o uso em relação à variação linguística; o que não nos parecer de acordo com o registro determinado pelo exame, norma culta padrão, será avaliado como inadequado. Ressaltamos que a competência 1, responsável pela avaliação do registro escrito formal, permite que o texto não sofra penalização, na nota total referente à competência - 200 pontos, caso haja apenas um (1) erro de estrutura sintática ou dois (2) desvios de registro. Ou, ainda, um (1) erro de estrutura sintática e um (1) erro de desvio coocorrentes. Por isso, existe a possibilidade de encontrarmos inadequações, mesmo em redações avaliadas com nota máxima. Ressaltamos que esse “contexto de correção” também pode ser considerado como parte do contexto situacional da prova, afinal, se considerarmos que o participante apresenta três desvios de escrita (diferentes) numa redação de 30 linhas, ele perde a possibilidade de nota 1000, embora a situação permita total entendimento das palavras e do sentido do enunciado.

É importante, também, destacar que o contexto sociocultural de “ocasião”, segundo Connolly (2014), que caracteriza a (in)formalidade ou seriedade do discurso, é fator crucial, a nosso ver, na Redação do ENEM, afinal, o participante, já na inscrição para a seleção do exame, deve estar ciente de que precisa fazer um texto formal, que respeite diretrizes de escrita (normas gramaticais e outras prescrições do gênero) e sociais (a questão, por exemplo, do respeito aos Direitos Humanos). Nesse caso, o participante deve ter consciência de que o uso adequado dos recursos linguísticos, na redação, é essencial para a

produção adequada dos sentidos do texto e, mais que isso, para atingir a funcionalidade daquela escrita, qual seja, uma interação comunicativa eficaz para atingir o propósito da tipologia dissertativo-argumentativa, o convencimento do leitor.

A seguir, a tabela 11 ilustra os resultados da frequência de uso dos modais epistêmicos e evidenciais no que se refere à adequação e funcionalidade analisadas.

Tabela 11 - Adequação e Funcionalidade dos recursos modais epistêmicos e evidenciais no esquema textual das redações nota máxima do ENEM

Adequação e Funcionalidade	Frequência	Percentual (%)
Totalmente adequado	182	96,8 %
Parcialmente adequado	6	3,2 %
<b>Total</b>	<b>188</b>	<b>100 %</b>

Fonte: Elaborada pela autora com uso da ferramenta para cálculos estatísticos SPSS.

Para realizarmos a explicitação da análise da adequação e funcionalidade dos recursos linguísticos modais e evidenciais nas redações de nota máxima do ENEM, vamos iniciar com as considerações acerca da manifestação da Modalidade epistêmica. Sabemos que, de acordo com a grade dos critérios de avaliação da Redação do ENEM, a competência 1 contém os parâmetros de avaliação no que se refere ao registro. Para esclarecer o que a referida competência avalia, apresentamos o recorte dos critérios nos quadros 6 e 7.

Quadro 6: Grade (geral) da competência 1 - Redação do ENEM

<b>CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA COMPETÊNCIA 1 - DEMONSTRAR DOMÍNIO DA MODALIDADE ESCRITA FORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA</b>	<b>Nível</b>	<b>Pontuação</b>
Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da língua portuguesa.	0	0
Demonstra domínio precário da modalidade escrita formal da língua portuguesa, de forma sistemática, com diversificados e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.	1	40
Demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.	2	80
Demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita.	3	120
Demonstra bom domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita.	4	160
Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizarem reincidência.	5	200

Fonte: Elaboração nossa baseada na Matriz de Referência para Redação do ENEM 2019

Quadro 7: Grade específica dos desvios da competência 1 da Redação do ENEM

Desvios – Competência 1			
Convenções da escrita	Gramaticais	Escolha de registro	Escolha vocabular
Acentuação Hífen Maiúsculas/minúsculas Ortografia Separação silábica (translineação)	Concordância Crase Emprego de pronomes Paralelismo sintático Pontuação Regência	Informalidade/ marcas de oralidade	Escolhas lexicais imprecisas

Fonte: Site Postunião (2022) <sup>134</sup>.

Em nossa análise, o foco para observarmos a adequação e funcionalidade do uso dos recursos modais e evidenciais está inserido nos desvios “de escolha de registro” e “de escolha vocabular”. Como estamos analisando textos que obtiveram nota 1000, com certeza, esses dois aspectos foram bem apresentados pelos participantes, afinal, a proposta de produção de uma redação pressupõe o cuidado com esses parâmetros considerados fundamentais para uma boa escrita. Tendo por base nosso trabalho com preparação para a escrita da redação dentro da escola, de modo geral, percebemos a importância que os próprios alunos dão ao fato de ser preciso escrever o texto com uso de palavras que não remetam à oralidade nem apresentem traços de coloquialidade. Nessa direção, os alunos buscam sempre usar um vocabulário<sup>135</sup> conhecido por eles, no entanto, nesse contexto, muitas vezes, os alunos usam palavras que apenas ouviram ou leram, mas não dominam ainda o sentido ou entendem em qual contexto o uso dessas palavras é adequado ou não. Tal ação reverbera, muitas vezes, em “escolhas lexicais imprecisas”.

No que se refere à adequação e funcionalidade do uso dos recursos modais epistêmicos, ressaltamos que as ocorrências confirmaram que os textos apresentam seus recursos linguísticos, na maioria das vezes, de maneira adequada e funcional considerando o contexto em que as informações são apresentadas. O exemplo (43) ilustra nossa avaliação nesta categoria.

(43) *É indubitável, de fato, que muitos avanços já foram conquistados no que tange à efetivação dos direitos constitucionais garantidos aos surdos brasileiros. Pode-se mencionar, por exemplo, a classificação da Libras - Libras Brasileira de Sinais - como segundo idioma oficial da nação em 2002, a existência de escolas especiais para surdos no*

<sup>134</sup> Disponível em: <http://www.postuniao.com.br/Publicacao.aspx?id=169968>. Acesso em: 17 out. 2022.

<sup>135</sup> Para exemplificar alguns desses vocábulos, destacamos: *ademais, dessarte, destarte, decerto, nesse ínterim, hodiernamente, por certo, outrossim, análogo, com efeito*, dentre outros. O que nos chama a atenção acerca do uso desses vocábulos na redação é o fato de que essas palavras sejam pouco usadas no cotidiano tanto escolar como em outros ambientes comunicativos tais como TV, rádio, internet e, até mesmo, em livros paradidáticos considerados “os mais vendidos” atualmente.

*território do Brasil e as iniciativas privadas que incluem esses cidadãos como partícipes de eventos como no caso da plataforma do Youtube Educação, cujas aulas sempre apresentam um profissional que traduz a fala de um professor para a língua de sinais. (ENEM2017MJBC(9)).*

O exemplo (43) apresenta dois modalizadores epistêmicos logo de início: “é indubitável” e “de fato”. Os dois mostram adequação e funcionalidade dentro do enunciado, ambos expressando sentido de *certeza*. Com a produção desse sentido, o participante se preocupou em dar razões ao leitor para acreditar que sua marcação de *certeza* não era resultado apenas de uma subjetividade que, normalmente, esses modalizadores expressam, mas, sim, de informações que podem realmente ser constatadas pela sociedade. Podemos observar que a funcionalidade dos modalizadores epistêmicos é estabelecida, uma vez que a comunicação não demonstra qualquer lacuna ou incoerência que impossibilite o entendimento do que foi dito.

Conforme os dados apontados na tabela 11, observamos que foram constatados raros vocábulos considerados apenas parcialmente adequados e funcionais. A seguir, apresentamos dois exemplos:

(44) [...] Apesar de **acharmos** que a mentalidade do povo melhora com o passar do tempo, a mentalidade brasileira mostra crescente atraso quanto à igualdade de direitos entre os gêneros, e tal mentalidade leva a fatalidades que deveriam ser raras em pleno século XXI (ENEM2015ACRS(4)).

No exemplo (44), o modal epistêmico “acharmos”, a nosso ver, configura como um “desvio de escolha vocabular”, pois esse verbo, em sua significação plena, segundo Casseb-Galvão (1999), é sinônimo de “encontrar”, “descobrir”. Porém, ao ser utilizado para expressar crença ou opinião do participante, o verbo “achar” assume forma modal epistêmica, sendo usado como indicativo de subjetividade por meio da qual o participante expressa seu julgamento sobre uma informação. Para nós, o uso do referido verbo (enquanto modal epistêmico) parece ser mais frequente na fala coloquial do que na escrita formal, o que não constitui em erro no uso pela escrita, mas parece revestir o enunciado com uma atmosfera coloquial (quando o sentido expresso não é o de *encontrar* - sentido base da palavra - mas é o de *considerar, avaliar, ponderar*), ou seja, o que é expresso parece ficar mais subjetivo ainda com o uso da palavra destacada em (44) do que se o participante optasse por formas verbais como - *acreditarmos, avaliarmos, considerarmos*. Em nossa avaliação, apontamos o uso do vocábulo destacado como parcialmente adequado uma vez que temos a funcionalidade quanto

ao sentido da palavra, já que é possível percebermos o sentido de *certeza* e *comprometimento* intencionados pelo participante ao usar o recurso linguístico. Todavia, com relação ao registro, julgamos que o uso da palavra “acharmos” é mais comum no discurso falado na atmosfera do padrão coloquial. Vejamos o exemplo a seguir:

(45) *Inicialmente, um entrave é a mentalidade retrógrada de parte da população, que age como se os deficientes auditivos fossem incapazes de estudar e, posteriormente, exercer uma profissão. De fato, tal atitude se relaciona ao conceito de banalidade do mal, trazido pela socióloga Hannah Arendt: quando uma atitude agressiva ocorre constantemente, as pessoas param de vê-la como errada [...]* (ENEM2017MCM(1)).

Nesse exemplo, julgamos que a expressão “de fato” está parcialmente adequada e funcional porque, pelo contexto do enunciado, espera-se que o autor apresente uma justificativa ou exemplificação do que fora dito, porém, ele insere a explicitação de um conceito totalmente novo na interação comunicativa. A expressão está funcional, já que visualizamos o sentido de *certeza*, levando-se em conta o fato de que o participante veicula informações verdadeiras, porém a escolha do registro está comprometida, uma vez que seu uso está mais associado, a nosso ver, com a ideia de comprovação de algo. Para esclarecer melhor nossa avaliação, temos, no exemplo (43), o uso da locução adverbial “de fato”. Nesse exemplo, podemos observar que o autor se ocupou em comprovar sua informação com elementos capazes de justificar o uso do sentido de *certeza* expresso com o emprego do referido recurso. Entretanto, tal situação não ocorre no exemplo (45), no qual não identificamos a intenção do autor em veicular informações capazes de comprovar ou justificar o que foi dito antes do uso da expressão “de fato”. Pelo contrário, o que o participante faz é mostrar o conceito que é usado para, academicamente, identificar que dada circunstância já faz parte do âmbito social.

Com relação à análise do uso de marcas evidenciais quanto à adequação e à funcionalidade, as ocorrências também são, majoritariamente, totalmente adequadas. Isso corrobora com a nossa suposição de que as inadequações seriam raras. Vejamos o exemplo (46).

(46) *Em princípio, cabe analisar o papel da internet no controle do comportamento sob a perspectiva do sociólogo contemporâneo [Zygmunt Bauman]. Segundo o autor, o crescente desenvolvimento tecnológico, aliado ao incentivo ao consumo desenfreado, resulta numa sociedade que anseia constantemente por produtos novos e por informações atualizadas* (ENEM2018FCSTD(7)).

Avaliamos o recurso evidencial utilizado em (46) como totalmente adequado e funcional. Com relação à funcionalidade, notamos que a preposição acidental - “segundo”, claramente, exerce seu papel de apresentar ao leitor a fonte da informação que é apresentada. No que se refere ao registro, também avaliamos como totalmente adequado, o uso dessa preposição, supostamente menos usada na fala coloquial do que a preposição “para”. A seguir, o exemplo (47) ilustra o tipo de acesso evidencial com segunda frequência mais significativa nos textos nota 1000 analisados: a Inferência.

(47) *No que tange à sociedade civil, nota-se a existência de comportamentos e de ideologias altamente preconceituosos contra os surdos brasileiros. A título de ilustração, é comum que pais de estudantes ditos ‘normais’ dificultem o ingresso de alunos portadores de deficiência auditiva em classes não específicas a eles, alegando que tal parcela tornará o “ritmo” da aula mais lento [...]* (ENEM2017MJBC(9)).

Avaliamos que o recurso usado está parcialmente adequado e funcional. Observamos, nessa manifestação da Evidencialidade de Inferência, que o autor, a princípio, mobiliza um conhecimento que parece ser de Domínio comum para abordar a questão do preconceito contra os surdos. Porém, notamos que as informações que apresentam os indícios que levam o participante a afirmar o que foi dito são expostas apenas após a marca evidencial, tal fato nos leva a avaliar que o Conteúdo Proposicional “*a existência de comportamentos e ideologias altamente preconceituosos contra surdos*”, na verdade, é resultado de um constructo mental do participante baseado em seu conhecimento de mundo. Embora o participante exemplifique sua posição utilizando o argumento de que “*é comum que pais de estudantes ditos ‘normais’ dificultem o ingresso de alunos portadores de deficiência auditiva em classes não específicas a eles, alegando que tal parcela tornará o “ritmo” da aula mais lento*”, julgamos que a função de ‘nota-se’ fica comprometida, já que o que é preciso ‘notar’ está disposto somente no período frasal posterior àquele em que a marca está. No que diz respeito à adequação, consideramos correto o uso do recurso, pois o autor utiliza uma marca de impessoalidade a fim de se distanciar do texto, mas, ao mesmo tempo, zela por repassar a noção de que ele também é parte da sociedade civil, utilizando a voz impessoal para relacionar a informação como sendo pertencente a uma fonte de Domínio comum, ou seja, qualquer cidadão é capaz de constatar que há comportamentos e ideologias preconceituosos contra surdos no País.

Nos textos analisados, observamos que, em geral, os participantes têm o cuidado de escolher bem os recursos modais por meio dos quais irão expressar e defender sua posição

relativa à temática proposta, bem como, os recursos evidenciais a partir dos quais o participante irá indicar tipos de acesso e fonte das informações que mobilizam para fundamentar e credibilizar seus argumentos. Pela análise ficou nítido que o participante, ao desenvolver a Prova de Redação do ENEM para que ela receba nota 1000, traz consigo a ideia de que o texto não pode ter falhas, tais como incorreção, ambiguidade, incoerência, por exemplo, principalmente, porque o participante sabe que essas falhas podem não expressar os sentidos e efeitos pretendidos por ele. Eles também mostram preocupação em usar vocabulário mais elaborado, isto significa em ser o mais formal possível a fim de adequar suas escolhas linguísticas à seriedade da prova.

Ao iniciarmos nossa análise, apontamos como objetivo principal analisar e descrever a manifestação de recursos de Modalidade epistêmica e Evidencialidade nas redações nota máxima do ENEM aplicadas nas edições de 2013 a 2019. No decorrer da pesquisa, a observação de oito parâmetros de análise nos levou à conclusão de que recursos de Modalidade epistêmica e de Evidencialidade são bastante utilizados pelos participantes da redação e que eles os empregam de modo adequado e funcional (embora esses parâmetros não sejam tratados na escola de maneira particular), em busca de cumprir com os critérios delimitados na avaliação de cada competência. Além disso, não podemos deixar de destacar que tanto a Modalidade epistêmica - responsável por expressar o conhecimento e as crenças do Falante - quanto a Evidencialidade - responsável por indicar o tipo de acesso e a fonte da informação apresentada pelo Falante - são categorias importantes para consolidar o maior interesse dos participantes que é desenvolver um texto de tipologia dissertativo-argumentativa, no padrão culto da língua portuguesa, com propósito comunicativo de convencer o leitor de que a temática é relevante e que a problemática apresentada tem uma solução que pode ser pensada e externada por qualquer um dos milhares de participantes inscritos.

## 7 CONCLUSÃO

Em nossa pesquisa, reconhecemos a Modalidade como sendo a categoria semântica por meio da qual o Falante qualifica um conteúdo, expressando seu julgamento mediante noções de verdade e possibilidade, as quais se fundamentam em seus conhecimentos. Já a Evidencialidade é a categoria semântica que se refere à explicitação da fonte da informação transmitida na interação entre Falante e Ouvinte.

Em nossa pesquisa, optamos por estudar a manifestação da Modalidade epistêmica e da Evidencialidade nas redações do ENEM que obtiveram nota máxima nas edições de 2013 a 2019. Para tanto, nossos parâmetros de análise foram elaborados considerando o modelo de análise da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) idealizado por Hengeveld e Mackenzie (2008).

Nas edições do ENEM que selecionamos para análise das redações, buscamos descrever e analisar como os participantes usam recursos que expressam Modalidade epistêmica e Evidencialidade na construção argumentativa dos seus textos. Como sabemos, a Redação do ENEM é, atualmente, uma das provas de seleção mais conhecidas e “treinadas” em todo o território nacional. Desde a primeira edição do exame, em 2008, a Redação do ENEM ganhou parâmetros de escrita e de avaliação tão singulares que alguns teóricos, tais como Oliveira (2016), Sá (2018) e Calabria (2020) caracterizam a Redação do ENEM como gênero textual de escrita, predominantemente, escolar.

O estudo sobre Modalidade epistêmica considera o eixo do conhecimento e diz respeito à modalização de um enunciado conforme os conhecimentos e crenças do Falante. Nas redações que analisamos, buscamos verificar como os participantes expressam seus conhecimentos e crenças ao argumentar sobre as temáticas propostas nas provas. Com relação à Evidencialidade, que se refere ao estudo da fonte da informação, isto é, como a informação é repassada (tipo de acesso) e de quem ela procede, buscamos, também, verificar como os recursos evidenciais são utilizados pelos participantes, uma vez que a Matriz de Referência da Redação ENEM determina que o participante produza um texto dissertativo-argumentativo no qual ele apresente informações, conceitualizações e argumentos fundamentados pelas diversas áreas do conhecimento humano. Supomos que tal orientação, conseqüentemente, acione a necessidade do uso da Evidencialidade nas redações do certame.

Nesse estudo, analisamos um *corpus* de 45 redações do ENEM que obtiveram nota máxima. Todos os exemplares foram publicados no documento oficial Cartilha do Participante nas publicações 2016, 2017, 2018a, 2019, 2020a. A questão que nos interessava

responder era: *Como a Modalidade epistêmica e a Evidencialidade se manifestam em textos que obtiveram nota máxima na redação do ENEM nas edições de 2013 a 2019?*

Para responder essa questão, trabalhamos com as seguintes categorias de análise:

1) Domínio – nessa categoria, buscamos saber a frequência de uso de recursos modais epistêmicos e evidenciais nas redações. 2) Modalidade – essa categoria foi usada para a observação do uso de recursos epistêmicos com relação à orientação, se objetiva ou subjetiva. 3) Evidencialidade – utilizamos essa categoria para verificarmos qual tipo de acesso (subcategorias) evidencial seria mais frequente nas redações e qual tipo de fonte era mais usado nas argumentações dos participantes. 4) Sentidos e efeitos – buscamos, ao analisar essa categoria, interpretar quais sentidos (*certeza, dúvida, possibilidade e probabilidade*) foram mais marcados com uso de recursos modais epistêmicos. Com relação à análise dos efeitos, buscamos verificá-los, sobretudo, no uso dos recursos evidenciais. Nesse contexto, verificamos se, ao utilizar as fontes evidenciais, os participantes expressavam *alto, médio* ou *baixo comprometimento*. 5) Recursos linguísticos de expressão modal/evidencial – com essa categoria, nosso intuito era saber quais meios expressivos eram mais utilizados nas redações. 6) Esquema textual – nosso objetivo foi identificarmos com que frequência os recursos modais epistêmicos e evidenciais eram usados em cada parte da estrutura textual (introdução, desenvolvimento e conclusão). 7) Adequação e funcionalidade – a categoria adequação foi usada para analisarmos se os recursos que expressavam Modalidade epistêmica e Evidencialidade estavam adequados com relação ao registro escrito do texto. E, no que se refere à funcionalidade dos recursos, buscamos analisar se os meios linguísticos selecionados pelo participante, na construção de sua argumentação, realmente, eram coerentes com os sentidos supostamente pretendidos por ele.

Com relação ao domínio, os resultados comprovaram que a Evidencialidade é mais frequente do que a Modalidade epistêmica nas redações que obtiveram nota máxima no ENEM. Esse resultado já era esperado na pesquisa, uma vez que a Matriz de Referência para correção das redações direciona critérios que avaliam o uso de fontes de informação nas provas. Porém, ressaltamos que esperávamos que a frequência de uso dos recursos modais epistêmicos fosse maior, pois a tipologia dissertativo-argumentativa, requerida pela prova, exige que o participante expresse seu ponto de vista sobre a temática da prova e, a partir dele, desenvolva uma argumentação baseada em informações diversas. Por ser requerido um posicionamento do participante e, para a construção desse posicionamento, é necessário que o participante mobilize crenças e conhecimentos próprios de suas vivências, acreditávamos que o uso da Modalidade epistêmica seria mais frequente do que foi verificado.

No entanto, avaliamos que o uso dos recursos modais epistêmicos cumpriu seus objetivos nos textos. A Evidencialidade também foi bem aplicada nos textos e cumpriu com o objetivo de credibilizar os argumentos dos participantes. Concluímos, então, que a Modalidade epistêmica e a Evidencialidade são domínios bastante presentes e relevantes nas redações do ENEM que obtiveram nota máxima na construção argumentativa desse gênero textual.

No que se refere à análise da orientação dos recursos modais epistêmicos, os resultados mostraram maior frequência de uso de recursos modais epistêmicos com orientação subjetiva. A princípio, essa constatação nos surpreendeu, afinal, tínhamos a hipótese de que os participantes evitariam construir seus argumentos com teor de subjetividade, já que o efeito de objetividade parece ser recomendado na redação de textos escritos formais, porém, isso não ocorreu. Embora não tenha sido muito significativa a diferença de frequência da orientação subjetiva em relação à objetiva no uso da Modalidade epistêmica, os resultados apontaram que, nas redações de nota máxima do ENEM, os participantes expressam maior subjetividade na modalização dos enunciados, quando expõem seus conhecimentos, opiniões e crenças. Avaliamos a expressão dessa subjetividade como positiva para auxiliar na construção argumentativa do texto. Desse modo, concluímos que usar recursos que expressam subjetividade do autor, nas redações do ENEM, é uma estratégia válida para que ele expresse aquilo que acredita ser verdadeiro ou real e, com isso, seja capaz de prover, adequadamente, sua argumentação de poder de convencimento.

Ao analisarmos a Evidencialidade, comprovamos que o tipo de acesso reportativo foi o mais utilizado nas redações. Esse resultado era esperado porque, como dissemos, os critérios avaliativos da Redação do ENEM determinam o uso de informações advindas de outras fontes de conhecimento. No geral, os participantes optam por parafrasear as informações das fontes, uma vez que transcrevê-las, literalmente, conforme o original, pode ser mais difícil e, no caso de fontes que estão presentes no contexto como textos motivadores, está sujeito a penalidades. A maior frequência de acesso reportativo às informações nas redações também está coerente com o tipo de fonte mais usado, no caso, a fonte de terceira pessoa definida. Isso ocorre porque o participante acredita que, ao especificar a fonte da informação, ele consegue mostrar que, realmente, domina as informações que está repassando.

Pelo que verificamos, chegamos à conclusão de que a necessidade de credibilizar o que é dito, em textos de seleção como o da Prova de Redação do ENEM, amplia, significativamente, o poder de argumentação do participante. Observamos que essa estratégia

já está tão solidificada na estrutura do gênero Redação do ENEM que notamos que os textos cuja demarcação da fonte evidencial foi mais apresentada pareciam trazer melhor organização dos argumentos e, ao final da leitura, os efeitos de comprometimento pareciam mais expressivos. Embora, o tipo de acesso evidencial mais frequente estivesse relacionado à Reportatividade, com fonte de terceira pessoa definida, o que sugere o *baixo comprometimento* do autor, identificamos manifestações de adesão deste ao conteúdo reportado. Então, concluímos que a Reportatividade com fonte de terceira pessoa definida é uma estratégia de construção argumentativa mais ativa e produtiva, em relação às demais, na escrita do gênero Redação do ENEM.

Os resultados referentes à análise dos sentidos e efeitos do uso de recursos modais epistêmicos e evidenciais mostraram que o sentido de *certeza* foi o mais frequente na manifestação da Modalidade epistêmica. Acreditamos que isso se deve ao cumprimento de uma das exigências do certame, a de que o participante precisa expressar um ponto de vista e organizar argumentos para defendê-lo. Nesse viés, nos parece claro que o participante constrói sua argumentação, fundamentando-se em conhecimentos que ele julga verdadeiros e opta por manifestar sua atitude de certeza em relação ao seu julgamento. Quanto aos resultados dos efeitos de comprometimento do autor dos textos, observamos que a Evidencialidade reportativa direcionou a análise para considerar que a maior frequência de efeitos de *baixo comprometimento* expressos nas redações significaria que o participante preferiu se eximir da responsabilidade sobre as informações transmitidas. Todavia, como ressaltamos na seção de análise referente a essa categoria, o uso da Evidencialidade reportativa não significa, exatamente, que o participante não concorde (totalmente ou parcialmente) com o que é dito pela fonte. A situação do *baixo comprometimento* nas redações, a nosso ver, significa que o participante parece supor que, se ele se colocasse como fonte ou indicasse uma fonte de Domínio comum para uma informação usada na defesa de um ponto de vista, provavelmente, isso enfraqueceria sua argumentação, e sua redação receberia uma pontuação menor do que aquela que lhe seria atribuída se ele usasse uma fonte socialmente identificada, reconhecida e respaldada.

Nesse contexto, concluímos que o sentido de *certeza* foi o mais adequado para a expressão dos conhecimentos e posicionamentos dos participantes nas redações do ENEM, pois essa estratégia reforça o poder dos argumentos mobilizados pelo autor. No que se refere à expressão de comprometimento, concluímos que o *baixo comprometimento* é uma estratégia argumentativa que apresenta bons resultados, afinal, a maioria dos participantes optou por realizar esse tipo de estratégia para apresentar informações como “argumentos de autoridade”,

e isso parece ter reverberado no recebimento da pontuação completa (200 pontos) na competência 2.

Na análise de frequência dos recursos linguísticos mais usados tanto na Modalidade epistêmica quanto na Evidencialidade, fomos surpreendidos pelos resultados. Na Modalidade epistêmica, acreditávamos que o uso do verbo modal “poder” seria o mais frequente, porém, tal estimativa não se confirmou. O recurso mais usado foi o adjetivo em posição predicativa. Na literatura sobre Modalidade, o uso modalizador do adjetivo nessa posição tem, em geral, orientação objetiva, pois avaliam a possibilidade de um Estado de coisas ocorrer, como em “*é possível*”, “*é provável*”, “*é certo*”. No entanto, esse resultado está ligado ao uso desses recursos modais com orientação subjetiva, que foram verificados como mais comuns nas redações analisadas. Nossa conclusão é a de que ao usar estruturas, tais como “*é inegável*”, “*é indiscutível*”, “*é indubitável*”, dentre outras formas de adjetivo em posição predicativa, o participante está tratando de uma ideia, uma opinião, isto é, de um Conteúdo Proposicional, e intenciona que a verdade asseverada seja absorvida pelo leitor ao ponto de se tornar, também, a verdade deste. Nesta situação, avaliamos o uso desses recursos como positivos e adequados, afinal, o propósito da tipologia dissertativo-argumentativa (estrutura textual do gênero Redação do ENEM) é o convencimento do leitor.

Na Evidencialidade, comprovamos o uso dos verbos encaixadores como mais frequente, e tal resultado já era esperado pela pesquisa. Todavia, salientamos que não estimamos que os dados mostrariam grande frequência de uso de preposição e locução prepositiva, o que poderíamos ter feito, afinal, tínhamos por hipótese que a Reportatividade seria comprovada como tipo de acesso evidencial mais frequente. Nesse caso, se o uso da Reportatividade seria mais frequente, então, além dos verbos encaixadores, seria plausível ter a perspectiva de que expressões como “*De acordo com*”, “*Conforme*”, “*Em consonância*”, “*Para*”, dentre outras (todas consideradas marcas reportativas) seriam, também, muito frequentes. Enfim, com relação aos recursos evidenciais mais frequentes, concluímos que foram bem empregados em seus contextos argumentativos, pois, com o uso deles, os participantes atingiram seus objetivos de expressar, adequadamente, seus “argumentos de autoridade”.

Ao observarmos o uso dos modais epistêmicos e da Evidencialidade no esquema textual das redações do ENEM, comprovamos nossa hipótese de que a frequência de uso dos recursos seria no desenvolvimento. Esse resultado nos leva à conclusão de que o participante tem consciência de que precisa mobilizar seus conhecimentos em todo o texto, mas que a

parte do esquema textual na qual é preciso haver maior investimento de recursos para facilitar a expressão de ideias e de informações é o desenvolvimento.

Por fim, quanto à análise da adequação e funcionalidade dos recursos de Modalidade epistêmica e Evidencialidade, também, comprovamos nossa hipótese de que a maior frequência seria de uso dos recursos modais epistêmicos e evidenciais totalmente adequados em seus contextos. Ressaltamos que os textos analisados obtiveram nota máxima e, para tanto, a necessidade de adequação e funcionalidade no uso dos meios linguísticos é primordial. Desse modo, concluímos que, no que diz respeito ao uso de Modalidade epistêmica e Evidencialidade, as redações de nota máxima do ENEM apresentam quase totalidade de adequação e funcionalidade na construção dos enunciados textuais.

Nesta pesquisa, concluímos que os domínios Modalidade epistêmica e Evidencialidade são frequentes e relevantes para a construção argumentativa dos participantes nas redações do ENEM que obtiveram nota máxima. Destacamos a importância do uso de ambos para que os autores das redações transmitissem seus conhecimentos e posições fortificadas, na Modalidade, pelo sentido de *certeza* e *comprometimento* com a verdade dos conteúdos enunciados; e, na Evidencialidade, pelo uso de recursos adequados tanto para credibilizar as informações como demonstrar a adesão dos participantes às ideias principais dos conteúdos por ele reportados.

Para finalizar este trabalho, destacamos que a realização desta pesquisa enfrentou muitas dificuldades de análise. Tais dificuldades foram observadas, principalmente, com relação à classificação dos recursos conforme a delimitação das camadas da GDF. Assumimos que, muitas vezes, é difícil identificar para que camada dos Níveis Interpessoal e Representacional da GDF alguns recursos modais e evidenciais estão orientados. Salientamos que a identificação das subcategorias de *Inferência* e *Dedução* foi bastante complexa, pois se encontravam, por vezes, em parágrafos distintos, a informação marcada com recurso evidencial e demais informações importantes para a classificação desse recurso, levando-nos à dúvida se estaríamos diante de um caso de *Inferência* (resultado de conhecimentos) ou de *Dedução* (resultado de evidências reais). Acreditamos que o desenvolvimento de pesquisas focalizando a identificação, especialmente, dessas subcategorias em textos de seleção ou de concursos, tais como o gênero Redação do ENEM ou a Olimpíada de Língua Portuguesa (OLP) seria uma excelente contribuição para os estudos da Evidencialidade.

## REFERÊNCIAS

- ADELINO, Francisco Janete da Silva; NASCIMENTO, Erivaldo Pereira. A modalização epistêmica asseverativa na construção argumentativa de entrevistas de seleção de emprego. **Entrepalavras**, Fortaleza, v.9, n.1, p. 287-302, jan./abr.2019.
- AIKHENVALD, A.Y. Evidentiality in grammar. *In*: BROWN, Keith, (ed.) **Encyclopedia of Languages and Linguistics**. Elsevier, Oxford, UK, 2006, p. 320-325.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Redação do ENEM 2016**: Cartilha do Participante. Brasília: INEP, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Redação do ENEM 2017**: Cartilha do Participante. Brasília: INEP, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Redação do ENEM 2018**: Cartilha do Participante. Brasília: INEP, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Redação do ENEM 2019**: Cartilha do Participante. Brasília: INEP, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Redação do ENEM 2020**: Cartilha do Participante. Brasília: INEP, 2020.
- CALABRIA, Victor Flávio Sampaio. **O ensino e a aprendizagem do gênero textual redação do Enem**: os mecanismos enunciativos na construção da autoria na argumentação. 2020. 416f. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2020.
- CALDAS, Jane Eyre Martins. **Evidencialidade e gramaticalização**: uma análise discursivo-funcional de verbos de percepção em espanhol. 2021. 135 f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2021.
- CARIOCA, C. R. **A evidencialidade em textos acadêmicos de grau do Português brasileiro contemporâneo**. 2009. 228f. Tese (Doutorado em Linguística) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- CARIOCA, C. R. A integração dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos discursivos na manifestação da evidencialidade. **Entrepalavras**, Fortaleza, v.8, n. esp., p. 112-129, set. 2018.
- CARIOCA, C. R. Aspectos sintáticos da evidencialidade na Língua Portuguesa. **Revista de Letras**, Fortaleza, n.38, v.2, jul./dez. 2019.
- CASSEB-GALVÃO, Vania C. **O achar no português do Brasil**: um caso de gramaticalização. 170 f. Campinas: Unicamp, 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade de Campinas, 1999.

CASTILHO, A.T. de; CASTILHO, C.M.M.de. Advérbios modalizadores. *In: ILARI, R. (Org.). Gramática do português falado: níveis de análise. v. 2. 4. ed. (rev.).* Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

CASTILHO, A.T. de; Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. *In: SOUZA, Edson Rosa (Org.) Funcionalismo linguístico: análise e descrição.* São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE FILHO, Luciano Araújo. **A estrutura retórica de redações nota máxima do ENEM: uma análise funcionalista.** 2022. 368f. Tese (Doutorado em Linguística), Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

CONNOLLY, John H. Context in Functional Discourse Grammar. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v.51. n.2, p.11-33, 2007.

DALL'AGLIO-HATTNER, Marize Mattos. Uma análise funcional da modalidade epistêmica. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 40, p. 151-173, 1996. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/107737/ISSN1981-5794-1996-40-151-173.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 ago. 2022.

DALL'AGLIO-HATTNER, Marize Mattos. Gramática Discursivo-Funcional e os estudos tipológicos: um exercício de análise das línguas indígenas do Brasil. **Estudos Linguísticos**, v. 41, n.1, p. 64-73, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/122346>. Acesso em: 23 ago. 2022.

DE HAAN, F. **Evidentiality and epistemic modality: Setting boundaries.** 1999. Disponível em: [https://www.academia.edu/755475/Evidentiality\\_and\\_epistemic\\_modality\\_Setting\\_boundaries?auto=citations&from=cover\\_page](https://www.academia.edu/755475/Evidentiality_and_epistemic_modality_Setting_boundaries?auto=citations&from=cover_page). Acesso em: 15 ago. 2022.

DIK, Simon Cornelis. **Functional Grammar.** Dordrecht: Foris Publications, 1978.

DIK, S. C. **The theory of functional grammar.** Pt 2: Complex and derived constructions. Edited by Kees Hengeveld. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DU BOIS, J. W. **Discourse and the Ecology of Grammar: Strategy, Grammaticization and the locus.** Rice Symposium, MsUniversity of California: Santa Barbara, 1993.

FAUST, Norma. **Lecciones para el aprendizaje del idioma Shipibo-Conibo.** Lima, Peru: Summer Institute of Linguistics and Yarinacocha: Instituto Lingüístico de Verano, 1973.

FONSECA, Ana Silvina Ferreira. **As estratégias evidenciais no material didático impresso para EaD.** 2013. 221f. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2013.

FURTADO DA CUNHA, A. F. Funcionalismo. *In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.) Manual de Linguística.* São Paulo: contexto, 2008.

GIVÓN, Talmy. Prospectus, Somewhat Jaundiced. *In: GIVÓN, Talmy. Functionalism and Grammar.* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

HALLIDAY, M.A.K. **On introduction to Functional Grammar**. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M.A.K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M.A.K. **An Introduction to Functional Grammar**. 3.ed. Revisado por Mathiessen, Christian M.I.M. London: Hodder Arnold, 2004.

HATTNER, Marize Mattos Dall’Aglío. A expressão lexical da evidencialidade: reflexões sobre a dedução e a percepção de evento. **Entrepalavras**, Fortaleza, ano 8, v. 8, número especial, p. 98-111, set. 2018.

HENGEVELD, Kees. Clause structure and modality in Functional Grammar. *In*: AUWERA, J. Van der; GOSSENS, L. (Ed.) **Ins and Outs of Predication**. Dordrecht: Foris, 1987. p. 53-66.

HENGEVELD, Kees. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. *In*: **Journal of Semantics**, v. 6, p. 227-269, 1988.

HENGEVELD, Kees. Mood and Modality. *In*: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (Ed.). **Morphology: A handbook on inflection and word formation**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p.1190-1202.

HENGEVELD, Kees. Dynamic Expression in Functional Discourse Grammar. *In*: Groot, C. de; Hengeveld, Kees. (Eds.) **Morphosyntactic Expression in Functional Grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005, p. 53-86.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. **Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure**. Oxford: Oxford Linguistics, 2008.

HENGEVELD, Kees. The grammaticalization of tense and aspect. *In*: HEINE, Bernd; NARROG, Heiko (org.). **The Oxford Handbook of Grammaticalization**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 580–594

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, Lachlan. A gramática discursivo-funcional. (Trad. Marize Matos Dall’Aglío-Hattner) *In*: SOUZA, Edson Rosa (Org.) **Funcionalismo linguístico: análise e descrição**. São Paulo: Contexto, 2012.

HENGEVELD, Kees; HATTNER, Marize Mattos Dall’Aglío. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. **Linguistics**, v. 53, n. 3, p. 479-524, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/128838>. Acesso em: 24 ago. 2022.

HENGEVELD, Kees.; FISCHER, R. A’ingae (Cofán/Kofán) **Operators**. *Open Linguistics*, 4, p. 328-355, 2018.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 4.ed. (rev. e aumentada). Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

KAPP-BARBOZA, Aline Maria Miguel. **Usos do verbo saber e a expressão da evidencialidade no português brasileiro**. 2017. 165f. Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2017.

KIEFER, F. *On defining modality*, **Folia Linguística**, vol.21, nº1, 1987, pp.67-93.

LIMA, Liliane Viana. **A modalidade facultativa no português falado no Ceará: uma análise baseada na gramática discursivo-funcional**. 2018. 178f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018.

LOPES, Maria de Fátima; OLIVEIRA, André Silva. As modalidades deôntica e volitiva e a implicatura de futuridade em tebeos de língua espanhol. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia (MG), v.14, n.2, p.542-571, abr./jun.2020.

LUCENA, I. L. **A expressão da evidencialidade no discurso político: uma análise da oratória política da Assembléia do Ceará**. 2008. 112f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

LUCENA-SILVA, I. L.; NOGUEIRA, M.T. A expressão da evidencialidade no contexto de gêneros textuais. **Entrepalavras**, Fortaleza, v.7, p. 130-147, jan./jun. 2017.

LUDWIG, Antonio Carlos. **Fundamentos e práticas de Metodologia Científica**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LYONS, John. **Semantics**. New York: Cambridge University Press, 1977.

LOPES, Maria de Fátima de Sousa. **A modalização em autobiografias do português brasileiro contemporâneo**. 2022. 194f. Tese (Doutorado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Linguística. Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

MACKENZIE, J. Lachlan. Uma primeira história da Gramática Funcional. **Guavira Letras**, vol. 22, p. 123-135, 2016.

MACKENZIE, J. Lachlan. O caráter particular da GDF como teoria de uma ferramenta complexa da comunicação linguística. **Moara**, n.60, p. 92-112, jan-jul 2022.

MAIA-PIRES, Flávia de O. O contexto como agente contribuidor para a significação de verbos e para o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, v.18, n.31, p. 68-86, 2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais e ensino: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUES, Raimunda Iraneide Teixeira. **Proposta de ensino da modalização epistêmica na interpretação e produção de textos argumentativos**. 2021. 132f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Mestrado Profissional em Letras em rede Nacional, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

MATHEUS, George Hubert. *Hidatsa Syntax*. The Hague: Mouton, 1965.

MILLER, C. R. *Genre as Social Action*. In: FREEDMAN, A; MEDWAY, P. (Orgs.). *Genre and the New Rethoric*. London: Taylor & Francis, 1994, p. 23-42.

MILLER, Carolyn R. **Gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

MIRANDA, Amanda Freiberger. A expressão da evidencialidade reportativa e da evidencialidade citativa na língua portuguesa. In: **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 1511-1528, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2641>. Acesso em: 7 mar. 2023.

NAGAMURA, G.H. **A expressão da subjetividade na Gramática Discursivo-Funcional**. 2016. 167f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto. 2016.

NEGRÃO, Esmeralda; SHER, Ana; VIOTTI, Evani. A competência linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à Linguística: I. Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2010.

NEVES, Maria Helena de Moura. A modalidade. In: KOCH, Ingedore V. (Org.). **Gramática do Português falado - 2ª ed.rev.** campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática funcional: interação, discurso e texto**. São Paulo: Contexto, 2021.

NICHOLS, J. Functional Theories of Grammar. In: **Annual Review of Anthropology**, v.43. University of California, Berkeley: Annual Reviews Inc, 1984.

NUYTS, J. Subjective vs objective modality: what is the difference? In: FORTESCUE, M. et al. (Ed). **Layered Structure and Reference in a Functional Perspective**. Amsterdam: John Benjamins, p. 73-97, 1992.

NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. **Linguistics**, v. 31, p. 933-969, 1993.

NUYTS, J. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. **Journal of Pragmatics**, v. 33, p. 383-400, 2001.

OLIVEIRA, Flávia Cristina Cândido de. **Um estudo sobre a caracterização do gênero redação do Enem**. 2016. 167f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal do

Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2016.

OLIVEIRA, André Silva. **Modalidade volitiva em língua espanhola nos discursos do Papa Francisco em viagem apostólica**. 2017. 310f. Dissertação (Mestrado em linguística), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2017.

OLIVEIRA, André Silva. **A manifestação da Volitividade nas homilias do Papa Francisco em língua espanhola**. 2021. 510f. Tese (Doutorado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

OLIVEIRA, André Silva. O modal Deber nas cartas apostólicas do Papa Francisco: uma análise com base na Gramática Discursivo-Funcional. **Revista Linguagem**, São Carlos, v.40, n.1, 2021, p. 1-25.

PALMER, F. R. **Mood and modality**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O Funcionalismo em Linguística. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**, v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

PEZATTI, Erotilde Goreti. GDF: uma teoria gramatical ou uma teoria do uso? **Guavira Letras**, v. 12, n. 1, p. 25-35, 2011.

PINHEIRO, Maria Adelane Moura. **O emprego dos verbos modais poder e dever na construção da argumentação em redações nota mil do exame nacional do Ensino Médio (ENEM)**. 2022. 168f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Acarape, 2022.

PRATA, Nadja Paulino Pessoa; NOGUEIRA, Márcia Teixeira. Modalidade deôntica e discurso midiático. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia (MG), v.11, n.3, p. 627-657, jul./set. 2017.

PRATA, Nadja Paulino Pessoa. Evidencialidad y construcción discursiva: una mirada hacia los editoriales de la prensa española. **(Con)textos Linguísticos**, Vitória (ES), v.12, n.23, p. 88-108, 2018.

PRATA, N. P. P; VIDAL, Renata Pereira. Usos evidenciais de saber em espanhol à luz da Gramática Discursivo-Funcional. **Confluência**. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, n. 63, p. 392-423, jul.-dez. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

VASCONCELOS, Edina Maria Araújo de. **A manifestação da modalidade pelo autor de livro didático em orientações para o ensino de gramática da língua inglesa**. 2021. 141f.

Tese (Doutorado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

SÁ, Kleiane Bezerra de. **Coerência e articulação tópica: uma análise a partir de redações do ENEM**. 2018. 261f. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. (rev. e atual). São Paulo: Cortez, 2016.

SIEBRA, Lúcia Maria Gonçalves. Considerações Teóricas acerca da utilização da pesquisa qualitativa. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.17 (1/2) v. 18 (1/2), p. 30-39, jan.dez. 1999/2000.

SILVA, I. L. L. **A expressão da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto dos gêneros textuais**. 2013. 224f. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2013.

SILVA, Vítor Henrique Santos da. Padrões morfossintáticos da inferência e da dedução em língua portuguesa. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 49, n.1, p. 346-363, abr. 2020.

SMEETS, Ineke. '*A Mapuche Grammar*'. Ph.D. dissertation, University of Leiden, 1989.

VENDRAME, Valéria. **Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa**. 2010.173f. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". São José do Rio Preto, 2010.

VIDAL, Renata Pereira. **Usos evidenciais dos verbos de cognição em língua espanhola: uma análise discursivo-funcional**. 2021. 278f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticization of evidentiality. *In: Studies in Language*, v.12, n.1, p.51-97, 1988.

WHITNEY, William Dwight. *The life and growth of language*. New York: Appleton, 1897.

## ANEXO A - PROPOSTAS DAS REDAÇÕES DO ENEM - 2013 A 2019



### PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da Língua portuguesa sobre o tema “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

#### Qual o objetivo da “Lei Seca ao volante”?

De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação à aquisição de milhares de etilômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

Disponível em: [www.dprf.gov.br](http://www.dprf.gov.br). Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br). Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: [www.operacaoleisecarj.rj.gov.br](http://www.operacaoleisecarj.rj.gov.br). Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

#### Repulsão magnética a beber e dirigir

A lei da física que comprova que dois polos opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulipas de chope e bolachas de papelão não servem, em condições normais, como objetos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Imãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: *dirigir* ou *chamar um táxi* depois de beber. Ao mesmo tempo, tulipas de chope também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodela de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram a pregar uma peça no cliente. Ao tentar descansar seu copo com a opção *dirigir* virada para cima, os imãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causando repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo; se estivesse virada mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente grudava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

Disponível em: [www.operacaoleisecarj.rj.gov.br](http://www.operacaoleisecarj.rj.gov.br). Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

#### INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

#### Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.



## PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Publicidade infantil em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

### TEXTO I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem "a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço" e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. **A publicidade infantil deve ser proibida?** Disponível em: [www.bbc.co.uk](http://www.bbc.co.uk). Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

### TEXTO II

#### A PUBLICIDADE PARA CRIANÇAS NO MUNDO



Fontes: OMS e Conar/2013

Disponível em: [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br). Acesso em: 24 jun. 2014 (adaptado).

### TEXTO III

Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos. Só assim ela se tornará o consumidor do futuro, aquele capaz de saber o que, como e por que comprar, ciente de suas reais necessidades e consciente de suas responsabilidades consigo mesma e com o mundo.

SILVA, A. M. D.; VASCONCELOS, L. R. **A criança e o marketing**: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil. São Paulo: Summus, 2012 (adaptado).

### INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

**Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.



## PROPOSTA DE REDAÇÃO

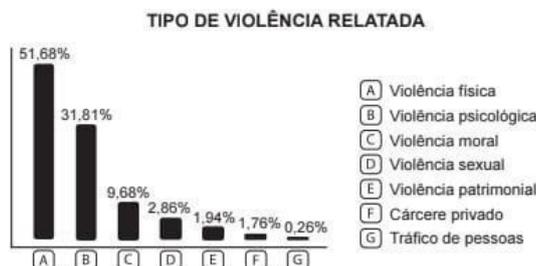
A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **"A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira"**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

### TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: [www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br). Acesso em: 8 jun. 2015.

### TEXTO II



BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanco 2014**. Central de Atendimento à Mulher: Disque 180. Brasília, 2015. Disponível em: [www.spm.gov.br](http://www.spm.gov.br). Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

### TEXTO III



Disponível em: [www.compromissoatitude.org.br](http://www.compromissoatitude.org.br). Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

### TEXTO IV

#### O IMPACTO EM NÚMEROS

Com base na Lei Maria da Penha, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializados

**332.216** processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos **52** juizados e varas especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:

**33,4%**  
de processos julgados

**9.715**  
prisões em flagrante

**1.577**  
prisões preventivas decretadas



**58** mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional



**237 mil**

relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres



**Sete** de cada **dez** vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros

Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

Disponível em: [www.istoe.com.br](http://www.istoe.com.br). Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

#### INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.



## INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

## TEXTOS MOTIVADORES

### TEXTO I

Em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com toda a legislação que assegura a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais etc.

Disponível em: [www.mprj.mp.br](http://www.mprj.mp.br). Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

### TEXTO II

O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

STECK, J. Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. *Jornal do Senado*. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

### TEXTO III

#### CAPÍTULO I

#### Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo

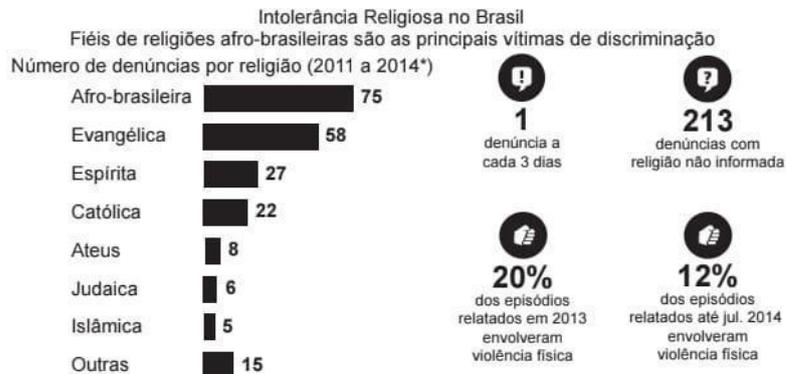
Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

BRASIL. Código Penal. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

### TEXTO IV



\*Até jul. 2014

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Disponível em: [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br). Acesso em: 31 maio 2016 (adaptado).

## PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

enem2017



### INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- desrespeitar os direitos humanos.
- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

### TEXTOS MOTIVADORES

#### TEXTO I

#### CAPÍTULO IV DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...]

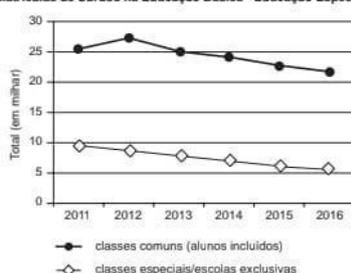
IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; [...]

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 9 jun. 2017 (fragmento).

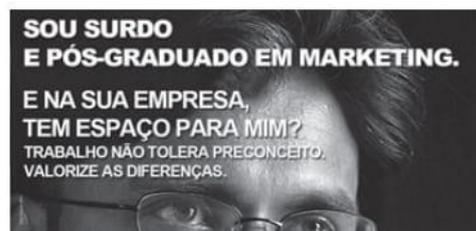
#### TEXTO II

Matrículas de Surdos na Educação Básica - Educação Especial



Fonte: Inep.

#### TEXTO III



Disponível em: <http://servicos.pr4.mpt.mp.br>. Acesso em: 3 jun. 2017 (adaptado).

#### TEXTO IV

No Brasil, os surdos só começaram a ter acesso à educação durante o Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola de educação de meninos surdos, em 26 de setembro de 1857, na antiga capital do País, o Rio de Janeiro. Hoje, no lugar da escola funciona o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). Por isso, a data foi escolhida como Dia do Surdo.

Contudo, foi somente em 2002, por meio da sanção da Lei nº 10.436, que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como segunda língua oficial no País. A legislação determinou também que devem ser garantidas, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva.

Disponível em: [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br). Acesso em: 9 jun. 2017 (adaptado).

### PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.



### INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
  - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
  - 4.2. fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
  - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

### TEXTOS MOTIVADORES

#### TEXTO I

Às segundas-feiras pela manhã, os usuários de um serviço de música digital recebem uma lista personalizada de músicas que lhes permite descobrir novidades. Assim como os sistemas de outros aplicativos e redes sociais, este cérebro artificial consegue traçar um retrato automatizado do gosto de seus assinantes e constrói uma máquina de sugestões que não costuma falhar. O sistema se baseia em um algoritmo cuja evolução e usos aplicados ao consumo cultural são infinitos. De fato, plataformas de transmissão de vídeo *on-line* começam a desenhar suas séries de sucesso rastreando o banco de dados gerado por todos os movimentos dos usuários para analisar o que os satisfaz. O algoritmo constrói assim um universo cultural adequado e complacente com o gosto do consumidor, que pode avançar até chegar sempre a lugares reconhecíveis. Dessa forma, a filtragem de informação feita pelas redes sociais ou pelos sistemas de busca pode moldar nossa maneira de pensar. E esse é o problema principal: a ilusão de liberdade de escolha que muitas vezes é gerada pelos algoritmos.

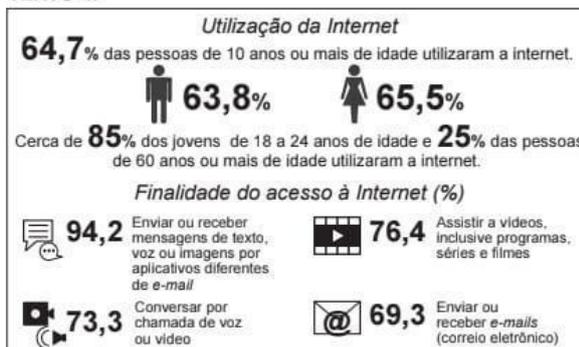
VERDÚ, Daniel. *O gosto na era do algoritmo*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>. Acesso em: 11 jun. 2018 (adaptado).

#### TEXTO II

Nos sistemas dos gigantes da internet, a filtragem de dados é transferida para um exército de moderadores em empresas localizadas do Oriente Médio ao Sul da Ásia, que têm um papel importante no controle daquilo que deve ser eliminado da rede social, a partir de sinalizações dos usuários. Mas a informação é então processada por um algoritmo, que tem a decisão final. Os algoritmos são literais. Em poucas palavras, são uma opinião embrulhada em código. E estamos caminhando para um estágio em que é a máquina que decide qual notícia deve ou não ser lida.

PEPE ESCOBAR. *A silenciosa ditadura do algoritmo*. Disponível em: <http://outraspalavras.net>. Acesso em: 5 jun. 2017 (adaptado).

#### TEXTO III



Internet no Brasil em 2016. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 18 jun. 2018 (adaptado).

#### TEXTO IV

Mudanças sutis nas informações às quais somos expostos podem transformar nosso comportamento. As redes têm selecionado as notícias sob títulos chamativos como "*trending topics*" ou critérios como "relevância". Mas nós praticamente não sabemos como isso tudo é filtrado. Quanto mais informações relevantes tivermos nas pontas dos dedos, melhor equipados estamos para tomar decisões. No entanto, surgem algumas tensões fundamentais: entre a conveniência e a deliberação; entre o que o usuário deseja e o que é melhor para ele; entre a transparência e o lado comercial. Quanto mais os sistemas souberem sobre você em comparação ao que você sabe sobre eles, há mais riscos de suas escolhas se tornarem apenas uma série de reações a "cutucadas" invisíveis. O que está em jogo não é tanto a questão "homem *versus* máquina", mas sim a disputa "decisão informada *versus* obediência influenciada".

CHATFIELD, Tom. *Como a internet influencia secretamente nossas escolhas*. Disponível em: [www.bbc.com](http://www.bbc.com). Acesso em: 3 jun. 2017 (adaptado).

### PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.



enem2019

### INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
  - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
  - 4.2. fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
  - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.
  - 4.4. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

### TEXTOS MOTIVADORES

#### TEXTO I

No dia da primeira exibição pública de cinema — 28 de dezembro de 1895, em Paris —, um homem de teatro que trabalhava com mágicas, Georges Méliès, foi falar com Lumière, um dos inventores do cinema; queria adquirir um aparelho, e Lumière desencorajou-o, disse-lhe que o "Cinematógrafo" não tinha o menor futuro como espetáculo, era um instrumento científico para reproduzir o movimento e só poderia servir para pesquisas. Mesmo que o público, no início, se divertisse com ele, seria uma novidade de vida breve, logo cansaria. Lumière enganou-se. Como essa estranha máquina de austeros cientistas virou uma máquina de contar estórias para enormes plateias, de geração em geração, durante já quase um século?

BERNARDET, Jean-Claude. O que é Cinema. In BERNARDET, Jean-Claude; ROSSI, Clóvis. **O que é Jornalismo, O que é Editora, O que é Cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

#### TEXTO II

Edgar Morin define o cinema como uma máquina que registra a existência e a restitui como tal, porém levando em consideração o indivíduo, ou seja, o cinema seria um meio de transpor para a tela o universo pessoal, solicitando a participação do espectador.

GUTFREIND, C. F. O filme e a representação do real. **E-Compós**, v. 6, 11, 2006 (adaptado).

#### TEXTO III



Disponível em: [www.meioemensagem.com](http://www.meioemensagem.com).  
Acesso em: 12 jun. 2019 (adaptado).

#### TEXTO IV

O Brasil já teve um parque exibidor vigoroso e descentralizado: quase 3 300 salas em 1975, uma para cada 30 000 habitantes, 80% em cidades do interior. Desde então, o país mudou. Quase 120 milhões de pessoas a mais passaram a viver nas cidades. A urbanização acelerada, a falta de investimentos em infraestrutura urbana, a baixa capitalização das empresas exibidoras, as mudanças tecnológicas, entre outros fatores, alteraram a geografia do cinema. Em 1997, chegamos a pouco mais de 1 000 salas. Com a expansão dos shopping centers, a atividade de exibição se reorganizou. O número de cinemas duplicou, até chegar às atuais 2 200 salas. Esse crescimento, porém, além de insuficiente (o Brasil é apenas o 60º país na relação habitantes por sala), ocorreu de forma concentrada. Foram privilegiadas as áreas de renda mais alta das grandes cidades. Populações inteiras foram excluídas do universo do cinema ou continuam mal atendidas: o Norte e o Nordeste, as periferias urbanas, as cidades pequenas e médias do interior.

Disponível em: <https://cinemapertodevoce.ancine.gov.br>.  
Acesso em: 13 jun. 2019 (fragmento).

### PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Democratização do acesso ao cinema no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

## ANEXO B - MATRIZ DE REFERÊNCIA DA REDAÇÃO DO ENEM

<b>COMPETÊNCIA I</b>		
<b>DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS</b>	<b>PONTOS</b>	<b>NÍVEL</b>
Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizarem reincidência.	200	V
Demonstra bom domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita.	160	IV
Demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita.	120	III
Demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.	80	II
Demonstra domínio precário da modalidade escrita formal da língua portuguesa, de forma sistemática, com diversificados e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita	40	I
Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da língua portuguesa	0	0
<b>COMPETÊNCIA II</b>		
<b>DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS</b>	<b>PONTOS</b>	<b>NÍVEL</b>
Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.	200	V

Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.	160	IV
Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.	120	III
Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.	80	II
Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.	40	I
Fuga ao tema/não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa. Nestes casos a redação recebe nota zero e é anulada	0	0
<b>COMPETÊNCIA III</b>		
<b>DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS</b>	<b>PONTOS</b>	<b>NÍVEL</b>
Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.	200	V
Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.	160	IV
Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista.	120	III
Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.	80	II

Apresenta informações, fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista.	40	I
Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.	0	0
<b>COMPETÊNCIA IV</b>		
<b>DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS</b>	<b>PONTOS</b>	<b>NÍVEL</b>
Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos	200	V
Articula as partes do texto, com poucas inadequações, e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos	160	IV
Articula as partes do texto, de forma mediana, com inadequações, e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos	120	III
Articula as partes do texto, de forma insuficiente, com muitas inadequações, e apresenta repertório limitado de recursos coesivos	80	II
Articula as partes do texto de forma precária.	40	I
Não articula as informações	0	0
<b>COMPETÊNCIA V</b>		
<b>DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS</b>	<b>PONTOS</b>	<b>NÍVEL</b>
Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto	200	V
Elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto	160	IV

Elabora, de forma mediana, proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto	120	III
Elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema, ou não articulada com a discussão desenvolvida no texto.	80	II
Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto	40	I
Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com as informações contidas na Cartilha do Participante (2020).

#### LINKS PARA ACESSO DIRETO AOS DOWNLOADS DAS CARTILHAS:

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2016/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2016.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf) Último acesso em: 29 de mar. 2023.

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2017/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2017.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf) Último acesso em: 29 de mar. 2023.

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2018/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2018.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2018/manual_de_redacao_do_enem_2018.pdf) Último acesso em: 29 de mar. 2023.

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/downloads/2019/redacao\\_enem2019\\_cartilha\\_participante.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2019/redacao_enem2019_cartilha_participante.pdf) Último acesso em: 29 de mar. 2023.

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_basica/a\\_redacao\\_do\\_enem\\_2020\\_-\\_cartilha\\_do\\_participante.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_do_enem_2020_-_cartilha_do_participante.pdf) Último acesso em: 29 de mar. 2023.

**ANEXO C - REDAÇÕES DO ENEM - 2013****ENEM2013PHCSM(1)**

## Sucesso absoluto

Historicamente causadores de inúmeras vítimas, os acidentes de trânsito vêm ocorrendo com frequência cada vez menor, no Brasil. Essa redução se deve, principalmente, à implantação da Lei Seca ao longo de todo o território nacional, diminuindo a quantidade de motoristas que dirigem após terem ingerido bebida alcoólica. A maior fiscalização, aliada à imposição de rígidos limites e à conscientização da população, permitiu que tal alteração fosse possível.

As estatísticas explicitam a queda brusca na ocorrência de óbitos decorrentes de acidentes de trânsito depois da entrada da Lei Seca em vigor. A proibição absoluta do consumo de álcool antes de se dirigir e a existência de diversos pontos de fiscalização espalhados pelo país tornaram menores as tentativas de burlar o sistema. Dessa forma, em vez de fugirem dos bafômetros e dos policiais, os motoristas deixam de beber e, com isso, mantêm-se aptos a dirigir sem que transgridam a lei.

Outro aspecto de suma relevância para essa mudança foi a definição de limites extremamente baixos para o nível de álcool no sangue, próximos de zero. Isso fez com que acabasse a crença de que um copo não causa qualquer diferença nos reflexos e nas reações do indivíduo e que, portanto, não haveria problema em consumir doses pequenas. A capacidade de julgamento de cada pessoa, outrora usada como teste, passou a não mais sê-lo e, logo, todos têm que respeitar os mesmos índices independentemente do que consideram certo para si.

Entretanto, nenhuma melhoria seria possível sem a realização de um amplo programa de conscientização. A veiculação de diversas propagandas do governo que alertavam sobre os perigos da direção sob qualquer estado de embriaguez foi importantíssima na percepção individual das mudanças necessárias. Isso fez com que cada pessoa passasse a saber os riscos que infligia a si e a todos à sua volta quando bebia e dirigia, amenizando a obrigatoriedade de haver um controle severo das forças policiais.

É inegável a eficiência da Lei Seca em todas as suas propostas, formando uma geração mais consciente e protegendo os cidadãos brasileiros. Para torná-la ainda mais eficaz, uma ação válida seria o incremento da frota de transportes coletivos em todo o país, especialmente à noite, para que cada um consuma o que deseja e volte para casa em segurança. Além disso, durante um breve período, a fiscalização poderia ser fortalecida, buscando convencer motoristas que ainda tentam burlar o Estado. O panorama atual já é extremamente animador e as projeções, ainda melhores, porém apenas com a ação conjunta de povo e governo será alcançada a perfeição.

## ENEM2013SCLM(2)

### Construindo uma dinâmica mais ética do trânsito no Brasil

Com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder, a política de abertura da economia brasileira entrou em ação mais vigorosamente do que em qualquer outro episódio da história do Brasil. Nesse cenário, a entrada de automóveis no Brasil como produtos de consumo foi cada vez maior. No entanto, o governo não tomou como prioridade a fiscalização das estradas do país e uma prática nociva tornou-se comum: beber e dirigir. Recentemente, o governo implantou a Lei Seca, visando diminuir os efeitos dessa prática. Nesse contexto, cabe analisar os aspectos positivos da aplicação dessa Lei, e como ela pode ser melhorada.

Em função da implantação da Lei Seca, segundo pesquisas da UFRJ, os números de acidentes fatais no trânsito relacionados ao alcoolismo caíram drasticamente desde o começo de 2013. Devido a essa evidência a tese de Thomas Hobbes – “a intervenção estatal é necessária, como forma de proteger os cidadãos de maneira eficaz” – é corroborada. Nesse caso, por meio da Lei Seca, através do exame do bafômetro e da aplicação de multas a motoristas alcoolizados, a intervenção protegeu a população de maneira vital: salvou milhares de vidas.

Ademais, uma questão muito subjetiva é tratada e trabalhada pela nova legislação: a empatia. É muito presente, ao longo da história das civilizações, a ocorrência de casos nos quais alguns decretos e leis contribuíram na construção de uma sociedade mais ética e virtuosa. Em decorrência disso, a implantação e a propaganda da Lei Seca, ao estimularem o motorista a não beber antes de dirigir, podem também levá-lo a pesar as consequências de seus atos desrespeitar a lei, nessa situação, pode custar a vida de outrem. Assim, acidentes advindos do alcoolismo no trânsito poderão ser evitados, não só pelo medo da punição, mas também pela via da consciência ética.

Destarte, fica claro que a Lei Seca ajuda tanto regulamentação do trânsito, quanto na formação moral do cidadão brasileiro. No entanto, a forma de tratar os que desrespeitam a lei pode ser mudada. Ao invés de aplicação de multas, o governo federal poderia buscar parcerias com ONGs interessadas e implantar um programa de reeducação social para os infratores. Cursos de conscientização, aliados a trabalho voluntário em comunidades carentes poderiam servir como orientação pedagógica para quem costuma beber e dirigir. Assim o trânsito no Brasil poderá tomar as formas de uma dinâmica mais ética e segura para todos.

### ENEM2013CAD(3)

A Lei Seca foi implantada no Brasil no ano de 2008, com a finalidade de reduzir o número de acidentes de trânsito, tendo em vista que 30% destes são causados por condutores alcoolizados. A lei determina que, se comprovada a ingestão de álcool através do teste do “bafômetro” ou exame de sangue, o motorista poderia perder sua habilitação e até cumprir pena, além de pagar uma multa.

No período inicial de implantação da lei, a população se surpreendeu com a quantidade e seriedade das fiscalizações. Certamente, o brasileiro acreditou que continuaria impune ao colocar em risco a sua vida e a dos que o cercam. Com a percepção de que seus atos teriam sérias consequências, veio uma notável mudança de postura da população, que passou a deixar seus carros em casa, utilizando outros meios de transporte ou até mesmo não consumindo bebidas alcoólicas.

Entretanto, como toda generalização, esta também é equivocada: não é plausível afirmar que toda a população brasileira possui consciência de que beber e dirigir acarreta danos graves. Ainda há a parcela que conserva o pensamento de que “nada de ruim acontecerá” e “apenas uma latinha não fará mal”. Para atingir essa parcela ainda existente, algumas medidas já têm sido tomadas, como a divulgação de publicidade. Mesmo com os resultados significativos após cinco anos de implantação da lei, existem outras ações que podem ser tomadas: implantação de aulas e palestras para uma conscientização precoce sobre os efeitos do uso do álcool nas redes de ensino básico, melhorias no sistema de transportes públicos (diminuindo a dependência dos privados), incentivos fiscais aos taxistas (levaria a uma redução nas tarifas) e, finalmente, aumento nas fiscalizações em determinados horários.

## ENEM2013PFMS(4)

### Inovações da Legislação: Perspectiva de Mudança Cultural

Atualmente, os impactos negativos que a mistura álcool e direção podem ocasionar já são conhecidos por grande parte da população brasileira. Tal fato constitui-se fruto do alcance efetivo de projetos educativos e campanhas publicitárias. Nesse sentido, a promulgação da lei de restrição ao consumo de bebidas alcoólicas por condutores de veículos foi uma vitória tanto para o Estado quanto à sociedade civil. Seu resultado já pode ser observado através de dados estatísticos fornecidos por órgãos competentes, tais informações (dados estatísticos fornecidos por órgãos competentes) demonstram que houve a diminuição do índice de acidentes dessa natureza. No entanto, ainda há casos desse tipo de negligência ao volante. Faz-se necessário não só a complementação da lei existente, mas também a existência de ações afirmativas, as quais auxiliarão no processo de modificação completa deste aspecto cultural.

Toda lei há de beneficiar sua própria sociedade, contribuindo com parâmetros necessários e decisivos ao êxito da organização social, bem como de sua administração. Fundamentando-se nisso, pode-se afirmar que a Lei Seca em si vem a cumprir o seu papel perante o Estado e a sociedade civil. A aprovação popular é devida aos seus resultados satisfatórios provenientes de seu correto método de atuação e aplicação.

Ademais, como toda legislação vigente, tal proposta deve ser constantemente reafirmada tanto nos âmbitos da cultura comum quanto na representação administrativa. Vale ressaltar que, apesar de se registrar a diminuição de casos infracionais, eles ainda existem, porquanto a organização social não absorveu totalmente o senso de direção responsável. Em várias ocasiões ainda, o cumprimento legal é prejudicado por burocracias relacionadas a áreas e limites de atuação dos governos.

Em síntese, a Lei Seca apresenta pontos eficazes à diminuição de acidentes de trânsito, porém é de suma importância a realização de ações paralelas, as quais visem a prevenção desses procedimentos perigosos. Tal iniciativa pode ser dada pela mobilização de ONGs e de empreendimentos privados através de campanhas de conscientização em bairros, comunidades e escolas. Quanto às áreas administrativas, faz-se aprazível o estabelecimento de uma lei única das estradas, a qual contemplaria vias municipais, estaduais e federais. É necessário, ainda por parte do poder público, a fiscalização da propaganda de bebidas alcoólicas, expondo no rótulo de cada produto os perigos da combinação beber-dirigir. Dessa maneira, a lei Seca poderá ser apoiada e reafirmada pelos governos e pela sociedade, conseguindo atingir, por fim, o seu objetivo.

### ENEM2013VFAC(5)

Recentemente, a Lei Seca foi legitimada em todo o país. Objetivando a dissociação entre os atos de consumir bebidas alcoólicas e dirigir, a ação legislativa mostra seus resultados em estatísticas animadoras: redução no número de acidentes e de mortes no trânsito. Esse panorama reafirma o poder coercitivo da lei e alerta para a necessidade de torná-la uma ferramenta de mudanças culturais.

Uma lei mostra-se necessária quando comportamentos frequentes representam riscos para a coletividade. No caso da associação entre beber e dirigir, muitas campanhas publicitárias já existiam, mas revelaram-se insuficientes. Por isso, a lei foi implantada, e as consequências para os transgressores da norma vão desde prejuízos financeiros até a privação da liberdade. Por ter penalizações reais e duras, a lei trouxe resultados visíveis, beneficiando o sistema de saúde (pela diminuição nos índices de vítimas de acidentes) e a segurança no trânsito (pelo menor número de alcoolizados no volante).

Há, entretanto, um papel que a sociedade deve cumprir ao tornar uma lei parte da conjuntura nacional. Esse papel se refere à transformação de comportamentos culturais, para que a consciência coletiva enxergue o que a lei exige não como apenas uma obrigação legal, mas sim como um dever moral. Ou seja, dirigir após beber deve ser visto por todos como uma agressão ao direito à vida e como falta de maturidade moral. A lei, portanto, tem seu valor de conscientizadora de conduta.

Para efetivar essa consciência coletiva, distintas esferas políticas devem se integrar: o governo federal deve se responsabilizar pela emissão de verbas e pela elaboração de diretrizes a serem seguidas, e os governos estadual e municipal devem atuar na fiscalização e na ação punitiva. Além disso, é essencial que aqueles que desrespeitam essa norma sejam acompanhados por programas de assistência social, para que seja oportunizada uma verdadeira mudança de comportamento. Por último, mostra-se pertinente que ações de esclarecimento quanto à necessidade da Lei Seca ocorram frequentemente em escolas de formação de condutores, construindo gerações conscientes.

É possível, portanto, promover o desenvolvimento moral da sociedade através da legitimação de leis e da transformação de comportamentos culturais. Como no caso da legislação referente ao uso obrigatório de cintos de segurança, houve um despertar da consciência social em relação à necessidade desse instrumento, refletindo responsabilidade e respeito ao próximo. E essa conscientização só começou com a ação intercessora da lei. Dessa forma, o corpo social evolui em sua conduta, e o esclarecimento quanto a modificar certas ações tem papel protagonista nesse cenário.

## ANEXO D - REDAÇÕES DO ENEM - 2014

### ENEM2014LHSM(1)

#### Publicidade Infantil: Um Desafio Ético e Político

“O progresso roda constantemente sobre duas engrenagens. Faz andar uma coisa esmagando sempre alguém.” A frase, do escritor e pensador francês Vitor Hugo, exprime a ideia de que o sistema capitalista funciona baseando-se na exploração constante dos indivíduos. Analisando esse conceito atrelado à conjuntura atual, nota-se que a publicidade direcionada às crianças, no Brasil, possui um caráter predatório, funcionando como meio de criação de futuros consumistas e explorando a relativa facilidade de se persuadir uma criança, através do uso de elementos do universo infantil.

A necessidade de criação de uma lei só existe quando um conceito de ética que já deveria ser parte do senso comum é ausente. Dessa forma, nota-se que a criação de leis que proíbem ou normatizam a publicidade infantil nos países considerados desenvolvidos revela que esse setor da mídia não age de maneira ética. Isso se deve ao fato de que, com o advento do Neoliberalismo, houve a necessidade de difusão do consumismo, e a publicidade, como a principal forma de imposição desse ideal, passou a explorar a ingenuidade do imaginário infantil para adaptar as crianças a esse formato, incentivando sempre o desejo.

O resultado desse processo é a criação de uma infância voltada para o consumo. As crianças, alienadas pela mídia, são incorporadas ao capitalismo antes mesmo de possuírem consciência e discernimento para compreendê-lo. Suas vidas passam a ser ditadas pelos desejos que lhes foram impostos, tornando tudo – inclusive as datas comemorativas, as quais perdem seu sentido – uma forma de exigir produtos. Essas crianças, sem conceito de real necessidade, crescem para se tornarem adultos egoístas, totalmente submissos ao capitalismo e utilitaristas, estabelecendo como objetivo maior o acúmulo de capitais, visando à satisfação dos desejos e transmissão desses ideais aos seus filhos.

O Estado, como defensor dos direitos da população e do bem estar social, deve criar leis que impeçam a dominação das crianças pelo consumismo, impedindo a associação entre produtos e elementos atrativos a elas. Deve-se utilizar da educação, principal elemento transformador da sociedade, para criar nas crianças o discernimento entre o frívolo e o necessário, coibindo o egoísmo e estimulando a solidariedade. A sociedade, por sua vez, deve conscientizar-se, limitando o consumo das crianças para impedir o desenvolvimento da cultura de consumo. Dessa forma, será possível criar um corpo social ético, harmonioso e saudável.

## ENEM2014GAC(2)

Desde o início da expansão da rede dos meios de comunicação no Brasil, em especial o rádio e a televisão, a mídia publicitária tem veiculado propagandas destinadas ao público infantil, mesmo que os produtos ou serviços anunciados não sejam destinados a este. Na década de 1970, por exemplo, era transmitida no rádio a propaganda de um banco utilizando personagens folclóricos, chamando a atenção das crianças que, assim, persuadiam os pais a consumir.

É sabido que, no período da infância, o ser humano ainda não desenvolveu claramente seu senso crítico, e assim é facilmente influenciado por personagens de desenhos animados, filmes, gibis, ou simplesmente pela combinação de sons e cores de que a publicidade dispõe. Os adolescentes também são alvo, numa fase em que o consumo pode ser sinônimo de autoafirmação. Ciente deste fato, a mídia cria os mais diversos produtos fazendo uso desses atributos, como brindes em lanches, produtos de higiene com imagens de personagens e até mesmo utilizando atores e modelos mirins nos comerciais.

Muitos pais têm então se queixado do comportamento consumista de seus filhos, apelando para organizações de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Em abril de 2014, foi aprovada uma resolução que julga abusiva essa publicidade infantil, gerando conflitos entre as empresas, organizações publicitárias e os defensores dos direitos deste público-alvo. Entretanto, tal resolução configura um importante passo dado pelo Brasil com relação ao marketing infantil. Alguns países cujo índice de escolaridade é maior que o brasileiro já possuem legislação que limita os conteúdos e horários de exibição dos comerciais destinados às crianças. Outros, como a Noruega, proíbem completamente qualquer publicidade infantil.

A legislação brasileira necessita, portanto, continuar a romper com as barreiras impostas pela indústria publicitária, a fim de garantir que o público supracitado não seja alvo de interesses comerciais por sua inocência e fácil persuasão. No âmbito educacional, as escolas devem auxiliar na formação de cidadãos com discernimento e capacidade crítica. Desta forma, é importante que sejam ensinados e discutidos nas salas de aula os conceitos de cidadania, consumismo, publicidade e etc., adequando-os a cada faixa etária.

### ENEM2014TC(3)

#### Publicidade infantil: enclave à faixa etária pueril

“A palavra é instrumento irresistível da busca pela liberdade”, afirmou Rui Barbosa em relação ao direito de expressão. No entanto, a liberdade de imprensa e propaganda, garantida pela constituição brasileira, depara-se com limites no que tange à persuasão aos pequenos. Esses, vivenciando a fase pueril, não detêm a criticidade desenvolvida e, conseqüentemente, são facilmente influenciáveis. Assim, a publicidade infantil brasileira progride apelando às crianças e, dessa maneira, necessita de reparos que atenuem os tons abusivos e persuasivos.

A propaganda é meio eficiente a atingir a venda de produtos, já que, através de artifícios intrigantes, como imagens e até personalidades famosas, coage os consumidores. As crianças são alvos constantes da publicidade, pois, dotadas de desejo e imaginação, creem no mundo utópico desenvolvido pelos efeitos dos anúncios. Assim, devido a sua efetividade, os publicitários focam na criação de técnicas persuasivas ao público pueril e lançam suas propagandas em horários convergentes aos que os pequeninos assistem aos desenhos animados e programas afins. A criatividade dos que são graduados para apelar ao consumidor ganha o coração das crianças e perpetua os comerciais para essa faixa etária.

Em âmbito internacional divergem as decisões acerca do tema proposto, existindo legislação de proibição total à publicidade infantil, medidas que a permite apenas em determinados horários e há, ainda, países que não a restringem. O Brasil carece de mudanças na forma com que são realizadas as propagandas infantis, já que o público pueril é permeado diariamente por mensagens de cunho abusivo e persuasivo. Entretanto, o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente iniciou um debate em relação ao tópico, dando um passo em benefício aos pequeninos da nação tupiniquim.

Em síntese, a publicidade infantil brasileira deve ser modificada com aplicações eficientes das decisões governamentais anteriormente citadas. É necessário adequar as propagandas infantis para horários propícios, quando os pais possam acompanhar seus filhos, interagindo acerca dos anúncios. É possível também exigir que as empresas de publicidade retirem os efeitos que engrandecem os produtos, de forma a iludir o consumidor, e atenuar a presença de personalidades artísticas nas propagandas. Dessa forma, o Brasil pode evoluir como uma nação que zela pelo seu potencial infantil e garantir aos pequenos o essencial, livrando-os do desejo de supérfluos e contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes dos temas circundantes.

## ENEM2014DMG(4)

### Do VHS ao Blu-Ray

Nas antigas fitas VHS, a divulgação dos novos filmes disponíveis para aparelhos de DVD tornava a criança uma consumidora compulsória, capaz de qualquer coisa por aquele novo meio de assistir filmes. Na atualidade, isso se repete quando os discos da Disney mostram-se disponíveis em Blu-Ray. Entretanto, até onde essa publicidade infantil influencia no desenvolvimento da criança? Tal influência seria benéfica? Para o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), não (seria benéfica ao desenvolvimento da criança). Essa postura representa um importante passo para o Brasil.

De acordo com o sociólogo Émile Durkheim, é na infância que os indivíduos passam pelo processo de socialização, ou seja, adquirem os valores morais e éticos da sociedade em que se encontram. Se, nesse período, a criança for bombardeada por uma série de propagandas ideológicas, ela pensará que a felicidade só pode ser alcançada ao lanchar em determinado restaurante, ao adquirir determinado brinquedo ou ao vestir determinadas roupas. Há, portanto, a necessidade de banir quaisquer tipos de publicidade que utilizem a ingenuidade infantil para a obtenção de um maior mercado consumidor.

Ademais, esse banimento não deve ser feito apenas com acordos entre o setor publicitário e o governo. É necessária uma legislação que assegure um desenvolvimento livre de manipulações para as crianças. Além de coibir tais propagandas deve-se punir aqueles que as utilizarem. Para isso, é preciso reformular o Código Penal brasileiro, vigente desde 1941 – contexto de um país ruralizado, com relações jurídicas menos complexas que as atuais – e insuficiente para punir tais infratores.

Não é, no entanto, responsabilidade única do Estado a atual situação da publicidade infantil brasileira. Como afirmou Sérgio Buarque, em sua obra “Raízes do Brasil”, os brasileiros estão acostumados a tratarem o Estado como um pai, deixando todas as questões político-sociais em suas mãos. Com a finalidade de proteger suas crianças, cabe aos pais abandonar essa característica patrimonialista e exigir mudanças, sem depender de governo ou de agências publicitárias.

Percebe-se, destarte, que a publicidade infantil, para ser regulamentada e controlada, necessita de uma ação conjunta entre o Estado, o setor publicitário e os cidadãos. No nível jurídico, estabelecer normas para as agências publicitárias (não utilizar personalidades infantis ou associar felicidade a consumo) é uma medida extremamente eficaz. Corrobora tal ação a fiscalização das propagandas por parte da sociedade, a partir de reclamações publicadas em fóruns virtuais. Desse modo, assegura-se o desenvolvimento das crianças brasileiras livre de instrumentos de alienação.

**ANEXO E - REDAÇÕES DO ENEM - 2015****ENEM2015LSC(1)**

Mesmo com a vigência da Lei Maria da Penha, com a criminalização do feminicídio na última década, o aumento percentual do número de mulheres vítimas de homicídio no Brasil persiste. Tipificada pela violência física, moral, psicológica ou sexual, a violação dos direitos femininos tem suas raízes em construções sociais e culturais, incorporadas como legítimas, que precisam ser desfeitas, pois, do contrário, o ideal de indistinção no gozo dos direitos fundamentais do cidadão não se consolidará.

A crença na subalternidade feminina é construída socialmente. A filósofa Simone de Beauvoir corrobora isso ao afirmar que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Os dizeres de Beauvoir revelam como a associação da figura feminina a determinados papéis não é condicionada por características biológicas, mas por pré-determinações sociais. Seguindo essa linha de pensamento, é usual, por exemplo, que mulheres que exerçam profissões tradicionalmente associadas a homens, como a de motorista, sofram preconceito no ambiente de trabalho e sejam violentadas psicologicamente.

Além disso, a continuidade de práticas violentas contra a mulher é favorecida pelo que o pensador Pierre Bourdieu definiu como violência simbólica. Nesse tipo de violência, a sociedade passa a aceitar como natural as imposições de um segmento social hegemônico, neste caso, o gênero masculino, causando a legitimação da violação de direitos e/ou da desigualdade. Nesse contexto, urge a tomada de medidas que visem mitigar a crença de que as mulheres são inferiores. Para isso, cabe à sociedade civil organizada, o terceiro setor, a realização de palestras que instrua acerca da igualdade entre os gêneros. Ao poder público, cabe instituir a obrigatoriedade de participação masculina em fóruns, palestras e seminários que discorram acerca da importância do respeito às mulheres.

Procedendo-se assim, casos como o da francesa Olympe de Gouges, guilhotinada na Revolução Francesa por exigir direitos femininos, ficarão apenas como o símbolo de um passado em que os Direitos Humanos não eram para todos.

## ENEM2015ACMC(2)

A violência contra a mulher no Brasil tem apresentado aumentos significativos nas últimas décadas. De acordo com o mapa da violência de 2012, o número de mortes por essa causa aumentou em 230% no período de 1980 a 2010. /// Além da física, o Balanço de 2014 relatou cerca de 48% de outros tipos de violência contra a mulher, dentre esses a psicológica. Nesse âmbito, pode-se analisar que essa problemática persiste por ter raízes históricas e ideológicas.

O Brasil ainda não conseguiu se desprender das amarras da sociedade patriarcal. Isso se dá porque, ainda no século XXI, existe uma espécie de determinismo biológico em relação às mulheres. Contrariando a célebre frase de Simone de Beauvoir “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, a cultura brasileira, em grande parte, prega que o sexo feminino tem a função social de se submeter ao masculino, independentemente de seu convívio social, capaz de construir um ser como mulher livre. Dessa forma, os comportamentos violentos contra as mulheres são naturalizados, por estarem dentro da construção social advinda da ditadura do patriarcado. Consequentemente, a punição para esse tipo de agressão é dificultada pelos traços culturais existentes, e, assim, a liberdade para o ato é aumentada.

Além disso, há o estigma do machismo na sociedade brasileira. Isso ocorre porque a ideologia da superioridade do gênero masculino em detrimento do feminino reflete no cotidiano dos brasileiros. Nesse viés, as mulheres são objetificadas e vistas apenas como fonte de prazer para o homem, e são ensinadas desde cedo a se submeterem aos mesmos e a serem recatadas. Dessa maneira, constrói-se uma cultura do medo, na qual o sexo feminino tem medo de se expressar por estar sob a constante ameaça de sofrer violência física ou psicológica de seu progenitor ou companheiro. Por conseguinte, o número de casos de violência contra a mulher reportados às autoridades é baixíssimo, inclusive os de reincidência.

Pode-se perceber, portanto, que as raízes históricas e ideológicas brasileiras dificultam a erradicação da violência contra a mulher no país. Para que essa erradicação seja possível, é necessário que as mídias deixem de utilizar sua capacidade de propagação de informação para promover a objetificação da mulher e passe a usá-la para difundir campanhas governamentais para a denúncia de agressão contra o sexo feminino. Ademais, é preciso que o Poder Legislativo crie um projeto de lei para aumentar a punição de agressores, para que seja possível diminuir a reincidência. Quem sabe, assim, o fim da violência contra a mulher deixe de ser uma utopia para o Brasil.

**ENEM2015JCAP(3)**

Permeada pela desigualdade de gênero, a história brasileira deixa clara a posição inferior imposta a todas as mulheres. Essas, mesmo após a conquista do acesso ao voto, ensino e trabalho – negado por séculos – permanecem vítimas da violência, uma realidade que ceifa vidas e as priva do direito a terem sua integridade física e moral protegida.

O machismo e a misoginia são promovidos pela própria sociedade. Meninas são ensinadas a aceitar a submissão ao posicionamento masculino, ainda que estejam inclusas agressões e violência, do abuso psicológico ao sexual. Os meninos, por sua vez, têm seu caráter construído à medida que absorvem valores patriarcais e abusivos, os quais serão refletidos em suas condutas ulteriores.

Um dos conceitos filosóficos de Francis Bacon, que declara o comportamento humano como contagioso, se aplica perfeitamente à situação. A violência de gênero, conforme permanece a ser reproduzida, torna-se enraizada e frequente. Concomitantemente, a voz das mulheres é silenciada e suas manifestações são reprimidas, o que favorece o mantimento das atitudes misóginas.

O ensino veta todo e qualquer tipo de instrução a respeito do feminismo e da igualdade de gênero e contribui com a perpetuação da ignorância e do conseqüente preconceito. Ademais, os veículos de comunicação pouco abordam a temática, enquanto o Estado colabora com a Lei Maria da Penha, nem sempre eficaz, e com unidades da Delegacia da Mulher, em número insuficiente.

Entende-se, diante do exposto, a real necessidade de ações governamentais que garantam que a lei puna todos os tipos de violência, além da instalação de delegacias específicas em áreas necessitadas. Cabe à sociedade, em parceria com a mídia e com as escolas, instruções sobre igualdade de gênero e campanhas de oposição à violência contra as mulheres. Essas, por fim, devem permanecer unidas, através do feminismo, em busca da garantia de seus direitos básicos e seu bem-estar social.

**ENEM2015ACSR(4)**

Na revolução de 1930, paulistas insatisfeitos com a falta do poder político que detinham na República do café com leite usaram a falta de uma constituição para se rebelar contra o governo Vargas. O presidente, cedendo às pressões, garantiu na nova Constituição um direito nunca antes conquistado pela mulher: o direito ao voto. A inclusão da mulher na sociedade como cidadã, porém, não foi o suficiente para deter o pensamento machista que acompanhou o Brasil por tantos séculos – fato evidenciado nos índices atuais altíssimos de violência contra a mulher.

De acordo com o Mapa da Violência de 2012, entre 1980 e 2010 houve um aumento de 230% na quantidade de mulheres vítimas de assassinato no país; além disso, 7 de cada 10 mulheres que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido violentadas pelos companheiros. Em países como o Afeganistão, a mulher que trai o marido é enterrada até que somente a cabeça fique à mostra e, então, é apedrejada; apesar de reagirmos com horror perante tal atrocidade, um país que triplica a quantidade de mulheres mortas em 30 anos deve ser tratado com igual despeito quando se trata do assunto. Apesar de acharmos que a mentalidade do povo melhora com o passar do tempo, a mentalidade brasileira mostra crescente atraso quanto à igualdade de direitos entre os gêneros, e tal mentalidade leva a fatalidades que deveriam ser raras em pleno século XXI.

Uma pesquisa feita pela Rede Globo mostrou que, entre homens e mulheres entrevistados, mais da metade afirmou que mulheres que vestem roupas curtas merecem ser abusadas sexualmente. A violência contra a mulher começa exatamente com as regras implícitas que a sociedade impõe: se a mulher não seguir tal regra, merece ser violentada. Portanto, apesar de todos os direitos conquistados constitucionalmente pelo sexo feminino, normas culturais que passam entre gerações fazem o pensamento conservador e machista se perpetuar e ser a justificativa para as atrocidades físicas e psicológicas cometidas contra a mulher.

Muitas vezes presa a um relacionamento de muito tempo, a mulher aceita a condição à qual é submetida e se nega a procurar algum tipo de ajuda. A mudança deve acontecer de três formas: primeiramente, a mulher não pode deixar-se levar pelo pensamento machista da sociedade e deve entender que não há justificativa para a agressão; pessoas que têm conhecimento de mulheres que aceitam a violência, por sua vez, devem telefonar para o Ligue 180 com ou sem o consentimento da vítima; e, por fim, a geração atual deve preocupar-se em deixar de transmitir culturalmente a ideia de que o gênero feminino é inferior. Para que as gerações seguintes vivam em um país igualitário, a mudança começa agora.

**ENEM2015LDR(4)**

“A história da humanidade é a história da luta ...” das mulheres. Karl Marx, filósofo e sociólogo alemão, baseou seu pensamento na extinção gradual das classes sociais e das diferenças presentes na sociedade moderna. Analogamente, percebe-se, no âmbito das relações sociais humanas, a presença de um grupo que não foge à luta por seus direitos: a população feminina. Por viverem em um país patriarcal — herança herdada dos tempos do Império — as mulheres brasileiras permanecem à deriva da sociedade. Levando isso em consideração, recebem maus tratos e são menosprezadas por homens e chefes de famílias.

Na ótica aristotélica, a mulher é concebida como a encarnação de um homem ruim. Este fato talvez justifique o alto índice de violência contra o espírito feminino em voga no Brasil, subjugado por homens e até mesmo mulheres que desrespeitam a igualdade do gênero. Segundo o Mapa da Violência de 2012, milhares de mulheres foram assassinadas, como também muitas delas sofreram com os mais diversos tipos de agressão, incluindo agressões de caráter físico, com predomínio de 51,68% dos casos.

Entretanto, existem movimentos e organizações que têm como compromisso a redução dos descasos com a figura da mulher, como a campanha contra o femicídio, que une cidadãs em prol do combate ao patriarcalismo que impera na sociedade brasileira. Infelizmente, nem toda comunidade feminina se junta e segue esses princípios. Geralmente, as mulheres aceitam a dominação e, no viés de Max Weber, só há dominação se houver aceitação.

Não se deve esquecer que as atitudes femininas são sutis, levando-as a questionarem o poderio de uma denúncia a uma delegacia de polícia mais próxima. Portanto, com o intuito de atenuar os maus tratos e a submissão da mulher na contemporaneidade, cabe ao Estado a fiscalização da Lei Maria da Penha e também a aplicação da mesma com maior rigor. Além disso, é papel da sociedade a criação de fóruns de discussão sobre os direitos da mulher, inspirados em grandes figuras adeptas à valorização feminina, como Frida Kahlo e Simone de Beauvoir. Cabe à mídia a divulgação de casos de violência doméstica, via televisão e internet, que promoverão a conscientização da sociedade a respeito do quanto a mulher tem valor.

**ANEXO F - REDAÇÕES DO ENEM - 2016****ENEM2016VOL(1)**

## Tolerância na prática

A Constituição Federal de 1988 – norma de maior hierarquia no sistema jurídico brasileiro – assegura a todos a liberdade de crença. /// Entretanto, os frequentes casos de intolerância religiosa mostram que os indivíduos ainda não experimentam esse direito na prática. Com efeito, um diálogo entre sociedade e Estado sobre os caminhos para combater a intolerância religiosa é medida que se impõe.

Em primeiro plano, é necessário que a sociedade não seja uma reprodução da casa colonial, como disserta Gilberto Freyre em “Casa-grande e Senzala”. O autor ensina que a realidade do Brasil até o século XIX estava compactada no interior da casa-grande, cuja religião oficial era católica, e as demais crenças – sobretudo africanas – eram marginalizadas e se mantiveram vivas porque os negros lhes deram aparência cristã, conhecida hoje por sincretismo religioso. No entanto, não é razoável que ainda haja uma religião que subjugu as outras, o que deve, pois, ser repudiado em um Estado laico, a fim de que se combata a intolerância de crença.

De outra parte, o sociólogo Zygmunt Bauman defende, na obra “Modernidade Líquida”, que o individualismo é uma das principais características – e o maior conflito – da pós-modernidade, e, conseqüentemente, parcela da população tende a ser incapaz de tolerar diferenças. Esse problema assume contornos específicos no Brasil, onde, apesar do multiculturalismo, há quem exija do outro a mesma postura religiosa e seja intolerante àqueles que dela divergem. Nesse sentido, um caminho possível para combater a rejeição à diversidade de crença é desconstruir o principal problema da pós-modernidade, segundo Zygmunt Bauman: o individualismo.

Urge, portanto, que indivíduos e instituições públicas cooperem para mitigar a intolerância religiosa. Cabe aos cidadãos repudiar a inferiorização das crenças e dos costumes presentes no território brasileiro, por meio de debates nas mídias sociais capazes de desconstruir a prevalência de uma religião sobre as demais. Ao Ministério Público, por sua vez, compete promover as ações judiciais pertinentes contra atitudes individualistas ofensivas à diversidade de crença. Assim, observada a ação conjunta entre população e poder público, alçará o país a verdadeira posição de Estado Democrático de Direito.

## ENEM2016JBE(2)

### Prática religiosa um direito de todos

A curiosidade humana acerca do desconhecido e a sua incapacidade de explicá-lo através da razão fez com que, desde os primórdios, o homem atribuísse acontecimentos do seu cotidiano à vontade de seres sobrenaturais. Apesar dos avanços científicos e de suas respostas lógicas para fatos da realidade, as crenças em divindades perpassaram a história e continuam muito presentes nas sociedades, talvez por suprirem a necessidade humana de reconforto, talvez por levarem à transcendência espiritual. Atualmente, a grande diversidade religiosa existente traz a possibilidade de escolha a cada cidadão e essa liberdade é, ou deveria ser, garantida a todos os membros de uma população. Contudo, práticas de intolerância religiosa vêm impedindo um número cada vez maior de pessoas de exercitarem tal direito, ferindo sua dignidade e devendo, portanto, serem combatidas veementemente.

O contexto histórico brasileiro indubitavelmente influencia essa questão. A colonização portuguesa buscou catequizar os nativos de acordo com a religião europeia da época: a católica. Com a chegada dos negros africanos, décadas depois, houve repressão cultural e, conseqüentemente, religiosa que, infelizmente, perpetua até os dias de hoje. Prova disso é o caso de uma menina carioca praticante do candomblé que, em junho de 2015, foi ferida com pedradas, e seus acompanhantes, alvos de provocações e xingamentos. Ainda que a violência verbal, assim como a física, vá contra a Constituição Federal, os agressores fugiram e, como em outras ocorrências, não foram punidos.

Além disso, é importante destacar que intolerância religiosa é crime de ódio: não é sobre ter a liberdade de expressar um descontentamento ou criticar certa crença, mas sim sobre a tentativa de imposição, a partir da agressão, de entendimentos pessoais acerca do assunto em detrimento dos julgamentos individuais do outro sobre o que ele acredita ser certo ou errado para sua própria vida. Tal visão etnocêntrica tem por consequência a falta de respeito para com o próximo, acarretando em episódios imprescritíveis e humilhantes para aqueles que os vivenciam.

Conclui-se, então, que o combate à discriminação religiosa é de suma importância para que se assegure um dos direitos mais antigos a todas as pessoas e, por conseguinte, seu bem-estar. Para isso, é preciso que os órgãos especializados, em parceria às delegacias de denúncia, ajam de acordo com a lei, investigando e punindo os agressores de forma adequada. Ademais, o governo deve promover campanhas contra condutas de intolerância e as escolas devem gerar debates, informando seus alunos sobre o tema e desconstruindo preconceitos desde cedo. Por fim, a mídia pode abordar a intolerância religiosa como assunto de suas novelas, visto que causa forte impacto na vida social. Assim, o respeito será base para a construção de um Brasil mais tolerante e preocupado com a garantia dos direitos humanos de sua população.

### ENEM2016GTST(3)

Segundo a atual Constituição Federal, o Brasil é um país de Estado laico, ou seja, a sociedade possui o direito de exercer qualquer religião, crença ou culto. Entretanto, essa liberdade religiosa encontra-se afetada, uma vez que é notório o crescimento da taxa de violência com relação à falta de tolerância às diferentes crenças. Assim, diversas medidas precisam ser tomadas para tentar combater esse problema, incitando uma maior atenção do Poder Público, juntamente com os setores socialmente engajados, e das instituições formadoras de opinião.

Nesse contexto, vale ressaltar que a intolerância religiosa é um problema existente no Brasil desde séculos passados. Com a chegada das caravelas portuguesas, as quais trouxeram os padres jesuítas, os índios perderam a sua liberdade de crença e foram obrigados, de maneira violenta, a se converter ao catolicismo, religião a qual era predominante na Europa. Além disso, os africanos escravizados que aqui se encontravam também foram impedidos de praticar seus cultos religiosos, sendo punidos de forma desumana caso desrespeitassem essa imposição. Atualmente, constata-se que grande parcela da população brasileira herdou essa forma de pensar e de agir, tratando pessoas que acreditam em outras religiões de maneira desrespeitosa e, muitas vezes, violenta, levando instituições públicas e privadas à busca de soluções para reverter isso.

Sob esse viés, ressalta-se que algumas ações já foram realizadas, como a criação da lei de proteção ao sentimento religioso e à prática de diferentes cultos. Entretanto, as medidas tomadas até então não são suficientes para inibir essa problemática, uma vez que a fraca punição aos criminosos e a falta de conscientização da sociedade são alguns dos principais motivos que ocasionam a persistência de atos violentos em decorrência da intolerância religiosa. Outrossim, a falta de comunicação dos pais e das escolas com os jovens sobre esse assunto é um agravante do problema, aumentando as possibilidades de estes agirem de maneira desrespeitosa.

Diante disso, para combater a intolerância religiosa, cabe ao Governo intensificar esforços, criando leis específicas e aumentando o tempo de punição para quem comete qualquer tipo de violência devido à religião. Ademais, é necessária a criação de campanhas midiáticas governamentais de conscientização, com o apoio da imprensa socialmente engajada, e a divulgação destas através dos diversos meios de comunicação e das redes sociais, que mostrem a importância do respeito à liberdade de escolha e às diferentes crenças, uma vez que o Brasil é um país com inúmeros grupos e povos, cada um com seus costumes. Além disso, a participação das instituições formadoras de opinião é de grande importância para a educação dos jovens com relação ao respeito às diferentes religiões, com as escolas realizando palestras e seminários sobre o assunto e as famílias intensificando os diálogos em casa.

**ENEM2016TSV(4)**

“É mais fácil desintegrar um átomo que um preconceito”. Com essa frase, Albert Einstein desvelou os entraves que envolvem o combate às diversas formas de discriminação existentes na sociedade. Isso inclui a intolerância religiosa, comportamento frequente que deve ser erradicado do Brasil.

Desde a colonização, o país sofre com imposições religiosas. Os padres jesuítas eram trazidos pelos portugueses para catequizar os índios, e a religião que os nativos seguiam – a exaltação da natureza – era suprimida. Além disso, a população africana que foi trazida como escrava também enfrentou fortes repressões ao tentar utilizar sua religião como forma de manutenção cultural. É relevante notar que, ainda hoje, as religiões afro-brasileiras são os maiores alvos de discriminação, com episódios de violência física e moral veiculados pelas mídias com grande frequência.

Concomitantemente, ainda que o Brasil tenha se tornado um Estado laico, com uma enorme diversidade religiosa devido à grande miscigenação que o constituiu, o respeito pleno às diferentes escolhas de crença não é realidade. A palavra religião tem sua origem em “religare”, que significa ligação, união em torno de um propósito; entretanto, ela tem sido causa de separação, desunião. Mesmo que legislações, como a Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, já prevejam o direito à liberdade de expressão religiosa, enquanto não houver amadurecimento social não haverá mudança.

Por tudo isso, é imprescindível que todos os segmentos sociais unam-se em prol do combate à intolerância religiosa no Brasil. Assim, cumpre ao governo efetivar de maneira mais plena as leis existentes. Ademais, cabe às escolas e às famílias educarem as crianças para que, desde cedo, aprendam que têm o direito de seguir suas escolhas, mas que devem ser tolerantes e respeitar as crenças do outro, afinal, como disse Nelson Mandela, “a educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”. Dessa forma, assim com a desintegração de um átomo tornou-se simples na atualidade, preconceitos poderão ser quebrados.

**ENEM2016JVVP(5)**

O Brasil foi formado pela união de diversas bases étnicas e culturais e, conseqüentemente, estão presentes em seu território várias religiões. Entretanto, nem essa diversidade nem a liberdade religiosa garantida pela Constituição Cidadã faz com que o país seja respeitoso com as diferentes crenças. Fazendo uma analogia com a filosofia kantiana, a intolerância existente pode ser vista como o resultado de fatores inatos ao indivíduo com o que foi incorporado a partir das experiências vividas.

Em primeiro lugar, é notória a dificuldade que há no homem em aceitar o diferente, principalmente ao se tratar de algo tão pessoal como a religião. Prova disso é a presença da não aceitação das crenças alheias em diferentes regiões e momentos históricos, como no Império Romano antigo, com as perseguições aos cristãos, na Europa Medieval, com as Cruzadas e no atual Oriente Médio, com os conflitos envolvendo o Estado Islâmico. Também pode-se comprovar a existência da intolerância religiosa pela frase popular “religião não se discute”, que propõe ignorar a temática para evitar os conflitos evidentes ao se tratar do assunto. Desse modo, nota-se que a intolerância não se restringe a um grupo específico e é, de certa forma, natural ao ser humano, o que, porém, não significa que não pode ou deve ser combatida.

Além da intolerância inata ao homem, há fatores externos que intensificam o problema. No cenário brasileiro, o processo colonizador e seus legados, que perduram até hoje, são os principais agravantes desse preconceito. Desde a chegada dos europeus no país, as religiões diferentes da oficial são discriminadas. Logo no início da colonização, o processo de catequizaçã dos nativos foi incentivado, o que demonstra o desrespeito com as religiões indígenas, e, décadas depois, com o início do tráfico negreiro, houve também perseguição às religiões afrobrasileiras e a construção de uma imagem negativa acerca delas. Toda essa mentalidade perpetuou-se no ideário coletivo brasileiro e, apesar dos avanços legais, faz com que essas religiões sejam as mais afetadas pela intolerância atualmente.

É necessário, pois, que se reverta a mentalidade retrógrada e preconceituosa predominante no Brasil. Para tal, o Estado deve veicular campanhas de conscientização, na TV e na internet, que informem a população sobre a diversidade religiosa do país e a necessidade de respeitá-las. Essas campanhas também podem, para facilitar a detecção e o combate ao problema, divulgar contatos para denúncia de casos de intolerância religiosa. Concomitantemente, é fundamental o papel da escola de pregar a tolerância já que, segundo Immanuel Kant, “o homem é aquilo que a educação faz dele”. Portanto, a escola deve promover palestras sobre as diferenças crenças do país, ministradas por especialistas na área ou por membros dessas religiões, a fim de quebrar estereótipos preconceituosos e tornar os jovens mais tolerantes.

## ENEM2016DMA(6)

### Profecia futurística

Em meados do século passado, o escritor austríaco Stefan Zweig mudou-se para o Brasil devido à perseguição nazista na Europa. Bem recebido e impressionado com o potencial da nova casa, Zweig escreveu um livro cujo título é até hoje repetido: “Brasil, país do futuro”. Entretanto, quando se observa a deficiência das medidas na luta contra a intolerância religiosa no Brasil, percebe-se que a profecia não saiu do papel. Nesse sentido, é preciso entender suas verdadeiras causas para solucionar esse problema.

A princípio, é possível perceber que essa circunstância deve-se a questões políticas-estruturais. Isso se deve ao fato de que, a partir da impunidade em relação a atos que manifestem discriminação religiosa, o seu combate é minimizado e subaproveitado, já que não há interferência para mudar tal situação. Tal conjuntura é ainda intensificada pela insuficiente laicidade do Estado, uma vez que interfere em decisões políticas e sociais, como aprovação de leis e exclusão social. Prova disso, é, infelizmente, a existência de uma “bancada evangélica” no poder público brasileiro. Dessa forma, atitudes agressivas e segregacionistas devido ao preconceito religioso continuam a acontecer, pondo em xeque o direito de liberdade religiosa, o que evidencia falhas nos elementos contra a intolerância religiosa brasileira.

Outrossim, vale ressaltar que essa situação é corroborada por fatores socioculturais. Durante a formação do Estado brasileiro, a escravidão se fez presente em parte significativa do processo, e com ela vieram as discriminações e intolerâncias culturais, derivados de ideologias como superioridade do Homem Branco e Darwinismo Social. Lamentavelmente, tal perspectiva é vista até hoje no território brasileiro. Bom exemplo disso são os índices que indicam que os indivíduos seguidores e pertencentes das religiões afro-brasileiras são os mais afetados. Dentro dessa lógica, nota-se que a dificuldade de prevenção e combate ao desprezo e preconceito religioso mostra-se fruto de heranças coloniais discriminatórias, as quais negligenciam tanto o direito à vida quanto o direito de liberdade de expressão e religião.

Torna-se evidente, portanto, que os caminhos para a luta contra a intolerância religiosa no Brasil apresentam entraves que necessitam ser revertidos. Logo, é necessário que o Governo investigue casos de impunidade por meio de fiscalizações no cumprimento de leis, abertura de mais canais de denúncia e postos policiais. Além disso, é preciso que o poder público busque ser o mais imparcial (religiosamente) possível, a partir de acordos pré-definidos sobre o que deve, ou não, ser debatido na esfera política e disseminado para a população. Ademais, as instituições de ensino, em parceria com a mídia e ONGs, podem fomentar o pensamento crítico por intermédio de pesquisas, projetos, trabalhos, debates e campanhas publicitárias esclarecedoras. Com essas medidas, talvez, a profecia de Zweig torne-se realidade no presente.

### ENEM2016IRSC(7)

Embora seja direito assegurado a todos os cidadãos pela Constituição Federal, a liberdade religiosa não é garantida de modo isonômico aos brasileiros. Ora velada, ora implícita, a intolerância quanto ao diferente faz parte da realidade do país. Infelizmente, o desconhecimento da população em relação ao processo de formação da nação e a falta de punição sob os que atentam contra a religião do próximo impedem que o respeito à diversidade cultural brasileira seja consolidado.

Segundo os sociólogos da chamada “Geração de 30”, muito importantes para o desenvolvimento da antropologia no país, o Brasil é formado por uma fricção interétnica. . Isto é, desde os tempos da colonização, diferentes culturas compartilham o mesmo território. Contudo, tal interação não ocorre de forma harmônica, uma vez que a persistência do pensamento eurocêntrico do século XVI, que considera os costumes de outros povos como inferiores, gera a intolerância religiosa dos dias atuais. Inquestionavelmente, o preconceito quanto às culturas minoritárias ainda é muito marcante no país, o que é responsável por quadros de violência e por conflitos sociais. O caso de apedrejamento de uma menina de onze anos vestida com trajes típicos do candomblé, ocorrido no Rio de Janeiro, é prova da falta de respeito de parte dos brasileiros às diferentes culturas que formam o país.

De modo análogo, a certeza da impunidade faz com que crimes de ódio continuem acontecendo. Consoante aos ideais liberais de John Locke, as leis brasileiras caracterizam-se pelo respeito às liberdades individuais, o que é, sem dúvidas, uma grande conquista dos brasileiros. Todavia, o que é proposto pela legislação não é colocado em prática integralmente, contribuindo, assim, para o crescimento do preconceito no país. O crescente número de denúncias relacionadas à intolerância religiosa, constatadas pela Secretaria dos Direitos Humanos, comprova que uma parcela da população brasileira ainda não tem acesso à plena liberdade de culto e religião.

A fim de garantir, portanto, a equidade na garantia de direitos à população, são necessárias transformações na sociedade brasileira. O Ministério da Educação, primeiramente, deve inserir à matriz curricular estudantil debates e estudos antropológicos acerca do processo de formação do país, de modo a valorizar a participação das mais variadas culturas na composição da identidade brasileira. Ademais, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social a realização de palestras, sarais e exposições que exaltem a importância do respeito à diversidade religiosa do Brasil. Por fim, cabe às Secretarias de Segurança Pública a criação de delegacias especializadas na investigação de crimes que envolvam a intolerância religiosa, de modo a intensificar o combate a tal preconceito. Afinal, somente com a cooperação entre Estado e sociedade será possível lutar contra a intolerância, um mal que ameaça o Brasil.

**ENEM2016NCVM(8)**

Existem, atualmente, diversos conflitos religiosos no mundo, fato que pode ser exemplificado pelas ações do Estado Islâmico, que utiliza uma visão radical do islamismo sunita. Nesse contexto, percebe-se que tal realidade de intolerância também ocorre no Brasil, um país com dimensões continentais e grande diversidade religiosa. Assim, tornam-se progressivamente mais comuns episódios de violência motivados pela religião, o que é contraditório, visto que o Brasil é laico e a Constituição de 1988 garante a liberdade de crença das diferentes manifestações culturais. Portanto, medidas que alterem essa situação devem ser adotadas.

A globalização é um processo que tende à homogeneização, à cultura de massa. No entanto, ainda existem diversas formas de expressão cultural e artística, assim como de manifestações religiosas. Dessa maneira, surge na população um preconceito latente, que pode evoluir e motivar a prática de atos violentos pelo indivíduo. Essa situação pode ser considerada reflexo da visão etnocêntrica de parte da sociedade, que considera seus costumes e crenças superiores aos hábitos dos demais. A educação brasileira, que, na maioria das vezes, é altamente conservadora, agrava a questão.

Também é válido ressaltar que o aumento na eleição de políticos conservadores e que assumem uma postura radical na defesa de suas ideologias dificulta a diminuição da intolerância religiosa no Brasil. A ausência de representantes das minorias religiosas impede a implantação de políticas afirmativas e que garantam, de fato, a potencialização da tolerância e da igualdade na manifestação das diversas crenças. Como, segundo Marilena Chauí, a democracia é baseada na igualdade, liberdade e participação, percebe-se que a não participação de toda a sociedade na política, aliada à frágil liberdade religiosa, dificultam a existência de um regime democrático pleno no Brasil.

Portanto, é necessária a criação de cotas, ação que deve ser feita pelo poder público, que garantam a presença de representantes das diversas expressões religiosas na política, o que permitiria a aprovação de medidas afirmativas que reduziriam a intolerância no Brasil. Além disso, é válida a implantação de espaços de discussão nas escolas, direcionadas aos pais e alunos, sobre a diversidade de expressões culturais, o que conscientizaria os futuros cidadãos sobre a legitimidade de cada manifestação religiosa e diminuiria a visão etnocêntrica presente nos indivíduos. Por fim, deve haver a criação de campanhas nas redes sociais, realizadas pela sociedade civil, que amenizem o preconceito presente na população, o que conduziria a uma sociedade progressivamente mais justa, igualitária e democrática.

**ANEXO G - REDAÇÕES DO ENEM - 2017****ENEM2017MCM(1)**

Na antiga Esparta, crianças com deficiência eram assassinadas, pois não poderiam ser guerreiras, profissão mais valorizada na época. Na contemporaneidade, tal barbárie não ocorre mais, porém há grandes dificuldades para garantir aos deficientes – em especial os surdos – o acesso à educação, devido ao preconceito ainda existente na sociedade e à falta de atenção do Estado à questão.

Inicialmente, um entrave é a mentalidade retrógrada de parte da população, que age como se os deficientes auditivos fossem incapazes de estudar e, posteriormente, exercer uma profissão. De fato, tal atitude se relaciona ao conceito de banalidade do mal, trazido pela socióloga Hannah Arendt: quando uma atitude agressiva ocorre constantemente, as pessoas param de vê-la como errada. Um exemplo disso é a discriminação contra os surdos nas escolas e faculdades – seja por olhares maldosos ou pela falta de recursos para garantir seu aprendizado. Nessa situação, o medo do preconceito, que pode ser praticado mesmo pelos educadores, possivelmente leva à desistência do estudo, mantendo o deficiente à margem dos seus direitos – fato que é tão grave e excludente quanto os homicídios praticados em Esparta, apenas mais dissimulado.

Outro desafio enfrentado pelos portadores de deficiência auditiva é a inobservância estatal, uma vez que o governo nem sempre cobra das instituições de ensino a existência de aulas especializadas para esse grupo – ministradas em Libras – além da avaliação do português escrito como segunda língua. De acordo com Habermas, incluir não é só trazer para perto, mas também respeitar e crescer junto com o outro. A frase do filósofo alemão mostra que, enquanto o Estado e a escola não garantirem direitos iguais na educação dos surdos – com respeito por parte dos professores e colegas – tal minoria ainda estará sofrendo práticas discriminatórias.

Destarte, para que as pessoas com deficiência na audição consigam o acesso pleno ao sistema educacional, é preciso que o Ministério da Educação, em parceria com as instituições de ensino, promova cursos de Libras para os professores, por meio de oficinas de especialização à noite – horário livre para a maioria dos profissionais – de maneira a garantir que as escolas e universidades possam ter turmas para surdos, facilitando o acesso desse grupo ao estudo. Em adição, o Estado deve divulgar propagandas institucionais ratificando a importância do respeito aos deficientes auditivos, com postagens nas redes sociais, para que a discriminação dessa minoria seja reduzida, levando à maior inclusão.

## ENEM2017UGH(2)

A plena formação acadêmica dos deficientes auditivos, uma parcela das chamadas Pessoas com Deficiência (PCD), é um direito assegurado no recém- aprovado Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 2015, também conhecido como Lei da Acessibilidade. Além de um direito legalmente garantido, a educação para esse grupo social é sociologicamente analisada como essencial para uma sociedade tolerante e inclusiva. Entretanto, observa-se o desrespeito a essa garantia devido ao preconceito, muitas vezes manifestado pela violência simbólica, e à insuficiência estrutural educacional brasileira.

Nessa conjuntura, é necessário destacar as principais relevâncias de se garantir aos surdos a plena formação acadêmica. Segundo Hannah Arendt, em sua teoria sobre o Espaço Público, os ambientes e as instituições públicas – inclusive as escolas e as faculdades – têm que ser completamente inclusivas a todos do espectro social para exercer sua total funcionalidade e genuinidade. Analogamente, para atuarem como aparato democrático, tais instituições devem ser preparadas e devem garantir o espaço e a educação para os deficientes auditivos, constituindo, assim, uma sociedade diversificada, tolerante e genuína. Além disso, outra importância é o cumprimento dos direitos à educação e ao desenvolvimento intelectual, assegurados no Estatuto da PCD e na Constituição Federal de 1988, que não discrimina o acesso à cidadania a nenhum grupo social, sendo, dessa forma, uma obrigação constitucional.

Contudo, observam-se algumas distorções para essa garantia educacional. Infelizmente, os surdos são alvo de preconceito e são vistos erroneamente como incapazes. Isso é frequentemente manifestado na forma de violência simbólica, termo do sociólogo Pierre Bourdieu, que inclui os comportamentos, não necessariamente agressivos física ou verbalmente, que excluem moralmente grupos minoritários, como a PCD, exemplificados na colocação desses indivíduos em postos de trabalho menos valorizados e menos remunerados. Adicionalmente, nota-se que outra manifestação dessa violência é a falta de uma infraestrutura escolar de qualidade com professores capacitados e com material adequado para garantir a devida formação educacional. Consequentemente, as vítimas dessa agressão simbólica tenderiam a se isolar, gerando, por exemplo, evasão escolar e redução da procura pela qualificação profissional e acadêmica por esses deficientes.

Dessa forma, é necessário que, para garantir o ensino de qualidade e estruturado, o Ministério da Educação leve profissionais educadores especialistas em Libras para capacitar os professores já atuantes acerca do ensino aos deficientes auditivos e da adaptação às suas necessidades particulares na sala de aula. Isso deve ser feito com palestras instrucionais para os docentes de toda a hierarquia pedagógica. Complementarmente, o Ministério da Saúde deve disponibilizar profissionais, como psicólogos, que dêem o apoio e o estímulo para a continuidade educacional dos deficientes e desconstruam, com atividades lúdicas e interativas com todos os alunos, como simulações da surdez, os preconceitos acerca desse grupo social.

### ENEM2017ACN(3)

Sob a perspectiva filosófica de São Tomás de Aquino, todos os indivíduos de uma sociedade democrática possuem a mesma importância, além dos mesmos direitos e deveres. No entanto, percebe-se que, no Brasil, os deficientes auditivos compõem um grupo altamente desfavorecido no tocante ao processo de formação educacional, visto que o país enfrenta uma série de desafios para atender a essa demanda. Nesse contexto, torna-se evidente a carência de estrutura especializada no acompanhamento desse público, bem como a compreensão deturpada da função social deste.

O filósofo italiano Norberto Bobbio afirma que a dignidade humana é uma qualidade intrínseca ao homem, capaz de lhe dar direito ao respeito e à consideração por parte do Estado. Nessa lógica, é notável que o poder público não cumpre o seu papel enquanto agente fornecedor de direitos mínimos, uma vez que não proporciona aos surdos o acesso à educação com a qualidade devida, o que caracteriza um irrespeito descomunal a esse público. A lamentável condição de vulnerabilidade à qual são submetidos os deficientes auditivos é percebida no déficit deixado pelo sistema educacional vigente no país, que revela o despreparo da rede de ensino no que tange à inclusão dessa camada, de modo a causar entraves à formação desses indivíduos e, por conseguinte, sua inserção no mercado de trabalho.

Além disso, outra dificuldade enfrentada pelos surdos para alcançar a formação educativa se dá na falta de apoio enfrentada por muitos no âmbito familiar, causada pela ignorância quanto às leis protetoras dos direitos do deficiente, que gera uma letargia social nesse aspecto. Esse desconhecimento produz na sociedade concepções errôneas a respeito do papel social do portador de deficiências: como consequência do descumprimento dos deveres constitucionais do Estado, as famílias – acomodadas pela pouca instrução – alimentam a falsa ideia de que o deficiente auditivo não tem contribuição significativa para a sociedade, o que o afasta da escolaridade e neutraliza a relevância que possui.

Logo, é necessário que o Ministério da Educação, em parceria com instituições de apoio ao surdo, proporcione a este maiores chances de se inserir no mercado, mediante a implementação do suporte adequado para a formação escolar e acadêmica desse indivíduo – com profissionais especializados em atendê-lo –, a fim de gerar maior igualdade na qualificação e na disputa por emprego. É imprescindível, ainda, que as famílias desses deficientes exijam do poder público a concretude dos princípios constitucionais de proteção a esse grupo, por meio do aprofundamento no conhecimento das leis que protegem essa camada, para que, a partir da obtenção do saber, esse empenho seja fortalecido e, assim, essa parcela receba o acompanhamento necessário para atingir a formação educacional e a contribuição à sociedade.

#### ENEM2017LMM(4)

No convívio social brasileiro, parte considerável da população apresenta alguma deficiência. Nessa conjuntura, grande parcela dos surdos, em especial, não tem acesso a uma educação de qualidade, o que fomenta maior empenho do Poder Público e da sociedade civil, com o fito de superar os desafios para a efetiva inclusão desses indivíduos no sistema educacional.

Sob esse viés, muitos deficientes auditivos encontram dificuldades para acessar o Ensino Fundamental, Médio ou Superior, visto que diversas instituições de ensino carecem de uma infraestrutura adaptada a esses indivíduos, como intérpretes da Libras durante as aulas. Tal panorama representa a violação da Constituição Federal de 1988 e do Estado da Pessoa com Deficiência, os quais são mecanismos jurídicos que asseguram o acesso à educação como um direito de todos os deficientes. Isso atesta a ineficiência governamental em cumprir prerrogativas legais que garantem a efetiva inclusão dos surdos na educação.

Ademais, em muitas instituições de ensino, deficientes auditivos ainda são vítimas de xingamentos e até de agressões físicas por parte de outros alunos, ações que caracterizam o bullying. Nesse contexto, o filósofo iluminista Voltáire já afirmava: “Preconceito é opinião sem conhecimento. Tal máxima, mesmo séculos depois, comprova que atos intolerantes são, em geral, consequências de uma formação moral deturpada, a qual não privilegiou princípios, por exemplo, a tolerância e o respeito às diferenças como essenciais para a convivência harmônica em uma sociedade tão heterogênea. Desse modo, verifica-se a ineficácia de famílias e escolas em desestimular, rigorosamente, qualquer ação de caráter discriminatório contra surdos.

Portanto, a fim de garantir que surdos tenham pleno acesso à formação educacional, cabe ao Estado, mediante o redirecionamento de verbas, realizar as adaptações necessárias em todas as escolas e as universidades públicas, como o oferecimento de cursos gratuitos que capacitem profissionais da educação para se comunicarem em Libras e a contratação de mais intérpretes da Libras para atuarem nessas instituições. Outrossim, famílias e escolas, por meio de, respectivamente, diálogos frequentes e palestras, devem debater acerca da aceitação às diferenças como fator essencial para o convívio coletivo, de modo a combater o bullying e a formar um paradigma comportamental de total respeito aos deficientes auditivos.

**ENEM2017JPFB(5)**

Na antiga pólis de Esparta, havia a prática da eugenia, ou seja, a segregação dos denominados “imperfeitos”, como, por exemplo, os deficientes. Passados 2000 anos, o preconceito contra esse grupo ainda prevalece socialmente e afeta, principalmente, a área da educação. Nesse contexto, os surdos são grandes vítimas da exclusão no processo de formação educacional, o que traz desafios e a busca por autonomia e pela participação de pessoas com essa deficiência no espaço escolar brasileiro.

Para o filósofo francês Voltaire, a lei essencial para a prática da igualdade é a tolerância. Porém, nas escolas, onde as diferenças aparecem, essa característica não se concretiza. Nesse ambiente, a surdez se torna motivo para discriminação e para o bullying, contrariando o objetivo da educação de elevar e emancipar o indivíduo, como defende o sociólogo Paulo Freire, idealizador da educação brasileira. Dessa forma, os surdos, segregados, encontram um alicerce frágil, para alcançar o desenvolvimento de seus talentos e habilidades.

Além disso, nota-se que as instituições escolares não oferecem suporte adequado para os deficientes auditivos. Com isso, a independência e a participação desses indivíduos são comprometidas, o que acentua as desigualdades. Essa ideia se torna paradoxal quando comparada à Declaração Universal dos Direitos Humanos e à Constituição Federal (1988), documentos de alta hierarquia, comprovando a necessidade de incluir e assistir a população surda nos processos educacionais brasileiros.

Portanto, conclui-se que deve-se tomar medidas que incluam os surdos na educação, assegurando o desenvolvimento desse grupo. As escolas devem, então, promover a assistência a esses deficientes, por meio da disponibilização de voluntários que dominem a linguagem de Libras, principal forma de comunicação da população surda, com o objetivo de inserir as pessoas com essa deficiência nas salas de aula, facilitando também o aprendizado. A mídia deve, ainda, mostrar, com exemplos, a igualdade que deve prevalecer no ambiente escolar, acabando com o preconceito e com o bullying. Com essas medidas, a eugenia social será minimizada e os deficientes auditivos serão incluídos nos processos educacionais brasileiros.

**ENEM2017EJDJS(6)**

Após a Segunda Guerra Mundial, a ONU promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual assegura, em plano internacional, a igualdade e a dignidade da pessoa humana. Entretanto, no Brasil, há falhas na aplicação do princípio da isonomia no que tange à inclusão de pessoas com deficiência auditiva. Consequentemente, a formação educacional é comprometida, o que pressupõe uma análise acerca dos entraves que englobam esta problemática.

Em primeiro lugar, cabe pontuar que as instituições de ensino apresentam, em sua maioria, um sistema pouco inclusivo. Embora a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) atenda a Convenção do Direito da Pessoa com Deficiência, realizada em 2006 pela ONU, sua finalidade encontra obstáculos, seja na estrutura escolar vigente, seja na falta de preparo do corpo docente. Prova disso são as escolas regulares e as universidades que não se adequaram à comunicação em Libras, bem como exames avaliatórios que não garantem tal acessibilidade. Nesse sentido, os surdos recebem uma educação frágil, desigual e excludente.

Além disso, a ineficiente integração no âmbito escolar/acadêmico resulta em efeitos fora dele. Conforme afirmou Aristóteles, é preciso tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida exata de suas desigualdades. Contudo, a instrução de aristotélica não é vista na prática, uma vez que o mercado de trabalho oferece poucas oportunidades, ainda que o deficiente auditivo tenha concluído o ensino superior. Paralelamente a isso, o comportamento contemporâneo, o qual prioriza o individualismo e a competição, intensifica a exclusão visto que a deficiência em questão é alvo de uma visão equivocada de incapacidade funcional. Desse modo, as implicações de uma educação que não se adapta às diferenças são visíveis.

Diante do exposto, faz-se necessária uma complementação nas instituições sociais secundárias a fim de promover uma formação educacional coerente com as leis e as resoluções. Para tanto, o Ministério da Educação deve impor diretrizes de um projeto pedagógico inclusivo, como a obrigatoriedade de aulas de Libras na graduação de professores, bem como cursos para os formados. Ademais, o Estado, através do corpo legislativo, deve propor incentivos fiscais às grandes empresas que instituírem um percentual proporcional na contratação de pessoas com alguma restrição física, incluindo a auditiva. Assim, os direitos básicos inerentes à vida e à liberdade, consagrados na Carta Magna, poderão ser cumpridos.

### ENEM2017YLR(7)

A formação educacional de surdos encontra, no Brasil, uma série de empecilhos. Essa tese pode ser comprovada por meio de dados divulgados pelo Inep, os quais apontam que o número de surdos matriculados em instituições de educação básica tem diminuído ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, algo deve ser feito para alterar essa situação, uma vez que milhares de surdos de todo o país têm o seu direito à educação vilipendiado, confrontando, portanto, a Constituição Cidadã de 1988, que assegura a educação como um direito social de todo cidadão brasileiro.

Em primeira análise, o descaso estatal com a formação educacional de deficientes auditivos mostra-se como um dos desafios à consolidação dessa formação. Isso porque poucos recursos são destinados pelo Estado à construção de escolas especializadas na educação de pessoas surdas, bem como à capacitação de profissionais para atenderem às necessidades especiais desses alunos. Ademais, poucas escolas são adeptas do uso de libras, segunda língua oficial do Brasil, a qual é primordial para a inclusão de alunos surdos em instituições de ensino. Dessa forma, a negligência do Estado, ao investir minimamente na educação de pessoas especiais, dificulta a universalização desse direito social tão importante.

Em segunda análise, o preconceito da sociedade com os deficientes apresenta-se como outro fator preponderante para a dificuldade na efetivação da educação de pessoas surdas. Essa forma de preconceito não é algo recente na história da humanidade: ainda no Império Romano, crianças deficientes eram sentenciadas à morte, sendo jogadas de penhascos. O preconceito ao deficiente auditivo, no entanto, reverbera na sociedade atual, calcada na ética utilitarista, que considera inútil pessoas que, aparentemente menos capacitadas, têm pouca serventia à comunidade, como é o caso dos surdos. Os deficientes auditivos, desse modo, são muitas vezes vistos como pessoas de menor capacidade intelectual, sendo excluídos pelos demais, o que dificulta aos surdos não somente o acesso à educação, mas também à posterior entrada no mercado de trabalho.

Nesse sentido, urge que o Estado, por meio do envio de recursos ao Ministério da Educação, promova a construção de escolas especializadas em deficientes auditivos e a capacitação de profissionais para atuarem não apenas nessas escolas, mas em instituições de ensino comuns também, objetivando a ampliação do acesso à educação aos surdos, assegurando a estes, por fim, o acesso a um direito garantido constitucionalmente. Outrossim, ONGs devem promover, através da mídia, campanhas que conscientizem a população acerca da importância do deficiente auditivo para a sociedade, enfatizando em mostrar a capacidade cognitiva e intelectual do surdo, o qual seria capaz de participar da população economicamente ativa (PEA), caso fosse concedido a este o direito à educação e à equidade de tratamentos, por meio da difusão do uso de libras. Dessa forma, o Brasil poderia superar os desafios à consolidação da formação educacional de surdos.

**ENEM2017BAS(8)**

## Educação inclusiva

Durante o século XIX, a vinda da Família Real ao Brasil trouxe consigo a modernização do país, com a construção de escolas e universidades. Também, na época, foi inaugurada a primeira escola voltada para a inclusão social de surdos. Não se vê, entretanto, na sociedade atual, tal valorização educacional relacionada à comunidade surda, posto que os embates que impedem sua evolução tornam-se cada vez mais evidentes. Desse modo, os entraves para a educação de deficientes auditivos denotam um país desestruturado e uma sociedade desinformada sobre sua composição bilíngue.

A princípio, a falta de profissionais qualificados dificulta o contato do portador de surdez com a base educacional necessária para a evolução social. O Estado e a sociedade hodierna têm negligenciado os direitos da comunidade surda, pois a falta de intérpretes capacitados para a tradução educativa e a inexistência de vagas em escolas inclusivas perpetuam a disparidade entre surdos e ouvintes, condenando os detentores da surdez aos menores cargos da hierarquia social. Vê-se, pois, o paradoxo que, em um Estado Democrático, ainda haja o ferimento de um direito previsto constitucionalmente: o direito à educação de qualidade.

Além disso, a ignorância social frente à conjuntura bilíngue do país é uma barreira para a capacitação pedagógica do surdo. Helen Keller – primeira mulher surdo-cega a se formar e tornar-se escritora – definia a tolerância como o maior presente de uma boa educação. O pensamento de Helen não tem se aplicado à sociedade brasileira, haja vista que não se tem utilizado a educação para que se torne comum ao cidadão a proximidade com portadores de deficiência auditiva, como aulas de LIBRAS, segunda língua oficial do Brasil. Dessa forma, torna-se evidente o distanciamento causado pela inexperiência dos indivíduos em lidar com a mescla que forma o corpo social a que possuem.

Infere-se, portanto, que é imprescindível a mitigação dos desafios para a capacitação educacional dos surdos. Para que isso ocorra, o Ministério da Educação e Cultura deve viabilizar a inserção de deficientes auditivos nas escolas, por meio da contratação de intérpretes e disponibilização de vagas em instituições inclusivas, com o objetivo de efetivar a inclusão social dos indivíduos surdos, haja vista que a escola é a máquina socializadora do Estado. Ademais, a escola deve preparar surdos e ouvintes para uma convivência harmoniosa, com a introdução de aulas de LIBRAS na grade curricular, a fim de uniformizar o corpo social e, também, cumprir com a máxima de Nelson Mandela que constitui a educação como o segredo para transformar o mundo. Poder-se-á, assim, visar a uma educação, de fato, inclusiva no Brasil.

**ENEM2017MJBC(9)**

Em razão de seu caráter excessivamente militarizado, a sociedade que constituía a cidade de Esparta, na Grécia Antiga, mostrou-se extremamente intolerante com deficiências corpóreas ao longo da história, tornando constante inclusive o assassinato de bebês que as apresentassem, por exemplo. Passados mais de dois mil anos dessa prática tenebrosa, ainda é deploravelmente perceptível, sobretudo em países subdesenvolvidos como o Brasil, a existência de atos preconceituosos perpetrados contra essa parcela da sociedade, que são o motivo primordial para que se perpetue como difícil a escolarização plena de deficientes auditivos. Esse panorama nofasto suscita ações mais efetivas tanto do Poder Público quanto de instituições formadoras de opinião, com o escopo de mitigar os diversos empecilhos postos frente à educação dessa parcela social.

É indubitável, de fato, que muitos avanços já foram conquistados no que tange à efetivação dos direitos constitucionais garantidos aos surdos brasileiros. Pode-se mencionar, por exemplo, a classificação da Libras – Língua Brasileira de Sinais – como segundo idioma oficial da nação em 2002, a existência de escolas especiais para surdos no território do Brasil e as iniciativas privadas que incluem esses cidadãos como partícipes de eventos como no caso da plataforma do Youtube Educação, cujas aulas sempre apresentam um profissional que traduz a fala de um professor para a língua de sinais. Apenas medidas flagrantemente pontuais como essas, contudo, são incapazes de tornar a educação de surdos efetiva e acessível a todos que necessitam dela, visto que não só a maioria dos centros educacionais está mal distribuída no país, mas também a disponibilidade de professores específicos ainda é escassa, além de a linguagem de sinais ainda ser desconhecida por grande parte dos brasileiros.

No que tange à sociedade civil, nota-se a existência de comportamentos e de ideologias altamente preconceituosas contra os surdos brasileiros. A título de ilustração, é comum que pais de estudantes ditos “normais” dificultem o ingresso de alunos portadores de deficiência auditiva em classes não específicas a eles, alegando que tal parcela tornará o “ritmo” da aula mais lento; que colegas de sala difundam piadas e atitudes maldosas e que empresas os considerem inaptos à comunicação com outros funcionários. Essas atitudes deploravelmente constantes no Brasil ratificam a máxima atribuída ao filósofo Voltaire: “Os preconceitos são a razão dos imbecis”.

Urge, pois, a fim de tornar atitudes intolerantes restritas à história de Esparta, que o Estado construa mais escolas para deficientes auditivos em municípios mais afastados de grandes centros e promova cursos de Libras a professores da rede pública – por meio da ampliação de verbas destinadas ao Ministério da Educação e da realização de palestras com especialistas na educação de surdos –, em prol de tornar a formação educacional deles mais fácil e mais inclusiva. Outrossim, é mister que instituições formadoras de opinião como escolas, universidades e famílias socialmente engajadas – promovam debates amplos e constantes acerca da importância de garantir o respeito e a igualdade de oportunidades a essa parcela social, a partir de diálogos nos lares, de seminários e de feiras culturais em ambientes educacionais. Assim, reduzir-se-ão os empecilhos existentes hoje em relação à educação de surdos na Nação e formar-se-ão cidadãos mais aptos a compreender a necessidade de respeito a eles, afinal, segundo o filósofo Immanuel Kant: “O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele”.

## ANEXO H - REDAÇÕES DO ENEM – 2018

### ENEM2018CMP(1)

Em sua canção “Pela Internet”, o cantor brasileiro Gilberto Gil louva a quantidade de informações disponibilizadas pelas plataformas digitais para seus usuários. No entanto, com o avanço de algoritmos e mecanismos de controle de dados desenvolvidos por empresas de aplicativos e redes sociais, essa abundância vem sendo restringida e as notícias, e produtos culturais vêm sendo cada vez mais direcionados – uma conjuntura atual apta a moldar os hábitos e a informatividade dos usuários. Desse modo, tal manipulação do comportamento de usuários pela seleção prévia de dados é inconcebível e merece um olhar mais crítico de enfrentamento.

Em primeiro lugar, é válido reconhecer como esse panorama supracitado é capaz de limitar a própria cidadania do indivíduo. Acerca disso, é pertinente trazer o discurso do filósofo Jürgen Habermas, no qual ele conceitua a ação comunicativa: esta consiste na capacidade de uma pessoa em defender seus interesses e demonstrar o que acha melhor para a comunidade, demandando ampla informatividade prévia. Assim, sabendo que a cidadania consiste na luta pelo bem-estar social, caso os sujeitos não possuam um pleno conhecimento da realidade na qual estão inseridos e de como seu próximo pode desfrutar do bem comum – já que suas fontes de informação estão direcionadas –, eles serão incapazes de assumir plena defesa pelo coletivo. Logo, a manipulação do comportamento não pode ser aceita em nome do combate, também, ao individualismo e do zelo pelo bem grupal.

Em segundo lugar, vale salientar como o controle de dados pela internet vai de encontro à concepção do indivíduo pós-moderno. Isso porque, de acordo com o filósofo pós-estruturalista Stuart-Hall, o sujeito inserido na pós-modernidade é dotado de múltiplas identidades. Sendo assim, as preferências e ideias das pessoas estão em constante interação, o que pode ser limitado pela prévia seleção de informações, comerciais, produtos, entre outros. Por fim, seria negligente não notar como a tentativa de tais algoritmos de criar universos culturais adequados a um gosto de seu usuário criam uma falsa sensação de livre- arbítrio e tolhe os múltiplos interesses e identidades que um sujeito poderia assumir.

Portanto, são necessárias medidas capazes de mitigar essa problemática. Para tanto, as instituições escolares são responsáveis pela educação digital e emancipação de seus alunos, com o intuito de deixá-los cientes dos mecanismos utilizados pelas novas tecnologias de comunicação e informação e torná-los mais críticos. Isso pode ser feito pela abordagem da temática, desde o ensino fundamental – uma vez que as gerações estão, cada vez mais cedo, imersas na realidade das novas tecnologias –, de maneira lúdica e adaptada à faixa etária, contando com a capacitação prévia dos professores acerca dos novos meios comunicativos. Por meio, também, de palestras com profissionais das áreas da informática que expliquem como os alunos poderão ampliar seu meio de informações e demonstrem como lidar com tais seletividades, haverá um caminho traçado para uma sociedade emancipada.

**ENEM2018MMWC(2)**

O advento da internet possibilitou um avanço das formas de comunicação e permitiu um maior acesso à informação. No entanto, a venda de dados particulares de usuários se mostra um grande problema. Apesar dos esforços para coibir essa prática, o combate à manipulação de usuários por meio de controle de dados representa um enorme desafio. Pode-se dizer, então, que a negligência por parte do governo e a forte mentalidade individualista dos empresários são os principais responsáveis pelo quadro.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a ausência de medidas governamentais para combater a venda de dados pessoais e a manipulação do comportamento nas redes. Segundo o pensador Thomas Hobbes, o Estado é responsável por garantir o bem-estar da população, entretanto, isso não ocorre no Brasil. Devido à falta de atuação das autoridades, grandes empresas sentem-se livres para invadir a privacidade dos usuários e vender informações pessoais para empresários que desejam direcionar suas propagandas. Dessa forma, a opinião dos consumidores é influenciada, e o direito à liberdade de escolha é ameaçado.

Outrossim, a busca pelo ganho pessoal acima de tudo também pode ser apontado como responsável pelo problema. De acordo com o pensamento marxista, priorizar o bem pessoal em detrimento do coletivo gera inúmeras dificuldades para a sociedade. Ao vender dados particulares e manipular o comportamento de usuários, empresas invadem a privacidade dos indivíduos e ferem importantes direitos da população em nome de interesse individuais. Desse modo, a união da sociedade é essencial para garantir o bem-estar coletivo e combater o controle de dados e a manipulação do comportamento no meio digital.

Infere-se, portanto, que assegurar a privacidade e a liberdade de escolha na internet é um grande desafio no Brasil. Sendo assim, o Governo Federal, como instância máxima de administração executiva, deve atuar em favor da população, através da criação de leis que proíbam a venda de dados dos usuários, a fim de que empresas que utilizam essa prática sejam punidas e a privacidade dos usuários seja assegurada. Além disso, a sociedade, como conjunto de indivíduos que compartilham valores culturais e sociais, deve atuar em conjunto e combater a manipulação e o controle de informações, por meio de boicotes e campanhas de mobilização, para que os empresários sintam-se pressionados pela população e sejam obrigados a abandonar a prática.

Afinal, conforme afirmou Rousseau: “a vontade geral deve emanar de todos para ser aplicada a todos”.

### ENEM2018LSLL(3)

A Revolução Técnico-científico-informacional, iniciada na segunda metade do século XX, inaugurou inúmeros avanços no setor de informática e telecomunicações. Embora esse movimento de modernização tecnológica tenha sido fundamental para democratizar o acesso a ferramentas digitais e a participação nas redes sociais, tal processo foi acompanhado pela invasão da privacidade de usuários, em virtude do controle de dados efetuado por empresas de tecnologia. Tendo em vista que o uso de informações privadas de internautas pode induzi-los a adotar comportamentos intolerantes ou a aderir a posições políticas, é imprescindível buscar alternativas que inibam essa manipulação comportamental no Brasil.

A princípio, é necessário avaliar como o uso de dados pessoais por servidores de tecnologia contribui para fomentar condutas intolerantes nas redes sociais. Em consonância com a filósofa Hannah Arendt, pode-se considerar a diversidade como inerente à condição humana, de modo que os indivíduos deveriam estar habituados à convivência com o diferente. Todavia, a filtragem de informações efetivada pelas redes digitais inibe o contato do usuário com conteúdos que divergem dos seus pontos de vista, uma vez que os algoritmos utilizados favorecem publicações compatíveis com o perfil do internauta. Observam-se, por consequência, restrições ao debate e à confrontação de opiniões, que, por sua vez, favorecem a segmentação da comunidade virtual. Esse cenário dificulta o exercício da convivência com a diferença, conforme defendido por Arendt, o que reforça condutas intransigentes como a discriminação.

Em seguida, é relevante examinar como o controle sobre o conteúdo que é veiculado em sites favorece a adesão dos internautas a certo viés ideológico. Tendo em vista que os servidores de redes sociais como “Facebook” e “Twitter” traçam o perfil de usuários com base nas páginas por eles visitadas, torna-se possível a identificação das tendências de posicionamento político do indivíduo. Em posse dessa informação, as empresas de tecnologia podem privilegiar a veiculação de notícias, inclusive daquelas de procedência não confirmada, com o fito de reforçar as posições políticas do usuário, ou, ainda, de modificá-las para que se adequem aos interesses da companhia. Constata-se, assim, a possibilidade de manipulação ideológica na rede.

Portanto, fica evidente a necessidade de combater o uso de informações pessoais por empresas de tecnologia. Para tanto, é dever do Poder Legislativo aplicar medidas de caráter punitivo às companhias que utilizarem dados privados para a filtragem de conteúdos em suas redes. Isso seria efetivado por meio da criação de uma legislação específica e da formação de uma comissão parlamentar, que avaliará as situações do uso indevido de informações pessoais. Essa proposta tem por finalidade evitar a manipulação comportamental de usuários e, caso aprovada, certamente contribuirá para otimizar a experiência dos brasileiros na internet.

**ENEM2018JPC(4)**

Sob a perspectiva de uma revolução Tecno-Científico-Informacional, vive-se o auge da evolução humana em sua relação com a tecnologia, em que se destaca a ascensão do papel da internet no cotidiano social. Entretanto, tal avanço não é apenas benéfico, de modo que a popularidade existente no uso das redes virtuais possibilitou seu aproveitamento malicioso para que ela atue como um meio influenciador de comportamentos. Nesse contexto, configura-se um quadro alarmante correlacionado ao potencial de manipulação do usuário por meio do controle dos dados expostos a ele, o que decorre de interesses organizacionais e gera um processo de alienação social. Em um primeiro plano, é imperioso ressaltar que a busca por adesão a um interesse financeiro ou ideológico intensifica o controle da internet como um formador comportamental. De acordo com as pesquisas dos sociólogos Adorno e Horkheimer sobre Indústria Cultural, as mídias digitais possuem uma grande capacidade de atuar como formadoras e moldadoras de opinião. Assim, com o aumento abrupto do uso das redes virtuais, diversas organizações usufruem desse poder em prol de atingir sua causa com a imposição de informações selecionadas as quais limitam a escolha do usuário. Essa seleção permite que empresas comerciais, por exemplo, atraiam um mercado consumidor maior e ampliem suas vendas ao restringir as opções de compra ao perfil do indivíduo, que, em vez de escolher, apenas obedece ao sistema. Ademais, governos autoritários também se aproveitam do potencial manipulador para permitir que somente notícias favoráveis a sua ideologia possam ser acessadas pelos seus cidadãos, o que evita rebeliões. Depreende-se, pois, a privação da liberdade pessoal pelo direcionamento de comportamentos no meio digital.

Sob outro prisma, é válido analisar que o controle de dados na internet fomenta a alienação da sociedade. Essa problemática ocorre porque, quando conteúdos previamente selecionados, descontextualizados ou alterados são a maior parte das informações acessíveis ao público, este passa a reproduzir os comportamentos esperados pelos órgãos manipuladores e influencia as pessoas ao seu redor por apresentar tais fatos como verdades, o que gera um estado de desinformação. Nesse viés, percebe-se que a seleção informacional como um meio alienante antecede a internet, de modo a ser visto, por exemplo, no período ditatorial do Brasil, que, ao censurar notícias negativas sobre o panorama do país, criou a ideia de uma nação livre de problemas sociais, econômicos e de segurança. Infere-se, então, que o uso maléfico da internet na moldagem de opiniões por meio de ações controladoras propicia uma redução na capacidade de senso crítico da comunidade.

Torna-se evidente, portanto, a complexa situação que envolve a manipulação do indivíduo com a seleção de dados na rede virtual. Para amenizar o quadro, cabe ao Poder Legislativo reformular o Marco Civil, que é responsável por regularizar o uso do meio digital. Essa medida deverá ocorrer por intermédio da inclusão de uma cláusula a qual irá reforçar os limites no controle dos conteúdos expostos, de forma a ampliar o espectro de escolhas do usuário. Tal ação objetiva impedir que a internet seja utilizada para a moldagem de comportamentos.

### ENEM2018NCPS(5)

A utilização dos meios de comunicação para manipular comportamentos não é recente no Brasil: ainda em 1937, Getúlio Vargas apropriou-se da divulgação de uma falsa ameaça comunista para legitimar a implantação de um governo ditatorial. Entretanto, os atuais mecanismos de controle de dados, proporcionados pela internet, revolucionaram de maneira negativa essa prática, uma vez que conferiram aos usuários uma sensação ilusória de acesso à informação, prejudicando a construção da autonomia intelectual e, por isso, demandam intervenções. Ademais, é imperioso ressaltar os principais impactos da manipulação, com destaque à influência nos hábitos de consumo e nas convicções pessoais dos usuários.

Nesse contexto, as plataformas digitais, associadas aos algoritmos de filtragem de dados, proporcionaram um terreno fértil para a evolução dos anúncios publicitários. Isso ocorre porque, ao selecionar os interesses de consumo do internauta, baseado em publicações feitas por este, o sistema reorganiza as informações que chegam até ele, de modo a priorizar os anúncios complacentes ao gosto do usuário. Nesse viés, há uma pretensa sensação de liberdade de escolha, teorizada pela Escola de Frankfurt, já que todos os dados adquiridos estão sujeitos à coerção econômica. Dessa forma, há um bombardeio de propagandas que influenciam os hábitos de consumo de quem é atingido, visto que, na maioria das vezes, resultam na aquisição do produto anunciado.

Somado a isso, tendo em vista a capacidade dos algoritmos de selecionar o que vai ou não ser lido, estes podem ser usados para moldar interesses pessoais dos leitores, a fim de alcançar objetivos políticos e/ou econômicos. Nesse cenário, a divulgação de notícias falsas é utilizada como artifício para dispersar ideologias, contaminando o espaço de autonomia previsto pelo sociólogo Manuel Castells, o qual caracteriza a internet como ambiente importante para a amplitude da democracia, devido ao seu caráter informativo e deliberativo. Desse modo, o controle de dados torna-se nocivo ao desenvolvimento da consciência crítica dos usuários, bem como à possibilidade de uso da internet como instrumento de politização.

Evidencia-se, portanto, que a manipulação advinda do controle de dados na internet é um obstáculo para a consolidação de uma educação libertadora. Por conseguinte, cabe ao Ministério da Educação investir em educação digital nas escolas, por meio da inclusão de disciplinas facultativas, as quais orientarão aos alunos sobre as informações pessoais publicadas na internet, a fim de mitigar a influência exercida pelos algoritmos e, conseqüentemente, fomentar o uso mais consciente das plataformas digitais. Além disso, é necessário que o Ministério da Justiça, em parceria com empresas de tecnologia, crie canais de denúncia de “fake news”, mediante a implementação de indicadores de confiabilidade nas notícias veiculadas – como o projeto “The Trust Project” nos Estados Unidos” (parece mais um exemplo do que uma evidência, mas resolvi marcar) com o intuito de minimizar o compartilhamento de informações falsas e o impacto destas na sociedade. Feito isso, a sociedade brasileira poderá se proteger contra a manipulação e a desinformação.

### ENEM2018PASMR(6)

As primeiras duas décadas do século XXI, no Brasil e no mundo globalizado, foram marcadas por consideráveis avanços científicos, dentre os quais destacam-se as tecnologias de informação e comunicação (TICs). Nesse sentido, tal panorama promoveu a ampliação do acesso ao conhecimento, por intermédio das redes sociais e mídias virtuais. Em contrapartida, nota-se que essa realidade impôs novos desafios às sociedades contemporâneas, como a possibilidade de manipulação comportamental via dados digitais. Desse modo, torna-se premente analisar os principais impactos dessa problemática: a perda da autonomia de pensamento e a sabotagem dos processos políticos democráticos.

Em primeira análise, é lícito postular que a informação é um bem de valor social, o qual é responsável por modular a cosmovisão antropológica pessoal e influenciar os processos de decisão humana. Nesse raciocínio, as notícias e acontecimentos que chegam a um indivíduo exercem forte poder sobre tal, estimulando ou suprimindo sentimentos como empatia, medo e insegurança. É factual, portanto, que a capacidade de selecionar – via algoritmos – as reportagens e artigos que serão vistos por determinado público constitui uma ameaça à liberdade de pensamento crítico. Evidenciando o supracitado, há o livro “Rápido e devagar: duas formas de pensar”, do especialista comportamental Daniel Kahneman, no qual esse expõe e comprova – por meio de décadas de experimentos socioculturais – a incisiva influência dos meios de comunicação no julgamento humano. Torna-se clara, por dedução analítica, a potencial relação negativa entre a manipulação digital por dados e a autonomia psicológica e racional da população.

Ademais, é preciso compreender tal fenômeno patológico como um atentado às instituições democráticas. Isso porque a perspectiva de mundo dos indivíduos coordena suas escolhas em eleições e plebiscitos públicos. Dessa maneira, o povo tende a agir segundo o conceito de menoridade, do filósofo iluminista Immanuel Kant, no qual as decisões pessoais são tomadas pelo intelecto e influência de outro. Evidencia-se, assim, que o domínio da seletividade de informações nas redes sociais, como Facebook e Twitter, pode representar uma sabotagem ao Estado Democrático.

Em suma, a manipulação comportamental pelo uso de dados é um complexo desafio hodierno e precisa ser combatida. Dessarte, as instituições escolares – responsáveis por estimular o pensamento crítico na população – devem buscar fortalecer a capacidade de julgamento e posicionamento racional nos jovens. Isso pode ser feito por meio de palestras, aulas e distribuição de materiais didáticos sobre a filosofia criticista e sociologia, visando aprimorar o raciocínio autônomo livre de influências. Em paralelo, as grandes redes sociais, interessadas na plenitude de seus usuários, precisam restringir o uso indevido de dados privilegiados. Tal ação é viável por intermédio da restrição do acesso, por parte de entidades políticas, aos algoritmos e informações privadas de preferências pessoais, objetivando proteger a privacidade do indivíduo e o exercício da democracia plena. Desse modo, atenuar-se-á, em médio e longo prazo, o impacto nocivo do controle comportamental moderno, e a sociedade alcançará o estágio da maioridade kantiana.

**ENEM2018FCSTD(7)**

No filme “Matrix“, clássico do gênero ficção científica, o protagonista Neo é confrontado pela descoberta de que o mundo em que vive é, na realidade, uma ilusão construída a fim de manipular o comportamento dos seres humanos, que, imersos em máquinas que mantêm seus corpos sob controle, são explorados por um sistema distópico dominado pela tecnologia. Embora seja uma obra ficcional, o filme apresenta características que se assemelham ao atual contexto brasileiro, pois, assim como na obra, os mecanismos tecnológicos têm contribuído para a alienação dos cidadãos, sujeitando-os aos filtros de informações impostos pela mídia, o que influencia negativamente seus padrões de consumo e sua autonomia intelectual.

Em princípio, cabe analisar o papel da internet no controle do comportamento sob a perspectiva do sociólogo contemporâneo Zygmunt Bauman. /// Segundo o autor, o crescente desenvolvimento tecnológico, aliado ao incentivo ao consumo desenfreado, resulta numa sociedade que anseia constantemente por produtos novos e por informações atualizadas. Nesse contexto, possibilita-se a ascensão, no meio virtual, de empresas que se utilizam de algoritmos programados para selecionar o conteúdo a ser exibido aos internautas com base em seu perfil socioeconômico, oferecendo anúncios de produtos e de serviços condizentes com suas recentes pesquisas em sites de busca ou de compras. Verifica-se, portanto, o impacto da mídia virtual na criação de necessidades que fomentam o consumo entre os cidadãos.

Ademais, a influência do meio virtual atinge também o âmbito intelectual. Isso ocorre na medida em que, ao ter acesso apenas ao conteúdo previamente selecionado de acordo com seu perfil na internet, o indivíduo perde contato com pontos de vista que divergem do seu, o que compromete significativamente a construção de seu senso crítico e de sua capacidade de diálogo. Dessa maneira, surge uma massa de internautas alienados e despreocupados em checar a procedência das informações que recebem, o que torna ambiente virtual propício à disseminação das chamadas “fake news”.

Assim, faz-se necessária a atuação do Ministério da Educação, em parceria com a mídia, na educação da população — especialmente dos jovens, público mais atingido pela influência digital — acerca da necessidade do posicionamento crítico quanto ao conteúdo exposto e sugerido na internet. Isso deve ocorrer por meio da promoção de palestras, que, ao serem ministradas em escolas e universidades, orientem os brasileiros no sentido de buscar informação em fontes variadas, possibilitando a construção de senso crítico. Além disso, cabe às entidades em governamentais a elaboração de medidas que minimizem os efeitos das propagandas que visam incentivar o consumismo. Dessa forma, será possível tornar o meio virtual um ambiente mais seguro e democrático para a população brasileira.

## ANEXO I - REDAÇÕES DO ENEM - 2019

### ENEM2019GMCN(1)

Para o filósofo escocês David Hume, a principal característica que difere o ser humano dos outros animais é o poder de seu pensamento, habilidade que o permite ver aquilo que nunca foi visto e ouvir aquilo que nunca foi ouvido. Sob essa ótica, vê-se que o cinema representa a capacidade de transpor para a tela as ideias e os pensamentos presentes no intelecto das pessoas, de modo a possibilitar a criação de novos universos e, justamente por esse potencial cognitivo, ele é muito relevante. É prudente apontar, diante disso, que a arte cinematográfica deve ser democratizada, em especial no Brasil – país rico em expressões culturais que podem dialogar com esse modelo artístico –, por razões que dizem respeito tanto à sociedade quanto às leis.

Em primeiro lugar, é válido frisar que o cinema dialoga com uma elementar necessidade social e, conseqüentemente, não pode ser deixada em segundo plano. Para entender essa lógica, pode-se mencionar// o renomado historiador holandês Johan Huizinga, o qual, no livro “Homo Ludens”, ratifica a constante busca humana pelo prazer lúdico, pois ele promove um proveitoso bem-estar. É exatamente nessa conjuntura que se insere o fenômeno cinematográfico, uma vez que ele, ao possibilitar a interação de vários indivíduos na contemplação do espetáculo, faz com que a plateia participe das histórias, de forma a compartilhar experiências e vivências – o que representa o fator lúdico mencionado pelo pensador. É perceptível, portanto, o louvável elemento benfeitor dessa criação artística, capaz de garantir a coesão da comunidade.

Em segundo lugar, é oportuno comentar que o cenário do cinema supracitado remete ao que defende o arcabouço jurídico do país. Isso porque o artigo 215 da Constituição Federal é claro em caracterizar os bens culturais como um direito de todos, concebidos com absoluta prioridade por parte do Estado. Contudo, é desanimador notar que tal diretriz não dá sinais de plena execução e, para provar isso, basta analisar as várias pesquisas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que demonstram a lamentável distribuição irregular das práticas artísticas – dentre elas, o cinema –, uma vez que estão restritas a poucos municípios brasileiros. Vê-se, então, o perigo da norma apresentada findar em desuso, sob pena de confirmar o que propunha Dante Alighiere, em “A Divina Comédia”: “As leis existem, mas quem as aplica?”. Esse cenário, certamente, configura-se como desagregador e não pode ser negligenciado.

Por fim, caminhos devem ser elucidados para democratizar o acesso ao cinema no Brasil, levando-se em consideração as questões sociais e legislativas abordadas. Sendo assim, cabe ao Governo Federal – órgão responsável pelo bem-estar e lazer da população – elaborar um plano nacional de incentivo à prática cinematográfica, de modo a instituir ações como a criação de semanas culturais nacionais, bem como o desenvolvimento de atividades artísticas públicas. Isso pode ser feito por meio de uma associação entre prefeituras, governadores e setores federais – já que o fenômeno envolve todos esses âmbitos administrativos –, os quais devem executar periódicos eventos, ancorados por atores e diretores, que visem exibir filmes gratuitos para a comunidade civil. Esse projeto deve se adaptar à realidade de cada cidade para ser efetivo. Dessa forma, o cinema poderá ser, enfim, democratizado, o que confirmará o que determina o artigo 215 da Constituição. Assim, felizmente, os cidadãos poderão desfrutar das benesses advindas dessa engrandecedora ação artística.

**ENEM2019MALB(2)**

O filme “Bastardos inglórios”, ao contextualizar cenas em meados do século XX, retrata o caráter elitista das exibições de cinema, uma vez que eram feitas em espaços de socialização das classes ricas da época. Na contemporaneidade, embora seja mais amplo, ainda há entraves a serem superados quanto à democratização do acesso às salas cinematográficas (e seus conteúdos) no Brasil. Nesse sentido, os resquícios de uma herança segregacionista no que diz respeito à frequência de locais de cinema geram a dificuldade em manter esse hábito em parte da população, o que perpetua a problemática.

Nessa linha de raciocínio, é fundamental ressaltar que a urbanização tardia e a constante gentrificação de espaços citadinos brasileiros são responsáveis pela permanência de costumes elitistas. Com efeito, o geógrafo Milton Santos, ao estudar a organização das cidades do Brasil, postula que o processo rápido e desorganizado de construção urbana provocou a marginalização de grande parte dos cidadãos. Desse modo, o acesso a shopping centers e demais espaços de lazer, como os cinemas, ficou restrito àqueles que possuem meios para tal, ou seja, à parcela da população que mora perto desses locais centrais – a elite –, ou que possui recursos para consumir esses produtos culturais – também a elite. Assim, no que tange à exibição de filmes, há resquícios de um caráter segregacionista, visto que a marginalização e a gentrificação excluem a massa populacional dos espaços cinematográficos, mantendo, estruturalmente, a problemática na sociedade brasileira.

Conseqüentemente, a dificuldade de manter o hábito de frequentar tais locais impede a plena democratização do acesso ao cinema. Nesse aspecto, a teoria do sociólogo Pierre Bourdieu acerca do “capital cultural” vai ao encontro da realidade discutida. Em seus postulados, Bourdieu discute a influência das referências sócio espaciais nos costumes do indivíduo, concluindo que o desenvolvimento de valores que incluam certas culturas é imprescindível à manutenção dos costumes referentes a elas. Sendo assim, a herança segregacionista de frequência às salas cinematográficas e demais plataformas de exibição impede a construção de um capital cultural em parte da população do país, prejudicando sua democratização. Um exemplo disso é o relato da autora Carolina Maria de Jesus, em seu livro “Quarto de despejo”, no qual ela conta que, por residir na periferia, o dinheiro que seus filhos gastariam para assistir aos longas no cinema não seria suficiente nem para pagar seus deslocamentos.

Portanto, visando mitigar os entraves à resolução da problemática, algumas medidas são necessárias. Primeiramente, cabe ao Governo Federal criar programas de apoio à cultura cinematográfica, por meio de sistemas de assistência às famílias carentes e especialmente distantes dos centros de lazer, como “vales cultura”, junto a “vales transporte”, para que os processos conceituados por Milton Santos (como gentrificação, que é a expulsão de indivíduos de uma área para a construção de espaços elitizados) não interfiram no acesso populacional ao cinema. Por fim, é dever das escolas promover formas de desenvolvimento de valores referentes à cultura cinematográfica, através de exibições extra-classe, como em gincanas e trabalhos lúdicos, a fim de que tanto os alunos quanto os pais possam construir o “capital” postulado por Bourdieu, de modo que tenham interesse de frequentar os espaços de plataformas de filmes, ampliando, então, o acesso a elas. Enfim, o cenário retratado no longa “Bastardos inglórios” não será reproduzido no Brasil, haja vista que o aporte ao cinema será democratizado.

**ENEM2019STL(3)**

A questão do acesso ao cinema, apesar de não ser amplamente discutida, é um problema muito expressivo no Brasil atualmente. A gravidade do quadro é evidenciada pelos dados do site Meio e Mensagem: 83% da população brasileira não frequentam tal ambiente. Nesse contexto, percebe-se que o acesso ao cinema não é democratizado e convém analisar as causas e impactos negativos dessa situação na sociedade.

Em primeiro lugar, é preciso compreender as causas dessa problemática. Em um mundo marcado pelo capitalismo, é comum que, cada vez mais, seja fortalecido o sistema de mercantilização do lazer, ou seja, este passa a ser vendido por empresas em forma de mercadoria. Nesse sentido, nota-se que, muitas vezes, parcelas da população com condições financeiras mais baixas acabam não conseguindo ter acesso às atividades de lazer, como o cinema, devido aos preços, geralmente, inacessíveis. Além disso, outro fator que contribui para a falta do amplo acesso da população ao cinema é a localização no interior dos shoppings, os quais, normalmente, estão situados nos centros das grandes cidades, o que acaba dificultando o acesso de moradores de bairros mais afastados. Dessa forma, o cinema no Brasil torna-se um ambiente elitizado.

Em segundo lugar, é importante salientar os impactos negativos desse quadro na sociedade. Tendo em vista que a parcela mais pobre da população, geralmente, não consegue arcar com os custos de frequentar o cinema e sabendo que o acesso ao lazer é um direito garantido pela Constituição Federal, percebe-se a ocorrência da “Cidadania de papel”, termo cunhado pelo escritor paulista Gilberto Dimenstein, que diz respeito à existência de direitos na teoria (Constituição), os quais não ocorrem, de fato, na prática. Sob essa perspectiva, nota-se que a falta de democratização do acesso ao cinema gera exclusão social das camadas menos favorecidas e impede que elas possam usufruir de seus direitos.

Portanto, é mister que o Ministério da Infraestrutura, em parceria com o Ministério da Cultura, construa cinemas públicos, por meio da utilização de verbas governamentais, a fim de atender a população que não pode pagar por esse serviço, fazendo com que, assim, o acesso ao cinema seja democratizado e essa parcela da sociedade deixe de usufruir apenas de uma “Cidadania de papel”.

**ENEM2019GM(4)**

Na obra “A Invenção de Hugo Cabret”, é narrada a relação entre um dos pais do cinema, Georges Méliès, e um menino órfão, Hugo Cabret. A ficção, inspirada na realidade do começo do século XX, tem como um de seus pontos centrais o lazer proporcionado pelo cinema, que encanta o garoto. No contexto brasileiro atual, o acesso a essa forma de arte não é democratizado, o que prejudica a disponibilidade de formas de lazer à população. Esse problema advém da centralização das salas exibidoras em zonas metropolitanas e do alto custo das sessões para as classes de menor renda.

Primeiramente, o direito ao lazer está assegurado na Constituição de 1988, mas o cinema, como meio de garantir isso, não tem penetração em todo território brasileiro. O crescimento urbano no século XX atraiu as salas de cinema para as grandes cidades, centralizando progressivamente a exibição de filmes. Como indicativo desse processo, há menos salas hoje do que em 1975, de acordo com a Agência Nacional de Cinema (Ancine). Tal fato se deve à falta de incentivo governamental – seja no âmbito fiscal ou de investimento – à disseminação do cinema, o que ocasionou a redução do parque exibidor interiorano. Sendo assim, a democratização do acesso ao cinema é prejudicada em zonas periféricas ou rurais.

Ademais, o problema existe também em locais onde há salas de cinema, uma vez que o custo das sessões é inacessível às classes de renda baixa. Isso se deve ao fato de o mercado ser dominado por poucas empresas exibidoras. Conforme teorizou inicialmente o pensador inglês Adam Smith, o preço decorre da concorrência: a competitividade força a redução dos preços, enquanto os oligopólios favorecem seu aumento. Nesse sentido, a baixa concorrência dificulta o amplo acesso ao cinema no Brasil.

Portanto, a democratização do cinema depende da disseminação e do jogo de mercado. A fim de levar os filmes a zonas periféricas, as prefeituras dessas regiões devem promover a interiorização dos cinemas, por meio de investimentos no lazer e incentivos fiscais. Além disso, visando reduzir o custo das sessões, cabe ao Ministério da Fazenda ampliar a concorrência entre as empresas exibidoras, o que pode ser feito pela regulamentação e fiscalização das relações entre elas, atraindo novas empresas para o Brasil. Isso impediria a formação de oligopólios, consequentemente aumentando a concorrência. Com essas medidas, o cinema será democratizado, possibilitando a toda a população brasileira o mesmo encanto que tinha Hugo Cabret com os filmes.

**ENEM2019GLT(5)**

No século XIX, os avanços tecnológicos e científicos proporcionaram às populações novas alternativas de lazer, dentre as quais se pode citar o cinema. No Brasil, atualmente, tal forma de diversão tem se destacado, uma vez que promove a interação com o público de maneira singular, isto é, gera muitas emoções aos indivíduos. Apesar disso, verifica-se que, em nosso país, o acesso ao cinema não é disponibilizado a todos os cidadãos, seja pela falta de investimentos, seja pelo alto custo cobrado por empresas para assistir a um filme. Assim, tendo em vista a importância desse lazer, ele deve ter seu acesso democratizado, a partir da resolução de tais entraves.

Sob esse viés, pode-se apontar as poucas verbas direcionadas à construção e à manutenção de cinemas, especialmente nas pequenas cidades brasileiras, como uma das causas do problema em questão. Acerca disso, sabe-se que boa parte da população que vive em áreas rurais ou suburbanas sofre com a falta de acessibilidade a tal meio de diversão. Prova dessa realidade é o filme “Cine Hollyúde”, lançado no Brasil, o qual mostra a dificuldade das pessoas que habitam no interior em assistir à primeira obra cinematográfica da cidade, devido à precariedade estrutural do cinema local. Tal cenário também é observado fora da ficção, visto que, por causa dos poucos investimentos, indivíduos das regiões pobres do país possuem mínima ou nenhuma interação com essa forma de lazer.

Ademais, nota-se, ainda, uma intensa elitização dos cinemas, porquanto o preço cobrado pelo ingresso de uma sessão é alto, o que limita a ida a esses lugares de exibição de filmes. Sobre isso, percebe-se que, como a busca por tal lazer aumentou, de acordo com dados do “site” “Meio e mensagem”, as empresas exibidoras estão cada vez mais visando ao lucro em detrimento de uma diversão e interação pública. Isso ocorre, segundo o pensador Karl Marx, graças à busca excessiva por capital (dinheiro), tornando o cinema apenas como um “lugar lucrativo”. Desse modo, a democratização do acesso a esses locais torna-se distante da realidade vivida.

Portanto, cabe ao Governo investir em projetos que facilitem o acesso ao cinema, principalmente nas regiões interioranas, por intermédio do auxílio financeiro a empresas exibidoras, a fim de descentralizar os lugares em que há transmissões de filmes. Outrossim, compete às ONGs, como organizações que visam suprir as necessidades populacionais, realizar campanhas em prol de salas bem estruturadas e de reduções do preço cobrado pelos ingressos das sessões cinematográficas, por meio das redes sociais e dos outros veículos de comunicação, com o objetivo de democratizar a ida ao cinema e de, dessa maneira, afastar-se da realidade narrada no filme “Cine Hollyúde”.

**ENEM2019AFS(6)**

Aristóteles, grande pensador da Antiguidade, defendia a importância do conhecimento para a obtenção da plenitude da essência humana. Para o filósofo, sem a cultura e a sabedoria, nada separa a espécie humana do restante dos animais. Nesse contexto, destaca-se a importância do cinema, desde a sua criação, no século XIX, até a atualidade, para a construção de uma sociedade mais culta. No entanto, há ainda diversos obstáculos que impedem a democratização do acesso a esse recurso no Brasil, centrados na elitização do espaço público e causadores da insuficiência intelectual presente na sociedade. Com isso, faz-se necessária uma intervenção que busque garantir o acesso pleno ao cinema para todos os cidadãos brasileiros.

De início, tem-se a noção de que a Constituição Federal assegura a todos os cidadãos o acesso igualitário aos meios de propagação do conhecimento, da cultura e do lazer. Porém, visto que os cinemas, materialização pública desses conceitos, concentram-se predominantemente nos espaços reservados à elite socioeconômica, como os “shopping centers”, é inquestionável a existência de uma segregação das camadas mais pobres em relação ao acesso a esse recurso. Essa segregação é identificada na elaboração da tese da “subcidadania”, escrita pelo sociólogo Jessé Souza, que denuncia a situação de vulnerabilidade social vivida pelos mais pobres, cujos direitos são negligenciados tanto pela falta de ação do Estado quanto pela indiferença da sociedade em geral. Fica claro, então, que o acesso ao cinema não é um recurso democraticamente pleno no Brasil.

Como consequência dessa elitização dos espaços públicos, que promove a exclusão das camadas mais periféricas, é observado um bloqueio intelectual imposto a essa parte da população. Nesse sentido, assuntos pertinentes ao saber coletivo, que, por vezes, não são ensinados nas instituições formais de ensino, mas são destacados pelos filmes exibidos nos cinemas, não alcançam as mentes das minorias sociais, fato que impede a obtenção de conhecimento e, por conseguinte, a plenitude da essência aristotélica. Essa situação relaciona-se com o conceito de “alienação”, descrito pelo filósofo alemão Karl Marx, que caracteriza o estado de insuficiência intelectual vivido pelos trabalhadores da classe operária no contexto da Revolução Industrial, refletido na camada pobre brasileira atual.

Portanto, fica evidente a importância do cinema para a construção de uma sociedade mais culta e a necessidade da democratização desse recurso. Nesse âmbito, cabe ao Ministério da Educação e da Cultura promover um maior acesso ao conhecimento e ao lazer, por meio da instalação de cinemas públicos nas áreas urbanas mais periféricas – que deverão possuir preços acessíveis à população local –, a fim de evitar a situação de alienação e insuficiência intelectual presente nos membros das classes mais baixas. Desse modo, o cidadão brasileiro poderá atingir a condição de plenitude da essência, prevista por Aristóteles, destacando-se, logo, das outras espécies animais, através do conhecimento e da cultura.

**ENEM2019IOC(7)**

De modo ficcional, o filme “Cine Holiúdi” retrata o impacto positivo do cinema no cotidiano das cidades, dada a sua capacidade de promover o lazer, socialização e cultura. Entretanto, na realidade, tais benefícios não atingem toda a população brasileira, haja vista a elitização dos meios cinematográficos e a falta de infraestrutura adequada nos cinemas existentes. Sendo assim, urge a análise e a resolução desses entraves para democratizar o acesso ao cinema no Brasil.

A princípio, é lícito destacar que a elitização dos meios cinematográficos contribui para que muitos brasileiros sejam impedidos de frequentar as salas de cinema. Isso posto, segundo o filósofo inglês Nick Couldry em sua obra “Por que a voz importa?”, a sociedade neoliberal hodierna tende a silenciar os grupos menos favorecidos, privando-os dos meios de comunicação. A par disso, é indubitável que a localização dos cinemas em áreas mais nobres e o alto valor dos ingressos configuram uma tentativa de excluir e silenciar os grupos periféricos, tal como discute Nick Couldry. Nesse viés, poucos são os indivíduos que desfrutam do direito ao lazer e à cultura promovido pela cinematografia, o qual está previsto na Constituição e deve ser garantido a todos pelo Estado.

Ademais, vale postular que a falta de infraestrutura adequada para todos os cidadãos também dificulta o acesso amplo aos cinemas do país. Conquanto a acessibilidade seja um direito assegurado pela Carta Magna e os cinemas disponham de lugares reservados para cadeirantes, não há intérpretes de LIBRAS nas telas e a configuração das salas – pautada em escadas – não auxilia o deslocamento de idosos e portadores de necessidades especiais. À luz dessa perspectiva, é fundamental que haja maior investimento em infraestrutura para que todos os brasileiros sejam incluídos nos ambientes cinematográficos.

Por fim, diante dos desafios supramencionados, é necessária a ação conjunta do Estado e da sociedade para mitigá-los. Nesse âmbito, cabe ao poder público, na figura do Ministério Público, em parceria com a mídia nacional, desenvolver campanhas educativas – por meio de cartilhas virtuais e curta-metragens a serem veiculadas nas mídias sociais – a fim de orientar a população e as empresas de cinema a valorizar o meio cinematográfico e ampliar a acessibilidade das salas. Por sua vez, as empresas devem colaborar com a democratização do acesso ao cinema pela cobrança de valores mais acessíveis e pela construção de salas adaptadas. Feito isso, o Brasil poderá garantir os benefícios do cinema a todos, como relata o filme “Cine Holiúdi”.

## ANEXO J - MODELO DA FICHA DE ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS

### DOMÍNIO:

Modalidade epistêmica (m): ( )

Evidencialidade (e): ( )

### ORIENTAÇÃO (Modalidade epistêmica):

Objetiva (o): ( )

Subjetiva (s): ( )

### EVIDENCIALIDADE (subcategorias):

Citação (c): ( )

Dedução (d): ( )

Inferência (i): ( )

Percepção do evento (p): ( )

Reportatividade (r): ( )

Não se aplica (na): ( )

### EVIDENCIALIDADE (tipo de fonte):

Autor (a): ( )

3ª p. definida (pd): ( )

3ª p. indefinida (pi): ( )

Domínio comum (dc): ( )

### SENTIDOS (Modalidade epistêmica):

Certeza (c): ( )

Dúvida (d): ( )

Possibilidade (po): ( )

Probabilidade (pr): ( )

### EFEITOS (Evidencialidade):

Alto comprometimento (ac): ( )

Médio comprometimento (mc): ( )

Baixo comprometimento (bc): ( )

### RECURSOS LINGÜÍSTICOS:

Adjetivo (adj): ( )

Adjetivo em posição predicativa (adj.pred.): ( )

Advérbio (adv): ( )

Locução adverbial (loc.adv): ( )

Locução prepositiva (loc.prep): ( )

Modificador do substantivo (sp): ( )

Preposição (prep): ( )

Verbo encaixador (ve): ( )

Verbo modal (vm): ( )

### ESQUEMA TEXTUAL:

Introdução (i): ( )

Desenvolvimento (d): ( )

Conclusão (c): ( )

### ADEQUAÇÃO E FUNCIONALIDADE:

Totalmente adequado (ta): ( )

Parcialmente adequado (pa): ( )

Inadequado (in): ( )